

NESTOR LIMA

Do Instituto Historico e Geografico

MUNICIPIOS
DO
RIO GRANDE DO NORTE

2º Volume — F. G. J. L. e M.

(Separata autorizada
da «Revista do Instituto
Historico»).



NATAL

TIP. «SANTO ANTONIO»

1942

NESTOR LIMA

Do Instituto Historico e Geografico

—
MUNICIPIOS
DO
RIO GRANDE DO NORTE

2.º Volume — F. G. J. L. e M.

*(Separata autorizada
da «Revista do Instituto
Historico»).*



NATAL

TIP. «SANTO ANTONIO»

1942

Municípios do Rio Grande — do Norte —

F L Ô R E S

O MUNICÍPIO

Em posição relativamente central e fóra das principaes estradas do Estado, fica o prospero municipio de Flôres, pertencente á zona do Seridó, e cujos limites são: ao Norte, o de Sant'Anna do Mattos, pela linha divisoria estabelecida na lei n.º 309 de 1.º de dezembro de 1911; a Leste, o de Curraes Novos, pelas Serras «Dórna» e «Piauhy»; ao Sul, o de Acary, segundo a linha definida na lei 192 de 19 de setembro de 1902 e ao Oeste, o de Caicó, pela propriedade «Balanços», de Francisco Pereira de Britto, e o de São Miguel de Jucurutú, pela fazenda «Cannassú», de Eduardo Marques de Azevedo, seguindo uma linha recta, pela Serra de «São João», segundo a qual fica o nascente da Serra para Flôres e o poente para São Miguel, de accordo com o divisor das aguas (Dec. n.º 106 de 6 de fevereiro de 1936, que modificou o de n.º 932 de 11 de outubro de 1935, pelo qual foi criado o municipio de São Miguel de Jucurutú.)

A especificação da linha divisória de Flôres com os demais municípios da sua zona é a seguinte: Com Acary, de que foi desmembrado, a divisão é feita pela linha que parte do «Sacco do Bom Jesus», de poente a nascente, no riacho Cajazeiras, até a barra deste no rio «Quimporó» e á fazenda de Manoel Galdino de Araujo (Flôres); dahi, em linha recta para a bolandeira do Cauassú, de Joaquim da Virgem Pereira, (Acary), em frente a Candido Victoria (Acary); dahi, atravessa o riacho Cauassú (Acary), segue o balanço das aguas de Cauassú e Timbaúba até encontrar a estrada velha de Caiçara para Vacca-brava, servindo esta de divisa até o balanço das aguas do Timbaúba e do Salgado, por ahi, seguindo até á barra do «Quimporó»; dahi, partirá uma linha recta á mesma barra, seguindo pelo «Quimquê» acima até á barra do riacho «Jucurutú» e deste, pelo balanço das aguas, com o rio «Quimquê», até encontrar a Serra Dórna. (Lei n.º 192 de 19 de setembro de 1902).

O districto de paz de Flôres creado pela lei de 11 de agosto de 1873, foi augmentado em virtude da lei n.º 909 de 12 de maio de 1884, que mandou que ficassem pertencendo ao districto de Flôres, do termo de Acary, todas as aguas do «Sacco da Luiza», e os sitios «Quimquê», Pé de Serra e Quimporó de baixo, exclusive Exú, Ipueira do Matto, Vacca-brava, e dahi em linha recta, ao Quimporó de Cima.

O territorio de Flôres fazia parte do de Acary, até 1890, quando o decreto n.º 62 de 20 de outubro, assignado pelo 1.º vice-governador provisório dr. Pedro Velho, erigiu-o em municipio autonomo, cuja installação se deu a 24 de janeiro de 1891, com a posse da primeira Intendencia Municipal nomeada pelo Governo Estadual e composta dos cidadãos João Toscano de Medeiros, presidente, José da Silva Medeiros,

Manoel Baptista de Azevedo, João Victor de Maria e João Damasceno de Medeiros e Silva.

Mas, a exploração do territorio vinha de epoca mais remota, porque Cosme de Abreu Maciel requereu e obteve a 28 de junho de 1754, uma data de sesmaria das terras do «Passaribú», depois «Rossaurubú», (1) hoje Flôres. Foi-lhe concedida a data pelo capitão-mór Pedro de Albuquerque, visto ter o requerente allegado que, havia onze annos, possuia o sitio «Passaribú» com casas, curraes e cercados, comprehendendo as “terras das testadas do dito Sitio para cima da Serra e das testadas para baixo e ilhargas da parte sul — pegando de uma Serra nas nascentes do Riacho Passaribú, trez legoas, ficando dentro dellas um olho dagua, chamado pela lingua do gentio de «Cocuê» e pela lingua portugueza — Olho dagua Salgado, e o *Riacho Fechado do Antonio.*” (Livro 5.º, pag. 81, n.º 406, no Instituto Historico.)

Mais tarde, o mesmo donatario Cosme de Abreu Maciel pediu e obteve do mencionado capitão-mór Pedro de Albuquerque, em 21 de dezembro de 1756, sesmaria das terras da fazenda «Patacurá», e o riacho «Massaritã» e «Periquito» e riacho da Luiza, onde dizia já possuir casas e morar, havia trinta annos. (Livro 5.º pag. 113, n.º 421, no Instituto Historico.)

A primeira noticia official de factos sociaes no territorio é a criação de uma cadeira de instrucção primaria para o sexo masculino, na povoação de Flôres, da freguezia do Acary, por lei n.º 615 de 3 de junho de 1870. Em seguida, é instaurado um districto de paz, no mesmo logar, nos termos da lei 684 de 11 de agosto de 1873.

(1) Diz a tradição que o nome de *Rossaurubú*, ou *Passaribú*, provem do facto de dormirem os urubús nos serrotes, ao nascente á margem do Riacho «Capim Assú».

A cadeira de instrução do povoado foi suprimida em 1877 e restaurada em 1882, sendo-lhe adicionada uma outra feminina em 1886.

A Republica é que transformou em município o território de Flôres, dando-lhe autonomia e fazendo-o districto judiciario da comarca do Acary e, depois, da de Curraes Novos, a que ainda pertence, em virtude da lei n.º 453 de 19 de novembro de 1919.

A Villa creada em 1890 passou á cathegoria de Cidade por lei estadual n.º 22 de 28 de outubro de 1936, sendo solennemente installada a cidade, a 1.º de junho de 1937.

O território do município tem, mais ou menos, 1.730 kilometros quadrados, medindo 54 kilometros de extensão por 42 de largura.

Entretanto, esse território já foi mais extenso, ao tempo da criação do município, que conservou os limites do districto de paz.

E' que a lei estadual n.º 192 de 19/9/1902 diminuiu o território de Flôres, que era de 1.860 kilometros para 1.730 kilometros, de cerca de 130 kilometros quadrados, que passaram para o de Acary: "a faixa de terra começa do sitio Sabão ao sitio Qimporó até o sitio Marrecas na antiga casa de morada do fallecido Manoel Galдино de Araujo." (Informação do prefeito Aprigio Azevedo Sobrinho, á «A Republica», em data de 5 de novembro de 1932.)

A população local era de 7.000 almas; em 1932, de 13.200 habitantes, reputando-se actualmente em 10.000.

O terreno do município é assás variado, porque ora é pedregoso, ora argiloso, ora arenoso. As serras são muito fertéis, especialmente as chapadas das do Cajueiro, Periquito, Sant' Anna e Serra Nova.

O clima é, em geral, temperado, sadío e agradável.

A CIDADE

O local da cidade de Flôres fazia parte da data concedida, em meados do seculo 18.º, a Cosme de Abreu Maciel. Um de seus descendentes Athanasio Fernandes de Moraes, casado com Izabel Maria de Souza, na qualidade de successor do donatario, situou-se, em 1815, com fazenda de criação e casa de morada, no logar «Passaribú», depois, «Rossaurubú», ahí vivendo muitos annos e deixando grande prole de 22 filhos, 18 dos quaes se casaram tambem e procrearam 482 netos.

Só a familia de Athanasio povoava o logar, que, aos poucos, se foi alargando até formar um vasto povoado.

Foi no anno de 1856, quando grassou a epidemia do «cholera morbus», que o velho Athanasio fez solenne voto de edificar ali uma capella ao glorioso São Sebastião, defensor contra a peste, segundo a tradição catholica, tendo designado o logar da capella, a que deu o nome de Flores.

Fallecendo, em 1860, Athanasio não chegou a cumprir o voto, mas, a sua viuva d. Izabel e e seus filhos Clementino Fernandes de Moraes e Francisco de Mello Carneiro, alem de fazerem a doação do patrimonio, trataram de executar o compromisso do seu antecessor.

Quando, em 1866, houve ali a missão de Frei José Antonio de Maria Ibiapina, a convite da viuva, filhos e netos de Athanasio, foi por aquelle operoso missionario iniciada a construção da capella de S. Sebastião, que foi concluída no fim do mesmo anno. Já a esse tempo chamavam "Flôres" ao logar, devido á quantidade de plantas conhecidas como «Rainha do Prado», especie do bugy vermelho, que ali era abundante

e dizem que cobria todo o local onde se acha edificada a cidade.

De então por deante, o povoado foi tomando incremento para isso concorrendo eficazmente não só os descendentes de Athanasio, conhecidos por "Tripeiros", mas, também os proprietários circumvisinhos, notadamente Te. Cel. João Carneiro Machado Rios, Joaquim Toscano de Medeiros, Alexandre Ferreira de Araujo, João Porfirio do Amaral e Felix Carneiro.

Elevada a districto de paz, municipio, villa e cidade, não tem cessado de progredir o lugar, onde já houve um periodico «A Verdade», redigido por José Florentino Filho, de 1912 a 1913.

E' a cidade mui aprasivel, pois, se acha collocada na abertura do angulo formado pelos Riachos Rossaurubú e Quixodé, dahi se descortinando um bello panorama para as Serras e serrotes de entorno. A sua construcção mais antiga é a casa que foi de Clementino Fernandes de Moraes e fica na rua Cosme de Abreu.

Os logradouros publicos tinham outróra as denominações de ruas da Aurora, Boulevard, Cadeia, Commercio, Imperial, Poente e 15 de Novembro e largo de São Sebastião; hoje, chamam-se Praças Cel. Silvino Bezerra e José Leão; Ruas Cel. Toscano, João Pessoa, Cleto Campello, Pedro Velho, Cosme de Abreu, Pe. João Clemente, Antonio Giffoni, do Commercio e da Liberdade; as travessas são Clementino Fernandes e Pe. Clemente.

A cidade possui Prefeitura, que é um antigo predio assobradado, de que se faz também cadeia publica, Casa de Mercado, Grupo Escolar "Cel. Silvino Bezerra", Matriz de São Sebastião, boas casas de residencias e cemiterio publico que custou inicialmente 1:200\$000. Ha, perto da cidade, um açude publico, feito em 1892. Tem um monumento civico, em frente á Matriz, le-

vantado em 1922, em commemoração do 1.º centenario da Independencia Nacional. (2)

O telegrapho nacional foi installado em 1920 e a agencia postal funciona ha mais annos.

Tem sensivel importancia o commercio local e o progresso da cidade é evidente, apesar da sua localização central, num sacco de serras, que lhe difficultam o livre cambio de productos e mercadorias.

A feira é bôa e realiza-se ás 2as. feiras.

A FREGUEZIA

A antiga capella de São Sebastião, construida em 1866 pela viuva e descendentes de Athanasio Fernandes de Moraes, é hoje um bello e majestoso templo, que serve de matriz á freguezia.

Inaugurada e installada a capella em 25 de dezembro de 1866 pelo padre Idalino Fernandes de Souza, natural do Assú, e que ahi celebrou a missa festiva, a capella experimentou varios melhoramentos em 1876, 1892 e 1921, tornando-se um dos nossos melhores templos.

Por acto de 5 de abril de 1904, do 1.º Bispo da Parahyba, d. Aducto Aurelio de Miranda Henriques, foi a capella elevada á cathogoria de Matriz e creada a freguezia de Flôres, sob a invocação de S. Sebastião, sendo canonicamente instituida a 15 de maio do mesmo anno pelo seu primeiro vigario, padre Ignacio Cavalcanti de Albuquerque.

A Matriz de Flores tem uma torre central (1921), 2 corredores lateraes, nave central com arcadas e 10 altares. E' uma obra de solida construcção e tem as seguintes dimensões: comprimento 39, 82 metros (181 e 1/2 palmos) por

(2) Ver «Monumentos do Rio Grande do Norte», de Nestor Lima, monographia official, 1932, a publicar.

16,06 de largura (73 palmos). A area total edificada é de 13.249 e 1/2 palmos quadrados, inclusive o adro. (3)

Os dez altares existentes na Matriz são assim patrocinados:—Altar-mór: São Sebastião, N. S. da Conceição e N. S. do Rosario; lateraes: S. Francisco, S. Roque, N. S. das Dôres, Coração de Jesus, S. Therezinha do Menino Jesus, São José, São João Baptista, Santo Antonio e São Vicente de Paulo. Ha um altar vago.

Ha na Matriz varias associações, a saber: Apostolado da Oração, Cruzada Eucaristica, (1934), Pia União de Santa Therezinha, (1935) e Sociedade Vicentina (1937).

O patrimonio da Igreja de São Sebastião foi doado por D. Izabel Maria de Souza e seus filhos e consta de 100 braças de terra no local da cidade, e mais 100 braças na data de sobra da «Pedra Liza».

Tem como capellas filiaes a de São Vicente, no povoado desse nome, e de São Francisco das Chagas, no Umary.

POVOADOS

«São Vicente», antiga «Luiza», fica á margem do Rio da Luiza, a 27 kilometros a sueste da cidade de Flores.

Outrora, o logar era chamado «Riacho das Milharadas do Gentio», mas, devido a uma india de nome Luiza, que ali residiu muitos annos, passou a chamar-se «Sacco da Luiza», ou simplesmente «Luiza», que se mudou, recentemente, para «São Vicente».

As terras do «Sacco da Luiza» passaram á propriedade do ancião Joaquim Adelino de Medeiros, conhecido por «Cocó», e este fez doação

(3) Informação de João Praxedes de Medeiros, em 21 de Junho de 1922.

de uma parte de terras para constituir patrimonio de uma capella dedicada a S. Vicente Martyr, o que se realizou, em seguida.

A povoação teve incio em 1890; depois, formou-se uma feira semanal aos sabbados, a qual se realizava sob uma frondosa e secular «Qui-xabeira», que ainda hoje existe e attesta, na riqueza de sua floração e na exuberancia de seus fructos, a feracidade da terra, constituindo como que uma reliquia para os habitantes do logar.

Cresceu rapidamente o povoado, de certos annos a esta parte, de modo a ser actualmente um dos maiores do Estado, distinguindo-se perfeitamente o antigo povoado, onde está a Capella, construida em 1898, da parte nova e mais alta, onde estão localizados os principaes estabelecimentos commerciaes, especialmente o mercado publico, de notaveis proporções. [1936].

Tem Escolas Reunidas construidas em 1935 e installadas com todo o material, nesse anno. Em 1923, foi ali inaugurado o monumento ao fundador da localidade, Joaquim Adelino de Medeiros, com inscrições allusivas (4).

Consta o povoado de 160 casas de morada e 20 de commercio distribuidas em varias ruas, tem estação telephonica para Curraes Novos e para Flores. E' um centro algodoeiro de grande importancia. Na safra de 1921-1922, só em compra de algodão, um commerciante empregou em uma feira ahi 200.000\$000.

LOGARES

«Rossaurubú», hoje «Condado», fazenda do tenente Laurentino Theodoro da Cruz, com engenho para rapadura e aguardente e um locomovel para algodão.

(4) Ver «Monumentos do Rio Grande do Norte», de Nestor Lima, 1932, a publicar.

«Passagem», fazenda de criação e plantio de algodão, muito povoada, pertencente aos herdeiros de Luiz Paulino de Medeiros.

«Barrocas», fazenda de João e Joaquim de Souza, onde se planta algodão em larga escala e ha um locomovel.

«Ipueiras», fazenda de Aprigio Soares, para criação de gado e cultivo de algodão, com um locomovel.

«Livramento», antiga fazenda de Alexandre do Rego.

«Pitombeira», pertence aos herdeiros de João Damasceno de Medeiros Silva, para criação de gado e plantio de algodão.

«São Bento», fazenda de Alexandre Baptista, com criação de gado, açude, etc.

«Bom Jesus», de Francisco Baptista Pereira, para criar gado.

«Ypiranga», de Adonias Galvão, com açude, locomovel, e grande plantio de algodão.

«Umbú», fazenda de Manoel Emygdio de Araujo, para criação de gado e cultivo de algodão.

«Caiçara», fazenda de Ignacio Toscano de Medeiros, para algodão com locomovel.

«Dizimeiro», grande fazenda de Manoel Fernandes da Costa, com cultura de algodão e dois grandes açudes.

«Patacorô», fazenda de João Theodoro da Cruz, para criar gado e pequena cultura de algodão.

«Umary Preto», fazenda do tenente Laurentino Theodoro da Cruz, especialmente para algodão; tem grande açude premiado pelo Governo Federal.

«Fechado», fazenda, que foi do Cel. João Porfirio do Amaral, é do seu descendente João Porfirio Netto, tem bom açude e immensos campos de algodão. Ha outras de menor importancia.

RIOS

«Rossaurubú» nasce da serra de Sant'Anna, no logar «Riachão» e, em direcção sul, passa no antigo logar «Rossaurubú» e no Condado, á esquerda da cidade de Flores, e á direita, na Fazenda Passagem, Joazeiro do Padre, Barrocas, Ipueiras, Livramento e Pitombeira, indo reunir-se ao rio «Quinquê», no logar Barra do Acary, com um curso de 60 kilometros, a despejar no Rio São José, junto ao povoado Cruzeta (Acary).

«Quimquê», vem da cordilheira de Sant'Anna, no logar Sacco do Cardão e quebradas da Serra Piauhy, corre de norte a sul, atravessa o municipio todo, passa nos logares Ipueira do Matto, Vacca Brava, Salgado e outros, e desagua no rio São José, em Cruzeta (Acary), com um curso de 48 kilometros.

«Da Luiza», que nasce no logar Sacco da Luiza, banha, á esquerda, a povoação de São Vicente, antiga Luiza, passa no Umary e faz barra no «Quimquê», com um curso de 32 kilometros.

RIACHOS

«Garganta» nasce nos cabeços da Pedra Liza, no municipio de Flores, banha os logares Garganta e Canassú, atravessa uma parte do municipio de Sant'Anna e Caicó e faz barra no rio Assú, ao nascente da villa de São Miguel de Jucurutú, seis legoas, e no logar Riacho Fundo. Forma um fértil valle apropriado á cultura de canna de assucar e fructeiras.

«Quixodê» nasce no Sacco do Quixodê, na Serra do Cajueiro, passa no logar Quixodê, Sitio, na cidade de Flores, á direita, e faz barra no rio Rossaurubú, ao pé da localidade, tendo 9 kilometros de curso.

«Fechado», que vem do logar Muniz, na Serra de Sant'Anna, passa no Sacco do Fechado e no sitio desse nome, para despejar no Rossaurubú, com 15 kilometros de curso.

«Cajazeiras», que se origina no Sacco do Bom Jesus, e depois de banhar o sitio desse nome, passa nos logares São Bento e Cajazeiras, fazendo barra no Rossaurubú, com um percurso de 12 kilometros.

«Umary-preto, ou Patacorô», que tambem nasce no Muniz, Serra de Sant'Anna, passa nos sitios Patacorô, Umary-preto, Dantas, Divisão, Umbú, Serrote, Caiçara, São Jeronymo e Saguim e faz despejo no Rossaurubú, com 46 kilometros de curso.

«Pé de Serra», que nasce no Perequito, Serra de Sant'Anna, banha o sitio de que tira o nome, e desagua no Patacorô, com 18 kilometros.

«Dizimeiro», vindo tambem do Perequito, Sacco do Dizimeiro, passa em Divisão e entra no Riacho Pé de Serra, com 12 kilometros de curso. Ha outros riachos de menor importancia.

LAGÔAS

«Livramento», a maior do municipio, bastante piscosa, presta-se á bebida de animaes, porém, sécca no verão.

«Umary», que consta de duas lagôas juntas.

«Patacorô»,

«Carretão», e outras menores.

SERRAS

«Nova», que se pode dizer que é uma pequena cordilheira a começar ao poente da Cidade, 3 kilometros, á direita do Riacho da Gar-

ganta, segue na direcção leste-oeste até ás confrontações de Cacimbas (Sant'Anna); dahi, toma a direcção sul-norte, com o nome de Pedra-Liza, no lugar desse nome, continuando para ponte toma o nome de Cajueiro, no lugar Pericô, e dahi, para o nascente, o de Serra de Sant'Anna, ou melhor, encorpora-se á serra dessa designação, enorme massiço que vae até á serra do Doutor.

A Serra Nova, em seu desenvolvimento, tem 48 kilometros, circulando quase todo o territorio de Flores, menos pelo lado sul. Ahi existem extensos maniçobaes; as terras prestam-se á cultura de algodão, cereaes e mandioca. Tem sitios de fructeiras, madeiras de construcção e caças.

«Garganta», que faz parte do territorio de Flores, na confrontação dos sitios Canassú e Garganta, em direcção ao sul, demanda a Cidade e termina no lugar Emma, a 3 kilometros de distancia. Dahi par deante, formam-se contrafortes, ou pequenas serras, em procura do sul, onde se ligam, no Sacco do Feijão, á serra da Pitombeira. E' lugar de criação e plantio de algodão.

«Pitombeira», começa a 6 kilometros de Flores, pelo sul, estende-se rumo sul, por cerca de 12 kilometros, até ligar-se á Serra da Caridade (Caicó). E' tambem productiva e bôa para criações.

«Quimquê», antigo «Cocuê», termo indigena, que quer dizer "Salgado", é uma ramificação da Serra de Sant'Anna, de que se desprende no lugar «Sacco dos Macacos», ao nascente de Flores e, na distancia de 42 kilometros, sempre em rumo sul, tem 18 kilometros de extensão, no municipio de Flores, até encontrar a serra Dórna, no de Acary.

SERROTES

São estes os mais interessantes :

Pitombeira,
Livramento,

Dansas,

Fechado,

Januario,

São Bento,

Sêbo,

Olho d'agua, e outros.

AÇUDES

Ha muitos açudes particulares no municipio, porém, de pequena capacidade, entre os quaes se destacam os de João Estanislau Souza, no sitio «Pedra Liza», de Francisco Cicero da Silva, no sitio «Sêbo», de Francisco Alexandrino dos Santos, no sitio «São Bento», de Adonias Galvão, no sitio «Ypiranga» e o de Josefa Paulina de Araujo, junto á cidade.

Os outros açudes particulares nas fazendas «Passagem», «Ipueiras», «Pitombeira», «Fechado», «Bom Jesus» e «Umary Prêto» têm capacidade para dois annos de estiagem. As vasantes servem para cereaes, tuberósas e algodão.

O açude publico, ao pè da cidade, foi construido em 1892, é de pequena capacidade, séca no verão e não serve á agricultura, devido á sua pequenez, mas apenas á bebida de animaes.

RIQUEZA MINERAL

Além da abundante pedra calcarea e excelente granito para construcção, ha noticias de jazidas de ferro (Serrote do Livramento), e amiantho (Fazenda Ypiranga) e salitre (Serra do Cajueiro), tendo sido este ultimo experimentado no fabrico da pólvora com bom resultado.

RIQUEZA VEGETAL

O terreno do municipio presta-se admiravelmente á cultura do algodão, mandioca, milho, arrôz, feijão, canna de assucar, batatas e fructas.

As serras estão cobertas de maniçobáes, de que se extrae a resina, ou borracha, que já tem sido exportada até para o estrangeiro. Foi em Flôres que primeiro se explorou a maniçoba por iniciativa de um dos Athanazios, conhecidos por «Tripeiros», e que acossado pela sêcca, foi ao Amazonas, e de regresso, lembrou-se de extrahir da maniçoba a resina, ou borracha. Não conseguiu collocação para o seu producto nas feiras do sertão. E, só depois de enviada, por intermedio de certa casa commercial do Assú, viu coroada de exito a sua iniciativa. Então, começou a cultivar a maniçoba, no que foi imitado por outros habitantes deste e de outros municipios.

A borracha da maniçoba é extrahida pelo modo seguinte:

Golpêa-se, com uma machadinha, ou foice, o tronco da arvore, em certo dia. Seis dias depois, vão os "borracheiros", munidos de embornaes, colher a resina, ou *latex*, já solidificado.

Chama-se a "borracha do ar", considerada de 1.^a sorte. A maniçobeira bôa pode dar mais de 3 kilos de resina, por safra, e pode ser golpeada trez ou quatro vezes, ao anno. A epoca propria da colheita é de julho em deante, quando começa a quéda das folhas.

Ha outro typo de "borracha do chão", que se obtem cavando as raizes da arvore e golpeando-as pela mesma forma, para colher o *latex*, 48 horas depois. E' inferior em preço e em qualidade, por vir quase sempre acompanhada de terra e porque a raiz tem maior quantidade de

seiva que o caule da maniçoba. Já se tem exportado, em um anno, 35.000 kilos de borracha de maniçoba.

Ha 10 fabricas de farinha de mandioca e 5 bolandeiras, 6 engenhos de ferro para aguardente e rapaduras e 14 descaroçadores para algodão e cerca de 1.200 roçados de algodão e cereaes.

RIQUEZA ANIMAL

E' bastante intensa a criação de gados neste municipio, que conta 60 fazendas, com cerca de 15.000 cabeças bovinas, (3.800, em 1932), 5.000 cavallares, 8.000 caprinos, 6.000 ovinos e 2.000 suinos.

Fabrica-se excellente queijo de manteiga.

CURIOSIDADES NATURAES

«Arribações da Serra Nova»: — As conhecidas aves do sertão, que nuns logares são "avoêtes", noutros "rabaçans" e noutros "aves de arribação", encontram na Serra Nova o seu natural e constante *habitat*.

Ellas, ahí, chegam com as primeiras chuvas e prenunciam os bons invernos; fixam-se e se reproduzem em larga escala, alastrando de ovos alguns kilometros sobre o capinzal.

De todos os logares adjacentes, affluem pessoas para a colheita dos ovos, que são apanhados a cuias e vendidos a litros, para alimentação.

Finda a epoca da postura, e quando já os filhotes estão em começo de vôo, os caçadores, á noite, vão fazer o "facheamento", isto é, accendem um morrão de madeira, em geral de "facheiro", untado de kerosene, e, sob a arvore que ellas cobrem, atêam o "facho"; ellas en-

candeadas e tontas, são facilmente apanhadas, mortas com varas, até com as mãos, e collocadas em grandes embornaes de algodão, ou couro, occupando-se as mulheres e meninos em tratar da caça, salgando-a e pondo-a a seccar.

Os caçadores organizam-se em grupos e cada um delles tem o seu "coró", guarda, ou vigia, que fica no ponto de partida, tocando um busio ou alguma outra buzina para orientar a sahida da serra, o qual ganha o *dizimo* da caça do seu grupo.

Um milheiro de *arribação* custa 50\$000 e apuram-se avultadas importancias nessas caçadas originaes.

VIAS DE COMMUNICAÇÃO

Nenhuma estrada de ferro serve ao municipio. As estradas de rodagem, ou simplesmente carroçaveis, que fazem as communições com os povoados e municipios limitrophes são as seguintes: De Flores á Serra do Quinquê, com 42 kilometros; até Curraes Novos 54 kilms.; de Flôres a S. Miguel de Jucurutú, por Canassú, com 18 kilometros e até aquella villa, com 36 kilometros; de Flôres a Acary, por «Marias-Pretas», com 24 kilometros e até á cidade, com 54 kilometros.

Ainda tem distancias a considerar: de Natal, ao norte, 47 legoas; a Acary, ao sueste, 9 legoas; a Caicó, ao poente, 12 legoas; a Sant' Anna, ao noroeste, 7 legoas e a Macau, porto mais proximo, 30 legoas.

Entretanto, as estradas não são boas, devido á natureza dos terrenos, por onde passam, e que são, em geral, "saccos" de serra, com la-deiras íngremes, de difficilimo accesso.

FIGURAS SALIENTES

Cosme de Abreu Maciel, donatario do «Ros-saurubú».

Athanasio Fernandes de Moraes (1790-1860), fundador da localidade. Deixou grande próle e era famoso pela coragem pessoal. Contam que matou 42 onças.

Brigadeiro José Carneiro Machado Rios, revolucionario de 1817.

Te. Cel. João Carneiro Machado Rios, pernambucano-misántropo.

ADMINISTRADORES

João Toscano de Medeiros, presidente da Intendencia de 1890-1892, 1896-1898, 1899-1901, 1905-1907, 1908-1910, 1911-1913 e 1914-1916.

Alexandre Pereira de Araujo, P. I., de 1893-1895.

Silvino Garcia do Amaral, de 1902-1904 e 1917-1919.

Manoel Emygdio de Araujo, de 1920-1922.

Ignacio Araujo, de 1925-1929.

VIGARIOS

Pe. Idalino Fernandes de Souza, capellão em 1866.

Pe. Ignacio Cavalcanti de Albuquerque, 1.º vigario e installador da freguezia, (1904).

Pe. João Borges de Salles, (1905-1911).

Pe. Antonio Brilhante de Alencar, encarregado (1912-1913).

Pe. Benedicto Basilio Alves (1913-1917).

Pe. Esmerino Gomes (1917-1920).

Pe. João Soares Bilro (1921).

Pe. Antonio Vicente da Costa (1922).

Pe. Natanael Ergias de Medeiros.

Pe. João Clemente de Moraes Barretto.
 Pe. Francisco Mario Corrêa de Aquino.
 Pe. Ambrosio Silva.
 Pe. Antonio Avelino e
 Pe. Mario Damasceno.

PROFESSORADO

Joaquim José de Carvalho Pinto (1883-1893).
 Honor de Souza Lemos (1893-1901).
 João Felipe Teixeira de Souza.
 José Prospero de Araujo Fernandes (1898).
 D. Vicencia Corsina Lopes de Macedo (1886-

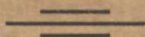
1905).

Manoel Fernandes de Araujo Nobrega (1898-1908).

João Praxedes de Medeiros (1924-1926).

A 8 de setembro de 1927, foi inaugurado o predio das Escolas Reunidas «Cel. Silvino Bezerra», criadas pelo decreto n.º 341 de 23 de agosto daquelle anno, e nellas teem servido:

Prof. Rosa da Silva Cunha (1926-1932).
 Prof. Maria Lydia Pereira Dias (1927-1933).
 Prof. Petronilla de Paula Souza.
 Prof. Myrtilia de Moura Lima.
 Prof. José Fernandes da Silva.
 Prof. Stella Luz da Cunha.
 Prof. Maria Nathercia Xavier.



GOYANINHA

O MUNICIPIO

Goyaninha, municipio do agreste, que se debruça ás margens do Rio Jacú e da Lagoa das Guarahyras, é assim denominado, segundo a tradição, porque foi fundado e povoado por uns negociantes ambulantes, conhecidos por «mascates», vindos de Goyana, na Capitania, hoje Estado de Pernambuco, em lembrança do seu ponto de origem, e é limitado, ao Norte, pelos municipios de Arez e São José de Mipibú; a Leste, pelo Oceano Atlantico; ao Sul, pelos de Canguaretama e Pedro Velho, e a Oeste, pelos de Nova Cruz e Santo Antonio.

As divisas conhecidas do municipio com os outros são: ao norte, a Lagoa de Guarahiras (Grahiras, por corruptela), desde a barra no Atlantico, ou barra do Tibau, até o logar «Areada», onde despejam as aguas do rio Jacú, dahi pelo curso deste rio acima, até á propriedade Limoal, seguindo em procura da barra de Tabatinga e pelo rio Ararahy, acima (Arez) até encontrar o rio das Larangeiras, em Larangeiras do Abdias (São José); dahi, segue até passar ao pé do povoado Brejinho (S. Antonio), e pelo Riachão, em rumo norte-sul, até apanhar a Lagoa do Genipapo, e seguindo pelos marcos do Rio das Varzeas, passa na propriedade Lapa (Nova Cruz), desce para Pedro Velho, até alcançar o rio

«Catú», desde a sua nascença, na Matta do Marfim, pouco abaixo das nascenças do rio Pequery (Canguaretama), descendo pelo seu curso, até á barra de Sibaúma, sobre o Oceano Atlantico e pela continuação de cuja costa fecha-se o polygono de limites, na barra do Tibáu.

A extensão territorial do municipio é calculada, approximadamente, em 30 kilometros de norte a sul e 50 de leste a oeste, perfazendo uma area quadrada de 1.500 kms.

As primeiras informações acerca da exploração do territorio resultaram das datas de sesmarias concedidas aos mascates de Goyana Grande, (negociantes ambulantes) e a portuguezes, que, segundo uns, (1) por volta de 1679, e na opinião de outros, (2) em 1690, estabeleceram as primeiras moradas de que derivou a povoação.

Fazia parte este territorio do seu visinho constituido pelas extinctas missões de São João Baptista das Guarahyras, depois Arez, e instalado em 1761, pelo corregedor dr. Miguel Carlos Caldeira de Pina Castello Branco, em virtude das determinações do alvará regio de 8 de maio de 1758 e carta regia de 14 de setembro do mesmo anno.

Deu-se, porém, o desmembramento por força da resolução do Conselho de Provincia em 7 de agosto de 1832, e a installação do novo municipio de Goyaninha com a posse da Camara Municipal, presidida pelo Cel. Antonio Galdino da Cunha, sendo presidente da Provincia, o dr. Manoel Lobo de Miranda Henriques, em 1833. Para ahí foi transferido o Archivo da Camara Municipal de Arez, que perdêra a cathogoria de villa. Para estabelecer os limites do municipio de

[1] Ferreira Nobre, «Breve Noticia», pag. 154.

[2] Informação do capitão João Baptista Constant Simonetti.

Goyaninha foram nomeados, em sessão do Conselho de Provincia, de 9 de setembro de 1833, em commissão, o padre José Gabriel Pinheiro, vigário da freguezia, Antonio Galdino da Cunha e Bento Freire do Revorêdo.

Mais tarde, foi o seu territorio accrescido e diminuido, por varias vezes, com a annexação ou restauração do de Arez, até que, em 1890, a criação do municipio de Santo Antonio, sua antiga povoação, (Decreto n.º 32 de 5 de julho de 1890, do governador provisório Dr. Joaquim Xavier da Silveira Junior) causou perda de seu territorio, embora que, logo depois, (Decreto n.º 107 de 31/3/91) fosse o primeiro revogado e finalmente (Decreto n.º 6 de 8 de janeiro de 1892) restaurado o municipio de Santo Antonio.

O seu conselho de jurados e fôro civil foram creados pelo decreto de 5 de outubro de 1838, como ponto central dos municipios de Villa-Flôr e São José de Mipibú, na gestão provincial do dr. João José Ferreira de Aguiar.

Goyaninha foi elevada á cathogoria do comarca de primeira entrancia na Monarchia por lei n.º 844 de 26 de junho de 1882, mas, só se installou a comarca em 30 de janeiro de 1890 pelo dr. José Climaco do Espirito Santo, seu 1.º juiz de direito, sendo promotor publico o dr. Antonio José de Mello e Souza, juiz municipal o dr. Antonio Galdino de Araujo Cunha e escrivão Manoel André de Lima. Conservada na organização Gurgel, em 1891, foi supprimida na organização judiciaria de Pedro Velho, (lei n.º 12 de 9 de janeiro de 1892) pelo que voltou a districto da de Canguaretama, depois passando para a de São José, (lei n.º 248 de 26 de fevereiro de 1907), tornando á primeira e á segunda successivamente (acto do Governo de 12 de maio de 1921), até que ficou definitivamente incorporada á de Canguaretama, em que está.

A população global do municipio é de cerca de 20.000. Em 1877, era de 12.296 almas, (Ferreira Nobre, *Breve Noticia*, pag. 155.)

A CIDADE

A séde do municipio de Goyaninha é a cidade do mesmo nome, situada proxima ao rio Jacú, em uma vasta planicie insular. E' logar saudavel e de bom aspecto. A vasta ilha é formada pelos dois ribeiros: o rio *Brandão*, ao norte, e o da *Ponte*, ao sul. Aquelle vem do Bemfica e este nasce das mattas do «Desterro», confluindo ambos no sitio «São Miguel», de onde seguem juntos para desaguar na lagôa de Guahyras.

A cidade é formada por uma rua principal, em declive, a qual parte do ponto mais alto, onde se acha edificada a Matriz, que lhe dá nome, e desce em procura do valle do rio «Brandão». Ha outras ruas adjacentes, travessas e ladeiras: Rua da Parada de Cima, Rua da Parada de Baixo e Rua da Gloria, (antiga Boi Chôco.) Os edificios publicos municipaes são: a Prefeitura Municipal, um grande sobrado construido ha mais de seculo por Ignacio Joaquim e considerado a mais antiga habitação local, o Mercado, construido em 1916, na administração do Cel. Gonzaga Barbalho, a Cadeia que fica na parte baixa da Prefeitura, o Grupo Escolar «Moreira Brandão», edificado em 1910 no governo municipal do Cel. Manoel Duarte, o banheiro, que fica no «Rio da Ponte», construido pelo prefeito major Abdon Grillo (1930), e a ponte sobre o rio «Brandão», completamente remodelada em 1937, na administração do Prefeito Jeronymo Cabral, E' propriedade do Municipio um sitio agricola junto á cidade e a matta do «Pau-Ferro».

Ha construcções assobradadas e outras térreas de agradável aspecto. A feira semanal, creada pelo resolução provincial de 16 de novembro de 1848, realiza-se presentemente aos sabbados. Tendo sido supprimida, mais tarde, foi restaurada em 1891, sob a presidencia de Luiz Francellino.

E' servida a cidade e o municipio pela Estrada de Ferro Natal a Nova Cruz, actualmente Great Western of Brasil Railway, cuja estação fica em um arruado a 1,5 kilometro da cidade.

Goyaninha foi villa pela resolução do Conselho provincial de 7 de agosto de 1832 e elevada á cidade por lei estadual, n.º 712 de 9 de novembro de 1928, de iniciativa na Assembléa Estadual do seu digno filho, dr. Antonio Bento de Araujo Lima, que apresentou e defendeu o projecto respectivo.

O aspecto geral da localidade é assás curioso e apreciavel. O viajante que, no trem da Great Western, tem galgado a rampa de Estivas, descobre logo um casario branco a debruçar-se do alto a baixo e a mudar constantemente de posição, á medida que o comboio avança, desce á baixada e, pelas encostas do taboleiro, vence as pontes sobre o Jacú, numa successão de aspectos bizarros que predispõem bem o espirito ao attingir a pitoresca cidade do Jacú.

Certa vez, um passageiro illustre (3) viajando num dos comboios da estrada que os inglezes exploram, ao avistar as primeiras casas brancas de Goyaninha, e sem poder reprimir a emoção, exclamara:

—«Goyaninha! Patria de anjos»!

E' que elle conhecia perfeitamente a belleza das filhas da terra amavel...

(3) Dr. Alfredo de Araujo Cunha (N. a 11-6-1861 e f. a 18-3-1929).

A cidade possui os serviços federaes de correios e telegraphos, além dos que a Estrada de Ferro faz pelos seus comboios e linhas.

A instrucção publica sempre foi cuidada ali. A' cadeira de grammatica latina (lei n. 11 de 9 de março de 1835) regida pelo professor José Nicacio da Silva (4) e ás cadeiras de primeiras lettras creadas em virtude da lei de 15 de outubro de 1827, (masculina, 14 de outubro de 1829) (e feminina, lei de 26 de setembro 1856,) juntavam-se outras escolas em Espirito Santo, Piáu e Tibáu (1894). A cadeira masculina installada em 1830 era regida pelo professor capitão Antonio Martins da Silva e tinha 23 almos. Da aula feminina foi professora installadora d. Joaquina Facelli Villa. (5)

O Grupo Escolar «Moreira Brandão, creado pelo decreto n.º 220 do Governador Alberto Maranhão, a 7 de março de 1910, foi inaugurado a 12 de maio do mesmo anno.

O cemiterio local foi construido pelo povo, sob a direcção do missionario Frei Herculano Tertuliano Vieira. Fica ao norte da cidade. Foi ultimamente ampliado (1936) na administração do prefeito Agenor Lima, e tem uma capella em construcção, de iniciativa particular. Os povoados têm tambem cemiterios.

O sentimento civico foi ahi sempre cultivado pelos valorosos cidadãos que empunhavam o bastão de chefes dos tradicionaes partidos politicos da Monarchia. O coronel Antonio Bento de Araujo Lima, chefe do partido liberal, senhor do engenho «Bom Jardim», deixou, na sua folha de serviços ao municipio e á Provincia, uma

(4) Progenitor do Monsenhor Augusto Franklin Moreira da Silva (1843-1936).

(5) Nestor Lima : — «Um seculo de ensino primario», 1927, pags. 47, 40 e 66!

tradição de benemerencia, ainda seguida por descendentes seus, que lhe teem honrado o nome e a popularidade.

Por seu lado, a familia do «Bosque», fundada e chefiada pelo Cel. Antonio Galdino da Cunha e continuada sob a direcção dos padres João Jeronymo da Cunha, chefe conservador, e João Alipio da Cunha, mantinha um prestigio assás avassalante sobre os seus muncípes. O ultimo fundou e presidiu, desde 3 de março de 1890, o Club Republicano «17 de Novembro». Na povoação de Brejinho, que então lhe pertencia, o cel. Antonio Fernandes Borges tambem dirigiu o Club Democratico «13 de maio», ali organizado a 29 de abril daquelle anno.

A campanha abolicionista ali teve os seus propulsores, entre os quaes se destacaram os libertadores Cel. Antonio Bento de Araujo Lima e Padre João Jeronymo da Cunha, que, de uma só vez, libertaram expontaneamente 26 e 25 escravos. A Commissão local da Libertadora Norte-Rio-Grandense, fundada em Natal a 1.º de janeiro de 1888, era constituída pelo Cel. Antonio Bento, Padre João Alipio da Cunha, Dr. João Carlos da Silva Guimarães, Capitão João Baptista Constant Simonetti e o vigario da freguezia, que era o Pe. Manoel José Pereira de Albuquerque. («Boletim da Libertadora», n.º 2, de 23/1/1888).

Havia no municipio, segundo a estatística de 1887, 277 escravos, sendo homens 161 e mulheres 116. Iniciado o movimento libertador, começaram os senhores de engenho a alforriar os seus escravos, com tal ardor e entusiasmo, que, no dia 18 de março daquelle anno, já era livre a Villa, que passou a figurar no quadro de honra da «Libertadora». Egualmente livres já eram os seus povoados: Santo Antonio, Piáu, Tibáu, Brejinho e Pípa, restando escravos 37

apenas, em todo o territorio do municipio, unicos a quem aproveitou a libertação decretada a 13 de maio do mesmo anno.

Ha ainda hoje uma singular lembrança do movimento libertario que os proprios negros escravos realizaram em Goyaninha, sob a inspiração dos escravos Bonifacio, Estevam, Leandro e Eduvirges, pertencentes ao engenho «Bom Jardim». Foi em eras de 1870, quando ainda era bem vigorosa a instituição servil. (6)

Um dia, rebellaram-se os escravos do «Bom Jardim», chefiados por Bonifacio, conseguindo levantar, na assuada, os do «Bosque», «Ilha Grande» e outras propriedades. Constituiram-se em auctoridades administrativas e judicarias, sendo Bonifacio o presidente da Camara, outro o juiz de direito, e outros occupando cargos menos elevados. E, reunidos em massa rebelde, pretendiam vir á Capital da Provincia reclamar os seus direitos, ou depôr as auctoridades de então.

Mas, na matta do Baldhum, quando vinham já em demanda de Natal, tiveram violento encontro com a força publica, de que resultou o desbarato da «arrancada negra». Em consequencia disso, foi assassinado, depois, o «capitão de matto», quando recebia ordens para dar caça ao negro Bonifacio, accusado de outros crimes e da rebelião, e que se suppunha foragido para os lados de Goyana-Grande, (Provincia de Pernambuco).

Ainda assim, é digno de rememoração o movimento negro, fiado somente na força pessoal, sem o amparo de Deus nem dos homens, o que muitos annos depois é que vieram elles a conseguir em prol da sua libertação.

(6) Informação de Antonio Fernandes da Camara, residente em Canaretama.

Resta, porém, em Goyaninha, uma reliquia desses velhos párias da lei: é o velho Leão, actualmente centenario, curvado com um arco e vivendo da caridade publica. Foi escravo de varios senhores em Arez e Goyaninha, como trabalhador do "eito" nos engenhos. E o mais singular é que Leão tem prole de pouco mais de seis annos de idade...

A FREGUEZIA

Primitivamente, a povoação de Goyaninha era parte integrante da missão de S. João Baptista das Guarahyras e da freguezia de Arez, sob a direcção dos padres jesuítas, e até á sua expulsão.

A capella primitiva, segundo a tradição local, foi erigida a esforços das familias Jundiá (Souza e Revorêdo) e Lopes Galvão e já era dedicada á Nossa Senhora dos Prazeres. Não se sabe, ao certo, a época da sua criação, mas, existe do lado léste da Igreja, hoje, uma pedra onde se lê uma data — 1636. Outras pessoas antigas suppõem que ella foi erigida em 1690.

De positivo o que se tem é a informação do Relatorio do Bispo de Pernambuco, D. Frei Luiz de Santa Thereza, que, em 1746, dizia á Santa Sé, após a visita pastoral:

«Sequitur Ecclesia Domina Nostra a Gaudiis, loco Goianinha, dicto sita, parochia pauperrima, tria annexa oratoria, quibus omnibus vix necessaria reperiuntur.»

Traducção: «Segue-se a Igreja de N. S. dos Prazeres, situada no lugar chamado Goianinha, tendo tres

capellas filiaes annexas, em todas as quaes apenas se encontra o necessario.» (Conego Estevam Dantas, «Revista», do Instituto Historico, 1928-1929, pags. 251-252.)

O alvará regio de 13 de agosto de 1821 elevou a capella de N. S. dos Prazeres á cathegoria de Egreja Parochial e a lei provincial n.º 219 de 27 de junho de 1850 confirmou a criação da freguezia e deu-lhe os respectivos limites.

O seu primeiro cura foi o padre Antonio de Andrade Vianna (1680-1710), tendo ahi exercitado as suas funcções pastoraes o grande sacerdote, Padre Antonio de Albuquerque Montenegro, que mais tarde teve grande actuação na politica da Provincia, após a jornada memoravel de 1817, em que serviu de mentor e guia do coronel André de Albuquerque Maranhão, chefe do movimento republicano, em Natal.

A freguezia foi visitada em 1746, como já se disse, em 1791, pelo visitador Bandeira, em 1809 pelo padre Almeida, em 1820, pelo visitador Coelho, em 1881, pelo bispo de Pernambuco, d. José Pereira da Silva Barros e em 1895, pelo bispo da Parahyba, D. Aducto Aurelio de Miranda Henriques.

A Egreja Matriz mede 34,50 mts. de comprido por 18 mts. de largura. A nave tem 20 por sete. A capella-mór mede 9 mts. por 5,50 mts. Possui 5 altares. Os altares compõem-se dos seguintes santos: altar-mór: N. S. dos Prazeres, S. Miguel e N. S. do Rosario e nos lateraes: Coração de Jesus e N. S. da Piedade.

Tem experimentado alguns melhoramentos de certo tempo a esta parte. Tem capellas filiaes nas povoações de Espirito Santo, Piáu, Tibáu e Varzeas. As irmandades são: do SS. Sacramento, cujo compromisso foi approvedo pela

resolução provincial n.º 75 em 11 de março de 1841, a do SS. Coração de Jesus, também aprovado o respectivo compromisso pela resol. n.º 315 de 7 de agosto de 1855, o Apostolado da Oração (1892) e a do Coração Eucarístico (1902).

POVOAÇÕES

«Espírito Santo», ou «Cruz do Espírito Santo», antiga «Canna Brava», é um povoado decadente, fica a 18 kilometros da cidade, a sudoeste, tem cerca de 80 casas e 4.000 habitantes. A lei provincial n.º 20 de 26 de março de 1835 falava em «Canna-brava», á margem do rio Jacú. Outra lei de 1874 (n.º 724 de 9 de setembro) referia o logar «Canna-brava», hoje povoação do Espírito Santo. Finalmente, a lei n.º 826 de 23 de dezembro de 1877 creou o districto de paz na povoação da «Cruz do Espírito Santo», no municipio de Goyaninha.

Tem capella de N. S. da Piedade. E' logar agricola e commercial. Tinha, em 1922, 3 descarçadores, 1 bolandeira e 3 engenhos. A feira é realizada aos domingos, durante a safra.

Tem actualmente escolas reunidas denominadas «João Tiburcio», em homenagem ao emérito educador potyguar, que ali perto nasceu (Sitio «Jardim»). Mas, desde a monarchia, ali existia escola publica. Em 1921, o Governador Antonio de Souza creou (decreto n.º 145 de 9 de agosto) uma escola rudimentar, mais tarde, desdobrada nas actuaes reunidas.

«Piáu», povoado central, a trez leguas ao nordeste da cidade, á margem da lagoa das Guarahyras, tem cerca de 300 fogos e 3.000 habitantes, a capella é dedicada á N. S. das Dores. Possúe, ao derredor, um engenho a vapor para moer cannas. Tem 3 casas de negocio. A cadeia de primeiras lettras foi ahi creada em

1884, supprimida em 1885 e restaurada em 1886. Actualmente, possui uma cadeira rudimentar creada pelo decreto n. 248 de 27 de agosto de 1927, no governo do dr. José Augusto.

«Tibau», com 200 fogos e 2.000 habitantes, é situada á margem da Lagôa das Guarahyras e á beira do Atlantico; é saudavel e florescente. Tem capella dedicada a Santo Antonio. Habitada por pescadores, tem pescarias constantes no alto mar. Tem escola rudimentar creada pelo decreto n. 218 de 11 de setembro de 1923.

«Pipa», graciosa povoação “á beira mar plantada”, tem cerca de 180 casas e 1.000 habitantes. Não tem capella, nem tem escola rudimentar.

«Varzeas», povoado central á margem do ribeiro Varzeas, tributario do Rio Jacú, distante cinco legoas da cidade, tem 150 casas e 2.500 habitantes. A sua capella é consagrada a S. Pedro. Tem varias casas de negocio. Tem escola rudimentar creada pelo decreto n. 260 de 18 de maio de 1925.

Ao par dos povoados indicados, possui o municipio os seguintes logarejos, engenhos, fazendas e sitios:

«Ilha Grande», dos herdeiros do Cel. Manoel Duarte da Silva. Foi fundado pelo Cel. Antonio Galdino da Cunha.

«Limoal», (antigo Irimuá, do nome de um ribeiro) pertence ao Cel. Luiz Gonzaga da Silva Barbalho. Pertencia á familia Albuquerque Maranhão, de Cunhaú.

«Bom Jardim», (antigo «Passagem funda»), dos herdeiros dos Ceis. Antonio Bento de Araujo Lima e Manoel Ottoni de Araujo Lima. Comprehende Arvoredo, Sucurú, Açude, Mocambo, Cotovello, Rodeador e Tabúa.

«Bosque» é de Basilio Basiliano Barbalho, pertenceu aos padres João Jeronymo da Cunha e João Alipio da Cunha.

«Jardim», pertencente ao major Abdon Franklin de Meróes Grillo.

«Bemfica», de Odilon Ernestino Barbalho.

«Carnaubal», de Lindolpho Grillo.

«Paquetá», de Arthur Bezerra Cavalcanti.

«Sumaré», de Felix José Marinho.

«São Miguel» foi de Miguel Coutinho Lisbôa. Viados, Luiz Gomes, Gamelleira, Imbú, Lago Grande, Riachão, Camaragibe, Lagoa Comprida, Lagoa da Pedra, Rio das Pedras, Lagoa da Cachoeira, Tapacurá, Antas, Timbó, Jundiáhy, Passão, Riacho do Mel, Ramada, Forquilha, Barbella, Riachão, Maracujá, Caróbas, Lagoa do Porto, Goitizeiro, Lagoa do Cascavel, Barrocas, Miranda, Onofre, Capoeiras, Estação, Brandão, Una, Borges, Annequim, Lagoinhas, Taperubú, Marisco, Cunha, Carnaubinha, Arvoredo, Sucurú, Açude, Mocambo, Cotovello, Rodeador, Tabúa, Barroca, Batalha, Pitombeira, Paraizo, Pau-ferro, (7) Boa-Vista, Guariba, Cabeça de Boi, Periperi, Lagoa Verde, Cova da Onça, Jundiá, (8) Jundiá de cima (Perereba), Jundiá de baixo, Manoel Paz, Cigano, Taperá, Pau d'oleo, Genipapo, Tabóca, Anacé, Barro Vermelho, Santa Catharina, Malhadinha, Murzellas, Rio da Prata, Ararahy, Baixa da Mangueira, Lagoa feia, Mãe-Chica e Vallado.

(7) É propriedade do Municipio.

(8) Do Livro 6.º fls. 67 do Registro de Sesmarias do Instituto Historico vê-se que foi concedida uma sesmaria ao capitão José de Freitas Leitão, a 3 de janeiro de 1788, pelos capitães-mores e governadores interinos José Baptista Freire e José Pedro de Vasconcellos, o qual se dizia, ha 36 annos senhor e possuidor de uma sorte de terras no Jundiá Perereba, por datas e titulos perdidos com a expulsão dos hollandezes, e pedia «uma porção de terras para a parte da estrada das boladas do sertão ás nasçenças do proprio Riacho, chamado Jundiá Perereba e outras vertentes annexas, e sitio das Tabocas, onde tinha o supplicante rendeiros, confinando pelo nascente, com a data do capm-mór Felix Ferreira da Silva e pelo poente com o capm-mór Luiz de Albuquerque Maranhão. Eram trez legoas de comprido por uma de largo.»

RIOS

«Jacú», vem do Estado da Parahyba, entra no município de Goianinha, junto ao logar Lagôa Grande, banha Lagêdo Grande, Camaragibe, Riachão, Espirito Santo, Passão, Jardim, Bosque, Bom Jardim, Cunha, Taperubú, Lamarão, Limoal, Una, Estivas e Ilha Grande e desagua na Lagoa das Guarahyras, no logar «Areada».

«Catú», que nasce no município de Canguaretama, nos taboleiros da matta do Marfim, proximo ás cabeceiras do Rio Pequery, entra em Goianinha, no logar Catú do Faustino, passa em Maginario, Pitúba, Catú do Leoterio, Gruta do Bóde, Pae Matheus, Tarunan, Regálo, Catú de entrada, Catú de João Marques, Lóro do Machado, Barroca, Barra do Saquinho, Barra do Galhardo, Tecelão, Paquinha e Sibaúma, onde faz barra no Oceano Atlantico.

RIACHOS E VERTENTES

Riacho das Varzeas, que nasce no logar «Baixio», entra no logar Veados, banha Varzeas e Gamelleira, onde despeja no Rio Jacú.

Vertente do Timbó, que nasce no Timbó, passa no Espirito Santo e vem desaguar no Rio Jacú.

Vertente do Jundiá, nasce no Ararahy, banha Jundiá e Riacho e faz barra no rio Jacú.

Vertente do Rio do Salto, que nasce do Serróte, passa no Rio do Salto e despeja no Rio Jacú.

Vertente Una, que alguns consideram rio (Relatorio do Governo, em 1894), nasce na Jacaracica e passa no rio do Salto, onde desagua no rio Jacú.

Vertente do «Rio da Ponte» nasce no logar Desterro, passa nos logares Ponte, São Miguel,

Carnaubal, Paquetá e Ilha Grande, para despejar na Lagoa das Guarahyras, no logar Areada.

Vertente Sumaré nasce no Sumaré, passa no aterro e despeja na Lagoa das Guarahyras.

Vertente do Piáu nasce nos taboleiros do Piáu de Cima e banha Piáu de Baixo, onde despeja na Lagoa das Guarahyras.

Vertente do Galhardo, que ahi nasce, e passa em Agua-bôa, Maria Ferreira, Cosme de Mattos, Santa Catharina, Passagem de Goyaninha, Carnaubinha, Agua ruim e Varjota, onde entra no Rio Catù.

LAGÔAS

«Guarahiras», (por corruptela «Groahyras».) limite septentrional com Arez, é o despejo do Rio Jacú, communica-se com o mar pelo canal do Tibau, que as enchentes de 1924 alargaram consideravelmente. A Lagoa fica a uma legoa da Cidade e todo o seu lado oriental pertence ao municipio de Goyaninha. Ficam-lhe á margem os seguintes logares: Tibau, (povoado,) Cacimbas, Bocca da Matta, Pernambuco, Cabeceiras, Caracará, Oiteiros, Morim, Manumbú, porto do Manumbú, Catolé, Rio do Piau, Piau, (povoado,) Piáu de Cima, Piáu de Baixo, Ilha das Moças, Ponta da Estaca, Ilha das Batalhas, Porto do Quirino, Porto do Mary, Ponta do Camarão, Rio Cafundó, Rio das Cajazeiras, Ilha do Queimado, Divisão dos Possinhos, Ilha do Preá, Ilha do Cotovello, Varzea do José Gomes, Rio da Areada, Divisão do Sumaré, Sumaré Grande, Sumaré de Baixo, Ilha Grande, Joazeiro, Paquetá, Carnaubal, Mãe-Chica, São Miguel, Rio da Ponte, Des-terro, Cova da Onça, Baixa de Pae Matheus, Moita das Vaccas, Louro, Moita da Mina, Olho d'agua, Lagoa dos Veados, Pau Brasil, Sumaré de Fôra, Pau de Jangada, Aterro, Lagoa do Zumbi e Moita do Chicote.

Lagoa do Annequim, com mais de um kilometro de extensão, é pouco piscosa e agricola.

Lagoa do Taperubú, com um kilometro de diametro, é piscosa e as suas margens são agricolas.

Lagoas: Da Telha, da Velha, do Ouro, dos porcos, do Zumbi, do Gravatá, do Mary, do Engenho, do Poço e do Periperi.

SERRAS E SERROTOS

Não ha, visto que o terreno do municipio è, em geral, baixo e arenoso, quase todo constituido por valles e taboleiros.

RIQUEZA MINERAL

Só o giz de varias qualidades e em grande abundancia. Não ha noticia de outros minereos.

RIQUEZA VEGETAL

E' a maior e a mais intensa que o municipio possúe com os varios engenhos de assucar, aguardente e rapaduras.

Exportam-se esses generos, além de algodão, farinha de mandioca e cereaes, que ali são cultivados. O algodão é herbaceo.

Existem tres descaroçadores; na safra de 1920-1921 foram exportados 2.568 fardos com 581.850 kilos de algodão; em 1921-1922, 1.411 fardos com 340.800 kilos. Produzem-se 15.000 saccos de assucar de 60 kilos, 400.000 litros de aguardente.

Possúe 80 casas de fazer farinha.

RIQUEZA ANIMAL

Existe muita criação em Goyaninha; tem fazendas de gado e varias «situações». O gado

vaccum, cavallar, muar, caprino, ovino e suino é exportado e abatido para consumo em outros municipios.

Ultimamente tem-se desenvolvido muito a criação de gado com a adopção de especimens de boas raças importadas, o que tem contribuido para melhora bem consideravel dos rebanhos.

Pratica-se a pesca na Lagoa das Guarahyras e nas praias maritimas do Tibau e Pipa, da qual vive a população pobre dessas zonas.

VIAS DE COMMUNICAÇÃO

A Estrada de Ferro Natal a Nova Cruz, hoje Great Western of Brasil Railway, tem estação proxima á cidade e á distancia de 65,500 kilometros de Natal e 358,0 de Recife. Possui telegrapho proprio, que faculta aos particulares. Tem regular movimento a Estação de Goyaninha.

Ha estradas carroçaveis para Espirito Santo, com 18 kilometros, para Varzeas, 30 kilometros, para Canguaretama, com 30 kilometros, pela Gruta do Bóde. Está ligada á estrada carroçavel que vem de Natal por São José, Papary, Arez e Estivas, apenas trafegavel nas epocas de verão; o inverno a torna intransitavel.

Ha tambem communações por mar, nas praias da Pipa e Tibáu, em barcos de pequena cabotagem.

PRAIAS E COSTAS MARITIMAS

Sobre o Oceano Atlantico ha as seguintes: Porteiras, Pipa, Madeiro Grande, Tibáu, Santo Antonio e Cajarana.

LENDAS E TRADIÇÕES

Goyaninha tem tambem as suas tradições correntes e acceitas.

* * * Contam que, ao tempo da guerra hol

landeza, as forças libertadoras, que se sabe foram commandadas pelo capitão-mór João Barbosa Pinto, viéram do Arraial Novo, (Pernambuco) afim de desalojar os flamengos que se haviam fortificado na Lagôa das Guarahyras, na supposição de fundar ali um entreposto commercial, através da barra do Tibáu. As forças nacionaes fizeram *parada* em certo local situado proximamente á cidade e á margem de uma lagôa ahi existente. Resultou disso que o local ficou sendo conhecido por «Parada» e a Lagôa da «Batalha», (hoje sitio do major João Cabral), porque ahi perto feriu-se o encontro dos brasileiros com os invasores bátavos. Durante esse furioso encontro, diz a tradição que apparecia, entre os nacionaes, uma bella figura de mulher, trajada de tunica azul, e que distribuia, numa «coité», areia que se transformava em «polvera» e facilitou aos defensores o exito que conseguiram contra os invasores. E' que, suppunham os antigos, essa bella figura de mulher era Nossa Senhora dos Prazeres, mais tarde, eleita Padroeira da freguezia.

Não fica ahi, porém, a crença legendaria.

* * * Dizem que a origem do culto de N. S. dos Prazeres é tambem um facto miraculoso. Nas epochas afastadas do seculo 17, foi achada, sobre um tronco de carnaubeira, uma imagem que os entendidos reconheceram como dessa invocação.

A noticia divulgada interessou vivamente a população convizinha, que deveria ser escassa, todavia. Todos se apressaram a levar á Santa as homenagens de seu filial amor, trasladando-a para um altar construido provisoriamente, em logar proximo á Lagoa da Batalha, onde pretendiam construir a capella.

Assim feito e collocada a imagem no seu

altar, foram os catholicos surprehendidos com o desaparecimento inexplicavel da santa, que fôra novamente vista sobre o tronco da carnaubeira, de onde havia sido trasladada.

Tornaram a trazel-a ao nicho, pondo-lhe guardas, na supposição de algum «engano» praticado por terceiro. Mas, redobrou-se-lhes a surpresa quando viram que a imagem volvêra ao seu primitivo lugar. Então, é que todos comprehenderam que era ali mesmo que a Santa desejava permanecer, e, por isso, construíram outro altar ou nicho, no mesmo lugar da Carnaubeira, o qual veio a ser o da capella, e é o da Matriz de N. S. dos Prazeres.

***Outra curiosa crença generalizada é a que se refere aos Jundiás, tradicional familia goyanninhense.

Entendem uns que «Jundiá» é a designação da tribu que outrora pervagava do rio dos «Jundiás», ou «Jundiahy», até a costa atlantica.

Outros fazem derivar a expressão da familia de Diogo Marques do Revoredo, que deu vultos notaveis nas lettras e na politica, ao tempo da Monarchia.

Mas, parece que a designação de «Jundiá» teve sua origem na sesmaria concedida a José de Freitas Leitão, (nota 8), que, fixando-se naquella logar, constituiu grande familia em que se entroncam os Revoredos, Souzas e Barbalhos, que se teem na conta de legitimos «Jundiás».

Pelo menos, é o que se infere da tradição que expõe um erudito em assumptos genealogicos, o dr. Mathias Maciel Filho:

“David Manoel da Silva Leitão (provavelmente descendente de José de Freitas Leitão), casou com Maria Barbalho, filha de Antonio José da Costa Barbalho e de D. Maria Germana Freire do Revorêdo, que, por sua vez, era filha de Bento

Freire do Revorêdo, o velho, e de sua mulher, D. Monica da Rocha Bezerra, e neta, pelo lado paterno, de Diogo Marques do Revorêdo e D. Ignacia Carneiro, e pelo materno, de Leonardo Pinheiro Teixeira e D. Maria Borges da Rocha Bezerra. Dizem que os filhos de Bento Freire do Revorêdo e D. Monica da Rocha foram 14, sendo treis homens e 11 mulheres, a saber: 1) Maria Germana, que casou com Antonio José da Costa Barbalho; 2) Anna Rita, casada com Bento José Fernandes de Barros; 3) Antonia Clara, que casou com Dionysio Gonçalves Pinto, (ou Lisbôa,) e foram os paes de Nysia Floresta; 4) Leonarda, casada com Ignacio Joaquim Grillo; 5) Francisca, mulher de Felix Ferreira da Silva; 6) Bento Freire do Revoredo Filho, que casou com Joanna Francisca da Rocha; 7) Ignacio, casado com Francisca Maria, e 8) Anna Catharina, casada com o major Basilio Quaresma Torreão, que foi presidente da Provincia em 1833-1836, e foram os paes de Basilio Quaresma Torreão Junior, magistrado. (9) Faltam os 6, de nomes ignorados."

Dentre os «Jundiás» mais famosos contam-se Bento Gervasio, revolucionario de 1817, e Nysia Floresta, insigne escriptora conterranea, já considerada «a mais notavel mulher de letras que o Brasil tem produzido», no dizer de Oliveira Lima. (1919)

Contam que o dr. Francisco Altino Corrêa de Araujo, antigo Presidente da Provincia (1884-1885) e juiz de direito de Canguaretama (1889), considerando-se legitimo «Jundiá», pelo lado materno, veio a Goyaninha afim de visitar os seus collateraes originarios dos primitivos Jundiás.

Grande foi a sua admiração, pois, teve de percorrer todas, ou quase todas, as casas da villa, de então, porque todos os seus habitantes

tambem se diziam «Jundiás» legitimas, cada qual invocando razões ponderosas. E' justo motivo de ufania essa tradição de origem, porque dos «Jundiás» teem brotado vigorosos rebentos que honram a nossa terra e a nossa gente.

ADMINISTRADORES

ADMINISTRADORES

(MONARCHIA)

Cel. Antonio Galdino da Cunha (1833-1836 e 1841-1844).

André de Albuquerque Maranhão (1837-1840).

Francisco Antonio Barbalho (1845-1848).

Targino Ernesto Bananeiras (1849-1852).

Padre João Jeronymo da Cunha (1853-1856 e 1861-1864).

Manoel André Torres Galvão (1857-1860).

João Baptista Constant Simonetti (1860-1866).

Cel. Antonio Bento de Araujo Lima (1881-1884).

Luiz Francelino de Aguiar (18851-888).

(REPUBLICA)

José Bellarmino Torres Galvão (1889 a 1890, agosto 1893-1895).

Jeronymo Cabral Pereira Fagundes (1890, set. a 1891, março).

Cel. Antonio Bento de Araujo Lima (março a dez.º 1891).

Capitão Emygdio Herculano Barbalho (1892 e 1923-1925).

Minervino Bezerra de Farias (1896-1898).

Francisco Herculano Barbalho (1899-1901).

Francisco Gil Cabral Fagundes (1902-1904).

João Jeronymo Cabral Fagundes (1905-1907).

Te. Cel. Manoel Duarte da Silva (1908-1910).
 Te. Cel. Manoel Ottoni de Araujo Lima (1911-1913, 1917-1919 e substituido por Paulirfo G. Teixeira, 1926-1928).

Cel. Luiz Gonzaga da Silva Barbalho (1914-1916 e 1920-1922).

Major Abdon Franklin de Merões Grillo (1.º Prefeito, 1929-30).

VIGARIOS

Pe. Antonio de Andrade Vianna (1690-1710).

Pe. José Vieira Affonso (1754).

Pe. Gonçalo Martins da Camara (de março de 1772 a maio de 1802. Presidiu a discussão dos Estatutos da Irmandade do SS. Sacramento a 23 de abril de 1791).

Pe. Antonio de Albuquerque Montenegro (1802 a 1827. Foi um dos grandes fautores da revolução de 1817, nesta então Capitania, como mentor e guia do Cel. André de Albuquerque. Foi accusado, esteve foragido trez annos até ás amnistias geraes de 1821. Foi deputado ás Cortes de Lisbôa, pelo Brasil).

Pe. Fidelis de Paiva Sobrinho, até 1820.

Pe. João Baptista Fradano, até 1821.

Pe. Manoel Joaquim Pereira (de 1823 até julho de 1824, quando reassumiu o padre Montenegro.)

Pe. Manoel Ferreira Borges (Novembro de 1839 a 1881). Pe. José Gabriel Pinheiro (1854-1834] vulgo Gibiraca.

Pe. Bernardino de Senna Lustosa, coadjuctor em 1866.

Pe. Idalino Fernandes de Souza (1881-1886).

Pe. José Luiz Cerveira (coadjuctor e pro-parocho 1886).

Pe. Manoel José Pereira de Albuquerque (1889-1899 e 1916-1923).

- 10). Conego Floriano de Queiroz Coutinho (1899-
1911-900).
Tei- Pe. José Alves Cavalcanti de Albuquerque
1900-1912).
1914- Pe. João Alipio da Cunha (regente interino,
a 14/12/1921).
rillo Pe. Moysés Ferreira do Nascimento (1912-
1916).
Pe. Jefferson Urbano da Rocha (1917).
Pe. Mizael de Carvalho [1924].
10). Pe. Fernando Nolte [1925].
Pe. Vicente Freitas [1925].
rço Pe. João Maranhão [1926].
são Pe. Leoncio Fernandes (1926).
nto Pe. José de Oliveira Barbalho (1927-31).
Pe. Benjamim Sampaio (1932).
gro Conego Luiz Adolpho (1932).
da Pe. Antonio Brilhante (1933).
mo Pe. Antonio Avelino (1934).
ue.
ás
tes

MAGISTRATURA

JUIZES DE DIREITO

Dr. José Climaco do Espirito Santo (1.º juiz,
installador, 1890-1891).

Dr. João Baptista Corrêa de Oliveira (1891).

Dr. Augusto Leopoldo Raposo da Camara
(nomeado na Organização Gurgel, em 1891, não
aceitou.)

JUIZES MUNICIPAES

(MONARCHIA)

Dr. Manoel Florentino de Albuquerque Mon-
tenegro (1875).

Dr. Francisco de Souza Ribeiro Dantas (1876).

- Dr. Joaquim Pacheco Mendes (1876-1880).
 Dr. Augusto Carlos de Mello L'Eraistre (1880-1884).
 Dr. Claudiano Bezerra Cavalcanti.
 Dr. Antonio Galdino de Araujo Cunha (1888-1890).

(REPUBLICA)

- Dr. Antonio Miguel Moreira de Souza (1891-1892).
 Dr. Eduardo Agapito da Silva Ferreira (1892).

JUIZES DISTRICTAES

- Dr. Victorino dos Santos Moreira (1914).
 Dr. Ezechias Pegado Cortez (1915-1917).

PROMOTORES

- Dr. Antonio José de Mello e Souza Filho (1890-1891)
 Dr. Antonio Victor Moreira Brandão (1891)

PROFESSORADO

- (Secundario) José Nicacio da Silva (1843-1845).

PRIMARIO

- Capitão Antonio Martins da Silva (1843-1849).
 Antonio da Silva Bondade (1875, e em Tibau, 1881).
 D. Joaquina Facelli Villa (1867-1883).
 Benjamin Posthumo Gracisman Galvão [1863-1882].
 D. Maria Salomé de Vasconcellos Teixeira [1884-1893].

- João Baptista Simonetti Filho [1885].
 Pedro de Araujo Costa [1886-1899].
 D. Maria Leopolda de Britto Guerra [1896-1897].
 D. Anna Philomena de Britto Guerra [1897-1904].
 Clementino Darío de Andrade Bastos [1900].
 Benvenuto Augusto Barbalho [1900-1905].
 D. Josefa Pereira Fagundes [1904].
 Antonio Bezerra Cezar de Andrade Sobrinho [1907].
 No Grupo Escolar «Moreira Brandão», creado por decreto n.º 220 de 7 de março de 1910 e inaugurado a 12 de maio do mesmo anno, teem servido :
- Dr. José Luiz da Costa Gouvêa [1910-1911].
 D. Lilia Guedes [1910].
 D. Francisca Ferreira de Menezes [1910-1911].
 Professora Maria das Graças Pio [1911-1920].
 Professora Maria Emiliana da Silva [1912-1919].
 Prof. José Rodrigues Filho [1912-1913].
 Bartholomeu Fagundes [1914-1915].
 Professor Joaquim Manoel de Merões Grillo [1915-17].
 Professor Aprigio Soares da Camara (1918-1919).
 Professora Clotilde de Moura Lima [maio 1919 a 1924].
 Professor Alfredo Simonetti (1920).
 Professora Leonor Leonilla de Vasconcellos (1921-1924).
 Professora Aurea Bezerra da Camara (1922-1923).
 D. Adelina Fernandes (1923-1924).
 Professor Acrisio de Menezes Freire (1924-1927).

- Professora Anna Iracema Freire (1924-1927).
 Professora Eulina Moura (1925-1928).
 Professora Maria Orione de Carvalho (1928-1934).
 Professora Maria Nazareth de Andrade (1928-1934).
 Professor Clidenor Augusto de Freitas [1930-1933].
 Professora Nysia Flores'a Teixeira (1932-1933).
 Professora Adelia Alzira de Castro (1933-1934).
 Professora Sophia Lima de Farias (1934).

NOTABILIDADES

Padre Antonio de Albuquerque Montenegro, Deputado ás Côrtes de Lisbôa em 1820-1821.

Manoel Joaquim Ferreira, companheiro do Pe. Montenegro na jornada de 1817 e durante o seu esconderijo até 1821.

Conselheiro Miguel Archanjo Galvão (1814-1903).

Pe. João Jeronymo da Cunha (1813-1902), chefe conservador na Monarchia.

Dr. José Moreira Brandão Castello Branco (1828-1895). Jornalista, politico, administrador e advogado de renome.

General José Pedro de Oliveira Galvão (1840-1896). Senador á Constituinte Republicana, em 1890-1893.

Monsenhor Augusto Franklin Moreira da Silva (1842-1906). Propagandista da Fé.

João Tiburcio da Cunha Pinheiro (1845-1927). Emerito professor.

Dr. Augusto Carlos de Vasconcellos Monteiro (1881-1919). Magstrado (1907/12) no Estado,

Deputado Federal (1912/14). Prefeito do Alto Acre (1915/19).

D. Joaquim Antonio de Almeida (1868), 1.º Bispo de Piauí e de Natal. Bispo titular de Lari. Reside na Parahyba.



Jardim do Seridó

O MUNICIPIO

Situado na Ribeira do Seridó, o antigo e modelar municipio de Jardim do Seridó, outrora povoado da «Conceição do Azevedo», está limitado ao N. pelo municipio de Acary; a L., pelo de Parelhas; ao S., pelo de Santa Luzia do Sabugy [Parahyba) e ao O., pelo de Caicó.

As especificações dos limites deste municipio resultam das leis da Monarchia e da Republica pelas quaes se fôram elles modificando, segundo as creações e desmembramentos que o atingiram e aos seus visinhos.

Quando foi da criação da freguezia, a Resolução provincial n. 337 de 4 de setembro de 1856, deu-lhe os mesmos limites do districto de paz, que outra lei n. 250 de 23 de março de 1852 erigira, os quaes eram os seguintes: «pelo lado do Acary [norte e leste) do logar «Pedra Grande», no rio «Acauhan», seguindo por este rio acima até á barra do riacho «Joazeiro», e por este até á sua nascença, e deste ponto, em rumo directo ao «Serrote do Meio»; no rio Seridó, começará a extrema da barra do «Riacho do Meio», continuando pelo mesmo rio acima,

de um e outro lado, aos fíus do termo, comprehendendo as aguas do Rio da Cobra ;pelo lado do Caicó, [Principe], correrão os limites da barra do Riacho «Jardim», no rio S. José, por este rio abaixo, com todas as suas aguas, até aos «Batentes», no rio «Seridó» e, dahi, em linha recta, á barra do rio «Ipoeiras», no Quipauá e por este acima até o fim do termo».

A lei provincial n. 401 de 1 de setembro de 1858, que creou o municipio de Jardim, deu-lhe os mesmos limites da freguezia, que eram os do districto de paz.

Entretanto, a lei provincial n. 825 de 20 de dezembro de 1877 alterou, em parte, os limites entre as freguezias de Acary e Jardim, determinando que elles fossem observados «da barra do riacho «Joazeiro», em linha recta, ao riacho «Logradouro», ou da «Timbaúba».

No regimen republicano e até 1926, não houve qualquer alteração nos limites do Jardim, até que, com a criação do municipio de Parelhas e consequente desmembramento do territorio de dois dos seus districtos municipaes: Parelhas e Equador (antigo Periquito), soffreu o municipio de Jardim sensível diminuição de seu territorio, uma vez que os seus limites com o novo municipio ficaram fixados como seguem: «uma linha recta, que partindo das confrontações da Serra «Rajada», no ponto de encontro dos municipios de Jardim e Acary, dirige-se ao Serrote das «Pedras Pretas», no Rio do Cobra, municipio de Jardim do Seridó, e que orientada pelo cordão de pedras que forma o referido Serrote das Pedras Pretas, chegue ao lugar em que este Serróte penetra no «rio Seridó», de onde, dividindo

egualmente o álveo desse rio, seguirá até a foz do rio «São Bento», no ponto exacto em que elle desagua no Rio «Seridó», ficando o territorio do lado do nascente dessa linha pertencendo ao municipio de Parelhas e o do lado poente ao de Jardim do Seridó; da fóz do rio «São Bento», seguirá a linha divisoria por este rio acima, até extremar-se com o municipio de Santa Luzia do Sabugy, do Estado da Parahyba, ficando este mesmo rio (S. Bento) com todas as suas aguas pertencendo ao municipio de Jardim do Seridó, que nesta parte, limitar-se-á pelo *divortium aquarum* do rio São Bento com o rio dos Quintos, que, com todas as suas aguas, ficará para o municipio de Parelhas. (Lei n. 630 de 8 de novembro de 1926).

A área territorial do municipio de Jardim, que era de 2.625 kilometros quadrados, sendo 75 de extensão por 35 de largura, ficou muito reduzida com a criação do novo municipio, porque isso que o territorio de communa recém-estabelecida foi todo desmembrado do de Jardim do Seridó. Presentemente, é de 888 kilometros quadrados.

Era, então, o municipio dividido em cinco districtos municipaes, segundo a lei local n. 34 de 20 de março de 1917 e modificada pela outra n. 36 de 7 de maio do mesmo anno: o 1º, que é a cidade de Jardim, constituia-se pelo territorio que se limitava com o de Parelhas, por uma lirecta que parte da propriedade de Joaquim Crispim, á margem do rio da "Cobra", em direcção ao sul, tocando na propriedade de João Valen-

tim Dias, no lugar Tuyuyú, na "Lagoa do Matto" e na Serra do "Exú"; com o de Ouro-Branco, pelo rio "Ipoeias", desde o pé da Serra do Gouvêa, servindo de divisa o leito do Rio; o 2.º é o de Parelhas, chega até os limites com a Parahyba, a contar da propriedade de Joaquim Crispim, com o riacho de Sant'Anna e seus afluentes; o 3.º é o de Ouro Branco e comprehende toda a margem esquerda do rio "Ipoeias"; o 4.º é o de Perequito (Equador), e vae da propriedade de Ramiro Bezerra da Trindade, no lugar «Quintos de Baixo», exclusive, á serra das «Queimadas», no lugar «Olho d'agua do Cajueiro», dahi pelo riacho «Salgado» até á barra no Rio Seridó e por este rio acima, até a Parahyba; e o 5.º distrito é o de São José do Seridó, (antiga Bonita) creado por decreto municipal de 4 de novembro de 1917, no lugar "BONITA", á margem direita do Rio São José.

Havia, porém, uma duvida de limites entre este municipio e os seus comvisinhos da Parahyba, para a solução da qual foram feitos varios esforços em diferentes occasiões, sobretudo, na Conferencia de Limites Estaduaes, levada a efeito no Rio de Janeiro, de 1 de junho a 14 de julho de 1920, sob o governo federal do Dr. Epitacio Pessoa.

A duvida consistia em que o Rio Grande do Norte pleiteava a manutenção dos limites entre Jardim do Seridó [quando ainda comprehendia Parelhas) e Pedra Lavrada, (Parahyba) pela linha ideal que passa em Cóbrea, Coruja, Tibiry, Barra da Carnaubeira, Pedra Atravessada, Tanque da Camarinha e Tanque de Felipe Dias, ao passo que a Parahyba pretendia que a linha fosse traçada alcançando Cóbrea, Fazenda Velha e o Apertado do Boqueirão de Parelhas.

Por esta ultima linha, a differença de terri-

torio contra o Rio Grande do Norte seria, aproximadamente, de 5 legoas de extensão por 3 a 4 de largura. Ainda foi discutida e votada, no Congresso Legislativo deste Estado, [sessão legislativa de 1921] uma resolução adotando como limites entre os dois municípios e, pois, entre os dois Estados, os que o 6.º Congresso de Geographia e a Conferencia de Limites haviam acceto e recommendado, em 23 de agosto de 1919 e 5 de julho de 1920, respectivamente.

Nada, porém, ficou definitivamente assentado, porque a resolução deixou de ser renovada e aprovada na sessão legislativa do anno seguinte, 1922, visto que só poderia prevalecer, na forma da Constituição Federal então vigente [24 de fevereiro de 1891, art. 4.º] se lograsse aquiescencia em duas sessões anuas consecutivas e aprovação do Congresso Nacional.

Mais tarde, entre os Presidentes João Pessoa [Parahyba] e Juvenal Lamartine, (Rio G. do Norte, foi tratada a idéa de resolver por arbitragem todos as duvidas nos limites de toda a linha de fronteira entre os dois Estados, tendo sido aceita por ambos e nomeado o delegado do Rio Grande do Norte, que não chegou a funcionar. [1]

A luta politica, então desencadeada e que culminou na Revolução de 3 de outubro de 1930, fez fracassar todo o empenho na solução do caso de limites.

Felizmente, acham-se extintas as questões de limites entre os Estados brasileiros. [2].

(1)—No 6.º Congresso de Geographia e Conferencia de Limites, foram delegados deste Estado os drs. Manoel Dantas e Eloy de Souza, respectivamente.

Para o convenio entre os dois Estados, (1929) foi nomeado o autor deste trabalho que teve a sua nomeação aplaudida pelo presidente João Pessoa, em carta autógrapha que tem archivada, de 16 de setembro de 1929.

(2)—Posteriormente, a Constituição de 10 novembro 1937 determinou a extinção das questões de limites entre os Estados, continuando cada um na posse

O municipio de Jardim do Seridó acha-se quase todo habitado e os seus terrenos aproveitados para a agricultura e criação, de modo que, no Recenseamento de 1920, apresentou a cifra de setecentas fazendas, sitios e propriedades cultivadas, o que nenhum outro atingiu.

A sua população era em 1929 de 16.688 habitantes. Atualmente é de 16.894 almas, ainda mesmo com a desanexação de Parelhas.

A CIDADE

Antonio de Azevedo Maia, portuguez, que casou com D. Michaela Dantas Corrêa, filha legitima de Caetano Dantas Correa e D. Josefa de Araujo Pereira, fundou, na decada de 1760 a 1770, uma fazenda de criação nas terras compradas ao sargento-mór Alexandre Nunes Matos e que ficavam no logar onde se encontram os rios da «Cobra», ao nascente, e o «Seridó», ao poente, exatamente no ponto em que as aguas daquelle caem neste.

Ahi constituiu familia e teve prole numerosa, entrelaçada á grande familia dos Dantas Corrêa e Araujo Pereira, que habitavam os sertões da Ribeira do Seridó.

A fazenda, que era conhecida por «Conceição» do Azevedo, foi assim o nucleo da povoação, da villa, da freguezia e da cidade de hoje.

Já em 2 de maio de 1790, pediam Antonio de Azevedo Maia e sua mulher provisão para erigir uma Capella em honra de N. S. da Con-

dos territorios em que atualmente exercem a sua jurisdicção, vedadas entre elles quaesques reivindicações territoriaes. O Serviço Geografico do Exército procederá ás diligencias de reconhecimento e descripção dos limites até aqui sujeitos a duvidas ou litigios e fará as necessarias demarcações. (Const. Federal, art. 184, §§ 1.º e 2.º).

ceição, dando-lhe por escriptura publica, 600 braças de terra para o patrimonio (3).

O povoado, que dahi resultou, teve cadeira de primeiras letras creada por lei de 26 de setembro de 1856, e, mais tarde, outra feminina por lei de 4 de dezembro de 1871.

A criação da freguezia de N. S. da Conceição do Azevedo foi o acontecimento mais importante para o logar, segundo a lei provincial de 4 de setembro de 1856.

Não tardou, porém, que o logar prosperasse e se impuzesse á consideração do Governo Provincial, que, por lei n.º 407 de 1.º setembro 1856, elevou-o á categoria de *Villa* com o nome de «Villa do Jardim», séde do municipio desse nome, então creado, e installado solennemente, no dia 4 de julho de 1859, quando funcionou, pela primeira vez, a Camara Municipal, sob a presidencia do major José Barbosa Cordeiro.

Dizem que a mudança do nome de «Conceição do Azevedo», que tinham o povoado e a freguezia, para «Villa do Jardim», foi devida a um formoso jardim que ali era cultivado pelo capitão Miguel Rodrigues Vianna, famoso artista do seu tempo, que deixou numerosa e illustre prole.

Não obstante, o povo continuou chamando o lugar pelo antigo nome e talvez ainda hoje, quase oitenta annos decorridos, haja quem só o designe por «Conceição do Azevedo».

Por lei n. 703 de 27 de agosto de 1874, passou Jardim á categoria de Cidade, com a mes-

(3) Do livro do Tombo da Matriz do Acary, consta a fls. 54 v. e 55, que o tenente Antonio de Azevedo Maia e sua mulher, D. Michaela Dantas Correa compraram o sitio chamado «Conceição» ao sargento-mór Alexandre Nunes Mattos, por escriptura passada em Iguarassú (Pernambuco) e doaram á N. S. da Conceição, 600 braças de terras, extremando, pelo nascente, com o *Riacho Fundo*, da fazenda «Zangarelha», delles doadores, pelo norte com a estrada geral que passa pela porta delles doadores, no sitio «Conceição»; pelo sul, com o Rio «Seridó», e, pelo poente, aonde faz barra o rio Seridó com o da «Cobra». Preço 120\$000. Data-o novembro 1790.

ma denominação, que ainda conserva, mas, ampliada de «Jardim do Seridó» para diferenciar-se de Jardim de Angicos, que é hoje o povoado onde teve séde, até 1914, o municipio de Lages.

Como termo judiciario, Jardim pertenceu até 1873 á comarca de Caicó (Seridó), de onde foi desannexado com o de Acary (Lei n. 681 de 8 de agosto de 1873] para constituirem a nova comarca de Jardim, installada a 14 de novembro de 1873 pelo dr. José Rofino Pessoa de Mello, 1.º juiz de direito ahi.

Sob o regimen republicano, foi esta comarca suprimida pela lei de organização judiciaria de Pedro Velho (n. 12 de 12 de junho 1892) e anexado o districto de Jardim á nova camarca do Acary.

A lei de 10 de setembro 1894 fez a mudança da séde da comarca do Acary para a cidade do Jardim, tornando aquela a districto.

Na reorganização judiciaria de 1898, constante da lei de 8 de agosto, tornou a ser suprimida a comarca de Jardim, que ficou sendo districto da de Caicó, voltando á de Acary por lei posterior.

Finalmente, a lei n. 453 de 27 de novembro de 1919 restaurou (Governo Ferreira Chaves) a comarca do Jardim, composta só do districto séde e reinstalada a 8 de janeiro seguinte com a posse do respectivo juiz de direito, dr. Manoel Benicio de Mello Filho (1920-1927).

E' comarca de 1.ª entrancia (Decreto n. 755 de 1 de dezembro de 1934).

A cidade de Jardim é uma das localidades de aspecto mais agradavel que possui o interior do Estado. A administração municipal, sempre confiada a cidadãos zelosos, trimbrava no asseio

e embelezamento da «urbs», tornando-a um exemplo e um modelo digno de ser imitado.

Todos os annos eram as fachadas dos prédios urbanos reparadas e pintadas, segundo uma postura municipal que se cumpria escrupulosamente. A par desse cuidado material, concorriam a vegetação opulenta dos coqueiros e a das margens e do leito dos rios «Seridó» e da «Cobra», para dar á cidade uma impressão de verdadeiro jardim florido, e assim, justificar-lhe o nome oficialmente imposto.

Consta a cidade de 14 ruas principaes, dois largos, uma praça e cinco travessas. As ruas eram: Dr. Fernandes, Conceição, João Alves, Padre Justino, da Matriz, Pedro Velho, (antiga da Cadeia), Barão do Rio Branco, Cel. Felinto, Rua Nova, Cel. Florentino e Rua Municipal. Os largos: do Mercado e da Bôa Vista. A praça: do Mercado. As travessas: Tavares de Lyra, Ferreira Chaves, Cel. Ildefonso, Cel. José Thomaz e 7 de setembro.

As duas Igrejas, uma que é a Matriz e a outra do Coração de Jesus, caprichosamente zeladas pelo povo e seus ministros, dão grande relevo ao lugar. Ha cerca de 350 casas, sendo algumas assobradadas,

A Prefeitura Municipal tem por séde um antigo sobrado, construido em 1889, onde se alojam o destacamento da policia e a cadeia publica. O Mercado é proprio municipal, assim como o Açougue Publico, aquelle reconstruido e e este edificado em 1920. Das casas de residencia particular salienta-se o sobrado do Pe. Justino, que foi um dos mais operosos vigarios da freguezia.

O cemiterio publico foi iniciado a 6 de outubro de 1857 e terminado no anno seguinte, sob a administração do municipio.

Realiza-se aos sabados uma feira importante de productos locais, a que concorrem habitantes de logares situados até cerca de 150 kilometros.

O Grupo Escolar «Antonio Azevedo» foi creado pelo decreto n. 225 de 8 de julho de 1910 e inaugurado festivamente a 12 de fevereiro de 1912, no governo do dr. Alberto Maranhão. Funcionava em um predio de antiga construção situado á margem do riacho «da Uzina » e dentro do perimetro urbano, mas, tanto se deteriorou que não mais puderam ahí continuar as aulas. O presidente da Intendencia, dr. Heraclio Pires Fernandes, com o auxilio do Governo do Estado, na presidencia José Augusto, empreheu (1927) a construção do novo e elegante edificio escolar, em que passaram a funcionar as escolas officiaes e que é um dos melhores do interior, ficando pronto e inaugurado no dia 27 de Abril de 1929.

A Cidade do Jardim está a 48 kilometros do Caicó, 26, 174 do Acary, 19 de Parelhas, 248 de Natal e 342 de Campina Grande (Parahyba), por onde se fazia, outróra, quase todo o seu commercio de importação e exportação. Hoje, com a abertura da estrada-tronco de Natal a Caicó, o movimento desviou-se em grande parte para a Capital do Estado.

Na historia do Rio Grande do Norte, ou melhor no culto das liberdades civis, o povo de Jardim tem tido sempre uma atuação eficiente: quer acolhendo fraternalmente o grande Frei Canéca e seus companheiros de jornada, na Revolução do Equador, a 23 de outubro de 1824, por mão de D. Maria José de Sant'Anna, senhora de admiraveis virtudes moraes, e de José Hipolito da Costa Lins; quer repelindo a aventura do

celebre caudilho Joaquim Pinto Madeira, em 1832, para o que organizou resistencia, sob a direcção de Thomaz Pereira de Araujo, official de cavalaria miliciana, que sahio com as suas forças em perseguição daquelle revoltoso, até dar-lhe combate no logar «Tourão», hoje, do municipio de Patú; quer ainda promovendo a libertação dos escravos existentes da Cidade, antes que a lei de 13 de maio de 1888 viesse extinguir a escravidão do Brasil, devido, sobretudo, aos esforços do padre Luiz Ignacio de Moura, e demais membros da comissão local da Libertadora: Te. cel. José Tomaz de Aquino Pereira, Capitão Ambrosio Florentino de Medeiros, Jesuino Ildefonso de Oliveira Azevedo, padre José Antonio da Silva Pinto, vigario, e José Clementino Barbosa. No quadro de honra da «Boletim» da Libertadora, em 23 de janeiro de 1888, via-se já entre as cidades livres da Provincia a de Jardim. Mas, havia, a 13 de maio de 1888, 71 escravos a libertar nas fazendas e sitios.

No Jardim, a Republica foi reeebida com vibrantes aclamações e o seu povo soube practica-a com verdadeiro civismo.

A FREGUEZIA

Elevada a capella da Conceição do Azevedo á condição de Egreja Matriz e o municipio á de freguezia, por lei provincial n. 337 de 4 de setembro de 1856, não tardou que se cogitasse da construcção de um grande templo para séde da nova parochia.

Da Capellinha da Conceição, foi, pouco a pouco, surgindo a actual Matriz, cuja edificacão começou, no plano em que está, pelo anno de 1860.

Quem mais trabalhou por este objetivo foi

o padre Francisco Justino Pereira de Britto, que, em 1860, iniciou a construcção e a levou até aos corredores lateraes. Em 1920, o vigario Ignacio Cavalcante fez a reconstrucção interna.

Ella tem amplas proporções e regular aspecto exterior. Tem 5 altares, sendo um altar-mór e quatro lateraes. São venerados, naquelle, N. S. da Conceição, e nos outros, Santa Ignez, N. S. da Conceição (antiga imagem da Capella), São Sebastião e Santo Antonio. Méde o edificio todo 36 metros de comprimento por 15 de largura. A nave central tem 20 mts. por 6. Duas torres com sinos completam a sua architectura.

São capellas filiaes: a do Sagrado Coração de Jesus, na Cidade, a de São José, no povoado desse nome, e a do Espirito Santo, na villa de Ouro Branco.

A Egreja do Sagrado Coração de Jesus, que, do alto da collina, empresta grande realce á localidade, foi construida de 1888 a 1892, com os recursos do povo efficazmente dirigidos e coadjuvados pelo coronel José Thomaz de Aquino Pereira, que, por um voto de fé, tomou aos hombros a pesada tarefa e felizmente conseguiu levar-a a termo.

E' de construcção solida e estylo moderno, fica situada no alto da "Bôa-Vista" dentro do perimetro urbano. Mede 25 metros de comprimento por 16 de largura, tendo a nave central 16 por 12,40. Possui um altar-mór com treis imagens e o sacrario; ha um nicho, á direita, e a cruz da passagem do seculo XX, á esquerda.

Ha na Matriz as irmandades religiosas de N. S. da Conceição (approvedo o compromisso pela lei n. 481 de abril 1860), de N. S. do Rosario (approvedo pela lei n. 951 de 16 de abril de 1885), de S. Sebastião, do SS. Sacramento, do Sagrado Coração de Jesus, o Centro

do Apostolado da Oração (1902) e de N. S. da Penha (1920).

As provisões passadas pelo Bispo de Pernambuco para a erecção e benção da Capella da «Conceição do Azevedo», constam do livro de tombo da Matriz de Açary e são de teor seguinte [fls. 51 e segs):

1a.—«Dom Frei Diogo de Jesus Jardim, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostolica, Bispo de Pernambuco, do Conselho de Sua Magestade, &. Fazemos saber que, por sua petição, Nos veio a dizer Antonio de Azevedo Maia, morador na freguezia do Seridó, villa nova do Principe, que elle queria erigir uma Capella por invocação Nossa Senhora da Conceição, no logar que já havia constituido sufficiente Patrimonio, pedindo-Nos, por fim de sua supplica, lhe concedessemos licença para se erigir a dita capella e benzer a primeira pedra e lançar no logar costumado. E attendendo Nós á sua justa supplica, visto ser obra tão pia ao serviço de Deus, e bem das almas, e por Nos axarmos legitimamente impedidos para fazermos pessoalmente esta fundação, que só a Nós pertence de Direito, commettemos nossas vezes ao Reverendo Parocho da dita Freguezia, para que possa benzer a primeira pedra, sendo affeiçoada por official de pedreiro, com as cruces necessarias e lançar-se no logar que lhe compete, segundo as disposições do Ritual Romano, e depois de erecta, se requererá a benção della. Dada em Olinda, sob o sello de Nossa Chancellaria e Nosso Signal, aos 2 de maio de 1790. Eu, Clemente Fernandes de Moraes, escrivão da Camara Episcopal, o subscrevi. DIOGO, Bispo. Signal 20 reis, Sello. V. S. S. *Ex-causa*. 6320. Registro 320. Camara—hum mil reis. Registrada no livro trigesimo quarto de fls. 140 a 149. Baptista da Silva. Provisão para

se erigir e a capella de N. S., a favor de Antonio de Azevedo Maia para o reverendo Parocho do Seridó, para V. Exa. vêr e assignar».

2o. — «Dom José Joaquim da Cunha Azevedo Coutinho, por mercê de Deus e da Santa Sé apostolica, Bispo de Pernambuco, do Conselho de Sua Majestade Fidelissima, que Deus Guarde, &. Fazemos saber que, por sua petição, Nos enviou a dizer Manoel, aliás, Antonio de Azevedo Maia, morador na freguezia do Seridó, de Nossa licença, se havia erigido a Capella de N. S. da Conceição, na mesma freguezia do Seridó, em lugar decente e livre de toda a comunicação, como constou-nos por certidão do Reverendo Parocho e tambem de ser capaz para nella se celebrar o Santo Sacrificio da Missa e mais Officios Divinos, pedindo, por fim de sua supplica, mandarmos benzer. E, attendendo á sua justa supplica, mandamos passar a presente, pela qual commettemos Nossas vezes ao Reverendo Parocho da Freguezia do Seridó, que por si e na forma do Ritual Romano, possa benzer a dita Capella, visto Nos axarmos impedidos para por Nossa Pessôa o fazermos, estando a dita capella paramentada na fórma das Nossas Constituições, e sem prejuizo dos direitos Parochiaes. Dada em Olinda, sob o sello da Nossa Chancellaria e signal do Nosso Governador do Bispado, aos 27 de outubro de 1804. Eu, José dos Santos Pinheiro, escrivão da Camara Episcopal, o subscrevi. MANOEL VIEIRA DE LEMOS SAMPAIO. Reg. no livro 34. a fls. 89. Almeida. Provisão para benzer a capella de N. S. da Conceição a favor de Antonio de Azevedo Maia para o Reverendo Parocho do Seridó. Para V. S. assignar. Signal 20 reis. Sello V. S. S. *Ex-causa*. 3320 reis. Reg. 320. Camara hum mil reis.

Pinheiro. Vistos em visita da freguezia. Carvalho»,

POVOAÇÕES

«Ouro-Branco», antigo povoado de Espirito Santo, fica á margem do rio deste ultimo nome, dista 25 kilometros da Cidade e tem cerca de 5.000 habitantes.

A localidade, (4) como povoado e districto municipal, foi officialmente installada pelo cel. Felinto Elysio de Oliveira Azevedo, como presidente da Intendencia, no dia 16 de Julho de 1905, quando ahi se inaugurou a feira.

E' florescente, possui mercado, escolas reunidas que funcionam em predio proprio construido em 1936 [Mensagem do Governador, 1936], teve anteriormente escola rudimentar creada pelo decreto do Governo Antonio de Souza, n. 144 de 9 de agosto de 1921.

Constitue um centro de cultura do algodão e tem tambem cultura de canna de assucar, no valle do rio Espirito Santo e nas vasantes dos açudes. A feira semanal é aos domingos.

Possue tabellionato, comprehendendo officio de registro civil de nascimentos e obitos [Decreto n. 423 de 30 de janeiro 1933, do 4.º Interventor federal Capitão-tenente Bertino Dutra].

E tal foi o seu progresso e crescente importancia economica que o Governo do Estado [Decreto n. 726 de 11 de outubro de 1934, do 5.º interventor federal, dr. Mario Camara) elevou-a á categoria de districto administrativo com Sub-Prefeitura Municipal. (5).

(4) - O decreto estadual n. 457 de 29 de março de 1933, dando execução no Estado ao decreto federal n. 311 de 2 do mesmo mez e anno, (art. 3.º) elevou Ouro Branco á categoria de Villa e sede do districto administrativo.

(5) - Já foram sub-prefeitos José Nunes de Figueiredo (1935) e João Villar (1936).

Os limites do referido districto foram assim fixados:»

«Ao norte, o districto de Jardim do Seridó (sede do municipio] pelo rio «Malhada da Areia», desde a sua embocadura no rio Barra Nova, ou Quijanha, até á propriedade «Saldinha», ou seja a estrada carroçavel de Jardim á Santa Luzia do Sabugy; ao sul, a fronteira com o Estado da Parahyba; a leste, a referida estrada carroçavel que o divide do districto (municipal) de Sant'Anna; e ao oeste, o municipio do Caicó».

«São José do Seridó», antiga «Bonita», com 430 habitantes, fica á margem direita do rio São José, a 25 kilometros, a noroeste, da Cidade do Jardim. Foi fundada oficialmente, no lugar «Bonita», no dia 4 de novembro de 1917, quando ahi se realizou a primeira *feira*, por determinação do presidente da Intendencia Municipal, pharmaceutico Heraclio Pires Fernandes. A feira se realiza aos domingos. Tem um bom mercado, que custou cerca de 10.000\$.

O plano da construcção obedece á planta preestabelecida pela Municipalidade e tem sido observada, até a data presente, no desenvolvimento da povoação. Possui grande e intensiva cultura de algodão «mocó», classificado «especial» pelo Dr. Arno Pearse, quando em excursão pelo Seridó. E' muito fertil o valle do rio «São José», nos arredores da povoação. Tinha Escola rudimentar creada pelo decreto n. 152 de 19 de setembro de 1921; hoje, tem escolas reunidas em predio proprio construido em 1936. (Mensagem Governo, 1936).

«Sant'Anna», nova povoação creada por lei n. 58 da Municipalidade, em 30 de Maio de 1927,

á margem do Riacho da «Raposa», tributario do Rio São Bento, com 180 habitantes, e proxima ao valle agricola muito habitado. Possui feira ás 2as. feiras, e um pequeno mercado. Tem escola estadual creada pelo decreto n. 54 de 13 fevereiro de 1931 (administração do 2.º interventor federal, Te. Aluisio Moura).

A Capella é dedicada á Sant'Anna e pertence á freguezia de Parelhas.

FAZENDAS E SITIOS

«Catinga Grande», de João Medeiros, situada no planalto entre os rios Seridó e São José, tem grandes campos de algodão e cereaes, possui installações industriaes e tem bom açude.

«Timbaúba», do Cel. José Gorgonio da Nobrega, com açude, locomovel e grandes campos de algodão. Fica situado á margem do rio «Espírito Santo».

«Sombrío», do Cel. Felinto Elyσιο de Oliveira Azevedo, com grandes campos de algodão, açude, descaroçador e plantações de cereaes e fructas.

«Maviôso», dos herdeiros de Remigio Alvarés da Nobrega.

«Baêta» de João Baptista de Mello, tem muito algodão, locomovel, &.

«Apertados», do dr. Heraclio Pires Fernandes, tem bom açude, campos de algodão e de canna de assucar, e muita criação.

«Tanquinhos», de Joaquim Romualdo de Azevedo.

«Malhada da Areia», de Martinho Gomes de Oliveira, tem acúde, algodão, descaroçador, etc.

«Pau-ferro», de Juvenal de Azevedo.

«Curraes-Novos», de José Moysés de Medeiros, fica no rio da «Cobra».

«Viração», dos herdeiros de Antonio Victo-

rino Dantas, tem locomovel, muita cultura de algodão, etc.

«Bom descanso», de Justino Pereira Dantas, com grande cultura de algodão e muita criação.

É uma das fazendas onde se fabricam excellentes queijos do Seridó, conhecidos como «Queijos do coração».

«Alto Escuro», dos herdeiros de Manoel Pereira dos Anjos.

«Cantinhos», de Vicente Pereira.

«Sant'Anna», de Virgilio Alfredo Pereira, com locomovel, algodão, &

«Zangarelhas», de Pedro Jeremias da Cunha.

«Zangarelhas», anexa á precedente, de Orestes Aristides da Cunha.

«Tuyuyú», de Manoel Candido de Macêdo.

«Touros», de Manoel Paulino dos Santos.

«Buenos-Aires», no rio da «Cobra», de Pedro Jeremias da Cunha.

«Curú», de Manoel Salviano Meira.

«Caiçarinha», de Antonio Galdino de Medeiros, fica nos limites com o municipio do Acary.

«Cabaceiras», de Arsenio Augusto da Nobrega, está no Rio «Barra-Nova», ou Espirito Santo.

«Conceição de Baixo», de Francisco Athanasio de Medeiros.

«Mingóte», dos herdeiros de José Jeronymo de Azevedo.

«Espirito Santo», á margem do rio desse nome, é de varios donos, por herança e compra.

«Malhada grande», tambem é de diversos donos.

«Furnas», de Joaquim Melchiades Chianca, tem grandes culturas de algodão, locomovel, açúde, etc.

«Catururé», do Dr. Graciliano Lordão.

«Bello Horizonte», de Durval Medeiros.

«Riacho do Roçado», de Elias Chôu de Azevedo.

«Tapuyo», [Bella Vista], de Luiz Francisco de Medeiros.

«Burity», de Cel. José Gorgonio da Nobrega, e outros.

R I O S

«Seridó», nasce a 90 kilometros do Jardim, na fazenda «Campos Novos», Serra dos Carirys, Cordilheira da Borborema, no Estado da Parahyba, córta o municipio de Jardim, de leste a oeste, faz junção com o rio Acauhan, vindo de Acary, a 12 kilometros acima da Cidade, banha esta pelo nascente e recebe, 200 metros abaixo, o rio da «Cobra», entra, no de Caicó, na fazenda «Batentes» e vae desembocar no Rio Piranhas, a 112 kilometros ao norte, (Caicó). Fôrma extenso e fertilissimo valle agricola. Origina-se do rio «Tanques» e recebe o rio «Cornichoá», ao pé do Boqueirão, no municipio de Parelhas.

«Acauhã», com um curso de 210 kilometros, origina-se no logar «Baixa da Negra», em Coité, Parahyba, corta o Jardim, de nascente a poente, e desagua no rio «Seridó», a 12 kilms. da Cidade, banhando a povoação de São José, em cuja confrontação recebe o rio desse nome.

O logar onde faz barra no Rio Seridó chama-se *Barra do Moraes*. porque ahi acampou, em 1824, o brigadeiro Moraes, em fuga para o Ceará, após o fracasso da Revolução do Equador.

«Da Cobra», que tem suas nascenças no logar «Coruja», (limites com a Parahyba), tem 42 kilometros de curso, banha a Cidade e ao poente desta lança-se no rio Seridó, logo abaixo da Cida-

de, cerca de 200 metros, constituindo um bom valle agricola com 15 kilometros neste municipio.

«Espirito Santo», que nasce na Serra do Perequito (Equador, Parelhas) banha a villa de Ouro-Branco, passa ao municipio de Caicó, onde toma o nome de «Barra Nova» e lança-se no açude «Itans», tendo tambem o nome de *Lages*, ao passar na fazenda deste nome.

«São Bento» nasce no Sacco de Sant'Anna, ou Serra de São Gonçalo, banha o municipio de Jardim, pelo nascente, fôrma um extenso valle agricola e lança-se no rio Seridó, um pouco abaixo da cidade de Parelhas.

«Malhada da Areia», ou Angicos, vem do logar Angicos, passa na fazenda Malhada da Areia e desagua no Rio Seridó.

«São José» nasce na Serra do Cajueiro, no municipio de Flores, tem noventa kilometros de curso, banha a povoação de São José do Seridó, mas, lança-se no Açude «Cruzeta», no municipio de Acary.

«Da Raposa», que vem da Serra da Raposa, em Santa Luzia do Sabugy, banha o povoado de Sant'Anna e lança-se no Rio São Bento.

RIACHOS

«Ipoeias», no districto de Ouro Branco, banha varias propriedades e desagua no Rio do Espirito Santo.

«Do Meio» banha «Bello Horisonte», fôrma um extenso valle muito habitado e cõe no rio Seridó.

«Conceição», (ou da Oração, onde os sertanejos costumam fazer a sua oração ao descobrir a Cidade e a Matriz], fica a uma legoa, a oeste, da Cidade.

«Tapuyo», que é o mesmo rio «Angicos», ou Malhada da Areia, segundo os nomes das propriedades que vae atravessando.

«Cuité», que nasce nos «Tanques do Serrote «Cuité», banha as propriedades «Sombrío', Tanquinhos e Fazenda Nova, e cáe no rio Espirito Santo.

«Timbaúba», o mesmo que Cuité.

«Riachão», vem das serras proximas de Santa Luzia, passa perto da propriedade Sant'Anna e desagua no Rio São Bento.

«Malhada Grande» é o mesmo «Riachão».

«Olho dagua» passa proximo ao povoado de São José do Seridó, para desaguar, um pouco abaixo, no rio Seridó.

«Cubiçado», que fica no districto de Ouro Branco, banha a fazenda desse nome da viuva e herdeiros de Manoel Marciano da Silva e despeja no rio Espirito Santo.

«Pedra do Morcêgo», ou da Uzina, que nasce proximo á Cidade, banha-a pelo sul e cáe no Rio da Cobra.

LAGÔAS

Não ha lagos e lagôas de importancia, porque as pequenas porções dagua que o inverno ajunta séccam logo após as chuvas.

AÇUDES

São açudes publicos: O do Governo, ou da «Commissão» (de soccorros aos flagellados da secca, 1827), fica localizado ao sul da Cidade e tem pequena capacidade, e o de Ouro-Branco, construido pelo municipio para abastecimento dagua á localidade.

Ha cerca de 80 açudes particulares encravados nas propriedades, a cujas margens e á juzante fazem-se excellentes plantações. Os principaes estão situados nas fazendas e sitios: Cabaceiras, Sombrio, Touros, Baêta, Apertados, (que não sécca), Curú, Timbaúba, Mavioso, Qui-pauá, Malhada dareia, Sant'Anna, Zangarelhas, Tanquinhos, Pau-ferro, Cubiçado, Furnas, Bello Horizonte e outros.

Estão projectadas grandes barragens pelo governo federal (I. F. O. C. S.): Zangarelhas, Pedra Lavrada e Boqueirão, este no municipio de Parelhas.

SERRAS

Existem a de Sant' Anna, que se origina perto do povoado desse nome e se dirige para o municipio de Santa Luzia (Parahyba) e a do «Poção», proximo a Ouro Branco, que serve de limites entre Jardim e Santa Luzia (Parahyba).

No districto de Sant'Anna, serra das Cabras, da Botija, do Saquinho, do Gavião, Vermelha, Olho dagua, do Capim e Enxú, ou *Exú*, esta nos limites com a Parahyba. No districto de Ouro Branco, além de Poção, ha as serras de «Solidão» e «Raposa».

SERROTÉS

«Exú» ou «Enxú», que é divisa com a Parahyba, na estrada de Parelhas a Entroncamento, no kilometro 13.

«Pedras Pretas», que forma o limite com Parelhas, pelo cordão de pedras que vae até o rio Seridó.

«Cuité», que é a provavel nascença do riacho desse nome acima descripto.

«Da Onça», junto á fazenda «Burity».

«Raposa», proxima ao valle da Raposa, perto de Ouro Branco, e nos limites com S. Luzia (Parahyba).

Alem destes, ha os serrotes Bananeiro, Olho d'agua, Panellas, do Boi, do Urubú, do Estrondo, ção [vide Riacho], do Escondido e do Sobrado.

RIQUEZA MINERAL

Não ha noticia de jazidas exploradas, ou a explorar, no territorio deste municipio. Mas, vestigios até de ouro. Recentemente, tem havido exploração da «Colombita» e «Tantalita» destinada á exportação.

RIQUEZA VEGETAL

Apezar de muito sujeito ás estiagens, o municipio produz, em annos regulares, muito algodão, cereaes, mandioca e assucar.

Os terrenos são, em geral, de tableiros improductivos, mas, nos leitos dos rios torrencias e nas «vasantes», á juzante dos açudes, faz-se muita agricultura. Computava-se a produção do algodão (safra de 1921-22] em 19.035 fardos com 4.532.244 kls. e a de 1920-1921, em 10.800 fardos, com 2.621.342 kilos.

Actualmente, o municipio produz 20.000 fardos de 65 kilos.

Tem arvores de construcção de varias especies.

Possuia, em 1921-22, 54 descaroçadores de algodão, sendo mecanicos 33 e 21 bolandeiras, 5 engenhos a vapor e 8 de ferro e 10 fabricas de farinha de mandioca. Hoje, tem 1 Uzina de algodão, 14 descaroçadores, 4 engenhos de canna e 10 casas de farinha.

RIQUEZA ANIMAL

Pode-se dizer que é a maior e a mais notável, mau grado a dizimação que lhe causam as sêccas repetidas, sendo, que, na de 1915, perdeu quase 25% dos rebanhos.

Os terrenos do municipio prestam-se admiravelmente á criação. Ha, aproximadamente, 3.000 bovinos, 500 equinos, 4.000 muares, 5.000 ovinos, 5.000 caprinos e 1.000 suinos. As doenças que atacam as criações são: o quarto inchado, carbunculo, "rengue", róla e magrem.

Refazem-se, porém, quase que por milagre, os rebanhos que a sêcca dizima. Em um ou dois annos de inverno regular, a criação volta ao que era, devido ás propriedades da terra. Exporta-se carne séca, ou de sól, que é assás afamada, queijos, manteiga, etc., que gosam de muito bôa reputação nos mercados consumidores deste Estado e dos visinhos.

As industrias animaes mais notaveis constam do queijo de manteiga, cortume de couros, (sóla), artefactos de couro: cêllas, corõnas, calçados, baínhas para facas, etc., que se encontram nas feiras da Cidade e dos povoados.

CURIOSIDADES NATURAES

* * * «A Pedra Lavrada»: Existem á margem esquerda do rio Seridó, no lugar desse nome, umas inscripções curiosas e que debalde se tem procurado decifrar. Dizem que o imperador Pedro II, sabedor dessa curiosidade, incumbiu a um magistrado alagoano de procurar-lhe a explicação, mas, esse erudito não acertou com o lugar das inscripções.

«E' na parede de pedra lisa e polida que está uma das inscripções, a principal tem 140

centímetros de altura por 120 centímetros de largura e fôrma um rectangulo, sendo a pedra cortada verticalmente. Essa inscripção contém varios caractéres, em numero de 42, e 15 signaes outros. Outras oito inscripções existem nas chapas e faces das pedras».

A inspecção, que fiz ao local desses petrogliphos deixou a impresão de sua antiguidade muito afastada, de vez em que os amerindios seriam incapazes de faze-lo, dada a sua incultura absoluta. Diferem muito essas inscripções das «pinturas» que se encontram noutras serras e serrotes do Estado, feitas a tintas indeleveis.

Sobre o lagêdo, onde se encontram essas inscripções, no Rio Seridó, foi construida a grande ponte de cimento armado, executada pela I. F. O. C. S., sob a direcção do Dr. Julio de Mello Rezende, em collaboração com o Goyerno do Estado, inaugurada solennemente e entregue ao trafego publico, no dia 13 de março de 1927.

* * Um facto notavel, occorrido neste municipio, foi o apparecimento de «homens-macacos», ahi nascidos e criados até o anno de 1922. Filhcs de pessoas aparentemente normaes, os «phenomenos teratologicos» apresentavam todas as caracteristicas da especie simiesca. Vieram a Natal e foram ao Rio de Janeiro, onde attrahiram geral curiosidade. Residiam no logar «Quipauá», quase nas fronteiras com o municipio de Caicó. Eram dois irmãos, um dos quaes morreu enforcado nos punhos de uma rêde; o outro ainda existe, pois, não ha noticia do seu desaparecimento.

VIAS DE COMUNICAÇÃO

A estrada de automoveis que liga a Cidade á Parelhas e Gampina Grande (Parahyba) e a

Natal (Rio G. do Norte], descendo por Acary, Curraes Novos, Santa Cruz e Macahyba, e bem assim subindo para Caicó.

Ha tambem estradas carroçaveis ligando a Cidade aos povoados de Ouro-Branco, São José e Sant-Anna e ás varias fazendas e sitios do municipio.

FIGURAS SALIENTES

Capitão Antonio de Azevedo Maia, fundador do povoado da Conceição do Azevedo: construiu a Capella.

Capitão Miguel Rodrigues Vianna (f. em 1872). Artista mecanico e constructor condecorado pelo Governo Imperial.

Manoel Ildfonso de Oliveira (1820-1897).

Thomaz Cazumbá, heroe da Confederação do Equador, do districto de São José, o qual, aos 20 annos, encorporou-se ás forças revolucionarias em demaında do Ceará, tomou parte em varios combates, praticando bravuras e per-versidades, tambem.

ADMINISTRADORES

(Monarchia)

Josè Barbosa Cordeiro (1859).

Padre Targino de Souza e Silva (1860-61).

José Thomaz de Aquino Pereira (1862 e 1867-1868).

Dr. Bartolomeu da Nobrega Dantas (1869-1872).

Joaquim Araripe Dantas (1873-76 e 1881-82).

Padre João Avelino de Albuquerque Silva (1877).

Felinto Elysio de Oliveira Azevedo (1878-1880).

Jesuino Ildefonso de Oliveira Azevedo (1883-1884).

Egydio Malael Fernandes [1885].

Deodato Fernandes (1886).

José Barbosa Teixeira [1887-1889].

(Republica)

Remigio Alvares da Nobrega (1890).

José Thomaz de Aquino Pereira [1890-1893].

Felinto Elysio de Oliveira Azevedo (1894-96, 1905-07, 1908-10, 1911-13 e 1914-15).

Antonio da Cunha Lima (1896-98).

João Alves de Oliveira (1899-1901).

Bernardnio de Senna e Silva (1902-04).

Dr. Heraclio Pires Fernandes (1917-19, 1920-22, 1923-25, 1926-28, e 1º prefeito constitucional, em 1929-1930, foi deposto pela Revolução de 3 de outubro de 1930).

MAGISTRATURA

(JUIZES DE DIREITO)

(Monarchia)

D. José Rufino Pessôa de Mello (installador, em 1873).

Dr. José Ignacio Fernandes Barros (1875-77).

Dr. Francisco Clementino de Vasconcellos Chaves (1877).

[Republica]

Dr. Bianor Fernandes Carneiro de Oliveira [organização Gurgel, 1891].

Dr. Manoel José Fernandes (Organização Pedro Velho, 1892-1898).

Supprimida em 1898, a comarca foi restaurada em virtude da lei n. 453 de 2 de novembro de 1919 e reinstalleda a 8 de janeiro de 1920, com a posse do novo juiz,

Dr. Manoel Benicio de Mello Filho (1920-1927).

Dr. Odilon Coelho de Albuquerque (1931-34).

JUIZES MUNICIPAES

[Monarchia]

Dr. Manoel Rodrigues da Cunha Vianna [1875, 1878-1882).

Dr. Francisco da Cunha Machado Beltrão (1881-85).

(Republica)

Dr. Alvaro Fragoso de Albuquerque (1890)

JUIZES DISTRICTAES

Dr. Joaquim Ignacio de Carvalho Filho (1914-1918).

Dr. Manoel Benicio de Mello Filho [1918-19).

PROMOTORES PUBLICOS

Dr. Francisco Alves da Nobrega (1873).

Dr. Alvaro Fragoso de Albuquerque [1885].

Dr. Epaminondas Bandeira de Mello [1875).

Dr. Basillisso da Silva Caldas (1878).

Dr. Francisco Aprigio de Vasconcellos Brandão (1878-1881).

Dr. José Herculanô Bezerra Lima (1881-1885).

- Dr. Joaquim Mauricio Wanderley (1885-86).
 Academico Manoel Gomes de Medeiros Dantas (1889-90).
 Dr. Ananias Paranhos de Araujo [1890-91].
 Dr. João Baptista de Miranda.
 Dr. Arnaldo Gomes Netto [1920-25].
 Dr. João Dantas de Azevedo [1925-1926].
 Dr. Oscar Homem de Siqueira [1926-1927].

TABELLIÃES

- Capitão Florentino de Azevedo Cunha (1877-1922).
 Antonio Antidio de Azevedo (1922-1934).

VIGARIOS

- Frei Herculano de Figueirêdo (1850).
 Padre Francisco Justino Pereira de Britto (1871).
 Padre Luiz Teixeira.
 Padre Targino de Souza e Silva.
 Padre Isidoro Gomes de Souza (1877).
 Padre Luiz Ignacio de Moura.
 Padre José Antonio da Silva Pinto.
 Padre João Fernandes da Silva.
 Padre Luiz Marinho de Freitas [1897].
 Padre Marcellino Rogerio dos Santos Freire (1900-1908).
 Padre Ignacio Cavalcanti (1910-1916).
 Padre Antonio Vicente da Costa (1916-1919).
 Padre Manoel Galvão (1920-21).
 Conego Amancio Ramalho Cavalcanti (1924 a 31-5-1927).
 Padre Luiz Wanderley (1928-1931).
 Padre Ulysses Maranhão (1931-32 e 1933-34),
 Pe. Vicente de Freitas—(1932-33).

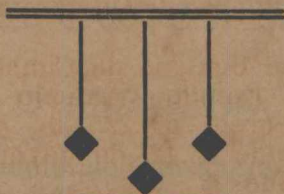
PROFESSORADO

- André Corsino de Medeiros (1858].
 Antonio Justino Dantas (1866].
 D. Francellina Rachel de Oliveira e Silva
 (1873).
 D. Izabel Vieira de Maria Torres [1885-1897].
 Jesuino Ildefonso de Oliveira Azevedo (1897-
 1908).
 D. Thereza Benigna da Cunha (1901).
 No Grupo Escolar "Antonio de Azevedo",
 creado pelo decreto n. 225 de 8 de julho de
 1910 e inaugurado a 12 de fevereiro de 1912,
 teem funcionado :
- João de Souza Falcão [1912].
 D. Elvira Lins (1912).
 Gilberto da Cunha Pinheiro (1912-15].
 Prof. Aprigio Soares da Camara (1917-18].
 Professora Maria da Penha Furtado de Men-
 donça (1916-1919).
 Professora Leonor Leonilla de Vasconcel-
 los [1919].
 Prof. Francisco Alves de Vasconcellos [1919-
 1921].
 Professora Zenobia Henriques de Medeiros
 (1920-1921].
 Supprimido o Grupo, em 1922, foi restau-
 rado em 1924 :
- Professora Calpurnia Caldas (1924-27).
 Prof. Fenelon Francisco Pinheiro da Cama-
 ra (1925].
 Prof. José Saturnino de Paiva (1926-1931).
 Professora Alzira Nunes de Queiroz (1926-
 1927).
 Professora Maria Alexandrino Sampaio (1929-
 1934].
 Professora Maria Marcelina Sampaio (1929-
 1934).

Professora Carmen da Cunha Fernandes
(1928).

Professora Maria da Cunha Fernandes (1928
e 1931-1934).

Professora Beatriz Myrtes de Araujo (1931).



==== Lages ====

O MUNICIPIO

Está o municipio sertanejo circumscripito pelas seguintes divisas: Ao N., o municipio de Baixa Verde, a partir do ponto mais alto da Serra Verde, onde encontrar a divisa de Angicos (Lei n. 47 de 25 de novembro de 1936), seguirá a linha em direcção a «Pedrinhas, desta, ao «Buraco Sêcco», exclusive, e dahi, passando por Cauassú, inclusive, á Barra do Milhã, no Rio Ceará-mirim [Lei n. 697 de 29 de outubro de 1928), é poreste rio acima; ao L., com Taipú, pela foz do Rio da Barra; com São Gonçalo, por uma linha recta em direcção á Serra da Formiga, pelo lado poente da Cachoeira do Sapo, exclusive, e dahi, com São Thomé, ao Sul, pelo divisor das aguas dos Rios Potengy e Bôa Vista (Serra da Gameleira, Bomfim e Oiticica), em rumo á fazenda Santa Rosa [Lei n. 698 de 29 de outubro de 1928), passando pelo de Curraes Novos, no balanço das aguas dos "massapês" de Recanto, a cerca de treis kilometros, ao norte, deste povoado, que é de Curraes Novos; e finalmente, ao O., pelo m. de Angicos, a começar da dita fazenda «Santa Rosa» ao Serrote «Cabugysinho» e deste ao kilometro seis (6) na estrada de rodagem para Epitacio Pessoa, dahi, partirá uma linha que se dirija a uma casa de tijollo e telha,

a leste, distante aproximadamente cinquenta metros (50) da casa de propriedade de Symphronio Estevam, na Serra do Lombo e, dahi, por outra linha, ao ponto mais elevado, a leste, da Serra Verde [Lei n. 47, citada], aonde fecha o polygono.

Antes da creação dos municipios de Baixa Verde e São Thomé, Lages se limitava com Touros, Taipú e Santa Cruz, e quando o penultimo destes não existia ainda, ia até Ceará-mirim, consoante o decreto n. 55 de 4 de outubro de 1890, que erigiu em municipio autonomo o territorio dos districtos policiaes de Jardim de Angicos e Bomfim, tendo por séde a Villa de Jardim, de que lhe vinha o nome civil.

A superficie territorial do municipio era, então, de 4.320 kils. quadrados, calculados sobre a extensão de 60 kls. de norte a sul e de 72 de leste a oeste. Actualmente, é de 1.681 kls. (D. E. P.)

A população do municipio é de 12.521 habitantes [D. E. P.]. Em 1920, era de 8.711 habitantes.

O territorio que actualmente constitue o municipio de Lages vinha sendo explorado desde os começos do seculo 18; porque por ali passavam as estradas que seguiam o curso do Rio Ceará-mirim, em demanda do Rio Salgado e das Ribeiras do Assú e do Apody, rumo ao Oeste, e, pelo curso das aguas do Assú-alto, ou Piranhas, acima, procuravam a Ribeira do Seridó.

E' assim que aos capitães-móres do começo desse seculo, pediram terras e as obtiveram: o tenente-coronel José Pinheiro Teixeira, Maria da Conceição Oliveira e Bernardo Pinheiro, em 23 agosto de 1734, uma data de sesmaria de nove legoas, no *Riacho Novo* (hoje Rio Novo), que desagua no "Rio Cururú" e no "Rio do Vento", que desagua no mesmo Rio, comprehendendo as terras do "Rio Novo" acima até á Serra do "Pi-

capau" acima, entre o "Olho d'agua do sargento-mór Antonio Rodrigues Santiago e a dita Serra, com meia legoa de largura. Deu-a João de Barros Braga. (Livro de Registro de Sesmarias no Instituto Historico, n. 5, pags. 17 e seguintes).

Manoel Gomes da Silveira, na "Maniçoba", os padres da Companhia de Jesus, na "Malacachêta" e Antonio Cardoso Batalha, entre uma e outra, obtiveram, do capitão-mór Joaquim Felix de Lima, datas de terras em 23 de Dezembro de 1739, «por traz das Serras das Cabeceiras do Milhã.»

A data do "Olho d'agua da Gamelleira e Rio do Vento", foi dada, a 21 de agosto de 1749, pelo capitão-mór Francisco Xavier de Miranda Henriques a Manoel Pinheiro Teixeira. A data "pegava das testadas do Cururú pelo Rio Novo acima, buscando as sobras do Picapau, correndo o rumo que melhor conviesse" e fôra dada primeiramente a Manoel Rodrigues Coelho, em 10 de janeiro de 1734, ficando entre o Rio Ceará-mirim, para o sul, e o Potengy, para o norte, num riacho que desagua no Rio Cururú, chamado pelo gentio «Riacho do Sapo», visinho ao dito Riacho e perto do Rio do Vento, pelas suas cabeceiras». (Livro 5. fls. 17).

Balthazar da Rocha Bezerra, o padre Licenciado Theodosio da Rocha, o ajudante Pedro Moreira de Azevedo e o capitão João Alvares Maciel conseguiram datas nas terras do Rio Quintimproá-Choyó, quando estas sobem para a fazenda "Santa Rosa" entre as ribeiras do Ceará-mirim e Potengy. (Livro 5. fls. 127].

Ainda a José Luiz Pereyra, em 14 de março de 1794, o capitão-mór Caetano da Silva Sanches deu uma data de sesmaria nas ilhargas do Sitio "Boqueirão" (hoje São Luiz] Ribeira do Ceará-mirim, sobras de trez legoas, pegando das ilhar-

gas do dito Sítio Boqueirão para o sul, buscando a Serra Cacunda (Serra Corcuada, hoje, Santa Izabel) entre as terras da data do "Rio do Vento" e do "Quintimproá", que lhe fica noutra ilharga. [Livro 5.º pag. 17].

E finalmente, a 20 de julho de 1792, o referido Capitão-mór Sanches deu a data do "Olho d'agua do Bomfim", na serra do mesmo nome, entre as ribeiras do Potigi e Ceará-mirim, a Francisco da Costa Vasconcellos, Manoel Machado de Azevedo e Pedro Coutinho de Mattos (Livro 5.º, fls. 30).

Muitas outras datas foram concedidas nessas terras, sem que se possam identificar hoje pela differença radical, ás vezes, entre os nomes da concessão e os actuaes.

As terras iam sendo occupadas principalmente pelos criadores ahi residentes e pelos demais concessionarios ou seus successores que residiam em pontos distantes, especialmente em Extremoz e Ceará-mirim, como se poderá vêr da relação das fazendas e sítios, pelos nomes dos seus respectivos fundadores, ou antigos donos.

Uma extensa industria pastoril avolumava-se em toda a ribeira do Ceará-mirim, desde as nascenças nos massapês de Santa Rosa, correndo entre serras, até ao ponto em que esse rio forma os baixios e avarzeados, muito mais proprios á agricultura, de que é exemplo o valle soberbo que existe antes da sua embocadura no Atlantico. Hoje, ha tambem muita cultura de algodão, cereaes e outros nas terras do famoso rio e dos seus afluentes Quintimproá, Boa-Vista, Picos, Novo e mais riachos de extenso curso.

A população concentrava-se nas fazendas e nas margens do rio e seus tributarios. Houve districtos de paz de Bomfim e de Jardim de

Angicos, que pouco floresceram, durante a phase monarchica,

Eram povoados apenas. Um delles, Bomfim, decahiu totalmente. E' hoje fazenda de crear.

Entretanto, logo depois da implantação do regimen republicano, deu-se a criação do municipio de Jardim de Angicos, pelo decreto n^o 55 de 4 outubro de 1890, do vice governador provisório dr. Pedro Velho, sendo desmembrado de Angicos o territorio que constituia os districtos policiaes de Jardim e Bomfim, com os limites da subdelegacia de policia, "inclusive o territorio que demóra ao occidente de uma linha que "partindo da Barra do Milhã, siga na direcção "sul-norte, passando pela serra do Torreão, em "demanda das fronteiras meridionaes de Touros".

O municipio foi installado solennemente no dia 22 de novembro de 1890 e empossada a sua primeira Intendencia Municipal composta dos cidadãos José Rebouças de Oliveira Camara, como presidente, Miguel Teixeira de Vasconcellos, Manoel José de Mello Formiga, Francisco Soares de Paiva Rocha e Joaquim Teixeira de Mello.

Jardim de Angicos, para distinguir-se de Jardim do Seridó, foi elevada á condição de villa e séde do novo municipio, em virtude do decreto de criação. Era districto judiciario da comarca de Ceará-mirim; fez parte da comarca de Angicos, creada pelo decreto n. 63 de 30 de outubro de 1890, da de Macau [decreto n. 81 de 22 novembro 1890), da de Ceará-mirim, novamente (lei estadual n. 248 de 26 fevereiro 1907) e da de Santa Cruz, (lei 272 de 23 de novembro de 1909] e finalmente, da de Ceará-mirim, até 1927.

A povoação de Lages, devido á approximação dos serviços da Estrada de Ferro Central

do Rio Grande do Norte, tomou grande incremento e a séde do municipio foi para ahi mudada pela lei n. 360 de 25 de novembro 1914, que a elevou á cathegoria de Villa de Lages, deixando, porém, á antiga séde o seu anterior predicamento.

Continuando a progredir incessantemente Lages foi erigida em Cidade pela lei n. 572 de 3 de dezembro 1923 e, quatro annos mais tarde, foi creada a Comarca de Lages com o districto de Angicos (lei n. 642 de 17 de Outubro de 1927) e depois com o de Baixa Verde [decreto do 3.º Intêrvntor Hercolino Cascardo, n. 154, de 24 outubro 1931).

A installação da comarca se deu tambem com solennidade e festas, no dia 6 de Novembro desse anno, empossando-se o 1.º juiz de direito, dr. Alfredo Celso de Oliveira Fernandes e o 1.º promotor publico, dr. Edgar Homem de Siqueira, e continuando como escrivão o cidadão José Procopio de Moura, que viêra de Jardim de Angicos, desde a mudança da séde municipal.

Suscitam-se algumas duvidas e obscuridades relativamente aos limites de Lages com Angicos e Taipú.

Com este ultimo, que foi desmembrado de Ceará-mirim, parece que a divisa é a da antiga freguesia de Angicos creada pela resolução provincial n. 219, de 27 de junho de 1850, que assim declarava :

“pela parte oriental, da Barra do Milhã, no Rio Ceará-mirim, pela fazenda denominada “Cobra de Veado”, inclusive; e dahi, pela fazenda “Caissára”, inclusive, até a Serra do Bomfim, ou Fuzis”.

O lugar “Cobra de Veado” ainda existe e fica proximo á fazenda “Milhã”, data de Boagua,

(m. de Taipú], onde o rio Ceará-mirim forma o «Poço da Cobra de Veado».

Dahi se conclue que as divisas orientaes do municipio são as da freguesia antiga pela linha que parte da Barra do Milhã, atravessa o rio Ceará-mirim e vem attingir as divisas da fazenda «Caiçára», do Rio do Vento, com a data de «Cachoeira do Sapo», que é de São Gonçalo, e em rumo á Serra do Bom-fim, c que está hoje definido pelo divisor das aguas do Potengy com o Bôa Vista, na lei n.º 698 de 29 de outubro de 1928, que creou o municipio de São Thomé.

Com Angicos, porém, a duvida suscitada é referente ao accidente «Cabugysinho», que todas as leis divisorias referem.

Ha dois *Cabugysinhos*: o da Arára e o de Lages, a 3 kilometros.

Informam velhos conhecedores do assumpto que Secundo Venancio da Rocha, que serviu de auxiliar na demarcação feita em 1890 pelo coronel José Rufino da Costa Pinheiro, ao tempo da creação do municipio de Jardim de Angicos e da sua delimitação com Angicos, informava que a linha partia

“dos massapês da fazenda Santa Rosa, para os do Trapiá, ou Feijão, seguindo o divisor das aguas; dahi, ao Cabugysinho da Arára, e em rumo norte, pelo divisor das aguas, até á fazenda Cabugy, e dahi, á Serra Verde”.

Uma linha reta formava, então, o limite occidental, desde o Cabugysinho ao ponto mais elevado, a oeste, da Serra Verde, designado por «Quinas Brancas».

Entendem, porém, os responsaveis pelo municipio de Angicos que a linha deve vir ao Cabugysinho, junto á cidade de Lages, e dahi, se-

guir para o ponto do kilometro 6, quebrada a linha para passar junto á casa de tijolo e telha, a 50 metros da de Symphronio Estevam na Serra do Lombo, e, então, rumar ao ponto mais alto, a leste, da Serra Verde. Esses ultimos pontos, que formam nova linha quebrada, estão consagrados na lei n. 47, de 25 novembro 1936.

Parece que a linha estabelecida e com as modificações que a tradição deixa de confirmar constituirá uma anomalia, por ser duplamente quebrada, em prejuizo do territorio do municipio de Lages, que já teve a sua área reduzida pela creação dos de Baixa Verde e São Thomé, em 1928.

A CIDADE

Lages era, no começo do seculo XX, a fazenda de criação de Francisco Pedro Gomes de Mello e tinha sido fundada por José Antonio Xavier e seu irmão Francisco Padre.

Ainda existe uma casa, sita á margem direita do Rio Ceará-mirim, a leste de Lages, e que conserva na fachada a data de 1825, como da sua construcção.

Diz a tradição, porém, que o primeiro morador da localidade foi Manoel Fernandes, que se situou no lugar «Lagedo Grande», junto ao «Serrote do Cabaço», ao pé do rio Ceará-mirim, cerca de um kilometro, ao sul da actual Cidade.

Até 1906, Lages era somente um ponto de descanso para os viajantes e não merecia outra referencia senão como terra exellente para criação de gados.

Mas, a resolução tomada pela Companhia de Viação e Contruções de passar por esse lugar os trilhos da Estrada de Ferro Central, cujo projecto era pela fazenda «Pedra Vermelha», dois kilometros ao norte, attrahiu para Lages,

a velha fazenda de Francisco Pedro, as atenções de toda a gente e assim que os trabalhos da construcção se approximaram, Lages tomou um extraordinario incremento, para logo ahi se installando casas de commercio e pequenas industrias, familias e trabalhadores de variadas procedencias, formando assim um aglomerado heterogeneo e interessante de alienignas.

E esse desenvolvimento crescente determinou a mudança da séde do municipio para Lages, a sua elevação á villa, á Cidade e á Comarca, predicamentos de que tem gosado a par das excellencias de um clima sêcco, ventilado e sadío, como poucos ha no Estado.

Em 1894, a capella de Lages foi erigida quando ahi só existiam quatro casas e ficava ao leste da actual 'Cidade, á margem direita do Rio Ceará-mirim.

Actualmente, a Cidade soffre as consequencia do prosseguimento das obras da E. F. Central, em demanda do seu ponto de destino.

Consta de quatro praças, 15 ruas e 4 travessas, cerca de 600 casas e 2.500 habitantes.

Possúe Mercado publico, Prefeitura Municipal, (construida em 1924, na administração do major Manoel Januario Cabral, como vice-presidente no triennio de 1923 a 1925), o Grupo Escolar Pedro II [edificado de 1922 a 1927, por iniciativa da Intendencia e auxilio do povo e do Governo do Estado), a Matriz de N. S. da Conceição, (erigida de 1915 a 1934), a grande Estação da Estrada de Ferro Central, (edificada em 1918) o Edificio de Correios e Telegraphos, [construido em 1933) e muitos predios de commercio e residencias particulares, que teem agradável aspecto.

Tem Telegrapho e Correio Geral, além do

da E. F. Central, e agencias de rendas federaes e estaduaes.

São arborizadas a *ficus benjamini* as principaes praças e ruas. Tem luz electrica, com uzina propria, inaugurada a 10 de outubro de 1924. Realiza-se aos sabbados uma grande feira de productos agricolas e de criações, attrahindo *feireiros* de grandes distancias. Ao tempo do maior fastigio, a feira de Lages era a mais afamada e concorrida do Estado (1920 a 1924).

Era o entreposto commercial de todas as localidades do interior, porque ahi chegavam as estradas de Macau, Assú e Mossoró, e até do Seridó, para o commercio dos productos vindos pela Estrada de Ferro e por seus comboios enviados para a Capital e outras praças do paiz.

E' logar aprazivel, de excellente clima, tendo a augmentar-lhe a aprazibilidade a constancia das suas noites incomparaveis.

Jardim tambem formou na campanha da libertação dos escravos e a commissão local vera composta dos srs. Capitão João Damasceno Bezerra, Manoel Rebouças de Oliveira Camara, Joaquim Rebouças de Oliveira Camara, Manoel Vicente de Paiva e Manoel Francisco Bezerra e, a 1.º de abril de 1888, já era livre a povoação de Jardim. (Boletim da «Libertadora», n. 7, de 1-4-1888).

A FREGUEZIA

No anno de 1873, o capitão Manoel Vicente de Paiva requereu licença ao Bispo de Olinda para erigir, na povoação de Jardim, uma capella dedicada a São João Baptista.

Concedida a licença e com o auxilio pecuniario dos moradores, foi effectivamente levantada em 1874 a capella, sob a direcção do men-

cionado capitão Manoel Vicente de Paiva e de Gonçalo José Teixeira da Silva, que fizeram doação do patrimonio necessario.

A grande cheia do Rio Ceará-mirim, no dia 6 de abril de 1894, destruiu quase completamente a capella primitiva, sendo construida outra Igreja em logar mais elevado e seguro, e que é a Igreja actual do Jardim.

Ella tem 33 palmos de frente e 130 de fundo e contem dois grandes vultos de São João Baptista e São Sebastião.

Já em 1903, a 20 de agosto, a Igreja de Jardim recebeu a visita pastoral de D. Adauto Aurelio, 1.º bispo da Parahyba: ella estava sob os cuidados do padre João Borges de Salles.

Não conseguiu ser séde de freguezia a Igreja do Jardim.

Transferida, porém, em 1914, a séde do municipio de Jardim para Lages, foi iniciada a construcção da Igreja de N. S. da Conceição, em 1915, (1) ficando, no anno seguinte, em condições de nella se celebrarem os officios divinos, si bem que como simples capella da Matriz de Angicos. Foi o padre Julio Alves Bezerra, co-adjuvado pelos drs. Leonardo Arcoverde e André Verissimo Rebouças, Superintendentes da E. F. Central, quem maior somma de serviços prestou na construcção desse templo. Posteriormente, o padre Ulysses Maranhão conseguiu continuar a obra da torre e dos corredores laterais com a limpeza interna e externa e respectiva pintura. Ficou concluida em Dezembro de 1935, pelos esforços do padre Luiz Wanderley, que fez o novo tecto, o fôrro e a pintura geral, tambem.

(1) A 18 de junho de 1915, o autor visitou a actual Igreja em allerces na companhia do saudoso poeta Murillo Aranha.

Ella mede 23 metros de comprimento por 13 de largura, exteriormente. Contem trez altares: o da Padroeira, N. S. da Conceição, e São Vicente de Paulo e o do S. Coração de Jesus e São Luiz Gonzaga. Ha tambem os vultos de S. Therezinha do Menino Jesus, outro de N. S. da Conceição, de S. João Bosco e o de N. Senhor Morto.

Existem ahi as irmandades do Apostolado da Oração e das Filhas de Maria.

Lages foi erigida em freguezia autónoma da de Angicos por decreto do 2.º Bispo Diocesano, D. Antonio dos Santos Cabral, em data de 8 Dezembro 1921. Seus limites são os do municipio. O seu designativo canonico é Parochia de Nossa Senhora da Conceição de Lages. (2)

“São capellas filiaes da Matriz de Lages: a de São João Baptista, em Jardim, a de Cauassú, dedidada a N. S. da Conceição a de Caiçara,

(2) *Decreto da criação da Parochia de Lages, deste Bispo de Natal:

DOM ANTONIO DOS SANTOS CABRAL, POR MERCÊ DE DEUS E DA SANTA SÉ APOSTOLICA, BISPO DE NATAL.

Fazemos saber que, attendendo ao que prescreve o Codigo do Direito Canonico -- Cons. 216, 454, § 3, 1415, § 3 e 1427, § 1.º, 2.º, e attendendo ainda aos graves encargos de nossa consciencia no pastoreio do rebanho, cuja guarda o Senhor nos confiou, e em pleno exercicio de nossa jurisdicção ordinaria: Havemos por bem desmembrar perpetuamente, da Parochia de S. José de Angicos, desta Diocese, e elevar á cathogoria de Parochia amovivel, a Capella de Nossa Senhora da Conceição da Villa de Lages, que assim erecta em Parochia, chamar-se-á Parochia de Nossa Senhora da Conceição de Lages, e terá os mesmos limites civis que separam e constituem o Municipio de Lages. Para prover a conveniente sustentação do Parochio, e para o esplendor do Culto Divino, os habitantes da referida Parochia contribuam com emolumentos e benesses, que estão fixados na Tabella Diocesana, podendo assim assegurar, *quan primum*, os inestimaveis beneficios da permanencia de um parochio proprio, satisfazer as suas necessidades espirituaes.

Mandamos, outro sim, a todos os fieis comprehendidos nos limites da nova Parochia que agora erigimos, reconheçam na pessoa do sacerdote, por Nós designado para dirigi-la, assim como na dos seus successores canonicos, o seu legitimo parochio. O presente Decreto de criação será lido á estação da Missa Parochial, e registado no livro de Tombo da nova Parochia, bem assim, nos das Parochias limitrophes: Angicos, Taipú, Sant'anna do Mattos e Curraes Novos.

Dado e passado nesta Episcopal Cidade de Natal, sob o Sello e Sig-nal de nossas armas, aos 8 de Dezembro de 1921.

L do Sello.

(a) † ANTONIO, Bispo de Natal.

consagrada a São Sebastião, a de Pedra Preta, dedicada a São Francisco de Assis; a de Bello Horizonte, de que é padroeira N. S. da Conceição e as das fazendas Joaseiro e Riachão.

O patrimonio da freguezia foi doado por diversos: Francisco Pedro Gomes de Mello, Francisco Pedro de Mello Netto, Felix Pedro de Mello, Manoel Rebouças de Oliveira Camara, Secundo Venancio da Rocha, Jacinto Xavier de Mello e outros.

POVOAÇÕES

«Jardim de Angicos» era a antiga séde do municipio desse nome, de 22 de novembro de 1890 a 1.º de janeiro de 1915, quando foi a séde mudada para Lages. Foi um sitio de criar e plantar, á margem esquerda do rio Ceará-mirim, fundado por João Paes, e, com o tempo, se foi desenvolvendo até formar um pequeno povoado.

O seu desenvolvimento começou em 1869, quando se congregaram os homens de mais influencia na redondeza, moradores no districto de Jardim, afim de resolverem sobre a construção de um Cemiterio Publico.

Foram elles: Coronel José Francisco Bezerra (Umary), capitão Manoel Vicente de Paiva, José Rebouças de Oliveira Camara (Umary), Pedro José de Mello, [Fazenda Nova], Capitão José Venancio da Costa Alecrim [Pedra Preta], tenente João Damasceno Bezerra (Pajehú), capitão Manoel Francisco Bezerra (Umary), Francisco Soares Bilro (Milhã), Gonçalo José Teixeira da Silva, José Francisco Soares Bilro [Milhã], João Florencio de Oliveira Camara, Francisco Teixeira de Vasconcellos (Umary) e Antonio José Bezerra [Umary). A reunião se realizou na fazenda «Conceição», dos Camaras, o lugar es-

colhido para a construção Jardim e encarregado dos serviços o capitão Manoel Vicente de Paiva, tendo por base os recursos que os congregados deveriam fornecer ou arrecadar entre o povo. Em 1870, foi celebrada uma missa no novo Cemiterio pelo padre Joaquim, completamente cego. Em 1873, o capitão Manoel Vicente de Paiva pediu e obteve licença para edificar a capella de São João Baptista, no mesmo logar, Jardim. Apesar do seu pouco desenvolvimento, em 1890, foi elevada á villa e séde do municipio.

No dia 6 de Abril de 1894, uma grande cheia do Rio Ceará-mirim destruiu ahí 21 casas e o cemiterio, ficando a Igreja seriamente deteriorada, pois a villa estava localizada na varzea á esquerda do mesmo rio.

Foi, então, reconstruida a villa em ponto mais elevado, seguro e ao abrigo das cheias torrencias. Contribuíram para a construção da nova Igreja e do cemiterio não só os jardineses como pessoas de municipios proximos, sendo encarregado das obras o capitão Manoel Rebouças de Oliveira Camara.

Jardim possuia cadeira de instrucção primaria desde 1885. Em 1913, funcionou o Externato «Francisco Cascudo», sob a direcção de Murillo Aranha. Em 1920, teve escola subvencionada, tornada escola rudimentar pelo Governador Antonio de Souza e regida, durante varios annos, por D. Heleaa Galvão Barbosa.

Tinha tambem casa da Intendencia. Ainda tem feira ás 6as. feiras. Em 1932, foi ahí construido um açude publico para abastecimento da população.

E' hoje um logar em franca decadencia, a Igreja quase em ruinas e as residencias particulares, além de reduzidas, quase deterioradas.

—«Bon-Fim» fica ao sul da Cidade, na Ser-

ra do mesmo nome, á margem direita do rio «Quintimproá». Foram seus fundadores o capitão Manoel José Trigueiro, portuguez, e o padre Manoel Antonio dos Santos Moraes Pereira Leitão, ali refugiados, em 1817, como implicados nos acontecimentos politicos daquelle anno. Mais tarde, o logar se tornou refugio de criminosos, e dahi lhe veio o nome de Serra dos «Fuzis», que se encontra na lei que estabeleceu limites á freguezia (lei 219 de 27 de junho de 1850).

Tem capella em ruinas dedicada ao Senhor do Bom Fim e iniciada em 1838. As ruinas dessa capella denotam proporções de um grande templo.

—«Cauassú», ao norte, á margem do riacho do mesmo nome, tributario do Rio Ceará-mirim. Foi fundada por Manoel Varella Sautiago e tem capella consagrada á N. S. da Conceição. Conta 50 casas e cerca de 350 habitantes. Constitue um arruado e varias fazendas em derredor.

—«Caiçára» do Rio do Vento, a leste de Lages, na estrada para Natal, consta de 30 casas, formando um quadro, fica a 3 leguas de Jardim e a 6 da Cidade. Tem uma Capella dedicada a São Sebastião e um pequeno cemiterio. Passa, por meio do arruado, o Rio do Vento, da data do mesmo nome.

—«Pedra Preta» é um povoado florescente, á margem da Estrada de Ferro Central, a 25 kilometros de Lages e a 123,922 metros de Natal, com uma altitude de 161,360 metros sobre o nivel do mar. Tem Capella de São Francisco de Assis, Escola Rudimentar [decr. 152 de 19 setembro 1921], agora é Escola Isolada Estadual em predio proprio inaugurado a 1.º de Janeiro de 1935 6 casas de residencia, 3 estabelecimentos commerciaes, feira aos sabbados, e, em der-

redor, grandes culturas de algodão e fazendas de criação de gados.

Logares, fazendas e sitios

O municipio de Lages, desde as extremas occidentaes com Angicos, até ás divisas orientaes com São Gonçalo e Taipú, possúe varias localidades, fazendas e sitios, a saber:

Pelo Rio Ceará-mirim:

«Olho d'agua das Vertentes», de Antonio Miguel Campos.

«Barreiras», fundada por Joaquim Fernandes, a uma legoa ao sudoeste, pertencente a D. Rita Ferreira da Conceição, e outros.

«Caraúbas», fundada por Manoel dos Anjos, a 3 kilometros da Cidade, é de Secundo Venancio da Rocha.

«Lages», fundada por José Antonio Xavier, é hoje patrimonio de N. S. da Conceição, por doação dos respectivos proprietarios.

«Taboleirinho», de Manoel Januario Cabral, e outros.

«Morada Nova», dos herdeiros de Francisco Pedro de Mello Neto e dos de Felix Pedro de Mello.

«Mulungú», fundada por José Barbosa de Abreu, a uma legoa abaixo da Cidade, pertence hoje a diversos, entre os quaes Abreus, Barachos, Torquatos e outros.

«Alagoinha», fundada por uns Bentos, de Pernambuco, é de Manoel Francisco de Albuquerque.

«Varzea dos Bois» (antiga Matança dos Bois, porque eram ahí abatidos os bois bravos que os vaqueiros pegavam a casco de cavallo), fundada por Dionysio Vieira, pertence a diversos.

«Passagem Comprida», fundada por Leonardo Bezerra, comprehende a fazenda «Alivio», da viuva do major Pedro de Oliveira Correia.

«Trapiá» é de João Freire.

«Salgadinho», que o capitão Dionysio Soares fundou, pertence á viuva de Alfredo Pessoa de Mello, Juventino Bandeira e outros.

«Estrebarias», por Ignacio Martins fundada, é de José Antonio de Medeiros e outros.

«Maniçóba», fundada por Manoel Francisco, é de Faustino de Tal.

«Conceição dos Camaras», fundada por Felix Rodrigues, é de João da Matha Paiva.

«Fazenda Nova», fundada pelo tenente José Fernandes Carrilho, é dos herdeiros de Boaventura Dias de Mello e José Dias de Mello.

«Joazeiro», ao pé da Serra do Feiticeiro, fundada por Julião Marques de Lima, é de diversos.

«Jurema», fundada por Benjamin Fernandes, é de Antonio Magro.

«Bôa Vista», fundada por Julião Marques, pertence Manoel Francisco de Arruda e outros.

«Dois Irmãos», fundada por José Vicente, é de Manoel Francisco, Cícero Patricio e outros.

«Conceição dos Patricios», fundada pelo major Fabricio Gomes Pedroza, é dos herdeiros de Antonia Patricio.

«Livre-me Deus»! fundada pelo padre Bartolomeu Fagundes.

«São Joaquim», pelos primeiros Gabrieis, pertence a José Soares de Vasconcelos.

Pelo Rio «Quintimproá»:

«Olho dagua Verde», fundada por Jacintho Lopes, é de Felix da Cruz.

«Vereda do meio», por Antonio Freire fundada, está dividida entre o capitão João Pedro de Albuquerque e Francisco Gonzaga Galvão.

«Barra do Girau» pertencente a Manoel Bello.

«Amarante» é de Servulo Pires Galvão Neto.

«Ponta da Serra», fundada por José dos Santos, é hoje de Olegario Agapito da Costa e Alfredo Barella.

«Poço do Valentim», fundada por José Teixeira, é hoje de diversos.

«Palestina», do dr. Octavio de Gouvea Varella.

«Santa Catarina», de D. Maria Carmelita de Sá Leitão Cabral.

«Boqueirão», actual "São Luiz", fundada por Luiz Soares, é de Manoel Antunes de Souza [Baé].

«Jaramataia», fundada pelo Cel. Manoel Varella do Nascimento, Barão do Ceará-mirim, pertence ao seu neto Julio Mario de Gouvea Varella.

«Santa Maria» é de Paulo Varella.

«Bella Vista», fundada por Alexandre Felipe, pertence a herdeiros de José Firmino Bezerra da Camara.

«São Domingos», fundada pelo Padre João Coelho, é dos herdeiros de José Firmino Bezerra da Camara.

«Angicos», fundada pelo major Luiz Ferreira Nobre Pelinca, pertence aos herdeiros de José Firmino Bezerra da Camara.

«Barra do Rio do Vento», fundada pelo Cel. José Ribeiro Dantas, é hoje de herdeiros de Manoel Teixeira.

«Barra» e «Primavera» também fundada pelo cel. José Ribeiro Dantas, é hoje de herdeiros do Cel. Miguel Teixeira de Vasconcellos.

«Favela», fundada por Antonio da Costa Barbalho, pertence a Feliciano de tal.

«Retiro», fundada pelo Barão do Ceará-mi-

rim, é dos herdeiros de Vicente Teixeira de Vasconcellos.

«Pedra do Navio», fundada por Manoel José de Carvalho, pertence a herdeiros de José Camara Filho.

«Umary da Sombra», fundada por Francisco José Bezerra, é de Julio e Victor Teixeira de Vasconcellos e outros.

«São Paulo», por Cyriaco de tal fundada, pertence a Marcolino Soares de Paiva.

«Cururú», fundada por José Muniz, é dos herdeiros do coronel Miguel Teixeira de Vasconcellos.

E' ahí que o Rio da Barra desagua no Rio Ceará-mirim e constitue a divisa com Taipú.

«São Thomé», fundada por Ignacio de Góes, é de José Bilro.

«Bôa-Agua», ou «Milhã» fundada por Joaquim Dantas, é de Antonio, Paulino e Joaquim Bilro.

Attinge ahí o limite com Baixa Verde pela barra do Milhã, já ao nordeste da propriedade.

«Góes» pertence a Milton de G. Varella e Milanez Rodrigues.

«Cardoso», fundada por Manoel Teixeira da Silva, pertence a Milciades Bandeira de Mello.

«Logradouro», fundada pelo Barão de Ceará-mirim, pertence ao Pe. Ramiro Varella e irmãos.

«Ramada», fundada por Felipe Rodrigues, é de Milciades Bandeira de Mello.

«Baixa do Angico», fundada por José Ferreira dos Passos, è de José Soares Bilro e outros.

Pelo riacho da Jurema, abaixo:

«Jurema», fundada por Joaquim Francisco Bezerra.

Pelo Riacho de Manoel Dionysio:

“Malhadinha”, fundada por José Francisco Bezerra, é de João Camara & Irmãos e outros.

“Tanques”, fundada por Luiz Teixeira, é de João Camara & Irmãos.

“São Pedro”, fundada pelo major Angelo Varella Santiago, pertence á firma João Camara & Irmãos.

“São Vicente”, fundada por Manoel Victorino, é hoje de Antonio Telmo da Rocha Barros.

“Pajehú”, dos herdeiros do Cel. Francisco Damasceno Bezerra.

“Bocca da Picada”, de Severino Alves Billa.

“Canto Comprido”, fundada por José Ferreira da Costa, pertence a Antonio Telmo.

“Mororó”, de D. Honorina de Souza Barros e filhos.

Pelo Riacho Salgado :

“São José”, fundada pelo capitão Manoel Antonio Soares da Camara, e pertencente a Manoel Antunes de Souza. (Bae).

“Pedra Prêta”, fundada pelo capitão José Venancio da Costa Alecrim, fica ao pé do povoado desse nome.

“Belém”, fundada por Sebastião Caváco, é de Manoel Bellinha.

“Agua-azul”, tambem fundada por Sebastião Caváco, é da viuva de Abel da Rocha Barros.

“Cameleão-Cotó”, fundada pelo capitão João Damasceno Bezerra, pertence a Manoel Damasceno Bezerra.

“Capoeira”, fundada pelo mesmo João Damasceno Bezerra, é de Manoel Damasceno Teixeira.

“Bôa Esperança”, fundada pelo dito Damasceno, pertence hoje a herdeiros de Francisco Damasceno Bezerra.

Pelo Riacho Mundo-Novo:

“São João” é de herdeiros de Raymundo José da Silva e outros.

“Mundo-Novo”, fundada por José Pinto da Camara, é de herdeiros de João Matias de Araujo (Praeiro), Ezechias Nunes da Fonseca e outros.

“Baixa do Bezerro”, fundada por Joaquim da Costa Alecrim, é de Francisco e José Alecrim.

“São João de Cima”, fundada por D. Leocadia, é da viuva de José Pedro de Mello.

“Santo Antonio”, fundada pelo capitão Manoel Leopoldo Raposo da Camara, pertence a José Nestor de Gouvêa.

Pelo Riacho Trapiá:

“Alivio”, da viuva do major Pedro de Oliveira Corrêa.

Pelo Riacho Alagoinha:

“Santa Barbara”, de João Cirino de Mello. Seu proprietario é já centenário.

“Picos-Pretos”, fundada por José Felix de Mello, é de herdeiros de Symphonio Moura.

“Alegria”, fundada pelo capitão Philippe Bezerra, é de Miguel Ferreira de Lima.

“Ramada”, (do Alivio) fundada por José Barbosa de Abreu, é de Manoel Francisco de Albuquerque.

“Santa Apolonia”, fundada pelo Coronel Affonso Saraiva, é de Plinio Saraiva.

“Ipueira da Ema”, dos herdeiros de Symphonio Moura.

Pelo Riacho Vidéu:

“Ameixinha”, fundada por Alexandre R. Baracho, é de Miguel Ferreira de Lima.

“Ameixa de Cima”, que foi do capitão Manoel Leopoldo Raposo da Camara, pertence aos

herdeiros de Joaquim Ferreira Junior.

No Riacho do Tapuyo:

“Tapuyo“, de Aureliano Moura.

“Tapuyo“, de Francisco Leandro.

“Tapuyo“, de herdeiros de Antonio Machado.

“Tapuyo“, de Antonio Telmo da Rocha Bar-

ros.

Pelo Riacho “Pedra Vermelha“:

“Pedra Vermelha“ de baixo, que era de José Cirino de Mello, é hoje de Manoel Francisco de Arruda, da familia Abreu, Mateus e outros.

“Pedra Vermelha“ de cima, é dos herdeiros de Manoel José de Mello Formiga.

“Olho dagua“, de D. Lucinéa Maria da Conceição.

Na Serra do Bom-fim:

“Oiticica“, de Antonio Magro.

“No Rio Novo: (Caiçara).

“Olho dagua do Teixeira“, fundada por João Francisco da Silva Canhôtô.

No Rio da Caiçara:

“Serra Corcunda“, hoje “Santa Izabel“, fundada pelo Barão do Ceará-Mirim, é de herdeiros do dr. Manoel de Gouvêa Varella.

“Ubaia“, de Pedro de Paiva Varella.

Na “Serra do Feiticeiro“:

“Santo Antonio“, de Antonio Victor.

“Riachão“, de Felix da Cruz.

No Riacho da Vacca-Morta;

“Salgadinho“, de João Francisco da Rocha Neco.

“Vacca-morta“, ou Livramento, de Manoel Francisco de Arruda.

“Olho dagua do Capim“, dos Valerios, Damascenos e outros.

“Serra do Lombo“, de diversos, com varias propriedades de crear e plantar.

R I O S

“Ceará-mirim”, que nasce nos massapês de Santa Rosa, no logar Malhada da Areia, limites com Angicos, entra no Trapiá, passa ao pé da Cidade, a leste, banha tambem a antiga Villa do Jardim e vae descendo pelo territorio do municipio, até á Barra do Milhã, onde se extrema com Baixa Verde, e ao meio da barra do Cururú, onde se limita com Taipú, dahi seguindo até á barra no Oceano Atlantico. Recebe, pela direita, os seguintes rios:

“Bôa Vista”, que nasce tambem nos massapês de Santa Rosa, no logar “Serra Negra“, conhecida por “Serra do Feiticeiro“, faz barra no sitio “São Joaquim“, com oito legoas de curso.

“Quintimproá“, outróra “Quintimproá-Choyó“, que nasce na serra do Bomfim, banha varias fazendas de crear e plantar e vae desaguar, pela barra do Cururú, meia legoa abaixo da antiga villa do Jardim, tendo dez legoas de curso.

“Dos Picos“, nascido nos taboleiros do Pica-Pau, junta-se com o Rio Novo, proximo á povoação de Caiçara e despeja no logar “Barra do Rio do Vento“ sobre o Rio Quintimproá.

R I A C H O S

Pela margem esquerda do Rio Ceará-mirim:

“Pedra Vermelha“, que nasce no alto das “Lanchinhas“, tem tres legoas de curso e faz barra em Mulungú.

“Videu“ nasce nos Campos Alegres, tem quatro legoas de curso e faz barra no Pedra Vermelha.

“Cachoeirinha“, (1.) nasce nos Cabeços do Videu, tem cinco legoas de curso e faz barra no Mulungú.

“Salgado“ nasce nos massapês das Aroeiras, em Pedra Preta, tem oito legoas de curso e faz barra no Salgadinho.

“Mundo Novo“ nasce tambem nos massapês das Aroeiras, tem seis legoas de curso e desagua no Salgadinho.

“Da Porta“, que vem dos massapês do Convento e fa barra em Passagem Comprida, com oito legoas de curso.

“Trapiá“, que vem dos massapês da Serra do Lombo, tem nove legoas de curso e fez barra na Passagem-comprida.

“Alagoinha“, que nasce nos massapês da Serra do Lombo, tem oito legoas de curso e faz barra em Varzea dos Bois.

“Cauassú“, que nasce na Serrinha, tem seis legoas de curso e desagua na barra da Onça.

“Milhã“ que nasce na Alagôa do Cordeiro, tem oito legoas de curso e despeja na Barra do Milhã.

“Pedra Branca“, que vem da Serra do Francisco, banha a fazenda Bello Horizonte, ou Barra da Lagôa, e cae no rio Quintimproá

“Da Lavagem“ nasce na Serra do Francisco, passa na Fazenda acima e despeja no Rio Quintimproá.

“Malacachêta“, que nasce das Capoeiras de Manoel Camara, tem oito legoas de curso e faz barra a duzentos metros de Jardim.

Pela margem direita do Rio Ceará-mirim:

“Do Boi“, nascido nas alturas de Boa Vista, com tres legoas de curso, lança-se no Rio Ceará-mirim, no lugar Conceição.

“Vacca Morta“, que nasce no Salgadinho, com mais de duas legoas de curso, faz barra entre Mulungú e Taboleirinho.

“Dos Porcos”, que se origina na Ponta da Serra do Queiróz, tem seis legoas de curso e faz barra na “Passagem Comprida”.

“Cachoeirinha”, (2.) que nasce na Serra da Maniçóba e faz barra em Salgadinho, com três legoas de curso.

“Malacachêta», que nasce das Capoeiras de Manoel Camara, tem oito legoas de curso e faz barra a duzentos metros do Jardim.

“Milhã”, que nasce na Alagôa do Cordeiro, tem oito legoas de curso e despeja na barra do Milhã, rio Ceará-mirim.

“Pedra Branca”, que vem da Serra do Francisco, banha a fazenda Bello Horizonte, ou Barra da Lagôa, e cae no rio Quintimproá.

«Jurema», que tem legoa e meia de curso e despeja no Umary da Sombra.

Ha ainda varios outros riachos.

LAGÔAS

«Cardoso», ao norte do Jardim, notavel por terem sido ahi encontradas, em 1894, enormes ossadas de animaes desconhecidos e que atrahiram grande curiosidade. Desconhece-se o paradeiro dessas ossadas, que teriam grande interesse scientifico.

«Cordeiro», a três legoas do Jardim, ao norte.

«Boagua», «Picos-Pretos», «Ipoeira da Ema», Lagoa dos Caetanos, junto á fazenda «Santa Barbara», e outras.

SERRAS

«Serra do Feiticeiro», ou Serra Negra, fica ao sul da Cidade, a duas legoas, estende-se de norte a sul, tem consideravel dimensão e é bas-

tante cultivada. Vem-lhe o nome da permanencia ali de um homem que lhe diziam feiticeiro, e a quem o povo dava certa importancia. Ignora-se o nome pessoal. E' da cadeia da Borborema.

«Serra do Bom-fim», ou dos «Fuzis», por terem sido encontradas muitas armas, que se suppõem dos revolucionarios ali homiziados. E' muito agricola, corre de leste a oeste, a cinco legoas, ao sul de Lages. Tambem é muito habitada. Tem varios olheiros naturaes que sustentam as criações. Constitue ramificação da Borborema.

«Maniçóba», á margem direita do Ceará-mirim e á esquerda do Quintimproá. Serve para criações e, em parte, para a agricultura. Fica em frente áfazenda Barra da Lagoa.

«Serra Corcunda», a cinco legoas ao sul-leste de Lages.

«Passagem comprida», anexa á da Maniçoba.

«Do Teixeira», na direcção da do Bomfim, a nascente do Jardim.

«Do Francisco», proxima á «Serra do Feiticeiro».

«Serra Verde», em cujo ponto mais alto passa a linha de limites com Angicos e Baixa Verde; é muito agricola, tem muitos habitantes e já possui varios poços artesianos mandados abrir pelos Governos da União e do Estãdo, em cooperação.

SERROTOS

«Serrotariões», a duas legoas, ao norte, do Jardim, teem enormes grutas, onde se encontra excellente agua potavel e, pelas paredes de pedras, letreiros e signaes antigos e ainda não traduzidos.

«São Bento», que fica ao norte do Cauas-
sù, cerca de treis legoas, tem habitantes e bas-
tante agricultura.

«Cabugisinho da Arára» ao sudoeste de
Lages, oito kilometros, é a divisa oeste com o
município de Angicos.

«Cabugisinho de Lages», ao oeste, treis ki-
lometros da Cidade.

“Das Lanchinhas”, que fica proximo ao ria-
cho do Tapuyo.

“Do Defunto”, á margem esquerda do rio
Quintimproá, na ponta da Serra.

“Pae João”, entre Morada Nova e Tabet-
rinho.

“Da Tinideira”, proximo á Cidade, um ki-
lometro, e assim denominado por causa de uma
pedra que repercute bem alto o som de qual-
quer golpe que lhe fôr vibrado com ferro, ou
outra pedra.

OLHOS D'AGUA

“Da Serra do Teixeira”;

“Das Vertentes”;

“Da Serra da Bom-fim”;

“Da Gamelleira”;

“Do Capim”, seis legoas ao norte do Jar-
dim, onde se podem abastecer muitas criações;

“Das Trincheiras”; e

“Do Urubú”.

RIQUEZA MINERAL

A riqueza mineral deste município é a da
pedra de granito, incomparavel para constru-
ções. Ha tambem muita pedra calcarea. A E. de

F. Central tem um grande fôrno de cal, no kilometro 137 da linha, onde se produz excellente e afamada "Cal de Lages". De minereos preciosos não ha noticia.

RIQUEZA VEGETAL

Consta das culturas de algodão, milho, feijão, mandiôca, batata, inhames e até fumo. Ha no municipio cerca de 4.000 roçados, com 20 casas de farinha e treis descaroçadores mecanicos. Ha, na cidade, uma Prensa de Algodão e treis descaroçadores.

O algodão produzido annualmente é de 14.000 fardos de 75 kilos.

Na safra de 1920-21, produziu 3.291 fardos com 940.500 kilos, e na de 1921-22, 5.525 fardos com 1.540.900 kilos. Em 1928-29, 8.000 fardos.

Tem sitios de fruteiras ás margens dos rios e riachos mais ferteis: produz côcos, pinhas, cajús, mangas, cana de assucar e outras

Possúe madeiras de construção, especialmente, nas serras: cedro, carahiba, angico, pe-reiro, pau d'arco, aroeira, emburana e comarú, ou «emburana de cheiro».

RIQUEZA ANIMAL

As terras do municipio são extraordinariamente propicias á criação de gados, «os encostos» das serras e serrotes dão viço á criação para resistir aos rigores das seccas, ahi mais frequentes que em quase todos os mais municipios do Estado. Quando chove em Lages, todos os outros municipios estão bem chuvidos. Ha uma crença popular de que é maleficio de uma velha feiticeira, que fazia beijús e punha-os a seccar, ao sól. Outros dizem que é promessa de uma

outra, conhecida por «Gata-sêcca», por causa de um sonho de desastre, em dia de tempestade.

Ha no municipio mais de 100 fazendas de gado, com cerca de 20.000 bovinos, 8.000 caprinos, 3.000 cavallares, 4.000 muares e 6.000 ovinos.

Aves canoras: Acauã, graúna, concliz, gallo de campina, sabiá da matta, a sabiá-gonguê, e a cinzenta, papa-sêbo, curió, rouxinol, e uma immensa quantidade de «canarios da terra», que fazem a delicia dos que demoram em inverna-das pelas fazendas de Lages.

Abelhas: Jandahira, papa-terra, tubíba, amarella, arapuá, çupira, enxú, enxuhy e capuxú.

VIAS DE COMMUNICAÇÃO

A Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte trouxe ao municipio um grande desenvolvimento: ahi existem a Estação de Lages, no kil. 148,551, a estação de Pedra-Preta, no kl. 123,922, a parada de São Pedro, no kil. 118, e a estação de Jardim, no Cardoso, kil. 107,200. As altitudes dessas localidades são: Lages, 198.600, Pedra Preta, 161.360 e Jardim 205.600 metros acima do nivel do mar.

De Lages bifurca-se a Estrada para Angicos, em busca do Caicó, e para Epitacio Pessôa (antigo Gaspar Lopes), em demanda de Macau. Foi inaugurada a estação de Epitacio Pessôa, a 28 de dezembro de 1921.

Lages é tambem o centro de convergencia de varias estradas de automoveis, para Angicos, Sant'Anna, Assú, Mossoró, assim para Recanto, Cerro-Corá, Curraes Novos, tambem para Caiçara, Baixa Verde ou Natal, para Pedra-Preta, Jardim, Baixa Verde, Taipú, Ceará-mirim e Natal e bem assim para Epitacio Pessôa e Macau. A Estrada de rodagem para Curraes Novos, pela Serra, foi

construída em 1919-1921 e em 1921-22, pelos engenheiros Eduardo Parisot, José Rodrigues Ferreira, chefes do districto da I. F. O. C. S., e Luiz Raul de Senna Caldas e Octavio Ferreira Veiga, engenheiros residentes.

AÇUDES

Ha, no municipio, um açude publico federal, a serviço da E. F. Central é o do «Gavião», a dois kilometros, ao sul da Cidade; um municipal no povoado do Jardim, construído em 1932-33, duas barragens e quinze açudes particulares de maior vulto, afóra muitos barreiros.

Os particulares ficam nas fazendas: Ameixa, Milhã, dois em São Pedro, dois em Caiçara, Mulungú, Santa Terezinha, Verêda do Meio, Pedra-Preta, Baixa do Bezerra, Livramento, Amaranthe, Canto Comprido, Jaramataia, uma barragem de alvenaria na fazenda "Ponta da Serra" e outra no Riacho da Madeira.

FIGURAS SALIENTES

ADMINISTRADORES:

José Rebouças de Oliveira Camara, (1890-91 e 1892-95).

Francisco Soares de Paiva Rocha (1891).

Joaquim Teixeira de Mello (1896-98).

Miguel Teixeira de Vasconcelos (1899-1901, 1902-1904, 1914-16, 1923-1925, substituído pelo vicepresidente Manoel Januario Cabral).

José Soares Bilro (1905-07).

Francisco Damasceno Bezerra (1908-10 e 1911-13).

Felix Teixeira de Mello (1917-19).

Joviano Mendes de Araujo (1920-22).
 Ulysses Valle [1926-28] e
 D. Luiza Alzira Teixeira Soriano (1929-30,
 deposta pela Revolução de 3 de outubro).

MAGISTRATURA:

JUIZES DE DIREITO

Dr. Alfredo Celso de Oliveira Fernandes
 (1927-1932).

Dr. Joaquim Manoel de Meróes Grillo (1932).

Dr. Eurico Soares Montenegro (1932-34).

JUIZES DISTRICTAES:

Dr. Silverio Soares de Souza [1912].

Dr. Thomaz Soriano de Souza Filho (1912-
 13).

Dr. Vicente de Lemos Filho (1913-16).

Dr. Ovidio Olympio dos Santos Vital [1918].

Dr. Pedro Cabral Pereira Fagundes (1919).

PROMOTORES

Dr. Edgar Homem de Siqueira (1927).

Dr. Lauro Pinto (1929-30).

Dr. João de Britto Dantas (1930).

Dr. Jonas Leite (1933).

TABELIÃES

Manoel Baracho de Oliveira Camara (Jar-
 dim).

Lourenço da Costa Alecrim.

José Augusto Raposo da Camara.

Pedro Nobre de Almeida.

José Procopio de Moura (Lages) [1914-17 e 1920 a 31].

José Domingos de Mello (1917-19).

Manoel Procopio de Moura (1931-34).

VIGARIOS

Conego Antonio Eustaquio [capellão do Jardim).

Padre Saturnino de Jesus Bezerra, (capellão em Jardim].

Padre João Borges de Salles, idem.

Padre Joaquim Honorio da Silveira, idem.

Padre Pedro Paulino Duarte da Silva, idem.

Padre Lucio Gambarra, idem.

Padre João Bilro [1913-15], em Lages.

Padre Julio Alves Bezerra [1915].

Padre Fortunato Areia Leão (1920).

Padre Antonio Vicente da Costa (1921).

Padre Ulysses Maranhão (1922-1928).

Padre Anacleto Brandão (1928-1929).

Padre Antonio Brilhante de Alencar [1929-1931).

Padre Luiz Teixeira (1931-1932).

Padre Luiz Wanderley (1928 e 1932-34),

P R O F E S S O R A D O

Professora Maria José Campello da Fonseca (1921-23).

Anna Rosa de Azevedo.

Beatriz Campello da Fonseca.

No Grupo Escolar «Pedro II», creado pelo decreto n.º 284 de 2 de Dezembro de 1925 e inaugurado a 24 de maio de 1927, teem servido:

Professor Tobias dos Santos, 1.º director (1927].

Prof^a. Clotilde Moura Lima, [1927-29].—2^a. directora.

Prof^a. Maria Laura Fontoura (1927-29).

Prof. Acrisio de Menezes Freire [1928-29].—3^a. director.

Prof^a. Anna Iracema Freire (1928-29).

Prof. Miguel Monteiro [1928].

Prof^a. Ernestina Moura (1931-1934).

Prof^a. Eulina Moura (1931-1934).

Prof^a. Lydia dos Santos (1927-1934).

Prof^a. Laura dos Santos (1931).

Prof^a. Eulalia Diniz Henriques [1933-34].

Prof. José Fabricio de Oliveira (1929-30) 4^a. director.

Prof. Francisco Leite de Carvalho (1931-33)

Prof^a. Adelia de Castro (1931-33).

Prof^a. Maria Brasilia de Souza Moura [1934]

5a. directora.

Tambem são dignos de menção:

Cel. José Francisco Bezerra [1808-1873].

Tenente João Damasceno Bezerra (1817-1899).

Capitão Manoel Francisco Bezerra (1816-1893).

Francisco Teixeira de Vasconcellos (1811-1893).

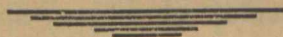
José Rebouças de Oliveira Camara (1826-1902).

Francisco Soares Bilro [1806-1876].

João Florencio de Oliveira Camara (1836-1886).

Pedro José de Mello [1824-1883].

José Francisco Soares Bilro (1824-1902).



LUIZ GOMES

O MUNICIPIO

A faixa de terra que confina, ao sudoeste, o Estado do Rio Grande do Norte, é constituída pelos três municípios de Pau dos Ferros, São Miguel e Luiz Gomes, na região das serras.

Este ultimo é o mais meridional de todos.

Seus limites são: ao Norte e a Leste, o município de Pau dos Ferros, pelo leito dos riachos e pelas estradas commerciaes; e tambem ao leste, o de Alexandria; ao sul, os municípios parahybanos de São João do Rio do Peixe e de Souza, no «divisor das aguas» que formam a bacia superior do Piranhas e as que descem para o Rio Apody, ou Mossoró, «divisor» que fica na lombada da Serra de Luiz Gomes; e ao oeste, o município de São Miguel, no alto da Serra de São José.

O territorio tem 936 kilometros quadrados, sendo, de leste a oeste, 39 kilometros e, de norte a sul, 24.

Esse territorio divide-se em duas partes bem distinctas: a da «Serra», onde está localizada a séde do município e os sitios agricolas, e a da «baixada», onde se acham as fazendas de criação.

Pertenceu, primeiramente, ao município do Assú, depois a Port'Alegre, de que foi desmembrado para a criação do município de Pau dos Ferros, até que foi desannexado deste e constituido município autonomo, por decreto n. 31 de 5 de julho de 1890, do governador provisório, dr. Joaquim Xavier da Silveira Junior, com os limites do districto de paz, tendo sido mantido nas subseqüentes organizações e reorganizações politicas do Estado, sob o regimen republicano.

Fôra, primitivamente, um districto de paz, creado pela resplução provincial, n. 250 de 23 de março de 1852, o qual foi supprimido pela lei n. 941 de 21 de março de 1885, annexando-se o territorio desse districto ao da villa de Pau dos Ferros.

A Serra do «Bom Jesus», como era chamada, fazia parte da data de sesmaria desse nome, como fazem certo as varias escrituras de terras encravadas ali e passadas em diferentes epochas.

Foi colonizada pelo tenente-coronel Luiz Gomes de Medeiros, filho do commandante José Gomes de Medeiros, fazendeiro residente no município de Caicó.

Essa colonização foi iniciada, ao que se sabe, no anno de 1756, quando, no alto da Serra, foi construida uma pequena casa, que já não existe, e feita uma pequena plantação de mandioca e arvores de fruto.

Ficou encarregado da roça o escravo Jacob, que, com outros, que lhe enviou o seu amo e senhor, conseguiu desenvolver o sitio da Serra, dando taes mostras da uberdade das terras a ponto de fazer com que o proprietario Luiz Gomes para ahi transferisse a sua residencia, do que, mais tarde, resultou a edificação de mais algumas casas e o augmento das culturas tão prosperas já.

Ahi, elle constituiu familia e fez fortuna, tornando-se através de 134 annos, por seus descendentes, o legitimo regedor dos destinos do actual municipio, quando ainda era simples povoação e districto de paz.

E' districto judiciario da comarca de Pau dos Ferros. Foi, porém, districto da de São Miguel, creada em 1890, pelo decreto n. 30 de 5 de julho, mas, não conservada na organização judiciaria de 1892. Restaurada, por lei de 1918, a comarca de São Miguel não comprehendeu o districto de Luiz Gomes, embora, mais tarde, o decreto n. 154 de 24 de outubro de 1931 fizesse-o voltar á sobredita comarca.

A installação do districto judiciario se deu em 1890, servindo como juizes districtaes Manoel José Pinto Bandeira, Antonio Fernandes de Oliveira e Manoel Freire de Britto.

A VILLA (1)

A povoação de Serra de Luiz Gomes foi iniciada em 1756, quando ahi foi edificada uma casa e fundado um sitio de roças e fructos.

A mudança da residencia do seu proprietario para a Serra do Bom Jesus determinou posteriormente a nova designação de Serra do Luiz Gomes, que tem conservado, desde a criação do districto em 1852 até os dias actuaes.

Ahi, o colonizador fez construir novas casas destinadas a seus moradores e, depois, para seus filhos e mais descendentes.

Alargando-se, pouco a pouco, a povoação

(1) - A villa de Luiz Gomes foi, em virtude do decreto federal n. 311 de 3 de março de 1938 e do decreto estadual n. 457 de 29 do mesmo mez e anno, elevada á categoria de cidade, tendo sido installada solennemente no dia 4 de abril de 1938, sob a presidencia do prefeito João Germano da Silveira.

adquiriu importancia (2) e atrahiu as vistas dos poderes provinciaes.

Além de districto de paz, teve o logar uma cadeira de instrucção primaria para o sexo masculino, em vista da resolução n. 257 de 1.º de abril de 1852. Em 1883, foi creada outra cadeira de primeiras letras para o sexo feminino [lei n. 882 de 5 de abril de 1883].

Apezar de ter sido extincto, em 1885, o districto de paz foi restaurado no anno seguinte, por força da lei n. 963 de 22 de abril.

Com a victoria da Revolução Militar de 15 de novembro de 1889, a povoação de Luiz Gomes foi elevada á categoria de villa e séde do municipio então creado.

A installação solenne do municipio e da villa teve logar no dia 6 de agosto de 1890, tomando posse a primeira Intendencia Municipal presidida pelo tenente João Felipe de Andrade Nunes e composta pelos cidadãos Adelino Fernandes Maia, João Germano Moreira da Silveira, José Pedro do Rego Leite e Plantilo Rofino Pinto Bandeira, substituido este por Jeremias Leite Pinto.

O acto de installação foi presidido pelo cidadão Raymundo Carneiro de Freitas, presidente da Intendencia Municipal de Pau dos Ferros, de que fora desmembrada a nova comuna. Houve discursos congratulatorios do dr. Caetano Guimarães de Sá Pereira, promotor publico da comarca, João Baptista Vieira da Costa, Francisco Moreira de Carvalho e Melchiades da Costa Nogueira.

A localidade é situada no planalto da Serra, a cerca de dois kilometros das extremas parahibanas do municipio de São João do Rio do

(2) — Ferreira Nobre «Breve Noticia», 1877, pag. 131.

Peixe. Um dos bairros urbanos é já situado em territorio parahibano.

Consta aproximadamente de 150 casas, que fórman cinco ruas.

A Igreja Matriz de Sant'Anna fica no quadro principal; ha ahi Casa da Prefeitura Municipal, Cadeia, Mercado, Grupo Escolar «Coronel Fernandes», creado pelo decreto n. 265 de 20 de janeiro de 1912 e inaugurado a 1.º de março do mesmo anno, na administração do dr. Alberto Maranhão (1908-1913).

Possue tambem Correio e Telegrapho Federal, agencia de rendas federaes e estaduaes. Tinha uma sociedade litteraria.

A população do municipio é de 8.237 pessoas [D. E. P.]; em 1896, 6.000 hab., em 1905, de 5.000 almas, e, em 1920, era de 4.711 habitantes. Toda ella é composta de brancos, pretos e mestiços, tem bons costumes, é ordeira e, sobretudo, muito hospitaleira. Em sua quase totalidade, é catholico-romana.

O cemiterio foi edificado em 1867 pelo missionario Frei Herculano de Figueiredo.

A feira semanal, que é realizada aos domingos, attrae muita gente dos arredores e até de outros municipios.

O povo da Serra é laborioso e ocupa-se não só de lavouras, mas, das industrias caracteristicas da zona sertaneja: cortume de couros, teares, carpintaria, sapataria, ferraria, etc.

A perspectiva da localidade é ampla e magnifica: dahi, se descortina um bello scenario sobre as terras da «baixada» e dos outros municipios, numa visão de conjuncto das extremas occidentaes do Estado.

E' logar florescente: tem excellente clima saluberrimo.

As suas distancias são as seguintes: de Pau

dos Ferros 10 legoas, a nordeste; de São Miguel, a oito; de Martins, 16; de Mossoró 40 legoas e 120 de Natal. Com as localidades parahibanas e cearenses fica a 10 legoas de Souza, a 14 de Pereiro e a 15 de Icó.

A FREGUEZIA

Na Serra de Luiz Gomes foi fundada, em 1806, uma capella por Frei Victal, missionario.

Para essa edificação muito contribuiu o padre Anacleto de Oliveira Lêdo, da familia dos bandeirantes Lêdos que levantaram a fazenda «Serra Branca», no municipio de Souza (Parahiba).

E' tradição que esse sacerdote fizêra, ainda seminarista, um voto a Sant'Anna de collocar-lhe um vulto, em oratorio privado, na fazenda de sua familia, caso conseguisse terminar o curso ecclesiastico. E, como assim aconteceu, a promessa foi cumprida.

Mas, tendo elle vindo curar a capella da Serra de Luiz Gomes, fez para ahi trasladar a imagem. Quatro dias após, devido a um violento redemoinho que percorreu a localidade e penetrou na Igreja, foi a imagem precipitada ao solo, partindo-se toda.

O padre Lêdo adquiriu outra effigie da Veneranda Mãe de Maria e collocou-a no mesmo altar, na Capella da Serra. Em 1914, fez-se a ampliação da primitiva capella, construindo-se a fachada e os corredores.

A Igreja, que é hoje Matriz da Freguezia de Sant'Anna, mede 25 metros de comprimento por 15 de largura. Tem duas torres construidas pelo Conego Manoel Vieira da Costa e Sá, trez altares, sendo um o altar-mór de S. Anna e dois lateraes: do Coração de Jesus e de Maria Santissima, São José e N. S. da Conceição.

A lei provincial n. 976 de 1.º de junho de 1886 creou a parochia da Senhora Sant'Anna, na povoação de Luiz Gomes, tendo por limites os do districto de paz da mesma povoação. Não installada ou suprimida que foi, mais tarde, conseguiram restaural-a, no governo diocesano de D. Antonio dos Santos Cabral, 2.º Bispo de Natal, por decreto de 8 de dezembro de 1920. E', hoje em dia, parochia do Bispado do Mossoró.

POVOAÇÕES

«José da Penha», antiga «Mattas», é um povoado novo e florescente, onde foi creada uma escola rudimentar em 1930 (decreto n. 461 de 22 de janeiro). Depois, a escola passou a funcionar em predio proprio construido na administração do 5.º interventor federal (decreto 904 de 29 de agosto de 1935), transformando-se em escola isolada. Tambem tem cartorio civil (decreto n. 69 de 2 de janeiro de 1936). Tem capella dedicada a São Francisco das Chagas, onde, em 1933, houve crisma ministrada pelo vigario geral, Monsenhor Alfredo Pegado.

Logares, fazendas e sitios: Os principaes são: Fazenda Nova, Fragoso, Bom Jardim, Gesém, Carrapateira, Pejoaba, Baixio, Aroeira, Baixa-Verde, Monte-Alegre, Imbé, Sitio Oliveira, Serrinha, Baixas e Gerimú.

R I O S

«Pitombeira», que nasce no divisor das aguas da serra, atravessa o municipio de sul a norte e entra em Pau dos Ferros, no logar «Flechas».

«Monte-alegre» nasce tambem em cima da Serra, córta este municipio e o de Pau dos Fer-

ros, onde entra pelo logar «Catingueira», com o nome de Rio Sant'Anna, e vae lançar-se no Rio Apody. Tem 48 kilometros de curso.

RIACHOS

“Caiçára” nasce na lagôa da Serra, onde se divide com o Rio do Peixe, toma adeante o nome de “Rio das Antas” e junta-se com o riacho “Irapuá” para fazer barra no logar “Angicos”, no rio Apody.

“Sussuarana”, que, juntando-se com o do “Baixio”, no logar “Javary”, formam o da “Lagôa Cercada”, que tem suas nascenças na Serra.

“Carrapateira”, que collecta quase todas as aguas da chã da Serra, recebe um pequeno afluente originado na Serra e denominado “Cannabrava”, junta-se no sitio “Irapuá”, ao riacho da Lagôa Cercada, toma ahi o nome de “Irapuá”, liga-se mais abaixo ao “Rio das Antas”, com o nome de “Rio do Mocambo” e penetra no municipio de Pau dos Ferros, no logar “Boa-Vista”. Ahi, recebe os riachos da Matta e do Catolé (divisa com Pau dos Ferros), tem tambem o nome de “Rio do Couto” e faz barra no “Rio Santiago”, no logar “Cacimbas”.

“Arára” nasce na Serra, desagua no “Imbé”, no logar “Monte-alegre”, com um curso de trez kilometros.

“Imbé”, que se origina nas fraldas da Serra, banha o municipio e despeja, muito adeante, no rio Sant'Anna, que ajuda a formar.

“Tigre”, que nasce na Serra dos Miuns, municipio de São Miguel, junta-se ao “Imbé” e ao “Arára” e forma o rio de “Sant'Anna”, já no municipio de Pau dos Ferros.

“Irapuá” nasce ao norte da Serra, tem o

nome de "Vacca morta" e despeja no riacho do Baixio. Ahí se acha construido o açude publico "Arapuá" (I. F. O. C. Seccas).

"Baixa do Fôgo", que se fórma na Lagôa das Pedras, tem 10 kilometros de curso e faz barra no "Irapuá".

"Catolé", que nasce no sitio "Agreste", tem 6 kilometros de curso, e faz despejo no riacho do "Couto", no lugar "Barra do Catolé".

"Caitetú" originado no "Tigre de Cima", onde faz fronteira com o municipio de São João; tem um curso de 6 kilometros e vae fazer barra no riacho "Imbé", no lugar "Caitetú".

LAGÔAS

«Cardoso», com 500 metros de extensão por 400 de largura.

«Do Matto», com 300 metros de cumprimento por 250 de largo.

«De Cima» tem 600 metros por 300 de perimetro.

«Da Villa», com 400 metros por 340 m. Fica na Serra, a cerca de 300 metros da séde municipal, a que fornece agua.

«Sitio», que fica tambem na Serra.

«Sêcca»,

«Das Antas»,

«Das Cavas» e outras menores.

SERRAS

«Luiz Gomes», antiga do «Bom Jesus» é, na opinião de uns, esgalhamento da Borborema, e no parecer de outros, fórma-se de um dos braços da Serra do Araripe e divide-se em ramos, ou serras secundarias: a serra da «Estrella», ao nordeste, e a serra da «Bôa Vista», a noro-

este. Ella parte da Serra de São José (Parahiba), de que se formam tambem as serras do Padre, Piábas e Santa Cruz. E' muito cultivada de algodão, cereaes, canna de assucar e mandioca. Tem altitude de 800 metros acima do nivel do mar.

O ponto culminante è a «Lagoa do Matto», 300 metros acima do nivel da villa.

«Estrella» é uma ramificação da de Luiz Gomes e contém madeiras de construcção e poucas culturas.

«Bôa-Vista» é igualmente um prolongamento da de Luiz Gomes.

«Camello» faz parte do systema da Serra de Luiz Gomes, tem 12 kilometros de extensão por 6 de largura; é cultivada de algodão, mandioca, milho e feijão.

RIQUEZA MINERAL

Não é conhecida.

RIQUEZA VEGETAL

Compõe-se de todos os generos de cultura communs aos sertões. Possui trez engenhos de ferro para canna de assucar, oito de madeira para o mesmo fim. Tem 14 bandoleiras, 10 machinas para descaroçar algodão, 22 casas de fazer farinha e cerca de 500 roçados. Na safra de 1920-21, exportou 483 fardos de algodão, pesando 116.532 kilos; na de 1921-22, aumentou grandemente a producção, que foi de 2.185 fardos com 554.163 kilos.

Arvores de fructo produzem admiravelmente na Serra: laranja, graviôla, pinha (ou áta), jáca, ananáz, goiaba e cajú. Já foi experimentada a cultura do café, na Serra, e deu resul-

tados. Mas a sêcca de 1877-79 fez desanimarem taes experiencias.

Tambem possúe madeiras de construcção: Aroeira, cédro, pau d'arco, comarú, emburana, angico, e outras. E' abundante a canna-fistula, a cajazeira, o joazeiro, a catingueira, e outras.

Na flóra medicinal apresentam-se: camará, caróba, ipéca, inacella, estramonio, lingua de vacca, etc.

RIQUEZA ANIMAL

As criações prosperam facilmente dentro do municipio e na zona da «baixada»: na «serra», porém, é prohibido criar.

Ha 245 fazendas de criar no municipio, entre grandes, médias e pequenas. Os volumes das criações são mais ou menos: 5.000 bovinos, 2.000 ovinos, 3.000 caprinos, 5.000 cavallares e 1.000 muares, que as sêccas dizimam, mas, se refazem facilmente.

A fauna selvagem compõe-se de onças, macacos, gatos variados, veados, porco-bravo, (caitetú), raposa, tamanduá, tatú, mocó e preá. Das aves em geral, existem ema, jacú, papagaio, cordoniz, nambú, perequito, aza-branca, jurity e aves de arribação.

Passaros canóros: pinta-silgo, patativa, sabiá da matta, cardial, pêga, graúna, xexéo e canarios em grande quantidade.

VIAS DE COMMUNICAÇÃO

Faz-se todo o trafego commercial por estradas carroçaveis para Mossoró [40 legoas], ou por Lavras [18 legoas], nos carros da Estrada de Ferro de Baturité. Ultimamente, o trafego se desviou para a E. de F. Mossoró, por meio

da Estação de Caraúbas e estradas carroçaveis construídas pela mesma Estrada, para ampliação dos seus serviços de transportes.

Desde 1924, existe a estrada de automoveis para a Serra de Luiz Gomes, vez por outra, grandemente deteriorada pelas aguas do inverno, especialmente nas ladeiras.

AÇUDES

Além de cerca de 40 açudes particulares situados nas fazendas e sitios, na «serra» e na «baixada», existem dois açudes publicos:

—O «Açude da Villa», construído em 1889, foi cedido pelo Governo Federal á Municipalidade, para abastecer a população local. Em agosto de cada anno, as aguas séccam completamente. Não dá «vazantes».

—«Arapuá» é uma barragem do rio desse nome, foi construída em 1918, pela I. F. O. C. S., sob a direcção do engenheiro Emiliano Silva. Abastece a população e resiste ás fortes estiadas.

—Serve tambem de manancial, nos annos séccos, á população de Luiz Gomes, a «Fonte de Santo André», situada a trez kilometros da séde, já em territorio parahibano.

CURIOSIDADES NATURAIS

Em 1889, por occasião de se fazerem excavações profundas, na «Lagóa de Cima», para abertura de cacimbas dagua potavel, foram encontradas, a uma profundidade de 30 a 40 palmos, enormes ossadas animaes, constitutivas de especies desaparecidas, as quaes não foram conservadas para a devida identificação e reconstituição.

FIGURAS SALIENTES

(COLONIA)

Tenente-Coronel Luiz Gomes de Medeiros,
fundador.

Capitão Mathias Gomes de Medeiros.
Tenente Pedro Gomes de Medeiros. (1818)

(MONARCHIA)

Commandante Manoel Freire de Britto.
Capitão José Joaquim de Almeida Pedrosa.
Padre Bellarmino de Almeida Cavalcante.
Tenente Fortunato de Almeida Pedrosa.
Padre Antonio Fernandes de Queiroz.
Capitão Joaquim Ferreira Pinto.
Tenente João Felipe de Andrade Nunes.
Alferes João Germano Moreira da Silveira.

ADMINISTRADORES

(REPUBLICA)

Tenente João Felipe de Andrade Nunes.
[1890-91].

Tenente Manoel Lins de Albuquerque (1891-
92 e 1893-95).

Coronel João Germano da Silveira [1906-08]

Coronel Marcellino Vieira da Costa (1891,
1896-98 e 1914-16).

Coronel Antonio Fernandes de Oliveira
[1899-1901 e 1902-4]. Falleceu em 1906.

Antonio Fernandes Sobrinho (1905-07).

Coronel Antonio Gonçalves Vieira da Cos-
ta, (1908-10).

Coronel Antonio Germano da Silveira (1917-
19). 1.º Prefeito constitucional no triennio 1929-
31, foi deposto pela Revolução em 1930.

Francisco Germano da Silveira (1920-22, 1923-25 e 1926-28).

VIGARIOS

Pe. Anacleto de Oliveira Lêdo (1800), capellão.

Pe. Manoel Nunes, idem.

Pe. José Maria, idem.

Pe. Manoel Rodrigues Campos, idem.

Pe. Bellarmino de Almeida Cavalcante, idem.

Pe. Antonio Fernandes da Silva, idem.

Pe. José Gonçalves, idem.

Pe. Jeronimo Pereira da Silva, idem

Pe. Laurindo Guedes, idem.

Conego Manoel Vieira da Costa e Sá, idem.

Pe. Simão Filéto, idem.

Pe. Moysés Toscano, idem.

Pe. Tertuliano Fernandes de Queiroz, idem.

Pe. Leoncio Fernandes, idem.

Como vigarios de Pau dos Ferros, regeram a freguezia de Luiz Gomes, a contar de 1920:

Pe. Benedicto Basilio Alves.

Pe. José Mendes.

Pe. José Soares de Albuquerque.

Pe. Antonio Vicente da Costa.

Pe. Manoel Galvão.

Pe. João Soares Bilro.

Pe. Fortunato de Arêa Leão.

Pe. Benedicto Basilio Alves.

Pe. Omar Bezerra Cascudo.

PROFESSORADO

Balduino Valdevino Hermeto da Silveira (1855-1867).

Francisco Manoel dos Santos Barroca (1856)

José Ferreira Pinto (1858).

José Alexandrino Bezerra Lins [1867].

José Xavier da Silveira (1878).

D. Mamede Emilia de Carvalho Nunes (1878-1885].

Manoel Gomes de Castro e Silva (1884-96 e 1900-01].

D. Maria Emilia de Araujo Duarte [1885].

D. Marianna de Almeida Cavalcante (1886-1908).

Antonio de Souza Martins (1896-1900).

Jeremias Leite Pinto (1901].

No Grupo Escolar «Coronel Fernandes», creado pelo decreto n. 265 de 20 de janeiro de 1912 e inaugurado a 1.º de março do mesmo anno, tem servido:

Gentil Fernandes da Costa e Sá (1912-13).

D. Idalina Gurjão (1912-14),

Manoel Jacome de Lima (1915-19).

Professora Maria Letice Rocha (1918).

Professor Antonio Estevam da Silva (1919].

Professor Manoel Varella de Albuquerque (1920).

Professora Beatriz Leite de Carvalho (1921-22).

Professora Anna de Mesquita Marinho (1921-1934).

Professora Maria do Socorro Fernandes.

Professor João Jacinto de Oliveira.

TABELLIÃES (1831-1934)

Manoel Correia de Araujo Junior.

Joaquim Manoel de Araujo.

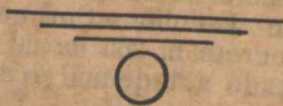
Joaquim Idalino de Araujo.

Joaquim Andrade.

Manoel Claudino de Araujo.

Merandolino Gaspar.

Manoel Freire de Britto.
Felizardo Alves da Silva.
Raymundo Moreira de Almeida.
Domingos Cipriano do Nascimento.
Francisco de Oliveira Fontes.
Nestor Lima.
(socio efetivo].



MACAIBA

O MUNICIPIO

O territorio do municipio de Macaíba, anteriormente ao decreto 603 de 31 de outubro de 1938, que criou a nova divisão territorial do Rio Grande do Norte, era limitado pela seguinte fôrma :

Ao Norte, o municipio de São Gonçalo, pelo Riacho do Canhão-Ary, (aliás, Cunhã-ari), Lagôa do Tapará, estrada do Telegrafo Nacional até o povoado Saúna e daí, ácima, pelo Rio Potengi ;

Ao Leste, com o municipio de Natal, pelo Rio de Guarápes e a estrada de Canabrava (Decreto do Governo Provisorio n. 64 de 24 de Outubro de 1890) ;

Ao Sul, o municipio de São José, pela mesma estrada de Canabrava, e o municipio de Santa Cruz pelo riacho do «Olho d'agua» de Francisco Pedro, ficando a divisa oeste compreendida pelos municipios de Santa Cruz e São Gonçalo, em pontos não determinados.

A lei estadual n. 562 de 29 de Novembro de 1923 aprovou a resolução da Intendencia Municipal de Natal (n. 130 de 27 de outubro do mesmo anno) e a de Macaíba (n. 29 de 8 de Novembro de 1923), as quais modificavam os limites entre os dois municipios, e substituiu o limite da «estrada velha para Canabrava» pelo da estrada de São José de Mipibú, até encontrar os limites deste municipio (S. José), de modo a ficar per-

tencendo a Natal o lado leste da dita estrada e a Macaíba o lado oeste. A povoação de Canabrava que era de Natal passava para Macaíba.

Com a criação do município de São Tomé, (lei n. 698 de 29 de outubro de 1928) desmembrado em parte do de Macaíba, o territorio deste município reduziu-se nessa parte, porque ficou incluído no do novo município a porção de terrenos que

« a partir de Jurêma, em linha reta á fazenda Cachoeira, daí descendo pelo riacho Salgado até encontrar a fazenda de Melquiades Moura, onde faz fós o riacho do Meio, e daí, seguindo de riacho acima até á ponta da Serra de Joanna Gomes, lado nascendo, «etc. (art. 5.º).

Entretanto, esses limites não satisfaziam, tanto assim que, posteriormente, houve novo convênio de limites entre os dois municípios, aprovado pela lei n. 68 de 9 de dezembro de 1936, segundo a qual os novos limites eram assim constituídos:

« uma linha a partir do Rio Potengi, no lugar denominado «Jurêma», seguindo-se na direção Norte-Sul, pela linha divisória das propriedades atualmente pertencentes aos srs. Francisco Batista Cavalcanti e Avelino Batista Cavalcanti, até encontrar a estrada de rodagem de S. Tomé a Natal, seguindo então pela mesma estrada, em direção Oeste a Leste, até encontrar os limites das propriedades «Cachoeira» e «Cachoeirinha», pertencentes respetivamente

te á viuva de Artur Disnard Manga-
beira e Sebastião Marinho de Carva-
lho; daí, seguindo pela referida linha
divisória das mencionadas proprieda-
des, na direção Norte-Sul, até encon-
trar a estrada de automovel que vae
da fazenda «Cachoeira» á povoação de
Caiáda, continuando, daí, por uma li-
nha reta na mesma direção Norte-Sul,
para a ponta léste da Serra de Joana
Gomes, e daí, por uma linha reta, até
encontrar o limite do município de
Santa Cruz com o de S. Tomé».

Atualmente, e durante o quinquênio a ex-
pirar a 31 de dezembro de 1943, os limites
entre municipios são os seguintes : (decreto-lei
estadual n. 603 de 31 de outubro de 1938, XXI,
a) 1, 2, 3, 4 e 5) :

Norte : «Com o município de São Gonçalo :
A começar do meio da barra do Riacho da On-
ça, sobre o Rio Potengi, segue pelo curso do
mesmo rio abaixo, até o povoado Saúna) onde
este rio é cortado pela linha do Telegrafo Na-
cional ; daí, pela dita linha telegrafica abaixo,
desde o marco aí existente até o outro marco,
na lagôa do Tapará, esta inclusive ; daí, pelo
curso do riacho Cunhã-ari até o meio da barra do
mesmo riacho sobre o rio Jundiá, na gambôa
do Catolé, e daí, pelo curso do rio Potengi até
confrontar com a ponte de Guarapes ».

Leste : «Com o município de Natal : A par-
tir do meio da ponte de Guarapes, á margem
direita do Rio Potengi, na estrada de automoveis
Natal-Macaíba, segue a linha pelo leito da es-
trada carroçavel de Guarápes a São José de
Mipibú até á ponte de cimento armado sobre o

rio Cajupiranga, no corredor do engenho «Taborda».

Sul: « Com o município de São José de Mipibú : Desde a ponte de cimento armado sobre o rio Cajupiranga, no corredor do engenho «Taborda», sêgue pelo curso do dito rio acima, até ás suas nascentes, no lugar «Curral da Junta» ; daí, por uma linha reta, que passa seis kilometros, ao norte, no povoado «Véra Cruz», e vai atingir, em rumo reto, a propriedade «Poço Cercado», inclusive, á margem esquerda do rio Trairí » ;

« Com o município de São Tomé : A começar do «Poço Cercado, rio Trairí, inclusive, pela antiga estrada geral até o povoado «Riacho», exclusive, na estrada de automoveis de Macaíba-Santa Cruz ; daí, á fazenda «Freitas», inclusive; daí, por uma linha reta, cortando o divisor das aguas dos rios Potengi e Jundiá, até a ponta léste da Serra de Joana Gomes » ;

Oeste: « Com o município de São Tomé : Da ponta léste da serra de Joana Gomes, sêgue uma linha reta á fazenda «Cachoeira», exclusive, e daí, por outra linha reta, á barra do riacho da Onça, sobre o rio Potengi, de onde principiou ».

A superficie territorial, que era de 2.160 kilometros quadrados, medindo de norte a sul 18 kilometros e de léste a oeste, 120 kilometros, é presentemente de 18 kilometros de norte a sul e de 40,5 kilometros de léste a oeste, sendo a superficie calculada de 729 kilometros quadrados. (*Sinopse Estatística*, pg. 17).

O territorio do município de Macaíba constitua parte integrante do de São Gonçalo, a principio ; depois, a lei provincial n. 832 de 7 de fevereiro de 1879, suprimindo o município de São Gonçalo, encorporou-o ao de Macaíba, que

fôra criado pela mesma lei; finalmente, desmembrado o territorio de São Gonçalo, já na Republica e restaurado esse municipio, ficou o de Macaíba restrito á faixa de terras, que se prolongava de Guarapes á Serra Caiada.

Foi primitivamente a povoação de «Coité», distrito de paz criado pela lei provincial n. 605 de 11 de março de 1868, sob a presidencia do dr. Gustavo Adolfo de Sá. A lei provincial n. 801, de 27 de outubro de 1877, deu ao povoado de Coité o predicamento de vila e mudou-lhe o nome para *Macaíba*, pela razão, que adeante se dirá, e formou o municipio, com o territorio de São Gonçalo, de onde foi mudada a Camara Municipal, presidida pelo major Vicente de Andrade Lima e sendo secretario Joaquim Antonio de Oliveira Cebôla. Eram então autoridades locais: Juizes de paz: José Varela de Souza Barra e Feliciano Pereira de Lira Tavares, delegado de policia Candido Marcolino Monteiro.

Após a proclamação da Republica, a Camara Municipal, presidida pelo major João Lourenço de Oliveira, encerrou os seus trabalhos, a 24 de janeiro de 1890.

Tomou posse, a 10 de fevereiro desse mesmo ano, a nova Intendencia Municipal nomeada pelo 1.º Governador Provisorio dr. Adolfo Gôrdo e composta do Dr. Francisco de Paula Sáles, presidente, Afonso Saraiva Maranhão e Aureliano Clementino de Medeiros. Substituido o presidente pelo major Manoel Joaquim Freire, a 21 de outubro de 1890, e depois de algumas outras substituições motivadas pelos interesses locais, foi eleita e empossada a 4 de outubro de 1892, a Intendencia composta do major Manoel Joa-

quim Freire, presidente, Afonso Saraiva Maranhão, vice, Aureliano Clementino de Medeiros, João Tinôco, Francisco Rodrigues Viana, Miguel Januario do Nascimento e Francisco Marinho de Oliveira.

A CIDADE

Fica situada á margem esquerda do rio Jundiá a cidade de Macaíba, que, até o ano de 1855, era um sitio de plantar e criar gado, de propriedade do capitão Francisco Pedro Bandeira, e onde este edificára, em lugar central, uma casa assobradada, mal construída e dizem que de má arquitetura.

Denominava-se então *Coité*, nome de árvore que abundava no lugar.

Mal visto esse lugar pela Camara Municipal de São Gonçalo, em sessão de 20 de fevereiro de 1850, esta edilidade tomou conhecimento da representação do cel. Estevam José Barbosa de Moura ao Presidente da Provincia contra Francisco Pedro Bandeira, que estreitou a estrada que «desce para o porto do Coité» e, a 28 desse mês, a Camara, tendo em vista a informação do fiscal ordenou que Bandeira «recluasse a cerca do Coité».

Fabricio Gomes Pedrosa, paraibano de Areia e senhor do engenho «Jundiá», proximo ao Coité, casára-se, em segundas nupcias, com uma filha do capitão Francisco Pedro Bandeira, e percebendo que o *sítio* do seu sôgro oferecia vantagens para commercio, por demorar á margem esquerda do rio Jundiá até onde chegavam as aguas das marés montantes, fez construir no Coité, á beira do dito rio, um armazem, não só para recolher o assucar que produzisse em seu engenho, como tambem para os produtos que ad-

quisse nos engenhos dos vales de São José, São Gonçalo e Ceará-mirim.

Mais tarde, fixando residencia no Coité, Fabricio alargou as suas compras, estabeleceu casa de molhados e fazendas, bem assim para compra de generos de exportação.

A 13 de janeiro de 1866, já a Camara Municipal de São Gonçalo pedía ao presidente da Provincia que nomeasse «engenheiro para dar cordeamento á povoação do Coité» que, por lei provincial n. 581 de 11 de novembro de 1865, tivera uma cadeira primaria, de que foi regente o padre Francisco de Paula Soares da Camara.

A vila de Macaíba e o seu municipio foram criados pela lei provincial n. 801 de 27 de outubro de 1877; outra lei provincial elevou-a á condição de Cidade, (lei n. 1.010 de 5 de janeiro de 1889).

A razão do topónimo é a seguinte :

No quintal da casa de Fabricio Pedrosa, no Coité, havia uma frondosa arvore chamada Macaíba, unica no lugar. Fabricio lembrou-se de mudar o nome do nascente povoado para Macaíba; então, convidou amigos de varios logares e da capital, uma vez que tinha extensas relações de amizade e de commercio, mandou enfeitar a grande arvore do seu quintal, preparou uma festa, obteve um sacerdote para lançar á benção ao novo povoado e assim solenizou, em 1855, a mudança do nome, sob os aplausos dos seus convivas que aprovavam o grato acontecimento.

A vantajosa posição commercial de Macaíba em comunicação com o centro do Estado, isto é, com os vales agricolas e o alto sertão, tendo um porto fluvial acessivel a pequenas embarcações, as dificuldades da comunicação com a cidade e o porto de Natal, devido aos môrros que

findas as quais, quando todos os manifestantes aguardavam a sua palavra de ordem, em momento tão decisivo, êle se limitou a dar «vivas ao vigario da Freguezia»... aos quais corresponderam os ardorosos manifestantes.

Como distrito, ou termo judiciario, Macaíba foi elevada, á categoria de comarca do Potengi, pela lei provincial n. 845 de 26 de junho de 1882, mas, só foi instalada, depois de proclamada a Republica, a 6 de março de 1890, pelo dr. Luiz Manoel Fernandes Sobrinho, na qualidade de juiz municipal do termo. Foi classificada de 1.^a entrancia, por decreto de 9 de janeiro de 1890 (Rev. do Inst. Hist., vol. VIII, pag. 235). Na organização judiciaria do cel. Gurgel, em 1891, foi nomeado para ali o dr. Francisco Carlos Pinheiro da Camara.

Posteriormente suprimida em 1898, na reorganização judiciaria, passou a termo da comarca do Ceará-mirim; restaurada, com o nome de comarca de Macaíba, por lei 248 de 26 de fevereiro de 1907, foi novamente suprimida em virtude da lei 381, de 5 de dezembro de 1914, e, afinal, restaurada, pelo decreto de 8 de abril de 1918, em vista da autorização da lei n. 430 de 6 de dezembro de 1917, deu-se a reinstalação a 18 de abril de 1918. E' atualmente comarca de 2.^a entrancia, por força do art. 4.^o do decreto-lei n. 728 de 18 de outubro de 1934. (Decreto n. 755 de 1 de dezembro de 1934).

A FREGUEZIA

A freguezia de Macaíba foi criada pela lei n. 815 de 7 de dezembro de 1877, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição. Tratou-se logo de construir um templo. Em 1858, fôra lançada a pedra fundamental da Igreja pelo major Fabricio Pedrosa, tendo assistido a cerimonia o

vigario de Natal, Padre Bartolomeu da Rocha Fagundes, o de São Gonçalo padre José Paulo Monteiro de Lima, os padres Alexandre Ferreira Nobre, Francisco de Paula Soares da Camara e outras pessoas respeitaveis. (1).

A construção só teve prosseguimento em 1882, sob a direção do missionario Frei José Antonio de Maria Ibiapina, e após a criação da freguezia.

A Capela-mór da actual matriz foi concluida e benta no dia 8 de dezembro de 1869, como construção autónoma e sofreu, mais tarde, encorporação ao plano da Igreja, em 1883, já elevada à categoria de Matriz, para aí veiu transferida a séde da parochia, que éra em São Gonçalo.

Ela é um vasto tempo de boas dimensões e só ficou concluida na gestão parochial do vigario Marcos Santiago. (1896-1904.)

O altar mór é de estílo gotico; occupam-n'o as imagens da Padroeira, e as de N. S. do Rosario e S. Sebastião; noutros altares laterais, são venerados os vultos de N. S. das Dôres, Sagrado Coração, e N. S. da Conceição, «da porta». Esta era, a principio, o orágo; mas, como tivesse o cel. Afonso Saraiva Maranhão ofertado, por promessa, outro vulto de igual invocação, foi a antiga imagem retirada para a sacristia, onde continuou a ser procurada como a verdadeira padroeira do lugar. Então, o dito vigario Marcos Santiago construiu um altar, á porta da Igreja, e aí collocou a velha imagem, que ficou conhecida como N. S. da Conceição «da porta».

O edificio méde 190 palmos de comprido por cem de largura e tem fachada para o Oeste, como é da liturgia. O seu patrimonio consta

(1)—Ferreira Nobre, «Breve Noticia», pags. 171-172.

de 200 braças de terra com 50 braças de largura, doação do referido major Fabricio. Tem na sacristia o altar de São Vicente de Paulo; tem pia batismal, e vasto consistório para a residência paroquial. O cemiterio está situado no terreno do patrimonio, méde 240 palmos de frente por 120 de fundo e tem capela dedicada a São Miguel.

Possúe tambem a cidade outra Igreja de São José, no largo do mesmo nome, com 86 palmos de comprimento por 30 de largura e tem um só altar, o do seu orago. Foi construida em 1874 e tem patrimonio doado pelo coronel Estevam José Barbosa de Moura, por escritura publica de 27 de fevereiro de 1874, o qual consiste em 700 palmos de terra com 200 de fundo, dentro do perimetro urbano.

VILAS E POVOAÇÕES

São Paulo do Potengi: Criada vila em virtude do decreto-lei n. 603 de 31 de outubro de 1938, é séde do distrito administrativo e judiciario do mesmo nome, tem limites fixados no dito decreto-lei e constitúe a faixa mais ocidental do municipio de que faz parte.

Foi instalado, como tal, a 1.º de janeiro de 1939.

Era o povoado São Paulo, que foi instituido como um combate ao de Juremal, no municipio de São Gonçalo e fronteiro a ele, sobre o alto Potengi.

Prosperou rapidamente; em 1914, era incipiente, tornou-se um populoso núleo de vida e comercio, cuja *feira* aos domingos atraía muita gente de toda a redondeza. Hoje, é uma vila importante e centro de todo o comercio da ribeira alta do Potengi. Fica a 48 kilometros da

cidade. A primeira escola rudimentar foi criada em 17/1/1922. O Grupo escolar «Maurício Freire» foi criado pelo decreto n. 464 de 27 de janeiro de 1930, administração do dr. Juvenal Lamartine.

A Capela local é consagrada ao apóstolo São Paulo.

Serra Caiada: Também vila, em virtude do decreto lei 603 de 31/10/1938, instalada no dia 1.º de janeiro de 1939, constitúe Serra Caiada a séde do distrito administrativo e judiciário do mesmo nome.

Era a antiga povoação de «Serra Caiada», ou «Caiada de Cima», ao pé da serra assim denominada e fica a 55 kilometros de Macafba. E' situada á margem da Estrada de Automoveis do Seridó. Tem capela dedicada a N. S. da Conceição.

As *povoações* do municipio são: *Bom Jesus*, antiga *Panélas*, mudou de nome em consequencia da lei estadual n. 31, de 10 de novembro de 1936, por iniciativa, na Assembléa Estadual, do deputado Ezequiel Xavier Bezerra, filho do lugar. Fica distante 31 kilometros da cidade, é ponto de parada da estrada de automoveis do Seridó, tem *feira* aos domingos e regular movimento comercial e de transito de veiculos para passageiros e cargas da capital e para éla.

A Capela é da invocação do Sagrado Coração de Jesus e foi construida em 1917. A escola isolada foi criada, como rudimentar, pelo decreto n. 214 de 20 de junho de 1923.

Caiada, ou Caiada de baixo, como lhe chamam vulgarmente, povoado antigo, á margem da E. A. do Seridó, fica a 42 kilometros de Macafba. Tem capela dedicada a N. S. de Lourdes e construida em 1917. Tem escola isolada,

agência do Correio e feira semanal. A escola rudimentar «Dr. Vicente de Lemos» foi criada pelo decreto n. 217 de 11 de setembro de 1923, (Governo do dr. Antonio de Souza).

Mangabeira, á margem da estrada de Natal a Macaíba, tem grande extensão e divide-se em duas partes: Mangabeira de *baixo* e Mangabeira de *cima*. Ficam-lhe ao pé bons sitios, um engenho de cana de assucar e numerosa população. Tem escola isolada estadual e Capela dedicada a Santa Izabel, rainha da Hungria, construida em 1935, por iniciativa de Fausto Lourenço de Araujo e com os óbulos dos moradores da povoação.

Canabrava: Fica a quatro legoas, a léste, na estrada para Véra Cruz. E' pequena e decadente. Possúe capela consagrada ao Coração de Maria. Outrora, pertencia ao municipio de Natal.

Tabatinga: Duas legoas ao sul da cidade, ha um antigo arruado com esse nome. Não tem desenvolvimento algum. Não tem capela.

Bôa Vista: A oéste da cidade, quatro leguas, fica este arruado de bom aspeto com capela de São Sebastião.

São Pedro: Povoado florescente, sito á margem da estrada para S. Tomé, é distante 36 kilometros da cidade de Macaíba. Tem capela dedicada ao Apostolo São Pedro, escola isolada estadual e bôa feira semanal, ás 2.^{as} feiras.

Foi criado tambem para combater o povoado São Gonçalense de Pedra Branca, que o defronta, á margem esquerda do Rio Potengi. Conseguiu o seu objetivo e o povoado antigo é hoje apenas uma ruína, quasi uma sombra do que foi.

Guarapes: Foi antigamente o mais importante núcleo de vida do municipio, quando aí negociava o major Fabricio Gomes Pedrosa.

Compunha-se de excelente vivenda, ao alto, e de armazens de comércio, em baixo, á beira do Rio Potengi, por onde se escoava grande parte da produção agrícola da Província. Hoje, é uma fazenda de plantar e criar, de propriedade de D. Amelia Duarte Machado.

Tem tradições dignas de menção e que se verão na parte competente.

Uruassú: Com a nova divisão territorial, em vigor de 1.º de janeiro de 1939 a 31 de dezembro de 1943, o povoado antigo de Uruassú fica compreendido nos limites de Macaíba, uma vez que a linha de limites vem até á «Cambôa do Catolé», sobre o rio Jundiá.

E' um povoado decadente com cêrca de cem fôgos. Tem capela nova construída em 1921. A antiga capela, que era sem rebôco, deteriorou-se completamente. E' padroeiro São Francisco das Chagas. Tem tradições veneráveis na celebre «matança de Uruassú» em 8 de outubro de 1645. Vêr na parte referente ás tradições.

ENGENHOS, FAZENDAS E SITIOS

Possúe o municipio muitas fazendas, sitios de criar e plantar e alguns engenhos, entre os quaes cumpre destacar pela sua importancia: «Riacho da Cruz», com grandes lavras de algodão, uzina de descaroçagem e outros beneficios, «Cachoeira», «Cacimba Nova», Angaturama», «Tê-lha», «Panélas», e outras.

Engenho de cana de assucar: «Mangabeira», de Elviro Xavier. Outrora, eram tambem engenhos correntes e moentes: «Ferreiro Tôrto» e «Jundiá», que não teem mais as instalações necessarias.

Sitios: «Canavial», «Ferreiro Tôrto», «Gua-rapes», «Oitizeiro», «Dendezeiro», etc. etc,

DISTANCIAS

De Macaíba a Natal, 21 kilometros; a Guarapes, 10 kilometros; a São Paulo, 48 kilometros; a «Bom Jesus», 31 kilometros; a S. Pedro, 36 kilometros; a Caiada, 42 kilometros; a Serra Caiada, 55 kilometros; a Riacho, extrema com Santa Cruz, 73 kilometros; a S. Gonçalo, 9 kilometros; e a Ceará-mirim, 32 kilometros.

R I O S

«Jundiá» nasce no logar «Cachoeira», dentro da fazenda «Olho Dagoa de Santo Antonio», (data de Henrique Teles, propriedade do Cel. Francisco Alcides Ribeiro, municipio de Santa Cruz), corre de sul a norte, em terreno mais ou menos plano, banha as fazendas, sitios e logares, «Olho dagoa», «Freitas», Macacos, Serra Caiada, Riacho Fundo, Caiada de baixo, Bom Jesus, Pedra Redonda, Mata Verde, Socavão, Riacho do sangue, Carrapato, Perí-perí, Jundiá, (Campo Experimental e Colonia Penal agricola «Dr. João Chaves»), Araçá, a cidade de Macaiba, onde faz porto para pequenas embarcações, e daí, desce até o logar «Treis Bocas», onde recebe o rio Potengi, junto com o qual passa em Guarapes, e fórma o porto de Natal, com fós sobre o Atlantico, e ao pé da Fortaleza dos Reis Magos.

«Potengi» nasce na serra da «Apertada Hora», e na fazenda «São Boaventura» junta-se com o rio «São Boaventura» e, no pé da «Serra Preta» com o rio do «Ingá», adeante, unindo-se ao «Quixadá», que nasce na «Serra do Tigre», o riacho da «Carnaúba» e o rio «Pica-pau», mais o rio «Olho dagoa de Francisco Pedro», vem descendo em direção Sudoeste a Nordeste, banhando os sitios e logares «Condêssa», «Jurêma»,

«São Paulo», (vila) «Bôa Vista», «Cabaça» e «Outeiro», donde se lhe aparta o «Riacho Salgado» que se vem juntar novamente em «Pedra Branca», e daí, segue banhando «Pedra Branca», «Cabitros», «Sombra», «Têlha», «Poço Limpo», «Bôa Vista», «Saúna», «Lagôa de Bêstas», «Volta do Camelo», «Tapitanga», «Utinga», «Piritúba», «Ribeiro», «Magalhães», «Arvorêdo», «Guanduba», «Jacobina», «Pequeçaba», «Uruassú» e, no lugar «Barreiros», faz barra no rio Jundiá, confundindo as aguas doces com as da maré, que sóbe do porto de Natal.

Riachos: tributarios do Potengi: «Riacho das Grutas», que nasce nas Grutas e úne suas aguas ás do Potengi, na fazenda «Sombra»:

«Riacho do Serrote» nasce no lugar «Serrote» e vem fazer barra na fazenda «Têlha».

«Riacho do Catolé», que se fórma na «Lagoa do Catolé» e desemboca no «Potengi, na fazenda «Têlha»;

«Riacho do Gado Bravo» que faz barra em Poço Limpo;

«Riacho da Bôa Vista» que nesse lugar faz barra;

«Riacho do Barracão» fazendo barra em Saúna;

«Riacho do Umbuzeiro» que desemboca na «Volta do Camelo», em Igreja Nova,

«Riacho do Olho dagua», que faz barra abaixo da Igreja Nova;

«Riacho da Tapitanga» com fós no lugar Estreito.

LAGOAS

«Tapará», belo lago perene, com 350 metros de comprimento por 260 de largura, é a nasçença do riacho «Cunhã-ari», que sepára os

municípios de Macaíba e São Gonçalo; Uruassú, de 200 mts. por 220 mts.; das Pedras, de 100 por 80; do Umari, de 280 por 220; do Potengi, junto á vila de São Paulo; Comprida, do Berto, das Porteiras, Sêca e Jurema, na Bôa Vista; do Canto, no logar Meia Légua; do Quixadá, Redonda, das Espadas e do Jucá, abaixo de Pedra Branca; das Cajazeiras, no Serrote; das «Treis Marias» e das Cajazeiras, no caminho de Bom Jesus; do Catolé, dos Curraes, Redonda, dos Espinhos e dos Cavalos, perto da fazenda Tabócas; do Mato, do Lima e do Tapará, junto á casa do velho Gonçalo; das Piábas, a 1/2 legoa da cidade, e de "Santo Antonio", junto á cidade.

SERRAS

«Serra Caiada», ao pé da vila de igual nome, da Caiada de baixo, do Coringa, do Mél, do Riacho do Meio, das Peróbas, do Freitas, do Cacimba Nova, e outras.

Serrotes: Não ha.

Açudes: de Caiada de Cima, de Cacimba Nova, do Freitas, do Bêbedo, (Jundiá) Araçá, Outeiros, Riacho Fundo, etc.

VIAS DE COMUNICAÇÃO

Pelo rio Jundiá-Potengi com a capital e os pontos intermediarios Guarapes, Carnaúbinha, Santo Antonio, etc. Era outrora o meio unico de viajar, em embarcações a véla e a remo, não só para pessoas como para transporte de mercadorias. A navegação a vapor, de que era encarregado Antonio José Damasceno, conhecido por "mestre Antonio da Lancha", era feita pelas lanchas "Julita" e "Julita 2.^a", exploradas pelo referido maritimo, a quem as gerações de

cerca de cinquenta anos atrás deveram grandes atenções e obsequios. Com a estrada de automoveis, aberta em 1921, cessou o tráfico da lancha, que se deteriorou á margem do Potengi, junto ao Passo da Patria, em Natal,

Estrada de Automoveis do Seridó: sonho, a principio, e realização do engenheiro José Francisco Brandão Cavalcanti, aprovada e estimulada pelo governo do dr. Ferreira Chaves, [Decreto n. 4 de 20 de janeiro de 1914], teve iniciada a construção a 2 de junho de 1914. Tendo-se tornado o seu maior acionista e credor, o Estado encampou-a, depois, nomeando-lhe superintendente ao Cel. Manoel Mauricio Freire. Em seguida, foi incorporada á Estrada de Automoveis do Seridó, segundo o plano da I. F. O. C. Sêcas. Partia, de inicio, da cidade de Macaíba, com estações, em Panélas, (hoje Bom Jesus), inaugurada a 21 de maio de 1916, com 36 kilometros; Caiada de baixo e Caiada de cima, Riacho, a 72.909 mets. e chegava a Santa Cruz, a 27 de setembro de 1916, com um percurso de 99 kilms.

A sistematização das estradas de rodagem fêz com que a de Macaíba-Santa Cruz ficasse entroncada na de Natal-Macaíba, construida pelo engenheiro Eduardo Parisot, em 1921, como chefe do 2.º distrito da I. F. C. Secas, e de Santa Cruz a Curraes Novos, Acari, Jardim e Caicó, construidas em 1921-1922, e que hoje presta os maiores serviços á economia norte-riograndense.

Outras estradas carroçaveis existem entre Macaíba e suas vilas e povoados, como seja a que se esgalha do kilometro 45 para S. Pedro e São Paulo; a que liga ao Campo do Jundiá,

a que vae para São Gonçalo e Ceará-mirim; a que demanda o Potengi, por Tapará e Saúna, até Riachuêlo (S. Gonçalo) e a de Cana-brava.

RIQUEZA MINERAL

Tem terrenos salíferos, á margem do Rio Potengi-Jundiá, já tendo havido aí salinas que fabricaram e exportaram sal.

Ha noticias da existencia de manganês.

RIQUEZA VEGETAL

Produz algodão, cana de assucar, cereaes, etc. Tem engenho de assucar, rapadura e mel; seis bolandeiras, 150 fabricas de farinha de mandiôca; 10 descaroçadores. Na sáfra de 1920-1921, produziu 3.432 fardos de 70 kilos pesando 958.057 kilos. Na de 1921-22, 5.628 fardos e 1.515.240 kilos de algodão.

RIQUEZA ANIMAL

Cêrca de 90 fazendas de criar, com 10.000 cabeças de gado vacum, 2.500 equinos, 500 muares, 2.000 ovinos e caprinos.

FIGURAS SALIENTES

AUGUSTO SEVERO, malgrado aeronáuta brasileiro, nasceu em 1864 e faleceu em Paris, na catastrophe do seu dirigivel «Pax», a 12 de maio de 1902. Deputado federal, Abolicionista e Republicano.

AUTA DE SOUZA, a notavel poetiza do *Horto*, nasceu em 1876 e f. em 1901.

DR. JOAO BATISTA DE VASCONCELOS CHAVES, emerito professor de direito e penitenciarista exímio, nascido, em "Ferreiro Tôrto" a 4

de outubro 1875 e falecido em Natal a 28 de abril de 1924. Parlamentar e publicista, honrou sempre todas as funções que exerceu.

FRANCISCO FREIRE DA CRUZ, (1881-1910), esperançosa intelligencia muito cedo roubada ás letras e à sociedade.

MAGISTRATURA

JUIZES DE DIREITO

Dr. Luiz Manoel Fernandes Sobrinho, como juiz municipal, inaugurou a comarca, a 6 de março de 1890, e interinamente, se manteve no exercicio até á posse do juiz nomeado, que segue: (Comarca de Potengi).

Dr. José Augusto de Souza Amaranto (22 maio 1890).

Dr. Francisco Carlos Pinheiro da Camara, (organização Cel. Gurgel, 1891).

Dr. José Teotonio Freire, 1892-1898.

Suprimida em 1898 a comarca do Potengi, foi restaurada em 1908, como de Macaíba e nomeado para ella:

Dr. Heliodoro Fernandes Barros, 1908-09.

Dr. Francisco Carlos Pinheiro da Camara, 1909-1914.

Suprimida novamente, em 1914, foi restaurada em 1918, e nomeado

Dr. Virgilio Otávio Pacheco Dantas, (1918-930)

JUIZ MUNICIPAL

Dr. Luiz Manoel Fernandes Sobrinho (1890-1892).

JUIZ DISTRITAL

Dr. Virgilio Otávio Pacheco Dantas, (1.º—1914-1918)

PROMOTORES PUBLICOS

Dr. Diogenes Celso da Nobrega, (1890).

- Dr. José Amintas da Costa Barros, (1890-91)
 Dr. Fiácio de Oliveira Souza, (1891)
 Dr. Pedro Eudócio de Miranda, (1891)
 Dr. Luiz Francisco do Amaral, (1891)
 Academico Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão (1892)
 Dr. João Leopoldo da Silva Loureiro, (1892-1894)
 Dr. Francisco de Albuquerque Melo (1897-1898)
 Dr. Virgilio Otávio Pacheco Dantas (1908-1914)
 Dr. Arnaldo Gomes Neto (1924-1926)
 Dr. Francisco Canindé de Carvalho, (1927-1930).

VIGARIOS

O 1.º livro de batismos da Freguezia foi, em 1843, rubricado pelo vigario geral forâneo, padre Antonio Xavier Garcia de Almeida, em S. Gonçalo. Regeram-n'a :

- Pe. José Paulo Monteiro de Lima, até 1871.
 Pe. Ladislau Adolfo de Sales e Silva (encarregado da freguezia) 1871.
 Padre Manoel Fernandes de Lustosa Lima (agosto 1871, março 1874 e outubro 1878).
 Pe. João Alipio da Cunha [janeiro 1875).
 Mudada a freguezia para Macaíba :
 Pe. José Esteves Viana (19-março-1886).
 Pe. José Paulino de Andrada, vigario colado, de 12 fevereiro 1888 a 1895.
 Pe. Marcos Aprigio de Souza Santiago, interino, a 18 setembro 1895, e encarregado da freguezia, de 1.º março 1896 a 25 janeiro 1904.
 Pe. João Maria C. de Brito, encarregado da freguezia, como vigario de Natal, (1904).
 Pe. Jeronimo Cezar (1904).
 Pe. Luiz Borges de Sales (1904-1906)

- Conego Estevam José Dantas (1906-1910).
 Pe. Luiz Adolfo de Paula (1910-1911).
 Pe. José Neves de Sá (1912).
 Pe. Ulisses Maranhão (1912-1918).
 Pe. Manoel Barreto (1918-1919).
 Pe. José Maria Cabral (1922).
 Pe. Severino Ramalho (1922-1930).

PROFESSORADO

Padre Francisco de Paula Soares da Camamara, (1856).

Elias Antonio Ferreira Souto, (1870).

João Onofre Pinheiro de Andrade (1871)

D. Joana de Nazaré Barbosa, 1874).

Francisco Lustosa Cabral, (1874)

Pe. Bernardino de Sena Lustosa, (1874)

João André de Bakker, (1877).

Rafael Arcanjo Garcia da Trindade, (1878).

D. Marcionila Viana de Andrade Lima, (1874-1896).

João Wenceslau Emerenciano, (1895).

Francisco Sebastião Coelho, (1885-1893).

D. Joana Carolina de Carvalho e Oliveira, (1885).

Zozimo Platão de Oliveira Fernandes, (1886-1894).

D. Antonia Marques do Vale Carneiro, (1885-1890).

João Joaquim de Sales e Silva, (1893-1908).

D. Umbelina Solsona Ferreira Pinto, (1896-1897).

D. Maria Leopolda de Brito Guerra, (1897-1901).

D. Ana Angelica da Rocha Bezerra, (1901).

No grupo escolar «Auta de Souza», criado por decreto n. 255 de 19 de outubro de 1911 e inaugurado a 5 de novembro de 1911, tiveram exercicio :

- Dr. Virgílio Otavio Pacheco Dantas, (1911-1914).
 Professora Arcelina Fernandes, (1911-1922);
 Professora Maria Julita de Oliveira, (1911-1915),
 Professor Joaquim Manoel de Meróes Gri-
 lo (1914-1916).
 Professora Celina Torres Navarro (1915-1921).
 Bartolomeu Fagundes, (1916-1921).
 Professora Iracema Rocha, (1920-1921).
 Professor Manoel Varela de Albuquerque,
 (1922).
 Professora Laura Tavares Trigueiro, (1922).
 Professor Paulo Vieira Nobre [1923-1930].
 Professora Clotilde de Moura Lima, [1926-27].
 Professora Letice Pegado Cortez, [1927-30].

ADMINISTRADORES

Na Monarquia :

- Vicente de Andrade Lima, (1882-1883).
 Feliciano Pereira de Lira Tavares, [1884].
 Inácio Silva, [1885-1889].

Na Republica :

- Dr. Francisco de Paula Sales, 1890.
 Major Manoel Joaquim Freire, 1890-1891.
 Luiz de Albuquerque Maranhão, 1891.
 Antonio da Costa Alecrim, 1891.
 Manoel Mauricio Freire, 1895, 1896-1898, 1908-1910, 1911-1913, 1920-1922, 1923 e 1925.
 Aureliano Clementino de Medeiros, 1899-1901, 1902-1904 e 1905-1907.
 Prudente Gabriel da Costa Alecrim, 1914-1916.
 João Soares da Fonseca Lima, 1917-1919.
 Dr. Cicero Aranha, 1926-1928.
 Almir Freire Marinho, 1929-1930.

TRADIÇÕES E LENDAS

A matança de Uruassú é uma das páginas mais tenebrosas da historia colonial na terra macaibense.

Relata o Dr. Tavares de Lira, na sua criteriosa obra «Historia do Rio Grande do Norte», pag. 170 e segs. que, a 3 de outubro de 1645, foram levados para Uruassú, pelo rio Potengi, acima, os presos João Lostau Navarro e Antonio Vilela Cid, além do vigario Ambrosio Francisco Ferro, Antonio Vilela Junior, Francisco de Bastos, José do Porto, Diogo Pereira e outros, que se haviam refugiado no Forte «Van Keulen», (Reis Magos), após os morticínios de Cunhaú e Ferreiro Tôrto, praticados pelos tapuios a mando dos holandêses invasores.

Nesse dia e de ordem de João Bulestraten, membro do Supremo Conselho Holandês, em Pernambuco, esses infelizes moradores foram massacrados, despidos e de joelhos, demonstrando porém, a intransigencia de sua fé catolica. Tornase horroroso repetir as atrocidades postas em pratica, a uns, como Matias Moreira tirando-se-lhe o coração pelas costas, a outros, como a Antonio Baraêho, amarrado a uma arvore, cortando-se-lhe a lingua e, com ferros em braza, queimando-o, para tambem arrancarem-lhe o coração pelas costas, ao vigario Ferro praticando «taes anatomias», que os narradores «teem pejo em descreve-las», ainda a outros, como á mulher de Manoel Rodrigues Moura, cortando-lhe os pés e as mãos, deixando-a no chão viva».

A matança foi presenciada por dois homens que se haviam escondido no mato e pudéram vêr essas horrendas ações, que não ha palavras que justifiquem, acarretando o eterno opróbio

sobre os seus autores intelektuaes, a serviço da ingrata causa da conquista do Brasil, a ferro e a fogo.

Guarápes, sitio, moradia e centro comercial formado pelo major Fabricio Gomes Pedrosa, tem uma tradição das mais curiosas, na cronica local.

A fama de Guarapes encheu a imaginação das gentes litoraneas e ainda hoje se contam, por dezenas, as façanhas e os fatos dessa época.

A casa comercial do major Fabricio era a mais abastada na zona do litoral e exportava, em grande escala, para os portos europeus, os produtos dos vales húmidos do agreste, pelos navios que iam ancorar rio acima, em frente ao estabelecimento. A residencia ficava no alto; em baixo, os armazens do comercio de exportação. Existem as ruínas dos armazens; no alto, a velha casa senhorial ainda apresenta as linhas da sua passada grandeza.

O major Fabricio era a alma de toda a redondeza. Negociante habil e perspicás, seduzia e encantava a freguezia, onde se encontravam os mais abastados fazendeiros e senhores de engenho dos vales circunvisinhos.

Contam que o assucar que exportava era misturado com a areia de um dos môrros proximos, que chegou a rebaixar-se de tanto se lhe tirar materia, para juntar e confundir com o assucar a ser exportado.

Certa feita, trocou com um chefe de cigânos um animal, cuja cauda fôra depilada por molestia, mas, astuciosamente recomposta com cabêlos grudados. No outro dia, o cigâno veio restituir-lhe o cavallo trocado e oferecer-lhe o bastão de comando do «bando», em vista de tel-o

enganado, de modo tão completo, o respeitado negociante. São relatos populares que se não podem recusar, nem confirmar.

Todavia, o major Fabricio foi tronco de uma numerosa e ilustre descendencia que muito tem honrado o Rio Grande do Norte.

Ele era filho de Francisco Gomes de Lima e sua mulher, D. Silvana Pereira da Costa Vasconcelos e procedia, como se disse, de Areia, na então provincia da Paraíba; casou tres vezes. Das primeiras nupcias, com D. Maria da Silva, de ilustre familia pernambucana, teve os seguintes filhos: Feliciana, que casou com Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão, tronco, por sua vez, de uma grande e distinta familia; 2.º Maria da Silva, que casou com Francisco Tavares; 3.º Dr. Francisco Gomes Pedrosa, casado com sua prima, filha de João Evangelista; 4.º Candida, que se consorciou com Miguel Tavares, tambem com grande descendencia; 5.º Inês, que se casou com João Juvenal Barbosa Tinoco e tem, no Estado, muitos descendentes; e 6.º Josefa, que morreu solteira. Do segundo consorcio, com D. Damiana, filha de Francisco Pedro Bandeira, da «Pelada», hoje municipio de Taipú, teve os filhos, a saber: 7.º Fabricio, o moço, casado que foi com Isabel Maranhão, filha de Amaro Barreto e de Feliciana; 8.º Joaquina, [Quininha] casada com com José da Costa Pereira; 9.º Maria da Cruz e 10.º Maria Terceira, ambas fallecidas em estado de solteiras. Do terceiro casamento, com D. Isabel, filha de Pedro Velho do Rego Barreto e irmã do seu genro, Amaro Barreto, nasceram-lhe os filhos, a seguir: 11.º Petronila, que se casou com o Dr. Pedro Velho, o grande filho e organizador do Estado, sob a Republica; 12.º Hermelinda, casada em 1894, no Recife, com Verissimo de Tolê-

do, tendo deixado um filho só, Edgar; 13.o Marcos; 14.o Dr. Rodolfo, que foi medico e funcionario da Saúde Publica, no Rio; 15.o Benjamin; 16.o Ana; 17.o Dondon; e 18.o Amelia, todas solteiras. [Notas genealógicas fornecidas pelo confrade e patricio illustre Dr. Matias Maciel Filho].



MACAU

O MUNICIPIO

Constitue o municipio de Macau o rico territorio que se acha situado á margem esquerda do Rio Assú, abrangendo exactamente o litoral e sua imponente fós sobre o Oceano Atlantico.

Gabriel Soares no seu famoso «Tratado Descritivo do Brasil», em 1587, p. 15, já dava noticia do Rio Grande—Assú—em altura de 4 graus e das «duas pontas saídas para o mar» bem como de que «entrê uma e outra ha uma *ilhota*, que lhe faz duas barras, pelas quais entram navios da costa».

Este territorio pertenceu primitivamente ao municipio de Assú, desde 1783; depois, a Santa-na do Matos; em seguida, a Angicos, e finalmente, tornou-se autonomo, a contar de 1847.

Quando se transferiu para a povoação, ou ilha de Macau, a séde do municipio de Angicos, que fôra criado pela resolução provincial de 13 de outubro de 1836, e cujo territorio ficára anexo, por força da resolução provincial de 2 de outubro de 1847, operou-se a inversão das posições e Angicos passou a ser parte componente do novo municipio.

Os seus limites ou confrontações eram, em geral, os seguintes:

Ao Norte, o Oceano Atlantico; a Leste, o municipio de Touros, e hoje Baixa Verde; ao Sul,

os municípios de Angicos e Assú, e a Oeste, o de Assú.

A especificação desses limites era fixada, nestes termos :

« Ao Norte, o Oceano Atlantico; ao Nascente, seguirá uma linha divisoria em direção ao sul da Barra do Camoropim, compreendendo todas as praias e logares que pertenceram a Santana dos Matos, quando abrangia todo este territorio, passando á catinga, em direção ao nascente, a linha divisoria compreenderá as fazendas e logares Santo Antonio, Santa Maria, Canafistula, Serra do Lombo, descendo pelo riacho da Milhã, até á sua embocadura no Rio Ceará-mirim; ao poente, servirá de limite, até o Oceano, o Rio Assú, compreendendo todas as linhas que ficarem áquem do seu braço mais occidental».

Foi a resolução provincial n. 294 de 19 de agosto de 1854, restaurando o municipio e vila de Angicos, e desmembrando-os de Macau, sem lhe alterar a situação anterior, que deu os novos limites ao municipio da embocadura do Rio Assú.

Fôra mui extensa a área territorial de Macau, calculada por uns em 4.000 kilometros, por outros em 6.469, em face das medidas tomadas do Pontal de Guamaré até Upanema, com 66 kilometros, e das praias até os confins com Campo Grande, 60 kilometros, (Almanaque de Macau, 1909, pag. 17), aliás, confins de Assú.

Atualmente, é de 2151 kilometros quadrados a área de Macau. Sinopse Estatística, ano 1938, pag. 15, ou de 1.423 kilm. 2., segundo o Dp. das Muni.des.

Segundo um antigo documento, cuja autenticidade, data e firma não foi possível encontrar, sendo, porém, atribuido, com visos de verdade, ao antigo proprietario, na varzea do Assú,

por sua influencia manifesta ao tempo da Colonia, o coronel Jeronimo Cabral Pereira de Macedo, conhecido por "Jeronimo do Môrro", que parece tem sido, outróra, um dos regentes da Ribeira do Assù, o territorio de Macau era assim caracterizado :

« RELAÇÃO das treze légoas do distrito do meu Comando, pertencentes ao Coronel Bento José da Costa, m.or na Praça de Pernambuco, sendo administrador do mesmo João Moz. Ferreira, compreendendo nestas a Ilha do Manoel Glz., com hum coarto de legoa de Leste ao-este,—150 braças, de norte a sul: está avitada com 30 fógos— a ilha dominada Baptiras, (?), com hum coarto de legoa de Leste ao-este 200 braças de Norte ao Sul não tem avitantes e nem serve p.a criar p.r não ter agoa.—a Ilha dominada Janduim de Igual comprimento não tem moradores e nem serve p.a criar p.r não ter agoa.—A Ilha dominada LAGAMAR com uma legoa de Leste ao-Este é 25 braças de Norte ao Sul, tem 12 fógos tem agoa e não serve p.a criar.—A ilha dominada Boca do Rio com 3 legoas de Norte ao Sul e huma de leste ao-Este tem 4 fógos, não serve de criar p.r não ter agoa e nem se planta,—A ilha dominada MACA'O com huma legoa de Leste ao-Este meia de Norte ao Sul, *não he avitada* e nem serve p.a criar, p.r não ter agoa.—A ilha dominada COATRO-BOCAS com huma legoa em coadro he unavitavel p.r não ter agoa.—A ilha dominada RIO DOS CAVALOS

com meia legoa de Comprida com braças de largura; estas Ilhas todas contestão pelo Norte com o Siano e p.r Leste e o-Este com terras do mesmo coronel Costa e pelo sul com terras do capm. mór Pedro Pereira da Costa, m.or no "Morro" e com os erdeiros do falido Cristovão da Roxa Pitta moradores no districto da capitania da Bahia de todos os Santos. Estas Ilhas são repartidas p.r 5 barras navegaves— a do Arrombado—Manoel Glz—Amargoso, Rio dos Cavallos, e Conxas, todas na distancia de 3 legoas de leste ao-Este,—na primeira ilha já dita de Manoel Glz. possúe o d.º coronel Bento José da Costa 10 escravos e 4 canoas entregues ao Administrador e occupaos em tirar sal e fazer currais de peixe e os Avitantes dellas são pescadores e *tiradores de sal* e tem alguns negociantes de peixe e Fazendas, Sêcos e molhados.—Da barra de Conxas the a Barra do Mossoró contão-se 10 legoas de leste ao-Este e 6 de Norte a Sul com as datas de sobras e nestas estão situadas duas Fazendas de gado—*Cacimbas* e *Entrada*, a primeira com 1500 cabessas de vacum e 60 cavallar, 100 cabrum e 120 ovelhum, tem hum escravo de fábrica.—A segunda com 1.000 cabessas de vacum, 30 cavallar, 50 cabrum, hum escravo de fábrica, estas terras são proprias de criar gados. Comtestão pelo Norte com o Siano pelo Sul, com terras dos Pittas da fazenda Olho dagua da Fazenda do Arraial velho com os erdeiros do falecido coro-

nel Jeronimo Cabral de Oliveira e com os religiosos do Carmo e p.r leste com as ilhas já ditas e pelo-Este com o rio de Mossoró; nesta distancia abitão alguns pescadores no tempo das pesqueiras, &.» Os grifos são do autor. (N. L.)

O curioso documento delata a situação do territorio, em fase bem afastada da sua colonização, a julgar pelos elementos de posse e de cultura, entre os quais já figurava o sal.

O decreto-lei estadual, n. 603 de 31 de outubro de 1938, anexo n. 2, XXII, letra A, ns. 1, 2, 3 e 4, dá ao municipio de Macáu as seguintes divisas :

«1—Com o Oceano Atlantico : Pelo litoral, a começar do meio da barra do Rio das Conchas, até o meio da barra do Guamaré,

2—Com o municipio de Baixa Verde: A começar do meio da barra do Guamaré, segue pelo curso do rio Camoropim, acima, até encontrar a estrada de rodagem para Serra-Verde, e, pelo leito da mesma estrada, em direção ao «Poço Fagundes», na Estação Experimental, sobre a dita Serra Verde.

3—Com o municipio de Angicos : Por uma linha reta, que, partindo do «Poço Fagundes», na Estação Experimental, na Serra Verde, vá, em direção leste-oeste, á fazenda Cana-fistula, exclusive; daí, ao logar Taboleiro Alto, inclusive, e daí, por uma linha reta, á margem direita do rio Assú.

4—Com o municipio de Assú : Pelo curso do Rio Assú, desde o ponto

de encontro, á margem direita, da linha que vem da Cana-fistula, exclusiva, e Taboleiro Alto, inclusive, segue por este rio abaixo, até o ponto onde se destaca o rio das Conchas, e, pelo curso deste abaixo, até a sua fós no Atlantico, de onde principiou».

Está, porém, suscitada uma controversia, por parte do municipio de Assú, quanto ao limite occidental, pelo curso completo do braço do rio chamado *das Conchas* até á barra deste, no Oceano Atlantico, porque, ao que parece, dos fatos e dos registros fiscaes, o limite segue uma linha ideal, por *gambôas* e *e furados*, independente do curso do rio das Conchas, embora para terminar na embocadura deste e bem ao meio, sobre o mar. Tal contraversia não poude ser derimida, após o termo, em 1939, do praso de retificações, e somente, na nova revisão em 1943, poderá ser examinada e, certo, atendida, visto que foi principio assentado na comissão organizadora não alterar divisas senão quando assim o impuzessem as necessidades técnicas, ou o interesse publico, cabalmente demonstrado e comprovado.

O municipio de Macáu constitúe um dos 42 que compõem o Estado, foi mantido na organização republicana e jamais modificado, desde então.

E' hoje termo, séde da comarca de Macáu, criada desde a lei provincial n. 644 de 14 de dezembro de 1871, conservada na organização judiciaria do Estado, e reconhecida por varias leis, sendo classificada como de 2.^a entrancia pelo decreto do Interventor Federal n. 755 de 1 de novembro de 1934.

A CIDADE

O local, onde hoje assenta a cidade de Macáu, fazia parte da propriedade do coronel Bento José da Costa.

Desabitada, a principio, quando outros pontos como Alagamar e a Ilha de Manoel Gonçalves eram povoados, Macáu teve como primeiros habitantes e povoadores os portuguezes capitão João Martins Ferreira, e seus quatro genros Antonio Joaquim de Souza, José Joaquim Fernandes, Manoel José Fernandes e Manoel Antonio Fernandes, além de Manoel Rodrigues Ferreira, João Garcia Valadão, Francisco José da Costa Coentro, Elisiario Cordeiro e o brasileiro Jacinto João da Hóra, que habitavam a ilha de Manoel Gonçalves e de lá se mudaram para a incipiente povoação de Macáu.

E' tradição aceita que, invadida pelas aguas do mar, a mencionada Ilha de Manoel Gonçalves, que era habitada e ainda hoje existe sob o nível, do mar, apenas, visível ainda, a quem passa de avião sobre essas aguas, ficava «a nordeste da cidade, entre a barra da Ilha do mesmo nome e á pouca distancia da praia», e despovoou-se, porque os seus moradores se transferiram para a margem direita do rio de Macáu, ou Assú, e aí se estabeleceram definitivamente.

Segundo refere Ferreira Nobre «Breve Noticias», pag. 96, a ilha de Manoel Gonçalves, «foi uma ilha da costa, ao sul da cidade e a nordeste da pequena praia do "Tubarão" e recebeu o nome do seu povoador e donatario».

Mas, afirma o mesmo cronista que a inundação, acima referida, e que determinou a mudança da população, «ocorreu no ano de 1715".

Forçoso, porém, é considerar que houve

equivoco da parte do cronista: o documento acima transcrito demonstra que, a seu tempo, a Ilha de Manoel Gonçalves, era habitada e a de Macáu, não. O testemunho dos descendentes diréto dos primeiros povoadores de Macáu assevéra que a inundação se deu em 1832, mas, a ilha, só desapareceu de todo em 1844, consoante afirma F. Ferreira de Araujo, ["A Republica", de 12-11-36],

Os documentos legislativos provam em contrario: A resolução n. 100 de 27 de novembro de 1843 criou o distrito de pás de Macáu, compreendendo o territorio da sua subdelegacia de policia, o da *Ilha de Manoel Gonçalves* e o de Guamaré. A lei n. 28 de 5 de novembro de 1836 criou a Mesa de arrecadação de rendas na Ilha de Manoel Gonçalves, ou Macáu art. 4.. (1)

Contam que, ao norte da Ilha de Manoel Gonçalves, caiu em 1836, um meteorito, ou bolido, que deixou no logar grande quantidade de pedras, ainda hoje existentes no logar "Barreiras". Logo depois, a dizer, no mesmo ano, acrescenta a tradição, deu-se a inundação que determinou a mudança dos habitantes. Elisée Reclus, em «E. U. du Brésil» dá noticia de uma «chuva de pedra», algumas de 40 kilos, a qual se estendeu por muitas leguas».

Com o decorrer do tempo, vieram estabelecer-se novos habitantes, com casas de commercio e fábricas de sal. Para a nova povoação foi transferida, por lei de 9 de novembro de 1835, a cadeira de instrução primaria do povoado de «Officinas», pertencente ao municipio de Assú.

(1)—Vêr a respeito o interessante e documentado estudo de Eugenio de Castro, «A Ilha de Manoel Gonçalves», na *Revista do Instituto*, vol. XXXII a XXXIV, 1935-1937, pags. 155 a 176.

Pelo porto de Macáu passavam as mercadorias com destino ao centro do sertão: a lei n. 28 de 5 de novembro de 1836, na presidencia de João José Ferreira de Aguiar, criou a meza de arrecadação de rendas provinciaes, com um administrador, que servisse de tesoureiro, um escrivão e os fiscaes que fossem necessarios.

Sete annos depois, já era um distrito de pás, (resol. 100 de 27 de outubro de 1843).

Até que, em 1847, a resolução provincial n. 258, de 2 de outubro, elevou a povoação de Macáu á categoria de vila e criou o municipio do mesmo nome, compreendendo, além do territorio de Angicos, que perdêra a condição autónoma, o territorio da subdelegacia de policia da mesma povoação, o da Ilha de Manoel Gonçalves e da povoação de Guamaré, como fôra o distrito de pás. Teve fôro civil de jurados por portaria de 17 de dezembro de 1860, do presidente José Bento da Cunha Figueiredo Junior.

Afinal, Macáu teve predicamento de Cidade por lei n. 761 de 9 de setembro de 1875, e, no goso desse predicado continúa.

Cadeiras de primeiras letras tivêra-as por leis de 9 de março e 11 de abril de 1835 e, em 1883, a lei 882 de 5 de abril criou aí outra cadeira masculina.

E' uma bôa cidade, muito comercial e industrial e tem bons predios de residencia particular. Tem os «fóros de elegancia e nobreza, que sempre procurou mantêr com galhardia. Hospitaleira e progressista, era a cidade, além da capital, que mantinha contato direto com o Rio e outras capitaes do sul, devido ao intenso comercio de sal das suas imensas e belas salinas». «A Republica», de 12 de novembro de 1936, pag. 1, da 2.^a seção.

Possúe predios publicos: a Prefeitura, a

Mesa de Rendas Estaduaes, o Grupo Escolar «Duque de Caxias», (criado por decreto n. 198 de 26 de fevereiro de 1923, e inaugurado oficialmente a 2 de maio seguinte, com os professores Joaquim Mavignier de Noronha, Ernestina Moura e Maria da Conceição Fagundes), cadeia, cemiterio, Escolas Reunidas do Pôrto do Roçado, o Grupo Escolar «Pereira Carneiro», e outros.

A cidade compõe-se de uma rua principal, que se desenvolve de norte a sul, em frente á barra, acompanhando a margem direita do rio. Era a «Rua da Frente», de outróra, e depois, passou a ter diversos nomes, entre os quaes Conselheiro Dantas, José Mariano, Pe. Manoel Jeronimo e 13 de maio. Ha tres praças: a da Conceição, do Mercado e do Cruzeiro, e outras ruas menores: 28 de setembro antiga do «Cordão Azul», São José, Bôa Vista, da Aurora, etc.

Na praça da Conceição, foi erguida, em 1922, sob a direção municipal do cidadão José Gonçalves de Melo, uma coluna comemorativa do 1.º Centenario da Independencia Nacional, inaugurada a 7 de setembro daquele ano.

No recenseamento de 1920, a população do municipio era de 11.912 habitantes, sendo na cidade 4.754 e nos suburbios 7158 e 1.193 predios. A população provavel é de 19.754 habitantes,

Já possuiu Teatro «Guarani», Clube de danças «Terpsicore», clubes de regatas, Colegio «Marcolino de Abreu», jornaes «O Néofito», «A Industria», «A Noticia» e «Macáu-Jornal»: O «Almanaque de Macáu» foi publicado em 1909, sob a direção do dr. Adalberto Amorim e propriedade de F. Ferreira de Araujo, contendo excelente materia sobre a localidade.

Na guerra contra o Paraguai, Macáu forneceu varios voluntarios, entre os quaes vale citar: Vitor Xavier de Medeiros, tenente do 34.º

corpo de voluntarios, natural do Martins, residente em Macáu, onde se batisou, nasceu em 1849 e assentou praça em 1865, Manoel Florencio do Nascimento, natural do Ceará-mirim, João Crisostomo Correia, marinheiro de 3.a classe, recrutario, nasceu em 1835, em Macáu, José Gondim da Silva, natural de Macau, e Manoel Vicente Ferreira, segundo sargento, nascido na cidade. Alguns deles obtiveram pensão do Governo Federal.

Na campanha da Abolição dos Escravos, destacou-se, em Macáu, figura singular que ficou para sempre lembrada: o marinheiro Joaquim Honorio da Silveira que, em 1888, viajou de Natal a Fortaleza, conduzindo uma petição de *habeas-corpus* em favor de escravos que se achavam presos na Fortaleza dos Reis Magos, a qual deferida pela Relação do Ceará, motivou grande popularidade para o seu intrepido condutor, recebido festivamente em Natal, a bordo de sua jangada. O «Club do Cupim», de Recife, celebra instituição anti-esclavagista, conferiu-lhe medalha de prata, após a grande vitoria legal de 13 de maio de 1888. O Instituto Historico possúe hoje a famosa medalha, por oferta dos descendentes de Joaquim Honorio.

Em 1890, Macáu teve um «Club Republicano», sob a presidencia do capitão Joaquim Rodrigues Ferreira.

Atualmente, a cidade está melhorando consideravelmente, porque a industria do sal tem progredido muito e para aí são carreados muitos capitaes, que se encorporam á riqueza local sob a forma de salarios, materiaes, edificios e outros melhoramentos urbanos e instalações industriaes. Possúe 140 estabelecimentos comerciaes.

A FREGUEZIA

A população da ilha de Macau tinha ermida, a principio, sujeita á freguezia de Angicos, tornando-se depois séde da paróquia e, afinal, mantida com aquela, definitivamente.

Achava-se, porém, em mau estado, quando da mudança da freguezia para a ilha. Em 1849, relatava o Pte. Benvenuto Taques que não se realizára ainda a transferencia da paróquia, «devido á situação da ermida e á opposição do Prelado Diocesano, que, aliás, não fôra ouvido a respeito da mudança». (Fala 3 de maio de 1849).

Trabalhava-se na reconstrução da Capela para transforma-la na Igreja, cujos trabalhos tinham sido iniciados em 1846.

Elevada á categoria de Matriz, por lei n. 294 de 19 de agosto de 1854, foi seu primeiro vigario o Padre João Inacio de Loliola Barros, vitima do *cólera morbus*, em 1856, depois de haver prestado relevantissimos serviços á população.

Tem por padroeira N. S. da Conceição, cuja festa, sempre pomposa, a 8 de dezembro, constitúe objeto de entusiasmo para os seus devótos e atráe muita gente do interior do municipio e dos vizinhos.

Possúe Irmandades do SS. Sacramento, N. S. da Conceição, e confrarias de São Vicente de Paulo, Filhas de Maria, S. Coração de Jesus, (Apostolado da Oração), Bom Jesus dos Navegantes, Associação dos Santos Anjos, Transito de São José, N. S. do Rosario, do Perpetuo Socorro, das Almas, de N. S. do Carmo da Doutrina Cristã, («A Republica» de 12/11/36, pag. 18).

Tem capelas filiaes em Independencia, Guimarães, Barreiras e Soledade (antigo Presidio).

A Matriz de N. S. da Conceição é atual-

mente um belo e vasto templo, com cinco altares e as imagens; Altar Mór: N. S. da Conceição [padroeira], S. Sebastião e S. Inês; Lateral-direito: S. José, Santa Luzia e Sant'Ana; Lateral-esquerdo: N. S. do Rosario, N. S. do Carmo e São Miguel Arcanjo; Corredor-direito: N. S. dos Navegantes, S. Roque e Bom Jesus; Corredor-esquerdo: S. Vicente de Paulo, N. S. do Perpetuo Socorro e S. Benedito.

Possúe côro, seis arcadas na nave, duas na capela-mór; méde de comprimento 17,42 metros da porta principal ao arco-mór e de largura 14,70 metros, de fóra a fóra; a nave tem 7 metros. É assoalhada a nave central. Uma só torre e três sinos.

O altar-mór foi construído, ha poucos anos, pelo vigario, mons. Joaquim Honorio da Silveira, natural do municipio, os dois lateraes pelo padre Fortunato de Areia Leão, e os dois dos corredores, pelo padre Julio Alves Bezerra.

Ha, na cidade, dois Cruzeiros: um, em frente á Matriz, e outro, na Praça do Cruzeiro, e que foi levantado a 16 de julho de 1905, pelo padre Benvenuto.

Acha-se guardado na Matriz o antigo Cruzeiro, que existia na Ilha de Manoel Gonçalves, dizem ter sido erguido, em 1811, por Frei Vidal, e retirado da ilha, em 1825, embora com impugnação. Foi trasladado, a 2 de novembro de 1931, do Cemiterio, onde estava, desde que viéra da ilha, por iniciativa do vigario, pe. Paulo Heroncio de Melo, para ser conservado na Matriz.

VILA E POVOAÇÕES

INDEPENDENCIA, antiga « Pendencia », é vila em virtude da lei n. 603, de 31 de outubro de 1938, que estabeleceu o novo quadro territo-

rial do Estado para o quinquenio de 1 de janeiro de 1939 a 31 de dezembro de 1943.

A mudança do nome foi determinada por necessidades do serviço postal, ao tempo da administração do dr. Alcebiades Silva, [1921-1922].

A vila é séde do distrito do mesmo nome e compreende os logares Tabatinga e Taboleiro Alto, á margem direita do rio Assú.

E' bastante populosa e movimentada, especialmente na safra de algodão, porque centraliza o movimento do baixo Assú. Fica a 26 kilometros de Macáu. Possui mais de 300 casas, estabelecimentos commerciaes e fazendas agricolas em derredor.

Tem capela dedicada a S. João Batista, construida em 1896, pelo vigario pe. Francisco de Assis Albuquerque, e melhorada constantemente.

Teve escola rudimentar por decreto n. 242 de 11 de julho de 1924 e, atualmente, tem escolas reunidas, em predio proprio, inaugurado a 12 de agosto de 1934.

ESTREITO, arraial povoado, á margem direita do Rio Assú, 18 kils. acima de Independencia, não tem arruado. Escolas Reunidas, instaladas em 1935, tem poucos fogos. E' centro de movimento comercial do algodão do baixo Assú.

ALAGAMAR, compreendendo Barreiras e as demais populações do litoral, fica na embocadura do Rio sobre o mar, tem cerca de 100 casas, é porto de pescaria e séde da Praticagem da Barra. Tem um faról de 2.a classe, montado pelo capitão de fragata Klappe Rubim.

RIO SALGADO, a partir de Canafistula, compreende as habitações desse rio até o rio Amargoso.

VARZEA, a partir do povoado de Embura-

nas, abaixo, compreendendo Barro-Preto, Ilha de Sant'Anna, Ilha de S. Francisco, Porto do Carão, Morro, Pedrinhas, Canto do Curralinho, Riacho, Espinheiro, Garças, Moreira e Bôa Vista, [Relatorio do Governo do Estado, 1905].

GUAMARE', ou Aguamaré, fundada, talvez em 1750, por José de Brito Macêdo, acha-se situada á direita, ou nascente, do rio de Macáu, na distancia de 8 legoas. Possui mais de 200 fôgos, uma capela consagrada a N. S. da Conceição, construida em 1783, (data que se encontra nas parêdes), pelo portuguez João Francisco dos Santos, proprietario e comerciante na data de Caiçara e com patrimonio doado por Francisco Xavier Torres. Aí, celebrou a primeira missa Frei Luiz Pequeno, franciscano do Convento da Paraíba, sendo capelão o reverendo José Beraldo de Carvalho. Como figuras mais importantes de Guamaré convém citar José de Brito Macêdo, João Francisco dos Santos, Francisco Xavier Torres, Miguel Ferreira de Brito, Joaquim Alves da Costa, Francisco José Soares, Vicente Ferreira Barbosa e André de Souza Miranda.

Teve escola rudimentar criada por decreto n. 270 de 25 de maio de 1925. (Administração do dr. José Augusto, 1924-1927).

BARREIRAS fica, ao poente da cidade, quatro leguas, tem capela de S. Sebastião, edificadã, na gestão do padre Fortunato Leão, em 1917, por Manoel Pedro da Silva. Tem cerca de 100 fôgos e um «olho dagua», que chamam de «Mãe dagua». Estabeleceu-se aí escola rudimentar por decreto n. 248 de 27 de agosto de 1924.

TABATINGA, que foi distrito de pás, por decreto n. 85 de 9 de janeiro de 1891, adminis-

tração do dr. Nascimento Castro, conta diversas casas e fica á margem direita do Rio Assú. Faz parte do distrito de Independencia.

CARÃO, aliás, *Porto do Carão*, á margem do Rio Assú, tem cerca de 20 casas. Tinha dantes movimento incessante de embarcações entre Macáu e a varzea, ao tempo de Antonio Barbosa Carão.

SOLEDADE, antigo Presidio, a quatro leguas ao sul, de Macáu, tem capela do S. Coração de Jesus, inaugurada a 17 novembro 1896 pelo vigario padre Francisco de Assis e construída por Manoel Aprigio Rodrigues de Souza e Manoel Pedro Moraes.

Outros logares povoados: Emburanas, Canto do Papagaio, Canto Comprido, Varzea do Rio Grande, Amargôso, Canto das Pedras, Espinheiro, Bôa-Vista, Canto do Curralinho, Bambural, Saco, Alto do Rodrigues, Alto Alegre, Ponciano, Taboleiro Alto, Canto do Major, Jandoim, Quixába, Várzea Cercada, Curral Velho, S: José, Aguas Novas, Jerusalém, Mulungú, Canafistula, S. Francisco, Regeitada, Gangorra, Pedrinhas, Mórro, Ilha de S. Francisco e Ilha de Santana.

PRAIAS: para o norte: Canto do Mangue, Fazenda Velha, Cacimbas, Rosado, Pedra Grande, Melo, (Mel), Melo de Baixo, Mórinhos, Redonda, Entrada, Upanema e Upaneminha; para o sul: Barra do Amargôso, Vila Nova, Alagamar, Camapum, Barra da Ilha, Costa do Velho José, Paraizo, Barreiras das aguas, Tubarão, Diogo Lopes, Arrombado, Barra Velha, Mórro Vermelho, Barreira de Francisco Martins, Barra do Chipe, (por causa de um barco inglês, *Ship*, aí naufragado, ha anos), Tapióca, Capim-Assú, Minhôto, Ponta de Pedra, Jardim, Ôco da Cobra, Amaro, Barra do Fernando, ou Corôa do mar, e

Guamaré, onde divide com o m. de Baixa Verde.

FAZENDAS ou SÍTIOS: Jardim, Ponta de Pedra, Xico Martins, Mangue Sêco, Ponta dagua, Alegria (entre Barreiras e Amargôso), Emburanas, Pau-Feito, Varjota, Cajarana, Lagôa de baixo, S. Luiz, Ponta da Salina, Miassába, Lagôa Sêca, de fóra, Lagôa Sêca, de dentro, Canto do Melado, S. Pedro, Umbuzeiro e Camoropim.

ILHAS: dos *Patos*, com meia legoa de comprimento e cem braças de largura, contestando, ao norte, com o mar e, ao sul, com Diogo Lopes; era propriedade do primitivo enfiteuta, cel. Bento José da Costa

Dos *Tubarões*, tendo uma legoa de comprimento, a começar dos Tócos, até á barra dos Tubarões, contesta com o mar, pelo norte, ao leste, com Mangue Sêco e, ao sul, com Diogo Lopes.

Pontal até Bicúdas, com treis legoas e $\frac{3}{4}$ de largura, contêsta, a leste, com terras de Bicúdas, ao sul, com o rio do Cabêlo e, ao norte, com o mar.

Fernando tem um quarto de legoa e 16 braças de largura, confrontando, ao sul, com Guamaré, a leste, com a barra do Cabêlo, ao norte, com Mangue Sêco e, de frente, com o mar.

Pratagi, com oito braças de comprimento e trinta de largura, confronta com o rio do Cabêlo, por um lado e, na costa, com o Riacho fundo.

Pontal do rio dos cavalos é uma ponta de terras, de seis legoas, na fazenda «Cacimbas do Viana», fica entre os dois braços do Rio Assú, chamados das Conchas e dos Cavalos e faz fundo na Gambôa do Furado.

R I O S

Rio Assú, que nasce em Conceição do Piancó, Estado da Paraíba, entra no município de Caicó, sob o nome de Piranhas, atravessa o Seridó, banha a cidade de Assú e vem desembocar no Atlantico, no município de Macau, por três bocas, denominadas das Conchas, dos Cavalos ou Emburanas e Rio de Macau. E' navegavel até cinco leguas acima de sua embocadura, formando o importante porto de Macau e o do Carão. E' nos terrenos marginaes do Rio Assú que estão situadas as grandes salinas e as opulentas varzeas agricolas, que formam uma das maiores riquezas do Estado.

Rio Salgado, ou Amargôso, que vem de Angicos, onde nasce nos massapês de Santa Rosa, entra neste município no lugar Aguas Novas, e, com o nome de *Amargoso*, porque passa na fazenda desse nome, vem desembocar no Rio de Macau, pela margem esquerda, na salina «Espineheiro», cêrca de sete (7) kilometros acima da cidade.

Rio Aratoá nasce na barra do Guamaré, tem uma légoa de curso e faz barra no lugar Ponta dagoa; divide-se em gambôas: Furadinho, Amaro, Cachimbinho, Emburanas, Dois-braços, da Salina e Euzébia.

Rio Miassába nasce na mesma barra do Guamaré, tem meia legoa de curso, fás as cambôas do Xaréu e Segrêdo e termina no lugar Ponta da Salina.

Rio Camoropim sáe da barra do Guamaré, tem mais de uma légua de curso, chega á fazenda São Pedro, recebe o riacho do Camoropim e forma as cambôas: Do meio, Maribondinho, Lagoa Grande, Bôca do Malho e da Praia. E' divisa com o município de Baixa Verde, desde o meio da barra de Guamaré, até onde en-

contra a estrada de rodagem para a estação experimental de Serra Verde.

Rio dos Galos já é do territorio de Baixa Verde, nasce a leste da barra do Guamaré, daí se originam os rios Pratagi, Furado, Cabelinho e Guamaré Grande, e vae terminar a duas legoas aproximadamente, tendo servido de limites outróra com o municipio de Touros. O Furado não tem cambôas. Pratagi forma as camboas da Baía, de detrás e Emburanas. Cabelinho forma as camboas: de Areia, Bicudas, Duas Irmãs, Taíinha, Folhas, Teodózio, Rancho, Gonçalo, Pedrinhas, Funda, Anzolzinho e Baiacú. Guamaré-Grande fás as camboas: Guamarézinho, Tomaz, Tomazinho, U'rcas, Passarinho, Tartaruguinha, do Tinguí, Camorimzinho, Arrombadinho, do Mélo, Porta, Baía, Irmã do Mélo e Corredeira.

RIACHOS: *Camoropim*, que nasce na Serra do Cura, m. de Angicos e desemboca no Rio Camoropim e este, por sua vez, na barra do Guamaré

Emburanas, provindo dos taboleiros do Mangue Sêco, neste municipio, desemboca na Volta da Madeira.

Bobagem nasce nas matas da Gangorra, passa em Bobagem e fás barra no Rio Assú, lugar Sáco.

LAGOAS: Do *Saco*, com treis kilometros de extensão, *Estreito*, *Saco de dentro*, todas piscosas e a cujas margens fazem-se boas vasantes; *De baixo*, *Canto da Areia e Salgada*, entre os logares Cajarana e Lagoa de dentro; nos anos invernosos, recebem aguas das chuvas e produzem sal.

SERRAS

Do mangue Seco, que não é cultivada e não tem maniçobáes (Rel. Gov. 1905).

Serrotes: não tem.

RIQUEZA MINERAL

E' conhecido como um dos maiores empórios do sal no Brasil e, talvez no mundo. Desde Gabriel Soares («Tratado, 1587, pag. 16), que achou» «sal feito entre Rio Grande e o Cabo S. Roque», até a carta regia de 7 de setembro de 1808, era já considerado o sal das salinas, que hoje pertencem a Macau. O commercio desse produto atraía ao porto de Macau muitas embarcações nacionaes e estrangeiras, que Francisco Ferreira de Araujo recórda («A Republica», de 12/11/36, pag. 3 da 1.^a seção), entre outras «Comêta», «Larmonia», «Madona» e «Mercêdes», estas licenciadas pelo Ministerio da Fazenda, em 1859.

A «Concessão Roma», de que tanto se fala, nos processos de terrenos de marinha, era um vasto monopolio autorizado pelo decreto imperial n. 10.413 de 26/10/1889 e contrato de 29 do mesmo mez, sobre todos os terrenos salíferos ainda não aforados, nas margens dos rios Mossoró, desde a cidade, até Areia Branca, Assú, desde a cidade até Macau, e Touros até Guamaré, concedido a Antonio Coelho Ribeiro Roma e outro, da praça do Recife, Pernambuco, pelo Ministro da Agricultura, Lourenço de Albuquerque, e, mais tarde, transferido á Companhia de Salinas Mossoró-Assú, que se converteu, ulteriormente, em Pereira Carneiro & C.^a Lda. e Companhia Comercio e Navegação.

Tal concessão, que foi explorada e defendida durante muitos anos, caducou, porem, á falta de cumprimento, por parte dos seus titulares, das obrigações impostas no contrato de 29 de outubro de 1889, de modo que o Governo Federal, por intermedio das Delegacias Fiscaes, dantes, e pelo Serviço Regional do Dominio da

União, agora, já tem reconhecido a posse e a ocupação de terceiros nas terras da «concessão Roma», embora que se não conforme com isso a atual detentora do privilegio.

O dispositivo constitucional, que proibiu o commercio de cabotagem aos barcos estrangeiros (Const. Federal, de 24/2/1891, art. 13, § unico) trouxe como consequencia voltarem-se os capitalistas nacionaes para a produção e commercio do sal. Durante os primeiros anos da Republica, até 1914, o Estado mantinha um contrato para a arrecadação dos impostos de exportação com varias entidades, e, finalmente, com o Sindicato de Salineiros do Rio Grande do Norte, mediante a prestação mensal de 50:000\$000, ainda renovado a 10 de agosto de 1912.

O Governador Ferreira Chaves (1914-1919) extinguiu o contrato do sal, por decreto n. 5, de 23 de janeiro de 1914, o que foi aprovado pela lei estadual n. 365, de 28 de novembro de 1914, reduzindo, por sua vez, a taxa de 30 réis por kilogramo de sal para a de 10 réis, ou fosse um terço da taxa orçamentaria, então vigente.

Sem embárgo das inumeras dificuldades, tal medida reanimou os salineiros, extranhos ao Sindicato, e eles retornaram ás suas atividades na importante industria.

Em 1909, a Companhia Comercio e Navegação produzia 1.500.000 alqueires de 32 litros.

Em 1925, havia 15 salinas, com 612 cristallizadores e uma área total de 1.269,468 metros quadrados. Eram elas: «Julião», «Emburanas», «Valentim», «Trapiche-Furado», «Tertuliano», «Rio Novo», «Tafinha», «Sevéro», «Cariélo», «Ferrás», «Damasceno», «São Francisco», «Tetéó», «Espinho» e «Mundo Novo», (15). («A Republica», de 9-5-1925).

Em 1936, existiam 22 salinas com uma área

de 2.033.323 metros quadrados, a saber : «Conde», antiga «Julião», Rio Amargôso, «São Pedro», Rio dos Cavalos, «Beatriz», Rio Assú, «Araguassú», Rio das Conchas, «Trapiche», Rio Assú, «Rio Novo», Rio Assú, «Furado», Rio Assú, «Dois Irmãos», antiga Sevéro, Rio Assú, «Santa Inez», hoje «Santa Terezinha», Rio dos Cavalos, «Casqueira», Rio dos Cavalos, «Tafinha», Rio Amargôso, «Raminho», Rio Assú, «Cariélo», Rio Amargôso, «Xareu», Rio Conceição, «Tetéó», hoje «Piratiní», Rio Assú, «Rio Branco», Rio dos Cavalos, «Gaúcha», Rio das Conchas, «Assuí», Rio dos Cavalos, «Ferrás», Rio Assú, «Mundo Novo», Rio Amargoso, «Hermeto», Rio dos Cavalos, e «Conchita», Rio das Conchas.

Sob o regimen da livre concurrencia, a produção do sal quase triplicou em 10 anos, pois, em 1925, exportou 48977 toneladas e, em 1933, o fez de 144.279 tons. (Dr. F. de A. G. Menescal, «A Republica», de 12-11-36, pag. 3.^a secção].

Só o Governo Federal arrecadou, de 1.º de janeiro de 1901 a 30 de junho de 1936, a importância de Rs. 40.851.468\$100 de imposto sobre 2.045.465.104 kilos de sal exportados, (Ibidem).

Quem não conhece as ricas salinas de Macau não pode nunca avaliar-lhe a colossal potencialidade economica.

O Porto de Macau é muito frequentado por embarcações de varias procedencias. Em 1935, ali estiveram 562, sendo vapores 103, hiates 51, barcaças 100, cúteres 11, lanchas 44, rebocadores 3 e botes 250. («A Republica». de 12-11-36).

Em 1937, o movimento foi de 492 nacionaes e 1 estrangeiro, («Sinopse Estatistica», n. 3, pag. 13).

RIQUEZA VEGETAL

E' relativamente pequena à vista da riqueza mineral. Cultivam-se, no município, algodão,

cereaes, mandioca, etc. Os carnaubaes da margem direita do rio Assú são explorados. Tem uma extensão de 54 kilometros de terras proprias para agricultura de todas as especies, o que poderia tornar o municipio um emporio de produção agricola. Tinha seis descaroçadores de algodão em 1920-21 e exportou 3.105 fardos de algodão com 870.000 kilos, e, em 1921-22, 6.183 fardos com 1.731.404 kilos. Não cultiva a cana de assucar. Possui matas de carrasco, estendidas paralelamente ao litoral por 42 kilometros, onde ha aroeira, pau darco, pereiro, pau branco, comarú, etc.

RIQUEZA ANIMAL

Ha no municipio cerca de 40 fazendas de criar gados, com mais de 2.000 bovinos, 800 cavalares, 3.000 caprinos e 100 suinos. Tem-se desenvolvido bastante a criação, nestes ultimos anos, havendo já boas propriedades, com especimens de gado raciado, e dando excelentes resultados.

VIAS DE COMUNICAÇÃO

O Comercio de Macau é feito por aguas, via Atlantico, para o norte e sul do país e do Estado, em barcos de pequena e grande archiação.

Pelas tres «bocas», ou barras do Rio Assú, e pelo rio Salgado, ou Amargoso, acima, comunica-se com o interior do seu territorio e com o vale do Assú, principalmente pelo porto do Carão, até onde chegam as barcaças na montante das marés.

Na época das *cheias* do inverno, no rio Assú, as embarcações sobem pelo rio e chegam á

cidade de Assú, em cujo «Corrego», fundeiam, junto á cidade, facilitando grandemente o transito de passageiros e cargas. Rio acima, a viagem é de 2 e 3 dias; rio abaixo, é, porém, de 6 horas, no maximo, até Macau, devido á declividade do leito do rio e á correnteza das aguas.

No verão, as comunicações são feitas pela estrada do «Aterro», importante beneficio, iniciado em 1870 (lei n. 617 de 3 de junho) terminado na seca de 1877 pela Comissão de Socorros. Foi reconstruido em 1911, no governo do dr. Alberto Maranhão (1908-1913) sob a administração municipal de Antonio da Silva Antunes Filho (1911-1913).

Outrora, era o carro de boi o único veiculo de transporte pezado; os cavalos e outros animaes faziam o tráfego de passageiros até o porto do Carão, e daí, para Macau, pela maré. Hoje em dia, os automoveis e os caminhões cruzam em intenso tráfego comercial por todos os pontos do Estado, inclusive a Capital.

A Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, com o ramal Lages-Macau, ficou prejudicada, desde o governo Epitacio Pessoa, porque os trabalhos de construção paráram e já estão quasi perdidos completamente. Ficou, apenas, o ramal até o povoado Gaspar Lopes, actualmente Epitacio Pessoa, em honra ao Presidente da Republica (1919-1922), que autorizára a conclusão da linha e a inauguração da Estação, de onde nunca mais passou adiante.

Ha uma estrada de automoveis entre Epitacio e Macau, com 52 kilometros, outra entre Baixa Verde e Macau, pela Serra Verde, com 110 kilometros; outra para Lages, com 80 kilometros, e outra para Assú, 79 kils., via Independencia, á varzea. A Estrada de Automoveis Assú-

Logradouro seria a solução do problema de transporte entre os dois municípios.

Distancia de Natal a Macau 173 kilometros; posição: ONO; altitude 5 m. do nivel do mar. Coordenada geografica: Latitude S. 5.o, 05, 40 e longitude W. Gr., 36.o, 39.o, 20». (*Sinopse Estatística*, n. 3, relativa ao ano de 1928, pag. 8).

FIGURAS SALIENTES

ADMINISTRADORES :

Na Monarquia, não foi possível obter dados.

Na Republica :

Dr. Antonio da Silva Antunes, (1890).

Eufrazio Alves de Oliveira, (1890).

Dr. Artur de Albuquerque Bezerra Cavalcanti, (1890).

Feliciano Ferreira Tetéo.

Francisco Antonio da Silva Coelho, (1896-1898),

Emidio Bezerra da Costa Avelino (1899-1901 e 1902-1904).

Joaquim José Valentim de Almeida, (1905-1907).

Pedro Vicente da Costa, (1908-1910 e 1914-1916).

Antonio da Silva Antunes Filho, (1911-1913).

João Valentim de Almeida, (1917-1919).

Antonio Alves da Silva, (1920-1921).

Josè Gonçalves de Melo, (1921-1922).

Dr. Armando China, (1923-1928, como Presidente da Intendencia, e de 1929-1930, como 1.o Prefeito Municipal).

MAGISTRATURA

JUIZES DE DIREITO :

Dr. Matias Antonio da Fonseca Morato, 1.º juiz instalador da comarca, (1872-1878).

Dr. Olimpio Manoel dos Santos Vital, (1878-1886).

Dr. Manoel Barata de Oliveira, (1887-1891).

Dr. Felipe Néri de Brito Guerra, (Organização Cel. Gurgel, 1891, e depois, na organização do dr. Pedro Velho, 1892-1895).

Dr. João Ferreira Domingues Carneiro, (1895-1898).

Dr. Alfredo Vás de Oliveira, (1898-1901).

Dr. Francisco Carlos Pinheiro da Camara, (1904-1908).

Dr. Manoel Xavier da Cunha Montenegro, (1908-1926).

Dr. Fabio Máximo Pacheco Dantas, (1926-1930).

JUIZES MUNICIPAES

Dr. Antonio da Silva Antunes, (1872-1879).

Dr. Fabio Cabral de Oliveira, (1880-1884).

Dr. Nestor Meira, 1886-1887.

Dr. Francisco Bezerra Cavalcanti de Albuquerque, (1890).

PROMOTORES

Dr. Basílisso da Silva Caldas, (1873).

Dr. Vicente Simões Pereira de Lemos, (26-4-1875 a 6-1-1878).

Dr. Manoel de Carvalho e Souza, (1878).

Dr. José de Lima.

- Dr. Fabio Cabral de Oliveira, (1878-1881).
 Dr. Antonio Cezário Ribeiro, (1881).
 Dr. José Herculano de Luna Freire.
 Dr. José Moreira Brandão Castelo Branco
 Filho.
 Dr. Aprigio Augusto Ferreira Chaves.
 Dr. Manoel Xavier da Cunha Montenegro,
 (1892-1898).
 Dr. Artur Heráclio Gomes da Silva, (1898),
 Dr. Joaquim Freire Barbosa da Silva, (1903).
 Dr. Alcebíades Cabral de Oliveira.
 Dr. Adalberto Soares de Araujo Amorim,
 (1908-1909).
 Dr. José Bonifácio Pinheiro da Camara.
 Dr. Francisco Menezes de Melo, (1915).
 Dr. Joaquim Manoel de Meróes Grilo, (1918).
 Dr. Abner de Brito [1920-1921].
 Dr. José Francisco Vieira, [1924].
 Dr. João Dantas de Azevedo [1925].
 Dr. Afonso Saraiva Junior, 1930.

VIGARIOS

- 1.o Padre João Inácio de Loíola Barros,
 (1-2-1854 a 30-3-1856).
- 2.o Felix Alves de Souza [vigario de 26-6-
 1856 a 8-7-1856, encarregado, de 25-3 a 16-8-
 1889].
- 3.o Padre Manoel Jerónimo Cabral [coadju-
 tor de 15-5 a 7-12-1856, vigario de 20-7-1856, vi-
 gario de 20-7-1856 a 2 de abril de 1867, coadju-
 tor de 15-5-1867 a 1-11-1868 e de 25-8-a19-11-1874,
 encarregado de 25-7 a 3-10-1869 e de 25-8-1887 a
 25-3-1889.)
- 4.o Padre Manoel Joaquim de Oliveira Cos-
 ta, [2-4 a 8-9-1867 e de 13-9-1869 a 22-6-1876.
- 5.o Padre José Joaquim Fernandes, coadju-
 tor de 13-8-1876 a 17-9-1877.

6.o Padre Elias Barbalho Bezerra, coadjutor de 13-6-1875 a 3-10-1875.

7.o Pe. José Domingues Alvarez [16-5 a 12-7-1887).

8.o Pe. Estevam José Dantas (vigario de 13-10-1885 a 14-5-1887, encarregado de 24-6 a 13-10-1891 e de 26-11-1896 a 25-3-1897).

9.o Padre Francisco de Assis Albuquerque (17-6-1892 a 19-2-1896).

10.o Pe. Vicente Gifone, (12-10-1897 a 20-6-1902).

11.o Padre Irinêu Otávio de Sales e Silva, (6-7- a 17-9-1902).

12.o Joaquim Honorio da Silveira, (15-3-1903 a 26-10-1913).

13.o Pe. Fortunato de Areia Leão, (26-10-1913 a 11-11-1917).

14.o Pe. João Clemente de Moraes Barreto, 11-11-1917 a 18-1-1920).

15.o Pe. Julio Alves Bezerra, 18-1-1920 a 31-12-1921.

16.o Pe. Paulo Heroncio de Melo, 192.-1930.

PROFESSORADO

Francisco José de Melo Guerra, 1843.

Mateus da Rocha Bezerra, 1852.

D. Umbelina Maria Cabral de Macêdo, 1858.

D. Ana Emília Rosa, 1867.

João Damasceno de Albuquerque 1876.

D. Maria Jovelina Teixeira de Carvalho, 1878.

Antonio Candido Xavier de Brito, 1883-1903.

D. Joana Clementina de Moraes Gomes, 1881-1897 e 1908.

Joaquim Manoel da Silva, 1885.

Manoel Maria da Apresentação, 1892.

D. Maria Irinéa da Costa Pinheiro, 1893.

D. Maria Leopolda de Brito Guerra, 1897.

Manoel José Coimbra, 1905-1906.

D. Patricia Amélia Ferreira Souto, 1908.

D. Ana Bezerra Avelino.

D. Josina E. Emerenciano.

No Grupo Escolar «Duque de Caxias», criado por decreto n. 198, de 26 de fevereiro de 1923 e instalado a 2 de maio do mesmo ano, tem exercido o magisterio :

Professor Joaquim Mavignier de Noronha, instalador, 1923.

Professor Honorio da Costa Farias, 1924-1925.

Professora Ernestina Moura, 1923-1929.

Professora Maria da Conceição Fagundes, 1923-1930.

Professor Abel Furtado de Mendonça e Menezes, 1926-1928.

Professora Celita Guimarães Furtado, 1926-1928.

Professor Acrisio de Menezes Freire, 1928-1930.

Professora Ana Iracema Freire, 1928-1930.

Em Guamaré, foram professores :

João Luiz Peixão.

Nicolau Pereira de Melo, 1843.

Liberato José das Mercês Paraíba, 1858.

José de Borja Caminha Raposo da Camara.

Raimundo Candido Ribeiro.

Luiz da Fonseca e Silva Sobrinho.

Manoel José Pereira Fagundes, 1873.

José Venceslau Emerenciano.

Vicente Vieira de Melo, 1873.

Vicente Ferreira de Br.to.

João Batista de Souza Miranda.

Em Alagamar:

D. Maria Madalena da Rocha Soares, 1898.

Em Independencia:

D. Antonia Hermelinda, 1908.

Mancel Lopes das Neves, 1908.



MARTINS

O MUNICIPIO

Demóra o municipio deste nome sobre a serra, outróra chamada de «Campo Grande», no Occidente do Estado.

Suas primitivas carateristicas lindeiras eram assim: Ao Norte, o m. de Apodi; a leste, o de Patù, R. G. Norte e Catolé do Rocha, Paraíba; ao sul, o de Souza, Paraíba, e a Oeste, o de Portalegre, R. G. Norte, divisas que, segundo as leis e resoluções provinciaes que as estabeleceram ou alteráram, constavam de uma linha que, limitando os dois municípios de Martins e Catolé do Rocha, coincidia com as divisas dos Estados, tendo estas ficado, após a criação de Patù, parte neste municipio, e, mais tarde, com a criação do de Alexandria, João Pessoa, como fronteiras do Estado visinho.

Portalegre divide-se, com Martins, ao poente, pela linha que compreendia os logares Caimba de Cima, Alexandria, antiga Barriguda, Cumbe, Fidalgo, Cascavel, Poço da Pedra, Almas, Melancias, Saco, Bica e Bom Jesus, e o riacho da Forquilha, e por este abaixo, até Viçosa, exclusive, mas, abrangendo os «Picos». Com Apodi, ao norte, a linha divisoria apanhava as fazendas Campos, Cajazeiras, Olho dagua do Borges, Varzea comprida e Flores, continuando pela estrada para a Serra do Lima e atraves-

sando dita Serra, até atingir a linha de limites com Catolé do Rocha.

Eram os limites da freguezia da Serra do Martins constantes da resolução provincial n. 52 de 8 de novembro de 1840. Verdade é que a lei n. 71 de 10 de novembro de 1841, que elevou a povoação á vila de Maioridade, determinou outros limites, alterando os primitivos da freguezia, mas, outra lei n. 119, de 9 de novembro de 1844, mandou restabelecer os limites do município pelos da freguezia, segundo aquela resolução n. 52, no art. 3.º. Outras modificações se verificaram, ulteriormente, com a criação do município de Patú, decreto do Governador Pedro Velho, n. 53, de 25 de setembro de 1890, e do município de João Pessoa, depois, Alexandria, pelo decreto revolucionario, n. 10, de 7 de novembro de 1930, Governo interino do dr. Irineo Jofili.

Aquele, o de Patú, fôra desmembrado totalmente de Martins, pelos limites do antigo distrito de pás do Patú, conforme a resolução provincial n. 250, de 3 de março de 1852, respeitadas as divisas da freguezia de N. S. das Dores, Resolução provincial 260 de 3 de abril de 1852. Este último, que é o de Alexandria, hoje, só em parte desmembrado do de Martins, teve novos limites, art. 2.º do decreto n. 10, de 1930, por meio de uma linha que passava a três kilometros, aproximadamente, das propriedades Rosário, Lagoa, Serrinha do Major, Baixa, Pórcos, Vólta, Xique-Xique, Pilões, Almas e Pocinhos, o que representava a porção do território martinense que limitava com o Estado da Paraíba.

Mais tarde, os limites de Patú foram alterados em mais de uma resolução provincial (ns. 219 de 8 de agosto de 1855 e 374 de 4 de agosto de 1858), ficando, então, fixados pela linha que começava no lugar «Passagem da Onça», cor-

rendo pelo rio Umari, acima, até á Serrota Alagôa, exclusive; e daí, seguindo pelo caminho do sitio «Retiro» ao povoado Conceição, até entestar com a linha paraíba.

Tambem os limites com Alexandria sofreram modificações.

Mas, os atuais limites estão compendiados e estabelecidos para o quinquenio vigente, no anexo n. 2, XXIII, letra a), 1, 2, 3, 4 e 5 do decreto-lei n. 603 de 31/10/38, pela forma seguinte:

Com o municipio de Apodi: Por uma linha reta, a partir da fazenda «Consulta» [antiga Boca da Picada), exclusive, seguindo em direção á fazenda «Carneiro», inclusive.

Com o municipio de Patú: Pelo curso do rio Assú, desde o ponto de encontro, á margem direita da propriedade «Boqueirão», na barra do rio «Cacimba da Vaca», sobre o rio Umari, e, deste ponto, subindo pelo meio do rio Cacimba da Vaca, até á Cachoeira da Pedra, do riacho do Latão, e, daí, ao logar «Gruta», no limite com a Paraíba.

Com o municipio de Alexandria: a começar do logar «Gruta», onde confina com a Paraíba, segue a linha para a Serrinha do Major, inclusive, daí em linha reta, para a fazenda «Xique-Xique», inclusive, e daí, ainda em linha reta, para a fazenda «Pocinhos», á margem direita do rio «Cascavel», inclusive.

Com o municipio de Pau dos Ferros: a partir de Pocinhos, inclusive, segue, em linha reta, para a «Fazenda Velha de Melancia», inclusive; «Ponte da Serra», inclusive, até a fazenda «Impertinencia», inclusive.

Com o municipio de Portalegre: a começar da fazenda «Impertinencia», inclusive, segue o limite para as fazendas «Sapo» e «Bom Jesus»; daí, pelo riacho da Forquilha, abaixo, até o lo-

gar Viçosa, exclusive; daí, a «Picos», inclusive, e daí, em linha reta, até alcançar a fazenda «Consulta» (antiga Bôca da Picada), de onde principiou.

A exploração e aproveitamento do território do Martins remonta aos começos do século XVIII.

Tem-se como primeiro explorador das terras serranas o capitão Francisco Martins Roriz, de que guarda o nome e que viéra dos sertões do Jaguaribe [Ceará].

Mas, do livro de tomo da Prefeitura do Martins, consta que, a 20 de julho de 1735, Aleixo Ferreira, dizendo-se capitão da Aldeia de São João do Apodi, em petição dirigida ao capitão-mór e governador, alegava que «descobrirá um lugar conveniente para poder plantar lavouras, na Serra do «ampo Grande», em um riacho, que vem desagoar no rio desta ribeira do Apodi, junto da fazenda «São José», em as nascentes do qual, dentro da dita Serra, ha dois olhos dagua; um em cima, outro mais em baixo, onde tem umas palmeiras e genipapeiros, na dita parte, e queria para si e mais tapuios da mesma aldeia, duas leguas de terra, pegando do olho dagua de cima da Serra, & &. Concedida a terra, foi passada a carta de 21 de julho de 1736, sendo capitão-mór João de Teive Barreto de Menezes e secretario João de Barros Coutinho, datada da aldeia do Apodi.

A 18 de janeiro de 1757, mais de vinte anos depois, no lugar «Olho dagua das Palmeiras», estando presente o juiz da vintena, João Correia de Araujo, a requerimento do capitão-mór do Apodi, presentes tambem os tapuios e o seu superior, o reverendo padre mestre frei Fidelis de Partana, empossou-os o dito juiz na data de terra, lavrando-se auto. No dia seguinte, foi o

Juiz dar posse ás ditas pessoas, mas, os officiaes da diligencia certificaram que não foi possível fazel-o, em consequencia da opposição dos moradores, que diziam achar-se ausente o capitão Francisco Martins Roriz.

No ano de 1761, o dr. Miguel Carlos Caldeira de Pina Castello Branco foi fazer a demarcação da «data dos tapuios», e convidou como o mais antigo do logar o sargento-mór Antonio Ribeiro, indicando este como ponto referido na data o logar «Picos», de acordo com o capitão Francisco Martins Roriz, ali presente.

A data concedida a Aleixo Ferreira, da qual não tomou posse, mas, sim os seus successores, é hoje o patrimonio municipal, em virtude da lei n. 107, de 20 de setembro de 1844 e conserva o nome de «Picos».

Em uma das quebradas da Serra, duas legoas ao norte, ainda se encontram algumas das palmeiras mencionadas na data requerida em 1735, como consta de uma informação prestada em julho de 1906, pelo dr. Hemeterio Fernandes, juiz de direito do Martins, e registrada na Prefeitura.

Informa o erudito magistrado, dr. João Vicente da Costa, [“A Republica” de 1-7-37, pag. 6-7] que “Francisco Martins Roriz obteve do capitão-mór Francisco Xavier de Miranda Henriques, a 1 de março de 1742, a data de “Telha”, na serra, onde faz ponta o dito sitio e vae buscando o sacco do Passarinho, por uma banda ficando o Rio Umari e pela outra o rio Apodi, compreendendo a lagôa dos Ingás [junto á Capela de N. S. da C.] e o Olho dagua das Tabo-cas, e limitada ao nascente e norte da Serra do Regente pela lagôa de S. João”.

“A data da “Telha” é, pois, a data do Martins, compreendida tambem na Serra de Porta-

legre, ou do Regente, e com porção nesta, se designa Dormentes a data de que foram concessionarios o sargento-mór, Regente da Ribeira, Clemente Gomes de Amorim e seu irmão, Carlos Vidal Borromeu, ambos portuguezes, casado este ultimo com D. Margarida de Freitas" (Traslado dos autos da demarcação mandada proceder pela Relação da Baía, em 18-3-1783).

Ferreira Nobre, (*Breve Noticia*, pag. 62) informa que foi em 1446 a primeira exploração da serra; mas, vê-se no mesmo autor, fls. 63, quando se refere á elevação á vila, que houve erro tipográfico naquela primeira data.

As terras pertenciam a Apodi, e depois, a Portalegre.

Fundada aí uma povoação, progrediu rapidamente e, em menos de um seculo, atingiu á condição de cidade.

A lei provincial n. 71, de 10 de novembro de 1841, elevou esse povoado á situação de Vila e municipio de *Maioridade*, em homenagem á lei n. 23 de julho de 1840, que declarára maior e capaz para imperar no Brasil a Pedro II, que então contava apenas 14 anos, 7 mezes e 14 dias, visto que nascêra a 2 de dezembro de 1825.

A Vila e o municipio foram instalados a 27 de fevereiro de 1842, em sessão memoravel, sob a presidencia de Vicente Borges Gurjão, presidente da Camara Municipal de Portalegre, sendo empossados os novos vereadores: Coronel Agostinho Fernandes de Queiroz, presidente, Vicente Praxedes Benevides Pimenta, Manoel Luiz Barreto, Manoel Peixoto Dantas, Manoel Ferreira da Silva Comarú, Zacarias Ferreira da Silva e Clemente Gomes de Amorim.

A mesma lei provincial criára a comarca de Maioridade, com séde na vila e composta dos termos de Maioridade, Apodi e Portalegre. Ins-

talada a 9 de dezembro de 1842, foi seu primeiro juiz o dr. João Valentino Dantas Pinagé, removido de Natal.

Era evidente o desenvolvimento da Serra: seis anos depois, a resolução provincial n. 168, de 30 de outubro de 1847, lida em sessão da Câmara Municipal, a 22 de dezembro do mesmo ano, e remetida pelo vice-presidente da Província, João Carlos Wanderlei, promoveu a vila de Maioridade á Cidade da Imperatriz, em honra da chegada ao Brasil, da princesa D. Tereza Cristina de Bourbon, oriunda do Reino das Duas Sicílias, que casára, a 4 de novembro de 1843, com D. Pedro II e se tornára Imperatriz do Brasil.

Em vista disso, estabeleceu-se a triplicata dos nomes referentes á Serra: a freguezia da Serra do Martins, resolução 52 de 2 de novembro de 1840, a comarca de Maioridade, lei 71 de 10 de novembro de 1841, e a cidade de Imperatriz, resolução 168 de 30 de outubro de 1847, e que designavam um só e o mesmo lugar.

Não obstante a triplice denominação, que perdurou pelo resto do tempo da Monarquia, toda a gente só conhecia a "Serra do Martins", até que, sob a Republica, os decretos n. 12, de 1 de fevereiro de 1890, do governador Adolfo Gordo, e 35, de 7 de julho do mesmo ano, do governador Joaquim Xavier da Silveira Junior, mudaram os nomes divergentes, ficando unificados o município, a cidade e a comarca, sob o nome de Martins.

A Serra do Martins méde de leste a Oeste 18 kilometros e de norte a sul 12 kilometros; a extenção territorial do município éra de 5.180 kilometros, porque média, antes dos desmembramentos, 108 kilometros de norte a sul e 48 de leste a oeste. Atualmente, é de 707 kilome-

tros quadrados. (*Sinopse Estatística*, n. 3, pag. 16). O Departamento das Municipalidades calcula em 796 kilom2.

A população era de 12.466 almas, em 1920; em 1937, de 16.452 habitantes. [Idem *Sinopse*, pag. 317. Atualmente é de 18.113, calculadamente, conforme o Departamento das Municipalidades («A Republica», 9-5-41).

Foi festivamente recebida no Martins a proclamação da Republica, 1889, logo a ela aderindo a Camara Municipal, em sessão solene, sob a presidencia do juiz de direito, dr. João Antunes de Alencar, e na qual discursaram o mesmo juiz, dr. Manoel Moreira Dias, Vicente Ferreira da Mota, Pedro Antunes de Alencar, Hermogenes Januario e Demetrio do Rego Lemos, estes, mais tarde, officiaes do Exercito.

Nomeada pelo governador Adolfo Gordo, foi empossada a 10 de fevereiro de 1890, a primeira Intendencia Municipal, e, mais tarde, a 4 de outubro de 1892, a primeira eleita e composta do coronel Genuino Fernandes de Queiroz, presidente, Antonio Manoel de Oliveira Martins, Vicente Lopes da Costa Junior, Joaquim Francellino de Queiroz, Candido de Albuquerque Barreto, Manoel dos Santos Rosa e Pedro Alves de Lima.

A CIDADE

Da situação primitiva de Francisco Martins Roriz resultou a povoação de 1737, elevada á vila em 1841 e á cidade em 1847, mais depressa que as suas visinhas de Apodi e Portalegre, tal a fama do seu clima salubre e ameno, a beleza da sua topografia e a feracidade das suas terras, inegalaveis nos frutos alimenticios.

Ostenta-se a portentosa cidade serrana a

650 metros acima do nível do mar, (Roderic Crandall, *Geologia e Geografia*, etc. pag. 10) ou 670 metros, para o dr. Souza Brandão, in «Jornal do Comercio», maio de 1931.

Dalí se divisam os mais belos panoramas sobre as serras e sertões adjacentes e sobre os vales dos rios que formam a bacia do Rio Apodi.

E' uma cidade de agradável aspecto, fica assentada em terreno plano, á margem oriental da lagôa do Rosario, «numa superficie quadrada de 55 bilometros». Dr. Souza Brandão, loc. cit.

Havia no perimetro urbano, 13 ruas, 2 praças, 2 travessas e 217 casas, 1922.

Os seus principaes edificios são: a Prefeitura Municipal, cuja construção foi iniciada na administração municipal do Cel. Genuino Fernandes de Queiroz, chefe local e presidente da Intendencia de 1892 a 1908, a Cadeia, o Mercado, o Grupo Escolar «Almino Afonso, construido em 1922, mas, inaugurado em outro predio, a 24 de abril de 1909, pelo diretor geral interino. dr. José Augusto.

Das residencias particulares cumpre destacar o sobrado do dr. Almino Afonso, as casas do Cel. Cristalino Costa, dr. Manoel de Paiva, Major Abel Soares, major Vicente Lopes e D. Ana Martins.

Tem Mêsá de Rendas criada pelo decreto n. 85 de 9 de julho de 1917. A população urbana, em 1920, era de 1.572 habitantes.

A cidade possui Correios e Telegrafos, estação pluviométrica e outros serviços. Foi séde da delegacia regional da 4.a zona policial do Estado.

Na historia local destacam-se fatos notaveis e dignos de menção.

A revolução de 1817 encontrou aí fervoro-

sos adéptos, o tenente coronel Agostinho Pinto de Queiroz, que tomára parte saliente nos acontecimentos de então, foi prêso e conduzido para a Baía, em cujos cárceres esteve até 1821, quando foi anistiado pelas Côrtes de Lisbôa. Na Confederação do Equador, em 1824, houve combate em territorio do Martins, logar «Toirões», morrendo cerca de 30 pessoas, de parte a parte.

Depois, em 1832, na sublevação do Coronel Joaquim Pinto Madeira, partiu de Martins um batalhão, sob o comando do dito Agostinho, em defeza da ordem constitucional. Porque fugiram dois soldados, Patricio e Felizardo, alistados de ordem do capitão Leandro Francisco Cavalcanti Sucupira, (dr. J. Vicente, *loc. cit.*), o comandante mandou prendê-los e sumariamente fuzilal-os, por deserção. Foi, por isso, processado e condenado, mas, a condenação prescreveu, porque nunca foi executada e ele sempre residiu na Serra. Devido a isso, mudou sou velaxo *Pinto* para Fernandes, com o qual ficou mais conhecido nas cronicas locâes.

Martins foi quartel general de lutas politicas ao tempo da Monarquia, quando o dr. Amaro Bezerra, que fôra ali promotor, chefiava o partido liberal: eram os martinenses elementos ponderavis nos fatos politicos de antanho, como fóram, depois, sob a primeira Republica.

A campanha da abolição se fez ali através de uma sociedade presidida pelo dr. Manoel André da Rocha. Compunha-se a comissão da «Libertadora» dos cidadãos Teofilo Orozimbo, Francisco da Costa Oliveira, Giraldo de Souza Lemos, Antonio Augusto de Souza e Genuino Fernandes de Queiroz, (Boletim n. 2, de 23-1-1888.) A matricula de escravos era de 139, reduzidos a 84, no municipio, e e tantos foram os que se

beneficiaram com a lei aurea de 13 de maio de 1888.

Entre 1890 e 1895, houve em Martins uma sociedade literaria dirigida pelo dr. Manoel Moreira Dias, a qual contribuiu eficazmente para encarecimento de uma geração de moços martinenses nas letras, no commercio e nas industrias.

O coronel Antonio Gomes de Arruda Barreto, em 1905, transferiu para ali o seu Colegio «7 de Setembro», que fundára em Mossoró em 1900.

O clima de Martins é justamente celebrado pela sua amenidade e salubridade. Ali, tem feito estações de completa cura figuras destacadas de outros Estados. Ele é seco e fresco, suave e diluido, como o da Serra do Doutor. A claridade da luz solar sobre a serra é notavel, dado o tom esmaecido de azul, que ela contém e difunde. Agua é potavel e abundante. E' um verdadeiro oasis na secura do oeste.

A FREGUEZIA

Consta do livro de tombo da Matriz que em 1747, Francisco Martins Roriz, dizendo-se senhor e possuidor de um sitio na Ribeira do Apodi e querendo edificar ali uma capela, sob a invocação de N. S. da Conceição, doou cincoenta braças de terra para o patrimonio, passando-se escriptura publica.

No ano seguinte, Martins dirigiu-se ao visittador Manoel Machado Freire, então no Piancó, declarando ser morador na serra da Conceição, freguezia do Assú, e possuindo nela tres leguas de terras, das quaes doára 50 braças em quadra para patrimonio de uma capela que pretendia erigir, solicitava licença para a ereção da dita capela. A licença foi concedida pelo Bispo de

Olinda, D. Frei Luiz da Santa Tereza, por provisão de 24 de abril de 1748. Mas, o patrimonio só foi julgado, quatro anno depois, a 26 de abril de 1752, pelo visitador Frei José de Jesus Maria, e aí já se fala na capela dirigida pelo capitão Martins Roriz, na Serra do Apodi. Por provisão do mesmo visitador, de 27 de abril de 1752, na aldeia do Apodi, foi dada a licença para a benção da Capela, o que se realizou no dia 28 do mesmo mez, oficiando o padre José de Aranda, vigario da vâra e cura do Assú, o qual certificou ter feito a benção da Capela de N. S. da Conceição da «Serra do Martins».

O patrimonio foi depois augmentado com as novas doações do proprio Roriz e sua mulher, a 7 de agosto de 1777, do general Francisco de Souza Falcão e sua mulher a 26 de agosto de 1879 e de João de Souza Falcão e sua mulher, a 26 de setembro de 1825, sendo, esta, porém, já para a edificação da Nova Igreja.

A capela primitiva era pertencente á freguezia de Pau dos Ferros.

Em 1815, o capitão José Antonio de Lemos, em petição ao Bispo de Olinda, declarava, na qualidade de administrador do patrimonio, que havia uma pequena capela em principio de ruina e sem cómodo para o grande numero de moradores, pelo que pedia licença para a benção da primeira pedra de uma nova Igreja, que pretendia erigir, a qual lhe foi concedida por provisão de 22 de outubro de 1815, assinada por D. Frei Antonio de São José Bento. Esta é a actual Igreja, que tem categoria de Matriz, desde a resolução provincial n. 52, de 3 de novembro de 1842, sob a invocação de N. S. da Serra do Martins.

Mais tarde, houve mudança do orágo para Santana da cidade de Imperatriz.

A Igreja Matriz tem as seguintes dimensões: 37,50 metros de comprimento por 28,50 de largura, externamente; e 20,50 metros de extensão por 7,90 de largura, na nave. Tem duas torres elegantes e em frente um cruzeiro.

Ha confrarias do Coração de Jesus (1900) de São Vicente de Paulo (1901).

Suas capelas filiaes são as de Divinópolis, Boa Esperança e Lucrecia, as duas primeiras inauguradas pelo vigario Abdon Melibeu, em 1902 e 1903, segundo informação do dr. João Vicente (loc. cit.)

VILAS E POVOAÇÕES

Divinópolis, antigo *Gavião*, proximo ao riacho do Gavião, e a quatro leguas da cidade, no sertão, é um nucleo importante de habitantes e fica na estrada geral que desce da Paraíba para Mossoró. A área do distrito é de 254 kilm2.

E' vila e séde do distrito administrativo e judiciario de Divinópolis, em vista do decreto-lei n. 603 de 31/10/38, instalado a 1.º de janeiro de 1939.

A mudança do primitivo nome foi sugerida pelo monsenhor Joaquim Honorio da Silveira, quando da visita pastoral de D. José Pereira Alves, 1925, tendo sido objeto da resolução municipal de 6 de setembro de 1925.

Em 1922, tinha 364 habitantes e 96 casas, hoje, está muito mais desenvolvida. Tem Escolas Reunidas, desde 1935, e possuía escolas rudimentares, muito bem frequentadas, desde o decreto 163 de 17 de janeiro de 1922.

A Capela do Sagrado Coração de Jesus foi construida em 1902, sob o parokiato do padre Abdon Odilon Melibeu Lima.

Boa Esperança, vila e séde do distrito ad-

ministrativo e judiciario do mesmo nome, por força do decreto-lei 603 de 31/10/38, e instalada a 1.º de janeiro seguinte, no dia do Municipio, é tambem um núcleo avultado de população, situado ao pé da Serra do Martins. Tem escolas isoladas. Sua área territorial é de 363 kilometros quadrados.

A Capela local é da invocação de Santo Antonio.

Constava em 1920 de 81 casas com 387 habitantes. Fica a tres leguas da cidade.

Lucrecia, novo e importante povoado ao pé do Açude *Lucrecia*, construido pelo Governo Federal, durante a sêca de 1932. Possui 70 casas, uma Capela e um galpão destinada ás feiras so-manaes. E' logar de muito futuro.

Vasto Horisonte, o mais novo aflorado social do Martins.

Logares, engenhos, fazendas e sítios: "Jurema", "Gruta", "Umarizeiro", "Salva-vida", "Pé de Serra", "Pintada", "Timbaubinha", "Campos", "Gruta", (Diversas), "Lagoa Nova", "Olho dagua", "Rosario", com engenhos que produzem mais de 10.000 rapaduras, por ano. "Pau darco", "Pico Branco", "Urú", "Pinhão", "Melancia", "Venéza", "XIQUE-XIQUE", "Cascavel", "Balisa", "Curráes Velhos", "Outeiro", "Olho dagua", "Lagôa do Mato" e "Milona". Os sitios de fruteiras ficam na chapada da Serra e foram fundados pelos antigos moradores, que ali introduziram e desenvolveram muitas especies frutíferas.

RIACHOS

O municipio de Martins não tem rios propriamente ditos.

Os principaes riachos são:

Gavião, que nasce na Serra do mesmo nome, é afluente do rio Umari, banha a vila de Divinopolis,, dá boas vasantes.

Mineiro, que vem da Serrinha da Alagôa, passa a três leguas da cidade e faz barra no rio Umari.

Boqueirão, com o nome de Umari, nos municípios de Apodi e Caraúbas, nasce na Agua branca, Serra de João Dias, passa a três leguas da cidade e entra naqueles municípios.

Pico dos Carros nasce na Serra dos Picos e desemboca no rio Umari.

Forquilha, que serve de limites entre Martins e Portalegre, dá boas vasantes e é tributário do rio Umari.

Bica, Morcêgo, Comissario, Xique-Xique, Viçosa, que tem suas nascentes na Serra deste nome (Portalegre), passa a três leguas do Martins e é tributário de

Corredôr, onde se acha construído o açude deste nome, construído pelo Governo Federal, em 1914, com capacidade para 4.092.800 metros cúbicos.

Carnaubinha banha a vila de Boa Esperança e faz barra no Apodi.

Pintada, vindo da Serra Pintada e da Lagoa. Todos são da bacia do Apodi.

LAGOAS

Existem as seguintes lagoas, no município :

Do Rosario com 300 braças de comprimento por 200 de largura. Fica ao norte da cidade e dentro do perímetro urbano. Não é piscosa, mas, serve para vasantes. É permanente, pois, não seca no verão.

Nova, ao poente, sobre a Serra, a uma legoa da cidade, tem 100 metros por 50 de perímetro; não é piscosa, nem seca.

Picos, no sertão do município, a 3 legoas ao sul, tem 100 metros por 40; não tem peixes, mas, seca no estio.

Pinhão, a 5 legoas ao sul, no sertão, sem peixe e séca, no verão.

Urú, no sertão, a 4 legoas, ao sul, tem 100 metros por 50: é só do inverno.

Carneiro, 6 legoas, a leste, no sertão, tem 250 por 200 metros. Séca.

Lagoa, na serra deste nome, ao sul, tem 100 metros: séca também.

Lagoa grande, 6 legoas ao sul, 400 metros por 300, é perene.

SERRAS e SERROTÉS

A *do Martins*, com 4 legoas de extensão por 3 de largura, e 464 de altura (S. Corrêa), ou 650 (R. Crandall), acima do nível do mar. Temperatura no verão de 16 a 25 graus centígrados. Clima salubre e admirável. Aí fica a cidade do Martins, séde do município. Terrenos agrícolas e sítios de fruteiras em grande numero. O seu acesso se faz pelas ladeiras a saber; Das *Vertentes*, com estrada de automovel, construída pelo Governo Federal, em 1921, rampa de 8%, ao sul, ligando-se, via Pau dos Ferros, aos sertões do Rio do Peixe, (Paraíba) ao norte, a das *Trincheiras*, de comercio para Mossoró; *Pimenta*, hoje Rodovia "13 de maio" que segue para Patú; a da *Serra Nova*, que vae para Apodi e Portalegre e a do *Saco*, que se dirige a Pau dos Ferros. Na ladeira do "Pimenta", o benemérito martinense, coronel Demetrio do Rego Lemos, oficial do Exercito, em 1932, fez construir, á sua custa exclusiva, a Rodovia "13 de maio", que tem todos os requisitos técnicos para o acesso á Serra e á Cidade do Martins,

Lagoa, com três légoas de extensão por três de largura e 250 metros de altura.

Jurema, com três legoas de extensão, uma de largura e 100 de altura.

Os *Serrotes* mais importantes são :

« *Pintado* », com uma legoa de extensão, meia legoa de largura e 150 metros de altura.

« *Torto* », com treis légoas de extensão, duas de largura e 200 metros de altura.

« *Macapá* », tendo uma legoa de extensão, meia de largura e 200 mets. de altura.

Serróta, com duas légoas de comprimento, meia de largura e 150 mts. de altura.

Taboleiro da Areia, *Morcêgo*, *Bõa Esperança*, *Picos*, *Maniçóba* e outros menores completam o relêvo do sólo martinense.

São todas as serras e serrótes cultivaveis e férteis para cereáes, café, cana de assucar, algodão, etc.

AÇUDES

Existem os seguintes: Açudes Públicos;

Lucrecia, construído na sêca de 1932-1933, pela I. F. O. C. S., sob a direção do Sr. Mario Coriolano. Tem capacidade para 30.000.000 metros cubicos dagua. A bacía hidraulica é formada pelo rio Mineiro e riacho Pé de Serra do Geraldo. Fica-lhe ao pè o povoado do mesmo nome, oriundo das barrácas e instalações para o pessoal da construção, onde se empregaram cerca de 2.500 homens.

Umarizeiro, que fica numa das depressões da Serra, a 800 metros da cidade, foi construído em 1808, mais ou menos, com 200 metros de extensão por 150 de largura. É a fonte dagua potavel para a cidade. Resiste ás sêcas.

Corredôr, construído pelo Governo Federal, em 1888, fica no sertão, ao sul da cidade. Dirigiu-lhe a construção a comissão de Socórros Públicos, na Sêca daquele ano. Nos anos de 1913 a 1915, a I. F. O. C. S. aumentou para 5.000.000 metros a sua bacía

São particulares:

Jurêma, com 800 metros de extensão por 300 de largura, dura três anos sem secar.

Salvada de 200 metros por 100, para um ano de duração.

Gavião, junto á vila de Divinópolis, antiga Gavião.

Campos, com 250 metros por 150 e dura de um ano.

Catolé, *Milóna*, com 300 metros por 250, dura dois anos. *Mundo Novo*, *Lagoa do Mato*, *Castelo*, *Lages*, *Timbaubinha*, para três anos, com 700 metros por 200; *Pintado*, de 250 metros por 200, para um ano; *Pinhão*, com 200 por 150 metros; *Veneza*, de 200 por 150 metros de dimensões para um ano de sêca. *Comissario*, com 200 por 150 de perimetro e um ano de estiagem; *Corocô*, de 150 metros por 100, é só de um ano de verão; *Boa Esperança*, com 150 por 100 metros e para um ano de sêca; *Água branca*, de 150 por 100 metros, dura só um ano; *Pé de Serra*, de 150 por 100, para um ano; *Varzinha*, com 200 por 150 metros e para um ano; etc.

RIQUEZA MINERAL

Não são conhecidas nem exploradas quaesquer jazidas mineraes da Serra.

RIQUEZA VEGETAL

E' bem acentuada a produção agricola da Serra do Martins: cereaes, algodão, frutas, borracha e maniçoba, cana de assucar, aguardente, rapaduras, para consumo e exportação. Calculava-se, em 1922, de 500.000\$000 o valor da exportação anual. Possuía 13 descaroçadores, em 1922; na safra de 1929-21, exportou 1.648 fardos de algodão de 70 kilos, com 393.00 kilos; e na de

1921-22, 8.059 fardos com 1.955.750 kilos. Grande também é a produção de rapaduras, aguardente e outros derivados da cana de assucar, de que, em 1922, havia, cerca de 100 engenhos, de força motriz a vapor e de animaes. Fm 1895, ensaiouse a cultura do café na Serra do Martins, nos sitios de Cel. Cristalino Costa, Cristalino Fernandes, Melquizedech Martins e outros.

Ha na serra madeiras de construção, como sejam: cédro, pau darco, aroeira, angico, freijó, carnaúba, comarú, e outros, Plantas *medicinaes*, como: Balsamo. Outras especies: jurema, catíngueira, mororó marmeleiro e emburana, e as *frutíferas*: cajueiro, mangueira, catolezeiros, goiabeira, larangeira, pinheira, jabeira, etc. Entre as especies vegetaes, merece especial referencia, a *arvore da chuva*, da qual cáem constantemente, ao sól do estío, pequenas bagas d'agua, que são produzidas por um inseto especifico instalado na sua opulenta folhagem.

RIQUEZA ANIMAL

O municipio tem muita criação de gado bovino, com cerca de 16.000 bovinos, caprinos, ovinos, suínos e cavalares, mas, não ha dados positivos sobre a estimativa de destas outras especies. Nas sêcas, é muito grande o prejuizo, que, em media, atinge a 50% dos rebanhos. Na de 1915, foi de 90% o prejuizo verificado. Exporta-se péles, couros e artefatos de couro.

A fauna silvestre é composta de tamanduás, rapôsas, tatús, gatos, veados, onça vermelha, tejuassús, mocós, caitetús, e preás; *aves*: ema, sirie-ma, pato, marreca, socó, gavião, garça, papagaio e periquito; *canoras*: graúna, canario, pintasilgo, galo de campina e outros.

VIAS DE COMUNICAÇÃO

As estradas de carros, que, pelas ladeiras das "Vertentes" e "Pimenta", hoje Rodovia "13 de maio", demandam a cidade no alto da Serra, servem ao comercio local e aos viajantes e turistas. Outras estradas, pelas ladeiras não trabalhadas, são de difficil acesso, especialmente na da *Forquilha*, que liga a Portalegre.

A Estrada de Ferro de Mossoró córta o territorio deste municipio e tem estações em Mombaça e Bôa Esperança, esta a 21 kilms. de Martins. Daí, a Souza, na Paraíba, serão 83.004 metros. Ela vem de Almino Afonso e segue para Alexandria.

CURIOSIDADE NATURAL

A famosa "Gruta da Trincheira" é o maior interesse turistico do sólo martinense.

Consta a "casa de pedra" de volumosa móle de granito aflorada ao pé da ladeira das Trincheiras, tendo no seu bôjo uma espaçosa sala, onde se podem alojar 500 pessoas e se encontra a fonte cristalina que jorra perene formando estalactites e estalagmites. Ali, reúnem-se muitas pessoas, em festas e convescôtes, vindas de varias procedencias.

Henrique Castriciano já celebrizou a fonte da Gruta, em versos límpidos e sonóros, que toda a gente sabe de cór e se acham gravados na pedra da Gruta.

FIGURAS SALIENTES

Tem este municipio notaveis filhos que merecem especial referencia.

Entre os revolucionarios martires de 1817, o coronel Agostinho Pinto de Queiroz, depois,

Agostinho Fernandes de Queiroz 1789-1866 varão de nobres virtudes privadas e cívicas, tronco de numerosa e ilustre familia, sofreu prisão nos cárceres da Baía, como implicado no movimento de 1817.

Alferes José de Sá Cavalcanti,
Capitão - mór Antonio Ferreira Cavalcanti,
Pe. Gonçalo Borges de Andrade, capelão, e
Daví Leopoldo Targini Garôcho, que foram tam-
bem processados e presos em razão desse ma-
logrado movimento.

Dr. Miguel Tinôco, (1866-1906).

Conego Pedro José de Queiroz e Sá.

Conego João Crisóstomo de Oliveira Torres.

Conego Joaquim Manoel de Oliveira Mar-
tins.

Padre Antonio Dias da Cunha.

Padre Clementino José Fernandes.

MAGISTRATURA

JUIZES DE DIREITO

Na Monarquia :

Dr. João Valentino Dantas Pinangé, (1842-
1848).

Dr. Luiz Gonzaga de Brito Guerra, (1852-
1858).

Dr. Delfino Augusto Cavalcanti de Albu-
querque, (1859-1861).

Dr. Antonio Manoel de Aragão e Melo, (1861-
1862).

Dr. Jesuino de Souza Martins, (1862-1875).

Dr. José Alexandre de Amorim Garcia, (1875-
1876).

Dr. João Diniz Ribeiro da Cunha, (1876).

Dr. Vicente Candido Ferreira Tourinho.

Dr. João Antunes de Alencar, (1883-1890).

Na Republica :

Dr. Joaquim Felicio Pinto de Almeida Castro, (Org. Gurgel, 1891).

Dr. Manoel Moreira Dias, (1892-1897).

Dr. Hemeterio Fernandes Raposo de Melo, (1898-1907).

Dr. Antonio Soares de Araujo, (1907-1909).

Dr. Bianor Fernandes Carneiro de Oliveira, (1909-1918).

Dr. Antonio de Oliveira, (1918-1919).

Dr. Silverio Soares de Souza (1918-1928)

Dr. Pelópidas Fernandes de Oliveira (1928-1930).

JUIZES MUNICIPAES

Dr. João Nepomuceno Xavier de Mendonça (1845).

Dr. Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti. (1850).

Dr. Manoel Antonio de Oliveira. (1852).

Dr. Francisco Luiz Correia de Andrade. (1861).

Dr. Feliciano Henrique Hardman. (1867-1870).

Dr. Jeronimo Americo Raposo da Camara (1871).

Dr. Francisco Bezerra Cavalcanti de Albuquerque (1873-1882).

Dr. Bianor Fernandes Carneiro de Oliveira, (1886-1892).

PROMOTORES PUBLICOS :

Dr. Braz Carrilho do Rego Barros, (1849).

Dr. Lodolfo Herculano Marinho Falcão (1854).

Dr. Manoel Hemeterio Raposo de Melo (1861-1865).

Dr. Euclides Deocleciano de Albuquerque, (1867).

Dr. Reinaldo Gomes de Oliveira, (1868).

Dr. Manoel de Paiva Cavalcanti, (1869).

Dr. Manoel Rodrigues da Cunha Viana (1869-1870).

Dr. Ulisses de Barros Vanderlei de Mendonça, (1871-1878).

Dr. Joaquim Ferreira Chaves Filho, (1874-1878).

Dr. José Antonio Moreira Dias, (1881-1882).

Dr. Alcebiades Drácon de Albuquerque Lima, (1882-1883).

Dr. Manoel André da Rocha, (1883).

Dr. Sergio Lins Meira de Vasconcelos, (1885).

Dr. Bianor Fernandes Carneiro de Oliveira, (1885-1886).

Dr. Manoel Moreira Dias, (1888-1890).

Dr. Joaquim Bernardo Falcão Filho, (1892).

Dr. Francisco Bezerra Cavalcanti de Albuquerque, (1894-1916).

Dr. Francisco Fernandes Sobral, (1916-1919).

Dr. Manoel Maia de Vasconcelos, (1924).

Dr. João Sergio Maia.

ADMINISTRADORES

Agostinho Pinto de Queiroz (1842-1845).

Domingos Velho Barreto Junior (1846-1849).

Mateus Xavier da Fonseca, (1849-1852).

Manoel Luiz Barreto, (1853-1857).

Manoel da Costa Melo, (1857-1861).

Joaquim Xavier da Fonseca, (1861-1865).

Francisco Emiliano Pereira, (1865-1869, 1869-1873).

Dr. Miléno de Torres Bandeira, (1873). Foi dissolvida a Camara Municipal.

Francisco Alves de Oliveira Maia, (1873-1877).

Cosme Damião Barbosa Tinôco, (1877-1881).

Antonio Manoel Ferreira Maia. (1881-1883).

Joaquim Ferreira Santiago (1883-1887).

Antonio Augusto de Sousa. (1887-1889).

SOB A REPUBLICA ;

Manoel de Souza Pereira, (1890).

Giraldo de Souza Lemos, (1890-1891, 1911-1913).

Joaquim Ignacio de Carvalho, 1891, 1908-1910).

Noé Jeronimo Soares, (1898).

Coronel Genuino Fernandes de Queiroz, (1896-1898, 1902-1904, 1905-1908).

Pedro Regalado de Medeiros Lins, (1914-1919).

Adelino Fernandes dos Santos, (1920-1922).

Emidio Fernandes de Carvalho, (1923-1928).

José Elinas dos Santos (1928-1930) (Prefeito).

VIGARIOS

Pe. Gonçalo Borges de Andrade (capelão).

Conego Pedro José de Queiroz e Sá, (1841).

Pe. Antonio de Souza Martins, (1º vigario colado, 1840-1877).

Pe. Anisio de Torres Bandeira.

Pe. Isidro Alvares da Silva (capelão de Bariguda, hoje Alexandria).

Pe. Estolano Xavier Bezerra (Coadjutor, (1850).

Pe. José Modesto Pereira de Brito.

Pe. Vicente Gifoni, (1888-1890).

Pe. Nazario de Souza Rolim.

Pe. Tertuliano Fernandes de Queiroz.

- Pe. Abdon Odilon Melibeu Lima.
 Pe. Leoncio Fernandes da Costa.
 Pe. Luiz Adolfo de Paula, (1914-1915).
 Pe. Lucio Gambarra.
 Pe. Mizael de Carvalho e Silva (1915-1917).
 Pe. José Neves de Sá.
 Pe. Elesbão Gurgel de Oliveira.
 Pe. José Soares de Albuquerque.
 Pe. Aarão de Andrade.
 Pe. Carlos Theisen, (R. S. F).

PROFESSORADO

Secundario :

- Francisco Emiliano Pereira (1843).
 Cosme Damião Barbosa Tinôco (1876).

Primario :

- Francisco de Paula Furtado, 1.º professor publico, abriu a aula a 4 de maio de 1835.
 Joaquim Xavier da Cunha, (1843-1867),
 D. Maria José da Conceição (1850).
 Francisco Alves de Oliveira Maia, (1856-1865).
 D. Inacia Maria do Sacramento, (1858).
 D. Alexandrina Xavier da Silveira, (1865).
 João Onofre Pinheiro de Andrade, (1869-1893).
 Elias Antonio Ferreira Souto, (1870-1873),
 Teófilo Orozimbo da Cunha Souto Maior, (1873-1893).
 D. Josefa Bezerra Cavalcanti Lôbo, (1873-1896).
 D. Ester de Brito Pinto, (1896-1908).
 Adrião Ferreira de Melo, (1886-1908).
 D. Izabel Alexandrina Soares, (1867-1891).
 Leonidas Monteiro de Araujo.

No Grupo Escolar "Almino Afonso", criado pelo decreto estadual do Governador Alberto Maranhão, n.º 196 de 21 de abril de 1909 e inaugurado a 24 do mesmo mez e ano, teem regido as respectivas cadeiras :

Dr. Joaquim Inacio de Carvalho Filho, (1909).

D. Izabel Alexandrina Soares, (1909-1914).

D. Ester de Brito Pinto, (1909-1913).

Professor Luiz Correia Soares de Araujo, (1911).

Professora Alice Graziela de Paula, (1915-1916).

Professor Abel Furtado de Mendonça e Menezes, (1917-1919).

Professora Celia Guimarães Furtado, (1917-1919).

Professora Amalia Camara de França, (1919-1923).

Manoel Jacome de Lima, (1919-1930).

Professora Guiomar Fernandes de Oliveira, (1923-1928).

Professora Abigail Fernandes de Oliveira, (1923-1930).

Professor Antonio Estevam da Silva, (1928-1930).

Professora Edilzeta de Atafde Melo, (1928-1929).

Professora Clotilde Guedes de Macêdo, (1929-1930).



MOSSORÓ

O Município

O mais importante centro comercial e industrial do Estado, no interior, está limitado ao norte, com o município de Areia Branca, a leste, com os municípios de Assú e Augusto Severo, ao sul, com os de Caraúbas e Apodí, e a oeste, com os de Limoeiro e União (Ceará).

A superfície territorial era de 1.720 quilômetros quadrados, calculados sobre 40 quilômetros de comprimento, norte-sul, e 43 de largura, leste-oeste, e contados desde a Gambôa da Serra Vermelha à chapada do Apodí e desde o Boi-morto ao Poço Verde, no Chafariz.

Segundo a "Sinopse Estatística", 1938, (pag. 31) a área territorial do município é de 4.279 quilômetros. 2; e pela publicação do Departamento das Municipalidades, ("A Republica", de 19/5/41), é de 3.627 quilômetros. 2. O que quer dizer que ainda não está fixada, ao certo, a superfície territorial de Mossoró.

Informava Bento Praxedes, um curioso investigador dos fatos geográficos, que "o município de Mossoró media 15 legoas de comprimento por 12 de largura, contadas aquelas desde a Gambôa da Salina Serra Vermelha, que fica à margem direita do rio Mossoró e do paredão de barro

que fica á margem esquerda e divide a Salina "Remanso", dos herdeiros de A. Souza Nogueira, para Mossoró, e a salina "Grossos", ou "Caénga", de Miguel Faustino do Monte, para Areia Branca, limites dos dois municípios; e daí, até o lugar "Bonito", légoa e meia acima de São Sebastião, extrema com Apodí. As 12 legoas de largura seriam medidas do Poço Verde, no Xafariz, para Augusto Severo, ex-Campo Grande, e Sitio do Meio, limites de Mossoró, com A. Severo e Assú, até á Serra Mossoró, extremas de Aracati e União, (Ceará)"—1915.

Na data da sua criação, este municipio ficára assim circunscrito:

"O Oceano, ao Norte, começando da costa, isto é, do Mórro do Tibau, segue, em linha reta até á fazenda Pau de Tapuio, inclusive, sobre a cordilheira do Apodí; ao sul, uma linha que tocando o rio Apodí, no lugar *Poço Feio*, inclusive, seguirá por ele acima, partindo ao meio o seu leito até á Barra da Arára, onde o deixará, e seguirá atravessando a *catínga* e compreendendo os sitios de Gonçalo Soares e Manoel de Freitas a passar o rio Upanema (m. do Assú), entre as fazendas Chafariz e o sitio Poço Verde, e seguindo pela estrada nova até encontrar a data do Palheiro; pelo nascente, a linha divisoria começa do ultimo ponto da *catínga*, abaixo, passa entre os sitios Asilo e Trapiá, até o lugar Boqueirão, inclusive, na costa do mar. "(Resolução Provincial n. 246, de 15 de março de 1852)".

Mas, a criação do municipio de Areia Branca, (Decreto n. 10, de 16 de fevereiro de 1892, da Junta Governativa, desmembrado exclusivamente de Mossoró e com os limites do antigo distrito de pás, (lei 656 de 5/12/1872, restaurado pelo decreto n. 79, de 22 de novembro de 1890)

determinou que os limites da nova vila, pelo nascente, ficassem desde Upanema, Redonda e Mel, até os confins do Assú: pelo poente, Grossos até Matos Altos, seguindo pela cordilheira do Apodí até o Mórro do Tibau, e os logares Córrego, Areias Alvas até á praia do Tibau.

Presentemente, o decreto-lei estadual n. 603, de 31/10/38 fixou os limites deste município, pela forma que segue: (Anexo n. 2, n. 28, letra a, ns. 1, 2, 3, 4, 5 e 6):

1—Com o município de Areia Branca: A partir dos Matos Altos (na projeção da linha que vem da Chapada do Apodí á Serra Danta de Dentro e, daí, ao Mórro do Tibau) segue, a linha divisória por dentro da mata que separa Carro-Quebrado e Grossos, para Areia Branca, de Boi Morto e suas salinas, para Mosoró; daí á ponta do Maranhão, e, desta, em rumo reto, ao paredão que divide "Caenga", para Areia Branca, de "Remanso", para Mossoró; daí, á Gambôa do Canto, pelo lado de baixo, e até á margem esquerda do Rio Mossoró; daí, pelo curso do rio Mossoró, desde a Gambôa do Canto, seguindo pela margem direita do mesmo rio, até á Gambôa da Salina "Serra Vermelha" e, continuando pela mesma Gambôa, passa no Poço Baixa da Gruta, e daí, por uma linha reta, á Serra do Carmo, no ponto de encontro dos limites com o município de Assú;

2—Com o município de Assú: Por uma linha reta a principiar na Serra do Carmo, no ponto onde confina com o município de Areia Branca, seguindo em rumo sul, pela catanga, até á data do Palheiro, exclusive, e, daí em direção ao sitio Trapiá, exclusive;

3—Com o município de Augusto Severo: Desde o sitio Trapiá, exclusive, segue a linha em direção leste-oeste, passa entre as fazendas

“Chafariz”, inclusive, e “Poço Verde”, exclusive, atravessa o rio Upanema, entra na catanga, passa entre as fazendas Sorocába e Sombras Grandes, até ás divisas do sitio Baixa Grande;

4—Com o municipio de Caraúbas: A começar da data de Baixa Grande, exclusive, e do marco respectivo, segue a linha, em rumo leste-oeste, á Estrada de Ferro de Mossoró, no kilometro 12, a contar da vila de São Sebastião; daí, á barra do Riacho do Meio, ou Sitio, sobre o rio do Livramento;

5—Com o municipio de Apodí: A partir da barra do Riacho do Meio, ou Sitio, sobre o rio do Livramento, segue a linha, em direção ao Poço Feio, no rio Apodí; daí, pelas extremas do sitio “Pau do Tapuio”, de cima, exclusive, corta a linha telegrafica de Mossoró a Apodí, e, daí, segue rumo oeste, até á Chapada do Apodí, no divisor das aguas com o Estado do Ceará;

6—Com os municipios de Limoeiro e União (Estado do Ceará): A começar do ponto em que na Chapada do Apodí, chega a linha divisoria de Mossoró com Apodí, segue pelo divisor das aguas da dita Chapada, até á Serra Danta de Dentro, e, daí, por uma linha reta, até o logar Matos Altos, de onde principiou”.

Em relação ás primeiras explorações e á colonização das terras, que hoje formam o municipio de Mossoró, registram as cronicas e os documentos algumas referencias, assás interessantes.

Ferreira Nobre afirma que, em 1633, verificaram-se as primeiras explorações, mas, em 1634, alguns tapuios, de volta de Outeiro da Cruz (Maranhão), onde tinham estado em combate, entraram nas salinas de Mossoró e degolaram os trabalhadores, que ali se achavam”. (*Breve Notícia*, pag. 75).

Por sua vez, informa o Dr. Felisbello Freire (*Rev. do Instituto*, vol. 4, p. 31) que “ao tempo do domínio holandez (1641) ao salinas de Upanema (Iwypanim) foram visitadas e examinadas, pela costa ulterior do Ceará, pelo holandez Ge-deon Morritz, que, em relatório ao Supremo Conselho, dizia das suas capacidades e vantagens”.

Logo depois da pacificação, na luta holandez, ha noticia de colonização na Ribeira de Mossoró.

Mais tarde, por ocasião do levante geral dos indios da Capitania, consta que eles se foram aprovisionar de sal nas salinas de Mossoró. (1686).

Porém, as concessões de datas e sesmarias denominadas *Estrada, Freire e Amaro*, pela costa acima, só foram feitas no seculo 18:

Assim, a 26 de setembro de 1701, o capitão-general de Pernambuco, Fernando Martins Mascarenhas de Alencastro, concedia ao Convento do Carmo as terras que “nunca foram povoadas”, no rio *Upaneminha*, com treis legoas de extensão.

Sebastião Nunes Colares, capitão-mór do Rio Grande, concedeu, a 5 de junho de 1708, ao coronel Gonçalo da Costa Faleiro, uma data de sesmaria, com treis legoas de comprimento por uma de largura, a “começar no môro do Tibáu, pela costa do mar, para o lado do sul”.

Por seu lado, Estevam Velho de Moura obteve do capitão-general de Pernambuco, em 1710, uma data de terras de treis legoas de comprimento por meia para cada lado do rio *Mossoró*, a começar do morro visinho ao dito rio, á vista da lagôa *Grazari*.

A data da *Passagem do Pedro*, (São Sebastião) á margem direita do rio Mossoró, foi concedida a um tal Pinto, da Paraíba do Norte.

As terras do Estreito e Umarí, segundo a tradição, pertenceram, a principio, a Crispim Ferreira. As da Ilha de Dentro, Ilha de Baixo e parte do Sitio "Góes" foram dos Souza Rocha. (1)

O sitio do Góes, ou "Alagôa do Góes", pertenceu a Baltazar Gonçalves dos Reis, morador em *Cajuaes*, Ribeira do Jaguaribe, Ceará, que o houve, por herança de seu tio Jeronimo da Silva e este, por compra, a Baltazar da Rocha Bezerra, que, por sua vez, o adquirira de seu sogro Teodosio da Rocha, ou de seu tio Antonio Vaz Gondim, 1.º capitão-mor após a restauração (1656-1660). Obteve a sesmaria do "Sitio do Góes" pelo capitão-mór Joaquim Felix de Lima, 20/6/1763. (Livro 5.º das Sesmarias do Instituto Historico, pag. 455).

Terras, que confinavam com a "Data do Carmo", foram dadas ao coronel Joaquim José

(1) Alexandre de Souza Rocha e sua mulher D. Leocadia Barbosa de Vasconcelos eram naturaes de Goiana, Pernambuco, de onde vieram para o Seridó, e aí lhes nasceu o filho Alexandre de Souza Daí, mudou-se o casal para Ilha de Dentro, onde houveram outros filhos. Ela faleceu a 6/10/1778, e foi sepultada em a Capela de S. Luzia; ele em idade avançada.

O 2.º Alexandre de Souza, filho deste casal, depois, Alexandre de Souza Rocha, casou com Josefa Maria Calado, filha de alferes Manoel Nogueira de Lucena, e sua mulher, D. Firmiana Rosa dos Prazeres, a 7 de novembro de 1774, no sitio "Ilha de Dentro", Ribeira do Mossoró. O alferes era natural de Muribéca e a esposa de Mossoró. Além da "Ilha de Dentro", que fôra do pae, este possuiu Ilha de Baixo e o sitio "Góes". Ele faleceu em 1824, ella em 1817. Foram seus filhos: Joaquim de Souza Rocha, Manoel de Souza Nogueira, Alexandre de Souza Rocha Filho, o alferes, (3.º) Jeronimo de Souza Rocha, João Batista de Souza, Antonio de Souza Nogueira, João Nogueira de Souza, Francisca de Souza, Maria José de Souza e Germana de Souza. (Notas do illustre mossoróense e consocio, Desembargador J. Dionisio Filgueira).

do Rego Barros, e passaram ao seu genro, Estevam José Barbosa de Moura.

O consenso geral, porém, attribue ao sargento-mór Antonio de Souza Machado, antigo morador de Russas e de Barra do Mossoró, a quem competia a maior porção de terras da ribeira do Apodi, o titulo de verdadeiro colonizador da região.

Pertenciam-lhe treis datas: *Santa Luzia*, compreendendo a Serra Mossoró, *Pau do Tapuio* e Sitio Bom Sucesso, ficando neste treis olhos d'agua, uma légoa no Canto do Junco, terras no sitio «Góes» e treis legoas da Gambôa do *Samba-Quixaba* ao Môrro do Tibáu.

Com a pacificação dos indigenas da Ribeira, o que ocorreu nos começos do seculo 18º., e a retirada deles para o Maranhão, foram fundadas as fazendas de criar Barrócas, de Domingos Francisco, do Carmo, do Pinto, Santa Luzia e Barra do Mossoró, de Souza Machado, assim como "Ilha de Dentro" e Góes, da familia "Gambôa" (Nogueira e Souza Rocha); Ilha de Fóra, de João Joaquim Guilherme de Melo; "Camoropim", dos Guilhermes; Sítios "Ausentes", "Picada" e "Serrotes", da familia Medeiros, conhecida por *Ausentes*, "São Sebastião", de Sebastião Machado de Aguiar, e "Taboleiro Grande", do tenente coronel Rego Barros, e, porque taes proprietarios residiam, em geral, nas cidades de Recife, Aracati e Natal, tornou-se reduzida a população, que orçava por uns cincoenta moradores.

Quando para a Ribeira, mudou-se com a familia, o sargento-mór Souza Machado, em éras de 1750, já havia aí um capitão-mór, José de Oliveira Leite, nomeado pelo capitão-mór de Natal Pedro de Albuquerque Melo (*Rev. Inst.*, vol. 4.º pag. 35).

Ha noticia tambem de terem tido fazenda em "Santa Luzia", anteriormente a Souza Machado, o referido capitão-mór José de Oliveira Leite, comandante da Ribeira do Apodi, em 1754, e seu irmão João Marques Moreira. (livro 1, n. 304, do Instituto Hist.)

A fazenda "Santa Luzia" ficava á margem direita do rio Mossoró, havendo de permeio uma lagôa dagua potavel, onde se fazia parada, e foi aterrada em 1878.

Daf, irradiou todo o desenvolvimento da Ribeira, onde, vinha, a principio, passar o inverno e depois estabeleceu-se definitivamente o dito sargento-mór.

Em 1772, fundou ele a Capela de Santa Luzia, construiu casas e aumentou o logar, o que seus herdeiros continuáram.

Diz a tradição, que, antes disso, fôra erigida uma Capela, ou "casa de oração", no logar, que hoje se conhece por Igreja Velha, entre Paredões e Barrócas, atribuida aos padres da Serra do Carmo, a qual era de pedra e cal, mas, coberta de palha, e se utilizava como cemiterio para a população: ainda ha vestigios dela.

Santa Luzia, porém, prosperou e aumentou. Em 31 julho 1774, (2) casou D. Antonia de Souza, filha do sargento-mór, com o tenente-coronel re-

(2) Assento do casamento do Te. Cel. Francisco Ferreira Souto e D. Antonia de Souza:

"Aos 31 dias do mez de julho de 1774, pelas dez horas do dia, no sitio *Grossos*, na Barra do Mossoró, termo desta freguezia de Nossa Senhora da Conceição e São João Batista das Varzeas do Apody, donde são os nubentes freguezes, e corridos os banhos na forma do Sagrado Concilio Tridentino, justificando o nubente ter vindo menor da freguezia de São Salvador, Arcebispado de Braga, seu natural, e solteiro da freguezia de S. Frei Pedro Gonçalves do Recife, onde morou; e a nubente ter vindo menor de Kussas, seu natural, e dado fiança aos banhos da sobredi-

gente Francisco Ferreira Souto, portuguez de Braga, ambos fizeram residencia em Santa Luzia e fundaram a fazenda "Picada". Ali, residiram muitos anos, tiveram dois filhos: Antonio e Francisco. Com a morte de Souza Machado (1797) e de Ferreira Souto, as familias se mudaram e novos elementos vieram ahi estabelecer-se, convido assinalar as familias Guilhermes, Gambôas, (Rochas e Nogueiras) Medeiros (Ausentes) e outras. Em Barra de Mossoró, fixou-se Felix Antonio de Souza, filho do sargento-mór, e ahi deixou numerosa descendencia.

Notava-se relativa parada no desenvolvimento do logar, por motivos que adeante serão examinados.

A resolução provincial n. 246, de 15 março 1852, desmembrando da Ribeira do Apodi, o territorio, que ia do môro do Tibau ao Sitio das Aguilhadas, daí, ao Xafariz, e deste, até a Ponta do Mel, erigiu-o em municipio autónomo e em vila a séde, tendo o territorio os limites da

ta freguezia, em que morou, o que me constou do mandado do casamento do reverendo vigario da Vara, que em meu poder fica; em minha presença e das testemunhas abaixo assinadas, o sargento-mór Domingos Francisco, solteiro, e o alferes Francisco Pereira, casado, moradores ambos na freguezia de Russas, pessoas de mim reconhecidas; se casaram solenemente, por palavras, o tenente coronel Francisco Ferreira Souto, natural da freguezia de São Salvador, do Arcebispo de Braga, e morador nesta das Varzeas do Apodi, filho legitimo de Philipe Gonçalves e Paschoa Gonçalves, naturaes da sobredita freguezia de São Salvador, e Antonia de Souza, natural da freguezia de Russas, moradora nesta das Varzeas do Apody, filha legitima do sargento-mór Antonio de Souza Machado, natural de Braga, e Rosa Fernandes, natural da freguezia de Russas, e logo se lhes dêrão as benções, conforme o rito da Igreja, e para clareza de tudo, eu, o padre João da Cunha Paiva, cura nesta freguezia, fiz este termo e assinei com as testemunhas. João de Paiva, cura das varzeas do Apodi. Domingos Francisco. Francisco Pereira."

freguezia instaurada, desde anos antes, embóra, com algumas alterações já vistas, linhas atrás.

Eleita, a seguir, em renhido pleito municipal, a primeira Camara, que se compôs de amigos do primeiro vigario Antonio Joaquim Rodrigues, coligado ao capitão João Batista de Souza, do partido conservador ou nortista, foi vencido o liberal, ou sulista, chefiado por Manoel Nogueira de Souza, Irineu Soter Cáio Wanderlei e outros; foi compromissado no Assú, a 7 de janeiro de 1853, perante a respectiva Camara Municipal, o padre Antonio Freire de Carvalho, vereador mais votado, que, por sua vez, empossou os demais vereadores, a 24 de janeiro do mesmo ano; eram eles o tenente-coronel Miguel Arcanjo Guilherme de Melo, capitão Florencio de Medeiros Cortês, capitão João Batista de Souza, Francisco das Virgens, Sebastião de Freitas Costa e Luiz Carlos da Costa.

Foi eleito presidente o padre Antonio Freire de Carvalho, que declarou instalado o município e a vila de Mossoró. A administração municipal se compunha de João Francisco de Freitas Costa, fiscal, Antonio Filgueira Secundes, procurador, e Antonio de Moraes Sarmento, porteiro.

Nove anos depois, foi elevado o termo á comarca, pela lei n. 499, de 23 de maio de 1861, com os mesmos limites da freguezia, para ela sendo removido de Penêdo, (Alagôas), o dr. João Quirino Rodrigues da Silva, que, nesse mesmo ano, a instalou, tendo sido ela declarada de 1a. entrancia em 1872. Atualmente, é de 2a. entrancia, pelo decreto n. 755 de 1º dezembro de 1934.

Dantes, Mossoró fôra distrito de pás da vila Nova da Princesa (Assú), em seguida, do termo de Apodi, até 1842, e daí, por deante, de Assú, (resolução 87, de 27 outubro 1842.)

Progredindo sempre, Mossoró conseguiu as-

sinalada posição em frente aos demais municípios da Província e do Estado, apresentando, hoje em dia, notavel desenvolvimento material e civil, que o tornam leader das comunas do interior.

As distancias de Mossoró são: a Natal, 70 legoas; Assú, 14 legoas; Apodi, 14 legoas; Caraúbas, 14 legoas; Augusto Severo, 18 legoas; Areia Branca, 7 legoas; União (Ceará) 12 legoas, Aracati, 28 legoas e Fortaleza, 43 legoas.

A população do municipio em 1920 era de 23.000 almas; em 1936, calculava-se em 35.000 habs.; em 1938, 30.576, (*Sinopse*, 1938, 13), em 1940, 31.723. (Departamento das Municipalidades, *A Republica*, 16/5/41.)

A CIDADE

Mossoró, (3) a mais comercial e empreendedorã das cidades centraes do Estado, fica situada á margem direita do rio Apodi, ou Mossoró, em terreno sêco, plano, elevado e argiloso e demóra a 42 kilometros da costa do Atlantico.

A exploração da Ribeira, como ficou dito, parece datar dos meados do seculo 17.; ou,

(3) *Mossoró*, *Mnoxoró*, *Monxoró* vem de *Xoró*, nome de um corrego, ou vale, entre as duas ribeiras do Apodi e Jaguaribe, o qual nome foi transferido á barra do Apodi e substituído pelo de *Mata Fresca* (*Rev. Inst.*, 1.º 46.) Toda-via, não ha uniformidade de opiniões a respeito.

Millet de St. Adolfe pensa que o nome *Mossoró* tenha-se originado de certos indios aldeiaados nas proximidades do Apodi. O dr. Mateus Brandão entende que Mossoró vem de *Mbo-çoróg*, arrombado. O visitador Saldanha Marinho, citado por Coelho Rodrigues, acha que o nome vem de *Mororó*, arvore flexivel, existente e vulgar no Nordeste. (*Rev. Inst.*, pag. 74, vol. 1.º)

A primeira versão parece mais fundada e tem por si documentos.

mais seguramente, dos começos do século 18.

Fundou a localidade atual o sargento-mór Antonio de Souza Machado, (4) portuguez, casado em São Bernardo das Russas (Ceará) com D. Rosa Fernandes, filha do outro portuguez Domingos Fernandes e de sua mulher, D. Jeronima da Silva, norte-riograndense. (5).

Esse abastado fazendeiro obteve a data de "Grossos", fixou residencia, por cerca de 1750, na sua fazenda de criar gados "Santa Luzia" e, juntamente com seu concunhado capitão José Alves de Oliveira, estabeleceu "oficinas de carne sêca", para exportação.

Não somente em Grossos, mas, em varios outros pontos da Ribeira do Apodi, o sargento-mór Souza Machado possuía fazendas: "Canto do Junco", "Góis", "Grossos", "Tibau" e "Panela do Amaro". Embora residisse em Mata Fresca, costumava ele invernar na fazenda "Santa Luzia"; findas as aguas do inverno, ele reunia o gado e o mandava deixar nas "oficinas de carneação", na fós de Mossoró.

Ha noticia de certo processo em que foi paciente a india Rosa, surrada por Estevam, es-

(4) Natural da freguezia de Flôres do Arcebispado de Praga, Portugal, era filho de João Vieira de Souza Menezes e D. Violante Maria Machado. Seus filhos comandante Felix Antonio de Souza, Antonia de Souza, casada com o Te. Cel. Francisco Ferreira Souto, Manoel de Souza, Domingos de Souza Machado e outros, deixaram grande descendencia nos municípios de Mossoró, Areia Branca, Assú e Aracati.

(5) Grande numero das notas ora aqui inseridas são apanhadas dos apontamentos particulares do coronel Francisco Fausto de Souza, saudoso conterraneo, consocio no Instituto Historico e paciente investigador do passado, na Ribeira de Mossoró.

cravo de Francisco Dias Baracho, e Francisco, do gentio da Angola, escravo de Caetano Pereira Martins, moradores no Martins. Foi juiz do feito o ordinario do Assú, Pedro Alves Correia, (aliás, Alvares) (6). Isso ocorreu em 1772, sendo os delinquentes pronunciados pelo dito juiz. (Dr. A. de Souza, *Questão de limites*).

Entretanto, só a 12 de janeiro de 1788, o sargento-mór e os seus filhos pediam e obtinham a sesmaria de terras que possuíam na Ribeira e faziam menção da sua fazenda "Santa Luzia".

De 1772 a 1844, a povoação de Mossoró constava de um quadro fronteiro á Capela de taipa e de algumas casas de palha, cujos lados então se chamavam: Rua do Cotovelo (hoje, o Colegio Diocesano), Rua do Desterro, aos lados da Capéla, Rua Domingos da Costa, (hoje, dr. Almino Afonso) e a Rua Padre Longino, em frente, (atual, 30 de Setembro).

Além dos primeiros moradores Souza Machado, Ferreira Souto e parentes, aí também edificaram casas as familias Guilherme, Gambôas e Ausentes, Domingos da Costa e Oliveira e Manoel Rodrigues, conhecido por "Fatóque".

De 1842 a 1852, construíram casas em Mossoró os negociantes Joaquim Nogueira da Costa,

(6) Capitão Pedro Alvares Correia, paraibano, casou com D. Maria Barbalho Bezerra, filha unica do coronel Baltazar da Rocha Bezerra, fundador de "Pedra Branca", em Angicos. É tronco da numerosa familia desse nome, que povoou grande parte do territorio do vale do Assú, e da qual é descendente o A. São filhos do casal Pedro Alvares-Maria Barbalho: Miguel Barbalho Bezerra, Antonio Alvares Bezerra, Francisco José Bezerra, Manoel Alves Barbalho. Maria Barbalho, casada com Antonio Barbosa da Silva, Baltazar da Rocha Bezerra (2.), que venderam ao capitão José Pedro Tinóco, a 21 de maio de 1777, uma parte do sitio "Pedra Branca", havido de seu pae. (Tombo do Patrimonio do Bomfim, Assú, fls. 13 v.)

(e a primeira padaria, 1845, José Baltazar Augério de Souza, Irineu Soter Caio Wanderlei e outros, e de 1852 a 1870, novas construções foram levantadas por Joaquim Nogueira, Antonio Filgueira, Luiz Manoel Filgueira, Alexandre de Souza Nogueira, Davino Alves de Oliveira, Virginio Fidelis Ramos, José Alexandre Freire de Carvalho e João Ulrich Graf, que se estabeleceu com a famosa Casa GRAF, iniciadora do grande comercio de importação e exportação e que tanto influxo deu ao lugar, sendo devida aos esforços do 1.º vigario.

Povoação, a principio, ou Arraial, em 1817, distrito de pás, depois, elevada a vila, séde do municipio, em 15 de março de 1852, Lei n. 264, Cidade, pela lei provincial n. 620, de 9 de novembro de 1870, e comarca desmembrada de Assú, a 23 de maio de 1861, Mossoró continuou a aumentar em edificações e em movimento commercial, nas industrias e no ensino, tornando-se, nos ultimos trinta anos, uma importante cidade onde se gosa relativo confôrto, mau grado a asperêsa do seu clima.

A Cidade constava, em 1922, de 30 ruas, 12 praças, 5 travessas e 1 avenida, com 1.872 casas, sendo de tijolo e telha 840 e de taipa e telha 1.032. Atualmente, incluem-se treis bairros: Alto da Conceição, (antigo *Macacos*), Paredões e Doze Anos, com cinco avenidas, 17 praças e largos, 56 ruas e duas travessas. ("A Republica" de 30 de setembro de 1936, pag. 4).

O patrimonio municipal eleva-se a mais de 400.000\$000. A administração do pe. Luiz Mota tem sido grandemente proveitosa á cidade e ao municipio.

Os seus principaes edificios são: A Igreja Matriz, hoje Catedral, de Santa Luzia, a Prefeitura Municipal, o Ginasio Santa Luzia, (construi-

do em 1904), o Grupo Escolar "30 de Setembro", (adaptado em outubro de 1921 para a Escola Normal Primária, ali estabelecida pelo Decreto n. 166 de 7 de janeiro de 1922 e inaugurada a 2 de março do mesmo ano), o Mercado Público, a Mesa de Rendas Estaduais em 1929, a Estação da Estrada de Ferro Mossoró (1916), o Matadouro (1914), o Hospital de Caridade (1939) e outros.

Dos prédios particulares salientavam-se o de Miguel Faustino do Monte, que se acha hoje transformado no Seminário Episcopal de "Santa Terezinha", os de Antonio Soares do Couto, Rodolfo Fernandes, Delfino Freire e outros.

Tem luz elétrica e telefones, instalados desde 1916.

Havia um Mercado, construído em 1875, pelo coronel Francisco Gurgel, o qual ficou sem prestígio. O atual Mercado foi construído em 1878 pelos concessionários Antonio Filgueira e José Alexandre Freire de Carvalho; em 1914, na administração municipal de Cunha da Mota, foi completamente reedificado.

Entre as tradições de Mossoró vale acentuar a de Alexandre Baraúna Mossoró, soldado do Exército que se bateu valentemente e morreu em Paisandú, na Campanha do Uruguai ou Província Cisplatina, 1851-1852. Sua memória é de todos conhecida. Está assentado que ele nasceu em Mossoró. Ao morrer, numa golfada de sangue, exclamava: "Minha mãe, viva Mossoró".

Outros muitos filhos mandou Mossoró para a Guerra contra o Paraguai; embarcaram cerca de 30 voluntários. Havia um hino especial dos voluntários, que ainda hoje se recorda.

Mas, a tradição mais curiosa, a que aludiu Ferreira Nobre ("Breve Notícia", pag. 87) refere-se ás lutas fratricidas aí verificadas.

E' dever do cronista registrar os fatos.

As origens mais remotas dessas lutas prendem-se ao êxodo dos criminosos do Jaguaribe para Mossoró e vice-versa. O capitão-mór Montauri, do Ceará, reclamou ao governador geral José Cezar de Menezes. Um desses imigrados era José de Souza Oliveira Barca, conhecido por "Manoel Ferreira", que, depois, foi proprietario e deixou descendentes famosos, nesse particular.

Ordenára-se e para aí viéra cantar missa e curar almas o padre Francisco Longino Guilherme de Melo (27 de fevereiro de 1827), filho de Simão Guilherme de Melo e natural da Ribeira do Apodi. Padre "Lunguinho", como lhe chamavam, é o fator da convulsão. Dizem que, por causa de umas moedas dadas por Pedro Alves Ferreira a João Ferreira, vulgo *Butrago*, a 17 de janeiro de 1833, após o jantar, em casa de Jeronimo de Souza Rocha e por ocasião do casamento de duas filhas deste, Joaquina Carlota e Matilde Justina, com Manoel Machado de Menezes Gloria e Raimundo de Souza Machado, estes netos do sargento-mór e aquelas do Comte. José de Góes Nogueira, o padre "Lunguinho" travou-se de razões com Antonio Basilio de Souza, natural do Assú e genro do comandante Felix Antonio de Souza, e, ambos armados de faca, tiveram luta, de que saiu Basilio com seis facadas. Processado o sacerdote, pronunciado, prêso, mas, afiançado, nunca foi julgado e o dr. Gonzaga, juiz de Assú, em correição, 26 anos depois, deu baixa ao processo, por prescrição. Mas, ficou a rixa terrivel entre Basilio e o padre, que escapou varias vezes de ser exterminado.

Por outro lado, o padre inimizára-se de vida e morte com os *Butragos*, especialmente

João Ferreira, filho de José Barca, vulgo Manoel Ferreira. Parece que a razão dessa intriga teria sido o casamento, feito ás ocultas, pelo padre, de um filho daquele, Maximino com Maria do Monte. Isso ocorria em *Macacos*, hoje Alto da Conceição. Formaram-se então dois grupos adversarios: o do padre Lunguinho, constituido de parentes, amigos e capangas assalariados; e o dos *Butragos*, formado pelos filhos João, Acurcio, Maximino e Lourenço, além de outros parentes e amigos.

Os *Butragos* retiraram-se, porém, para a Barra de Mossoró, Upanema e Redonda, onde morava Basilio. Toda a vez que um deles vinha a Mossoró, feriam-se ásperos recontros: era uma luta de exterminio, um ódio de morte. O episodio mais sangrento foi o da noite de 14 para 15 de julho de 1841, em que foram vitimados Felipe de Mendonça Vasconcelos e Ezequiel da Costa. Fôra assassinado, em Apodi, um dos *Butragos*, Antonio, que, aliás, era ordeiro e evitava imiscuir-se na luta. Dizem que foi mandante D. Francisca Gomes de Oliveira e o assassino João Evangelista, *Serpentão*, veiu homisiar-se em casa do padre Lunguinho. Os *Butragos* vieram então desalojal-o da casa do padre e, alta noite, travou-se o tiroteio, de que resultaram duas mortes e ferimentos varios. Houve processo e os *Butragos* foram pronunciados pelo alferes Alexandre de Souza Rocha (3.º) juiz de paz, em 1841, a 2 de agosto; nunca, porém, foram julgados. Em represália dizem que o padre mandou matar José Vicente, o que tambem ficou impúne. Com a chegada a Mossoró do primeiro vigario e a intervenção benefica da politica local, houve relativa trégua: o padre Lunguinho retirou-se, em janeiro de 1845, para Ceará, Piauí e Maranhão, de onde, 28 anos de-

pois, regressou alquebrado, cego e doente, mas, bem recebido pelos seus patricios, tendo aí falecido em 1878. Constava que o padre trabalhára na catequese dos indios daquelas regiões. Por outro lado, os *Butragos*, que haviam voltado a Mossoró, na ausencia do seu inimigo, acabaram muito mal: o velho, com 100 anos, em completa miseria; outro vitimado por um ráio celeste e outro, talvez, fusilado em caminho para Natal.

Em compensação, a jornada abolicionista em Mossoró, de que resultou a libertação integral do Municipio a 30 de setembro de 1883, redimiu a localidade desse passado tenebroso. No movimento libertario, destacaram-se próceres como Almino Alvares Afonso, Joaquim Bezerra da Costa Mendes, Romualdo Lopes Galvão, Miguel Faustino do Monte, Alexandre de Souza Nogueira, Francisco Romão Filgueira e outros, que constituíram, a 6 de janeiro de 1883, a "Libertadora Mossoroense". (7). É uma pagina de heroismo civico a campanha emancipadora, de que se guardam as mais fortes recordações para exaltação do valor dos que a fizeram e viram triunfante.

No aspeto da instrução publica, Mossoró tem tambem uma atuação muito importante: a lei 953 de 15 de abril de 1885 criou ali uma cadeira de latim e outra de francez, regidas por um só professor: instalou-a nesse ano o professor Manoel Augusto Bezerra de Araujo, mas, foi suprimida a 5 de abril de 1887, (lei n. 998).

(7) Para maiores esclarecimentos vêr "Tradições e Gloria de Mossoró", «Rev.» do Instituto, anos 1935-1937, pags. 5-36, e a «A Republica», de 30/9/36, pags. 10 e 11, da 2a. seção.

Sob a Republica, foram fundados: a 7 de setembro de 1900, o collegio "7 de Setembro", pelo coronel Antonio Gomes de Arruda Barreto e que s'í funcionou até 1905; a 2 de março de 1901, o Collegio Diocesano "Santa Luzia", pelo Conego Estevam José Dantas; a 2 de agosto de 1912, o Collegio "Sagrado Coração de Maria", pelo padre Pedro Paulino Duarte, sob a direção de Irmãs Franciscanas, da Baía e cujo predio fôra iniciado em 1904; a Escola Normal, hoje equiparada á de Natal, com curso ginásial, nos moldes do «Collegio Pedro II», sob fiscalização federal; Escolas Reunidas no Alto da Conceição, Barrócas e Doze Anos e escolas isoladas em Santa Inês, Bôa Vista e Lagoa do Mato. («A Republica», de 30/9/36.)

Quanto ao ensino primario, desde 1860, havia cadeiras provinciaes diúrnas e uma notúrna, todas mui bem frequentadas. O municipio, por sua vez, creava e subvencionava escolas primarias. Em 1920, havia 28 escolas subvencionadas. (Relatorio Rosado.)

O Grupo Escolar «30 de Setembro», criado por decreto do governador Alberto Maranhão, sob n. 180, de 15 de novembro de 1908 e inaugurado a 25 de março de 1909, é hoje a escola pratica dos normalistas, desde a criação do curso normal, em 1922.

A iniciativa particular tambem ha contribuido eficazmente para o desenvolvimento educacional de Mossoró: a União Caixeiral, fundada a 27 de agosto de 1911 por Francisco Izódio de Souza, criou cursos primario e secundario-comercial, noturnos, que funcionaram regularmente. Já a 3 de maio de 1874, fôra instalada ali uma Bibliothéca, que, em 1875, possuia 223 volumes, mas, foi extinta sem razão plausivel.

«O Recreio Dramatico» (1873), o «Club Dra-

matico Familiar», (1891), as sociedades literarias «2 de Julho», (1899), «Filhos da Fé», (1900), «Gremio Augusto Severo», (1903), Gremio Normalista (1924), Gremio Literario «Santa Luzia», e outros tem encaminhado a mocidade para o cultivo das letras e ciencias. Hoje em dia, o «Ipiranga Clube», as sociedades operarias e as esportivas dão grande realce ao ambiente.

Os jornaes e periodicos tambem demonstram o nivel mental do povo mossoróense: «O Mossoróense», 1872, fundado por Jeremias da Rocha Nogueira, liberal; «O E'co», em 1901, por João da Escossia; «O Mossoróense» em 1904, por Antonio Gomes e Alfredo Melo; a «Ideia», 1902, de Soares Junior, R. Rubira e Alves Tavares; «O Mensageiro», da Mocidade Catolica, em 1904; «O Comercio de Mossoró», de Bento Praxedes, em 1904, e «O Nordeste», 1917, de José Martins de Vasconcelos.

A Loja maçonica «24 de Junho», fundada em 1873, manteve bibliotéca e escolas primarias, que as pregações de Frei Venancio, em 1885, conseguiram despovoar.

Mossoró tem fóros de cidade adeantada e guarda com ternura as suas tradições de liberalismo e cultura.

A FREGUEZIA

No aspeto religioso, Mossoró tem tradições que remontam aos primordios do colonização da Ribeira.

Assim o Convento do Carmo do Recife, tendo obtido uma data no Paneminha, a 26 de setembro de 1901, fundou aí uma fazenda, ou simples habitação, de que adveiu á Serra o nome de Carmo. Dizem que houve aí Igreja e convento: ha ruínas de antigas construções e

recordação de alguns religiosos, como Frei Antonio, ainda conservada num lugar desse nome, á margem do Rio Upanema, e de Frei Francisco de Santa Tereza, que teria edificado uma «casa de oração», de pedra e cal, mas, coberta de palha, no lugar, que hoje chamam de Igreja Velha, nos arredores da Cidade, talvez, em 1750.

Outras fontes informam que o sargento-mór Souza Machado construiu, em Mata Frêscã, um capela, quando ainda residia em Russas. Ainda outros afirmam que Baltazar Gonçalves dos Reis, morador em *Cajuães*, (Jaguaribe, Ceará) obteve a data de sesmaria, em 1763, e doou uma legoa de terra, no Córrego da Mata Fresca, á N. S. da Soledade, padroeira da Capela, onde eram curados os habitantes da Ribeira do baixo Apodi, e que desabou, sendo a Santa Senhora da Abadía trasladada para o lugar Caiçãra, achando-se presentemente, na Catedral. Reedificada, anos depois, a capela de Mata Frêscã ainda existe, servindo, porém, para guardar as cinzas dos antepassados da Ribeira.

A certeza documental resulta de que, em Santa Luzia, foi construída a capela, porque, em petição de Souza Machado, despachada a 4 de agosto de 1774, pelo visitador dos sertões do norte, padre Inacio de Araujo Gondim, o donatario requeria fosse-lhe dada certidão da sentença do patrimonio que Domingos Fernandes e sua mulher, Jeronima da Silva, em escritura de 9 de agosto de 1762, tinham doado á Capela de Santa Luzia da Ribeira do Mossoró, da freguezia de São João Batista das Varzeas do Apodi.

Passada a provisão desde 1772 pelo Cabido de Olinda, foi designado administrador, tesoureiro e procurador o requerente Antonio de Souza Machado, que, como tal, serviu até a morte, em 1797, prestando as devidas contas.

O visitador Manoel Vieira de Lemos Sampaio, a 7 de março de 1787, não pôde visitar a capela, devido á sêca; mas, fel-o o padre João de Paiva, em seu lugar; o visitador Dionisio de Souza Bandeira, que a visitou, achou-a decentemente ornada, embora tivesse ordenado que se construísse «um pulpito, desmanchasse o nicho, que se achava na parede de frente e se fforasse a capela».

A 19 de maio de 1795, o visitador José de Jesus Maria também a encontrou assim, bem como, a 30 de janeiro de 1801, o visitador João Feijó de Brito Tavares, e a 16 de novembro de 1806, já sob a administração do comandante Feliz Antonio, o visitador Antonio José Alvares de Carvalho. Os primeiros atos aí praticados são: o batisado de Maria, filha de Manoel Soares de Lucena, a 23 de janeiro de 1773, pelos padres José dos Santos Costa e frei Antonio da Conceição, carmelita, de ordem do cura do Apodí, sendo padrinho Alexandre de Souza Rocha, (nota 1, retro) e o casamento de Gregorio da Rocha Marques com Francisca Nunes de Jesus, a 6 de outubro de 1778, sendo padrinho o tenente-coronel regente Francisco Ferreira Souto. (nota 2, retro).

Consistia o patrimonio instituido em uma legoa de terra em quadro no "Canto do Junco", além de gados também doados, de que foi vaqueiro José Barbosa Braga, portuguez, e havendo noticia de que esses curraes ficavam no lugar, que é hoje a rua do Gurgel.

Ainda a 13 de julho de 1801, D. Rosa Fernandes e seus filhos, meeira e herdeiros do sargento-mór, fizeram nova doação de terras, no mesmo lugar do patrimonio, mas, essa parte foi alienada em beneficio da Igreja pelo primeiro vigario. Tendo, acidentalmente, chegado

aí, numa barcaça desarvorada, em 1841, padre José Antonio Lopes da Silveira, que se abrigára na «Ilha de Dentro», celebrou missa em Santa Luzia e aí demorou-se na cura das almas, uma vez que se encontrava no auge a luta entre o padre Longino e os Butragos.

A Capela de Santa Luzia, num periodo de varios anos, não sofreu alteração de vulto, a não ser reparos em 1829-1830, por Domingos da Costa e Oliveira.

Elevada, porém, á séde paroquial a capela de Santa Luzia, pela Resolução provincial, de 27 de outubro de 1842, e investido na sua direção o padre Antonio Joaquim Rodrigues, como vigário colado, empossou-se este, em 1844, em ato assistido pelos ditos padres Silveira e Longino, Leonardo de Freitas Costa e Florencio Gomes de Oliveira, tendo o ultimo conseguido acalmar certo tumulto provocado para impossibilitar a posse do vigário e atribuído á insuflação do segundo deles.

Demolida em parte a Capela antiga, foi iniciada, em 1858, a construção da atual Igreja, que se levou anos para concluir, tendo havido obras de melhoria e ampliação nos anos de 1878, 1879 e 1880, que a tornaram suficiente para o culto.

Com a criação do Bispado de Mossoró, pela Bula pontificia do Santo Padre Pio XI, «Pro Ecclesiarum Omnium», de 28 de julho de 1934, foi a Igreja elevada á condição de Cathedral, como tal, liturgicamente instalada a 18 de novembro desse ano. Experimentou, então, notaveis modificações, que a tornaram um dos melhores templos do Rio Grande do Norte. Aí, empossou-se solenemente de suas funções episcopaes, D.

Jaime de Barros Camara (8), primeiro bispo, no dia 26 de Abril de 1936. O patrimonio da Diocese é de 225.000\$000, em apolices estaduaes, doadas pelo Estado (lei n. 723, de 21 de outubro de 1929) e pelos srs. Miguel Faustino do Monte e Antonio Soares do Couto.

A Igreja Catedral de Luzia fica situada na praça Vigario Antonio Joaquim, visando o sul da cidade; esta praça fronteira é ajardinada, desde 1936. É um vasto edificio com 18,30 metros de frente, por 42,09 de fundo, medindo a capela-mór 13,97 por 18,30 metros. Possui um altar mór e cinco lateraes, respetivamente, da Padroeira S. Luzia, Coração de Jesus e de Maria, dos Passos, do Menino Deus e S. Vicente de Paulo. Tem dois corredores amplos, duas torres de 25 metros e o ádro, que mede 22,21 metros por 18,30. Teve o patrimonio aumentado com a doação de mais 43 braças de terra, no perimetro da cidade, por doação de Jeronimo de Souza Rocha e sua mulher D. Quiteria de Jesus Nogueira. Ha diversas irmandades e confrarias: N. S. Rosario, em 1786, a de S. Luzia, fundada a 2 de fevereiro de 1855 e com o compromisso aprovado pela Resolução provincial n. 333, de 6 de setembro de 1855, a do SS. Sacramento, S. Vicente de Paulo (1894) e Apostolado da Oração (1899).

Ha, dentro da cidade, a freguezia de Sagrado Coração de Jesus, com séde na Igreja dessa invocação, criada pelo ato do 2.º Bispo de

(8) D. Jaime de Barros Camara é catarinense, nascido em S. José do Calçado, a 3 de julho de 1894, é filho de José Joaquim de Oliveira Camara e d. Ana de Barros Camara, e neto paterno de Francisco Xavier de Oliveira Camara, norte-riograndense, de S. Gonçalo, nasceu no ano de 1800. Em setembro de 1941, foi removido para o Arcebisado de Belém, do Pará. N. L.

Natal, D. José Pereira Alves, a 23 de julho de 1926, tendo sido a Igreja construída em virtude de um voto, em 1904, do cel. Miguel Faustino do Monte, sendo inaugurada a 1.º de outubro de 1907 e a paróquia a 1.º de agosto de 1926, pelo 1.º vigário Anibal Coelho e seu coadjutor padre Raimundo Subirana, M. S. C; as capelas filiaes de S. Vicente de Paulo, em 1920, e a de N. S. da Conceição, em 1897, (7 de novembro).

Mossoró pertencia ao Bispado de Natal, de que foi desmembrado pela Bula Pontificia de 28 de julho de 1934, e compreende o territorio além do Rio Assú, salvo o Seridó, que faz parte do Bispado de Caicó, recém-instalado, a 26 de julho de 1941, com a posse do 1.º Bispo D. José de Medeiros Delgado.

Foi vigararia forânea instituída por D. Joaquim de Almeida, 1.º Bispo de Natal.

Os missionarios que aí passaram Frei João, 1846, Frei Serafim de Catania, 1859, Frei Agostinho, 1863, Frei Fidelis, 1873 e Frei Venancio, deixaram alguns traços de sua passagem, como seja o Cemiterio Publico, iniciativa de Frei Fidelis, 1863, escolhendo o local a um kilometro da cidade, marcando-o e chegando algum material, Frei Antonio, 1869, preferindo o ponto atual, mais alto e enxuto, e construindo-o de madeira, e Frei Agostinho, 1873, conseguindo transformar a velha construção de madeira em pedra e cal, inclusive a Capela de S. Sebastião, existente dentro do mesmo. O vigário Antonio obteve a necessaria licença da Camara Municipal, em portaria de 18 de agosto de 1883.

VILA E POVOAÇÕES

São Sebastião, antiga Passagem do Pedro, é hoje vila e séde do distrito administrativo do

mesmo nome, criado pelo decreto n. 603, de 31/10/1938, compreendendo a parte sul do município, e instalado a 1.º de janeiro seguinte.

Era a antiga fazenda de criar fundada por Sebastião Machado de Aguiar e sua mulher, D. Catarina Gomes de Amorim, que fizeram, em 1792, doação de uma sôrte de terra, na povoação do mesmo nome, a São Sebastião, para erigirem, como fizeram, uma sólida e ampla capela decentemente ornada, que ali existe ainda.

Foi Machado administrador da Capela até 1806, quando faleceu e foi nela sepultado. Em frente á Capela, está o belo e monumental Cruzeiro de Pedra, uma maravilha de arte em cantaria, que já foi assinalado em «Monumentos do Rio Grande do Norte», 1932.

O antigo povoado, hoje vila, fica distante 42 kilometros de Mossoró, rumo do sudoeste, 35 metros acima do nível do mar e á margem direita do rio Mossoró. Possui muitas casas particulares e estabelecimentos commerciaes. Cultivava-se muita cebôla e alho, assás conhecidos dentro e fóra do município. E' lugar de futuro.

Foi distrito de pás, (Resol. prov. 260 de 23 de março de 1852) teve cadeiras de primeiras letras (resol. prov. 291, de 11 de agosto de 1854). Escolas municipaes aí existiram e a rudimentar foi criada pelo decreto 182 de 19 de junho de 1922, ainda hoje existente.

Tem uma área territorial de 1.206 kilms².

E' servida pela Estrada de Ferro de Mossoró, com bôa estação inaugurada a 1.º de novembro de 1926 e hoje tem a grande industria do gêsso, das suas imensas jazidas.

O lugar deveu muito ao coronel Francisco Gurgel de Oliveira, influente politico, aí residente nos ultimos anos de sua vida.

Porto da Ilha, a uma legoa ao norte da

Cidade, na *Ilha de Dentro*, á margem direita do rio Mossoró, onde era a morada do Alferes Alexandre de Souza Rocha, aí foi edificada, em 1865, por João Francisco das Chagas Costa, uma casa destinada a armazens de Joaquim de Góes Nogueira e Clementino de Góes Nogueira; formou-se a povoação, que conta cerca de cem casas e era o ponto de transito rio abaixo para Areia Branca. Teve capela em 1898, a qual desabou e não foi mais reconstruída.

Santo Antonio, ou porto de Santo Antonio, á margem esquerda do rio Mossoró e para oeste, em frente ao *Porto da Ilha*, é a povoação que se originou da fazenda de gados «S. Antonio», do tenente-coronel João Joaquim Guilherme de Melo. Tem cerca de 40 casas, escola isolada municipal e a capela dedicada ao Santo de Padua.

Logares: Hipolito, Pau do Tapuio, Retirinho, Bom Sucesso, Vertentes, (onde ha Capela de Santo Expedito), Sereno, Malhada dos Angicos, Riacho do Nogueira, Panela do Amaro, Cupim, Riacho-grande, Riachinho, Barrinha, Volta da Mofina, Lagôa do Genipapo, Serra do Mossoró, Rancho da Casca, Olho d'agua do Carinho, Olho d'agua da Escada, Olho d'agua do Virginio, Lagêdo, Baixa, Jicuri, Lagoinha, Ortigão e Alagôas.

RIOS

Mossoró, ou Apodi, forma-se nas fraldas da Serra das Queimadas, m. de Luiz Gomes, atravessa os mm. de Pau dos Ferros, Portalegre, Martins, Apodi e entra neste, no lugar «Passagem do Bonito» e sitio das «Aguilhadas» e, com o nome de *Mossoró*, passa ao pé da cidade, entra no de Areia Branca, desde a salina «Serra

Vermelha» e vae desaguar no Atlantico, dois kilometros á esquerda desta ultima cidade, e á direita do povoado «Barra do Mossoró».

Tem um percurso de cerca de 300 kilometros, todo ele dentro do Estado, e 90 kilometros no m. de Mossoró. E' porém, rio torrencial, á exceção do trecho entre a fós e o *Porto da Ilha*, onde é navegavel pela montante das marés ou nas enchentes do inverno. Tem sete barragens submersas que conservam agua durante quase um ano e são: *Pedrinhas*, com 7 kilm. de represa e 600.000 metros cúbicos; *Barrócas*, 4 kilms. de represa 400.000 mts.3; a da *Cidade*, com 150.000 mts.3; *Saco*, com 100.000 mts.3; *Ausentes*, com 100.000 mts.3; e *Pausinhos*, com 150.000 mts.3. (Rel. P. Rosado, 1920, pag. 13).

Tem margens férteis, peixes e vastos carnaubás, de que se extráe a cêra, que é valioso produto de exportação.

Desde o *Porto da Ilha*, até á extrema com Areia Branca, o rio Mossoró banha Rio Novo, Alagamar, Poço do Umari, Poço do José Duarte, Poço Redondo, Poço do Barril, Jurema Sêca, Volta da Cruz, Mangue Alto, Camboínhas, Aguilhão, Volta do Sul, Volta da Jurema, Volta do Tijôlo, Armazem Velho, Volta do José de Holanda, Jurêma, Pontal, Péla-pau, Portinhos de cima, Portinhos de baixo, Cambôa do boi, Rancho da Amelia, Roncadeira, Cunhan, Volta da Jangada, Volta do Espadarte, Feijão com côco, Rancho da telha, Furadinho, Furado Velho, Remanso, Ramadinha, Bôca do Rio Carmo, Caenga, Rancho do Mariano, Ostra e Gambôa da Serra Vermelha.

Pela margem direita desde o Apodi: Aguilhadas, Bonito, Gangorrinha, São Sebastião, Cigano, Santana, Aroeira, Umari, Picada de Francisco José, Camorim, Pitombeira, Canudos, Pes-

cocinho, Camoropim, Passagem da Oiticica, Ingá, Bom Jesus, Canto Grande, Canto do Castro, Colôte, Fazenda do Pinto, Bôca da Picada, do Carmo, Alto do Mossoró, Canto da Forquilha, Canto da Casinha, Rio Môrto, Canto do Gado Bravo, Barreiras Altas, Rincão, Gambôa, Passagem das Pedras, Estreito, Umarí, Canto da Maria Negra, Jurema Sêca e Pontal. Margem direita: Pôço Feio, Barra Quixaba, São Bento, Saboeiro, Saquinho, Ipoeira, Serrote, Passagem do Rio, Ausentes, Macambira, Picada, Varzea da Pasta, Estreito, Saco, Macacos (Alto da Conceição) Santa Luzia, Cidade, Canto, Paredões, Igreja Velha, Barrôcas, Bôca do Riacho do Canto do Juncô, Cajazeiras, Pau darco, Santo Antonio, (antiga Ilha de Fóra), Ilha de Dentro, Porto da Ilha, Ilha de Baixo, Cambôa dos Cavalos, Cambôa do Jeronimo, Carnaúba Sêca, Ilha do Carcará, Ema, Carnaubal Verde, Taboleiro Alto, Izidoro, Jurêma, Góes, Ilha do Vieira, Pau Infincado, Córrego das Emburanas, Riacho da Pedra e Baixa Grande.

Rio do Carmo, ou Upanema, que vem da Serra do Lima, no m. de Patú, com o nome de «Gado Bravo», atravessa o m. de Augusto Severo, passa no Pôço Verde, atravessa, desde aí, este municipio, de sul a norte, para desemboçar no Rio Mossoró, á margem direita, salina Ramadinha, cerca de três leguas acima da sua fôz no Oceano, á meia legoa da barra do rio «Môrro Branco». Desde que faz a divisa com Augusto Severo, ele passa em Chafariz, Varzinha, Canto da Farinha, Estreito do Jacú, São Joaquim, Barbosa, Barbadinho, Santana, Pôço do Cachorro, Angicos, Taboleiro Grande, Oiticiquinha, Barrinha, Melancías, Pedras Brabas, Fazenda do Carmo, Canto da Jurêma, Favela, Gerimú, Sitio do Meio, Poço do Xique-xique, Pôço

dos Bois, Pôço da Carnaúba, Poço das Pedras, Poço da Quixaba, Poço da Oiticica, Pescaria, Poço do Bacamarte, Passagem do Mofumbo, Ponta dagua, Alagamar do Amaro, Rodeador, Alto da Pedra, Passagem do Mulungú, Frei Antonio, Tocáia da Ema, Amaro Velho, Ilha do Amaro, Canto das Paridas, Canto da Cidade, Canto da Serra Vermelha e Camboinhas, desaguando no rio Mossoró. Dá peixes e tem varzeas com carnaúbaes e outras arvores. O seu leito é estreito até Pontagua, daí, se espraia no Alagamar do Amaro, para reentrar em Camboinhas no leito primitivo e desembocar.

Riachos: Bom Sucesso, que nasce ao pé da Serra Danta de Dentro, atravessa a mata em rumo leste, passa no Olho dagua Velha, e vem despejar no lugar Sáco, com oito leguas de curso;

Nogueira, formado no Campestre Grande, entre Vertentes e Serra do Mossoró, passa na Panela do Amaro e desembóca no Sáco, com 4 legoas de curso;

Grande, antigo do Joaseiro, que vem do Campestre das Vertentes, no centro da mata, que divide as ribeiras de Jaguaribe e Mossoró, passa nos logares Riacho Grande, Barrinha e José Rodrigues, para cair á esquerda do rio Mossoró, uma legua acima da Cidade, tendo 4 legoas de curso;

Riachinho, que se origina do pé da Serra de Mossoró e desagua do Riacho Grande, já descrito;

Canto do Junco, que tambem nasce ao pé da Serra de Mossoró, atravessa a mata rumo do nascente e derrama-se pelas varzeas das Cajazeiras e Córrego da Ilha de Fóra, caindo no Rio Mossoró, pela Camboa dos cavalos;

Da Pedra, que nasce na catinga e desagua na salina Baixa Grande;

Zabelada, vindo da Serra de Mossoró, desemboca em Santo Antonio;

Do Tapuío, do *Inferno*, e outros.

Corregos: da Barra, das Cunhãs, dos Mocós, do Barbosa, do Cajueiro, de Santo Antonio, do Poço Fundo, do Canoé e da Carnaúba Seca,

LAGOAS: De sul a norte: Gangorrinha, Cigana, João Marques, Canela de Ferro, Santana, Aroeira, Pedras, Carnaubál, Sáco, João Lopes, Maria Gorda, Bargado, Umariseiro, Rasa, Canto do Jacinto, Canúdos, Camoropim, Canto grande, João Francisco, Pinto, Pelónha, Peloninha, José Batista, Pedra, Pitomba, Sororóca, Rio Môrto, Rincão, Barrocão, Gonçálo, Crispim, Estreito, Padre e Umari.

LAGOS: Cantinho, Buracos, Barro, Duas Bôcas, Piano, Martinha, Agua Iría, Bôca do Mocó, Pinheiro, Espraiado de São Bento, Tapuío, Serrote, Genú, João Martins, Macambira, Pasta, Estreito, Macacos, Pae José, Bolaxinha, Comprida, Canudos, Gado, Mulungú, Porto, Mariaña, Leandro, Picos, Taboleiro Alto, Canto do Domingo, Izidóro, Jurêma, Maria Rodrigues, Manoel Pereira, Ambição, Amorósa, Piranha, João Lourenço e Manoel Jeronimo.

Olhos dagua: Quatro na Serra do Mossoró, o do Jeronimo, Carrinho, Olho daguinha e da Serra Chapada, que é o principal. Vertentes, Riacho Grande, Panela do Amaro e Bom Successo são outros olhos dagua. Em S. Sebastião, ha o Poço das Pedras e outros, que alimentam a torrente. No Rio Upanema, o do Chafariz.

Açúdes: Sáco, construído em 1898, a seis kilometros ao sul da Cidade. Reconstruído pelo engenheiro Amorim. E' aguada das criações.

Canto da Lagôa: é uma aspiração dos mos-

soróenses, será formado pelo Rio Upanema, abaixo da povoação desse nome e destinar-se-á ao abastecimento da cidade. Os estudos feitos em 1917-1919 demonstram a sua grande utilidade.

Açúdes particulares: *Pinto, Alto das Pedras*, dois em S. Antonio, Canto do Junco, Ema, Riacho Grande, Alagamarzinho, Taboleiro, Upanema, etc.

Poços artesanos: Foram abertos e estão funcionando no municipio 18 poços publicos, de colaboração entre o Governo Federal e o Estadual, nos logares, datas, com a vasão horaria e qualidade dagua seguintes: Lopes Trovão, cidade, 15/3/1932, 4.000, calcarea; Alto do Waldemar, 30/6/31, Alagoinha, 3.000, calcarea; Campo agricola, Alagoinha, 31/12/1935, 1.500, calcarea; Boa Sorte, Estrada Mossoró-Limoeiro, 26/9/1933, 1.500, calcarea; Rancho do Pereiro, Idem, 26/7/1933, 2.000, calcarea; Coqueiros, no povoado deste nome, 9/12/1933, 2.200, calcarea; Vertentes, nesse logar, 8/8/1934, 2.100, calcarea; Baraúna, no logar deste nome, 15[10]1934, 2.400, calcarea; Cachoeira, no logar do mesmo nome, 28[2]1935, 1.800, calcarea; Baixa do Arrôs, idem, 4[11]1936, 1.800, salôbra; Riacho do Pote, Estrada Mossoró-Apodí, 26[12]1936, 2.300, calcarea; Baixa Grande, no logar deste nome, 30[9]1936, 1.770, calcarea; Pitombas, nesse logar, 10[5]1932, 1.500, calcarea; Baixa Branca, no logar deste nome, 31[8]1937, 2.320, calcarea; Taboleiro do Umari, neste logar, 25[8]1937, 2.000, calcarea; Alecrim, idem, 31[12]1937, 1.500, calcarea; Batalha, no logar do mesmo nome, 20[4]1938, 1.500, calcarea; e Arisco, no logar deste nome, 3.000, calcarea. Todos são munidos de catavento e bomba. Ha outros não instalados ainda, mas, já perfurados, e outros particulares já funcionando ou em vias disso. (Relação da I. F. O. C. S., 2º distrito).

SERRAS E SERROTES

A Serra, ou chapada, do Apodi, que por este município se alonga, de norte a sul, estende-se ao oeste do município, desde o Sítio «Pau de Tapuio» em frente a São Sebastião, e vae fenecer na costa, no Morro do Tibau, formando o limite com o Ceará. Contém bons terrenos agrícolas, tem caças e abelhas, produz algodão e cereaes, no inverno. O problema principal é a agua, que os poços da I. F. O. C. S. vão conseguindo extrair do sub-sólo.

A Serra de Mossoró, a 4 legoas ao norte da Cidade, parece mais um contraforte da Chapada do Apodi. E' também agrícola e pastoril.

A Serra, ou Chapada do Carmo, a leste da cidade cinco legoas, corre de sul a norte e vae fenecer na Ponta do Mél. E' mais um chapadão que serra propriamente dita. Vem-lhe o nome da Ordem do Carmo, que aí teve sesmariã antiga, 1701. Tem abundante caça e mel. Presta-se ao cultivo do algodão e cereaes, mas, carece dagua.

O terreno do município, já no litoral, compõe-se de varzeas e matos sem elevações, nem mesmo no logar «Serrote», á margem do Rio, a caminho de S. Sebastião.

RIQUEZA MINERAL

E' grande e importante a potencialidade mineral do município, porque possui salinas valiosas que têm capacidade para produzir 1.000.000 de alqueires de sal. São elas: á margem direita do Rio Mossoró: *Camboinhas, Ramadinha, Volta da Jangada, Rio do Carmo e Serra Vermelha*. A' margem esquerda: *Mangue Alto, Jurêma, Roncadeira e Remanso*. (1922).

Fundadas respectivamente por Francisco Tertuliano e Raimundo Nonato Fernandes, as da margem direita, e por Antonio Soares do Couto, Miguel Faustino do Monte, Francisco Lopes Ferrás e Alexandre de Souza Nogueira, as da esquerda.

A exportação de sal, em 1919, foi de 434.834 alqueires de 32 litros.

Em 1925, havia mais as salinas *Pitulíco*, *Guanabára*, *Monte-primo* e *Maranhão*, todas elas com 391 cristalizadores e 1.141.012 metros quadrados como área de cristalização. Eram 15 Salinas, inclusive a «São Raimundo», de Rodolfo Fernandes, em construção, para 100 cristalizadores e 225.000 metros quadrados.

Ha terrenos mineralogicos, no riacho *Pau de Tapuio*, onde foram encontradas, num terreno avermelhado, particulas metalicas e pedras brancas poliveis ao cóрте. Em São Sebastião, ha uma certa pedra calcárea, de cor branco-arroxeadada, que pode ser serrada e presta-se á pavimentação, como mosaico, tendo sido empregada na Igreja de Caraúbas, no altarmór da Igreja de S. Luzia e em algumas casas da Cidade.

O gêsso foi estudado e empregado, em 1877, pelo capitão Miguel Viana e explorado, desde 1917, pelo farmaceutico Jeronimo Kosado. E' hoje uma grande industria com produção annual de 15.000 toneladas para exportação e um grande rendimento na fabricação do cimento. Tambem é exploradora dessa industria a Companhia «Gesso Nacional Tapuio Limitada», com séde no Rio de Janeiro.

Do maganês e de alabastro ha igualmente noticias e foram exibidas amostras, no Palacio do Governo, em 1922.

RIQUEZA VEGETAL

É relativamente menor a importância da indústria vegetal, mas produz algodão, mandioca, cereais, no inverno, ou nas varzeas dos rios e açudes.

A fazenda de sementes «Rafael Fernandes», fundada em 1939, em Alagoinhas, tem despertado grande impulso agrícola. Possui carnaubas, no Rio Upanêma e Apodi, frutas silvestres, plantas forrageiras, madeiras de construção. Não tem engenhos para cana de assucar.

RIQUEZA ANIMAL

A criação de gados pode-se calcular em 15.000 bovinos, 2.000 cavalaes, 1.000 muares, 10.000 caprinos, 8.000 lanigeros e 4.000 suinos, nos anos normaes. Em 1904, reduziu-se de 90 % e, em 1915, de 80 %. A fauna é abundante, em caças, aves canóras, abelhas, etc.

VIAS DE COMUNICAÇÃO

Além do movimento fluvial, via porto de Santo Antonio a Areia Branca, por onde se fazia outróra comercio avultado, ha a Estrada de Ferro de Mossoró, a partir de Porto Franco, á margem esquerda do Rio, em A. Branca, até Alexandria, já em parte construida (175 kilms.) e em trafego, e parte ainda em construção, (47 kilms).

Foi ela construida pela firma Saboia, Albuquerque & Cia., cessionaria do privilegio concedido a J. Bastos & Cia., mediante contrato de 25 de agosto de 1910, aprovado pela lei es-

tadual n. 297, de 2 de dezembro do mesmo ano. Dirige-a, ha muitos anos, Vicente Carlos de Sa-boia Filho, a cuja operosa gestão a E. F. Mossoró deve assinalados serviços.

O primeiro trecho, iniciado a 31 de agosto de 1912, com 38 kilometros, de Porto Franco a Mossoró, foi inaugurado a 19 de março de 1915; o segundo, com 42 kilms., a 1.º de novembro de 1926, para São Sebastião; o terceiro, com 43 kilms., para Caraúbas, a 30 de setembro de 1929; o quarto, com 37 kilms., para Patú, a 30 de setembro de 1936 e o quinto, com 18 kilms., para Almino Afonso, a 30 de setembro de 1937.

Ela era uma aspiração antiga: João Ulrich Graf projetou-a e obteve a concessão do Presidente da Provincia, José Bernardo Galvão Alcoforado, por contrato de 28 de agosto de 1875, mediante a autorização legislativa de 26 de agosto (lei 742) e decreto de 4 de março de 1876. Não a realizou, porém, e só, na administração do dr. Alberto Maranhão (1908-1913), ela teve inicios de concretização. O Senador Meira e Sá defendeu-a em «Estudos Economicos», e na tribuna do Senado Federal, propugnando para que ela fosse encampada pelo Governo Federal. O Dr. Felipe Guerra também trabalhou tenazmente pela sua objetivação. Fê-lo o Governo Epitacio, para não consentir no seu prosegui-mento. (1919-1922).

O municipio é ligado a Apodi, Pau dos Ferros, Augusto Severo, São Miguel e Luiz Gomes, por estradas carroçaveis, e a Assú, Angicos e Seridó, pela estrada tronco federal, que também o põe em comunicação com Russas e Fortaleza (Ceará).

FIGURAS SALIENTES

JUIZES DE DIREITO

NA MONARQUIA:

Dr. João Quintino Rodrigues da Silva, instalador, 1762.

Dr. José Pereira da Silva Moraes.

Dr. José Antonio Rodrigues, 1873.

Dr. Vicente Candido Ferreira Tourinho.

Dr. José Jorge de Carvalhal, 1881.

Dr. Alcebiades Dracon de Albuquerque Lima, (1883-1891).

NA REPUBLICA:

Dr. Joaquim Felicio Pinto de Almeida Castro, (1891, Org. Gurgel).

Dr. Joaquim Manoél Vieira de Melo, (1891-1897).

Dr. João Dionisio Filgueira (1897-1907).

Dr. Hemeterio Fernandes Raposo de Melo, (1907).

Dr. Heliódoro Fernandes Barros, (1908).

Dr. Felipe Neri de Brito Guerra, (1908-1918).

Dr. Silvino Bezerra Neto, (1918-1919).

Dr. Antonio de Oliveira, (1919-1926).

Dr. Eufrasio Mario de Oliveira, (1926-1930).

JUIZES MUNICIPAES

Dr. Antonio Fernandes Trigo de Loureiro, (1862).

Dr. Alcebiades Dracon de Albuquerque Lima.

- Dr. João Tomaz Arnaud, (1878).
 Dr. Manoel Hemeterio Raposo de Melo,
 (1879-1880).
 Dr. Paulo Leitão Loureiro de Albuquerque,
 (1880-1884).
 Dr. Miguel Carlos da Costa Rocha, (1890-
 1891).

PROMOTORES PUBLICOS

- Dr. Manoel José Fernandes, 1862-1867.
 Dr. Francisco José Alves de Albuquerque
 Filho, 1867.
 Dr. Jeronimo Americo Raposo da Camara,
 1869.
 Dr. Antonio da Silva Antunes, 1870.
 Dr. Francisco Odilon Tavares de Lima,
 1870.
 Dr. Manoel Francisco Honorato Junior, 1873.
 Dr. José Anastacio de Souza Guimarães,
 1873.
 Dr. Adelino da Silva Pinto, 1875.
 Dr. Euclides Deocleciano de Albuquerque,
 1877.
 Dr. Manoel do Nascimento Castro e Silva.
 Dr. Uriél Gomes de Sá, 1877-1878.
 Dr. Hersilio Lupercio de Souza.
 Dr. Luiz Francisco da Silva, 1878.
 Dr. Manoel dos Passos de Oliveira Teles,
 1886.
 Dr. Felix Jaime Fernandes Barros.
 Dr. José Teotonio Freire, 1886.
 Dr. Vicente Simões Pereira de Lemos, 1886,
 de 8-1 a 8-4.
 Dr. Paulo Leitão Loureiro de Albuquerque,
 1892-1902.
 Dr. Sebastião Fernandes de Oliveira, 1903-
 1907.

- Dr. Euclides Ferreira Pinto.
 Dr. Orlando de Faria Caldas, 1911-1912.
 Dr. Silverio Soares de Souza, 1913-1919.
 Dr. José de Moraes Guedes Alcoforado,
 1919-1920.
 Dr. Odilon Coelho de Albuquerque, 1923-
 1926.
 Dr. Manoel Maia de Vasconcelos, 1926-1927.
 Dr. Bianor Fernandes Carneiro de Oliveira,
 1928-1930.

ADMINISTRADORES

NA MONARQUIA :

- Pe. Antonio Freire de Carvalho, 1853-1856.
 Capitão Simão Balbino Guilherme de Melo,
 1867-1870.
 Tenente-coronel Miguel Arcanjo Guilher-
 me de Melo, 1861-1864, 1865-1868, 1873-1876.
 Tenente-coronel Luiz Manoel Filgueira, 1869-
 1872.
 Tenente-coronel Francisco Gurgel de Oli-
 veira, 1877-1880.
 Dr. Euclides Deocleciano de Albuquerque,
 1881-1882.
 Manoel Benicio Guilherme de Melo, 1881-
 1882.
 Dissolvida a Camara Municipal, (lei de 9
 de janeiro de 1881).
 Romualdo Lopes Galvão, 1882-1886.
 Manoel Cirilo dos Santos, 1887-1890.

NA REPUBLICA :

- Cel. Manoel Benicio de Melo, 1890-1892.
 Dr. Francisco Pinheiro de Almeida Castro,
 1893-1895.
 Silvio Policiano de Miranda, 1896-1898.
 João Damasceno de Oliveira, 1899-1901.
 Antonio Filgueira Filho, 1902-1904, 1905-
 1907.

Tenente-coronel Antonio Soares do Couto, 1908-1910.

Francisco Izodio de Souza, 1911-1913.

Francisco Vicente Cunha da Mota, 1914-1916.

Farmacêutico Jeronimo Rosado, 1917-1919.

Camilo Porto da Silva Figueiredo, 1920-1922.

Francisco Xavier Filho, 1923-1925.

Coronel Rodolfo Fernandes de Oliveira Martins, 1926-1927.

Dr. Rafael Fernandes Gurjão, 1.º Prefeito, 1929, mas, em exercicio o Presidente da Camara Municipal, Vicente Carlos de Saboia Filho, 1929-1930.

VIGARIOS

Pe. Francisco Longino Guilherme de Melò, 1827-1841.

Pe. José Antonio Lopes da Silveira, cura, 1828-1843.

Pe. Antonio Joaquim Rodrigues, 1.º vigario colado, 1842-1885.

Pe. Leonardo da Costa Freitas, interino, 1845.

Pe. Antonio Freire de Carvalho, coadjutor, 1850.

Pe. João Urbano de Oliveira, coadjutor, 1885, vigario, 1894-1904.

Pe. Moisés Ferreira do Nascimento, 1904-1906.

Pe. Francisco H. de Lucena Sampaio, 1906-1907.

Pe. Pedro Paulino Duarte da Silva, (2 vezes), 1907-1914.

Pe. Manoel de Almeida Barrêto, 1914-1918 e 1924-1926.

Pe. Ulisses Maranhão, 1918-1920.
 Pe. Manoel da Costa, 1920-21.
 Pe. Manoel Gadelha, 1921-1924.
 Pe. Paulo Heroncio de Melo, 1925-1926 e
 Pe. Luiz Ferreira Cunha da Mota, 1926-1930.

Na paróquia do S. Coração de Jesus:

Pe. Anibal Coelho, 1926.
 Pe. Luiz F. C. Mota, 1926-1929.
 Pe. José Ribeiro Dias do Vale, 1929.
 Pe. Manoel Lucena, 1930.

PROFESSORADO

Primario: Francisco de Paula Rodrigues de Paiva, 1843.

José Alexandre Freire de Carvalho, 1853-1869.

D. Inacia Jovina de Oliveira Baraúna, 1873-1876.

D. Ana Emilia Rosa, 1856-1873.

Juvencio Tassino Xavier de Menezes, 1872-1873.

Elias Antonio Ferreira Souto, 1875-1876.

Luiz Carlos da Costa Rocha, 1858-1873.

Joaquim Taurino de Moraes Navarro, 1880-1894.

D. Inacia Joaquina do Sacramento, 1881-1884.

Antonio Laurenio Dantas, 1894.

José Wenceslau Emerenciano, 1868-1894-1908.

D. Luiza de França Barros Leal, 1882-1908.

D. Maria Montezuma, 1900.

D. Maria Amelia do Couto, 1901-1905.

No Grupo Escolar "30 de Setembro", criado pelo decreto 180 de 15 novembro de 1908 e inaugurado a 25 março 1909, teem funcionado:

Dr. Francisco Gurgel do Amaral,

D. Maria Leão, e
D. Perpetua de Souza Noronha, instaladores, 1909.

Professor Lourenço Gurgel de Oliveira, 1909-1910.

Francisco Izodio de Souza, 1910.

Prof. José Rodrigues Filho, 1911-1913.

Professora Olda Marinho Rodrigues, 1911-1913.

Professor Eliséu de Oliveira Viana, 1914-1921.

Professora Celina Guimarães Viana, 1914-1921.

Professora Juliêta Guimarães, 1914-1927.

Professor Paulo Vieira Nobre, 1922.

Professora Eliza Guimarães, 1923-1930.

Professora Maria Helena Furtado Vila, 1923.

Professora Rita Sampaio, 1923.

Professor Tobias dos Santos, 1926-

Professora Maria Guimarães, 1928-1930.

Professor Francisco Leite de Carvalho, 1928.

Professor Raimundo Reginaldo da Rocha, 1925. Noturna.

Professor Dario Jordão de Andrade, 1929.

Professora Beatriz Leite de Carvalho, 1927.

Professor Lauro da Escossia, 1928-1930. Noturna.

A' Escola Normal, instalada a 2 de março de 1922, em virtude do decreto do governador Antonio de Souza (1920-1923), sob n. 165 de 19 janeiro do mesmo ano, serviram:

Professor Eliseu de Oliveira Viana (1.º diretor fundador, 1922-1925).

Professora Celina Guimarães Viana, 1922-1927.

Dr. Antonio Soares Junior, 1922-1930.

Irineu Wanderlei dos Santos, 1922-1930.
 Farmaceutico Tercio Rosado Maia, 1922.
 Dr. José Fernandes Gurjão, 1922-1925.
 Professor Aprigio Soares da Camara, 1925.

2.º diretor.

Dr. Eufrazio Mario de Oliveira, 1926. 3.º di-
 retor.

Antonio Quintela Junior, 1926. 4.º diretor.

Professor Antonio Gomes da Rocha Fagun-
 des, 1927-1930. 5.º diretor.

D. Maria Gurgel, 1929-1930.

Farmaceutico Vicente de Almeida, 1929-
 1930.

Professor Alfredo Simoneti, 1930. 6.º diretor.

Escolas Reunidas e Rudimentares:

Prof. Maria Carmélia de Almeida, 1927, Pa-
 redões.

Prof. Ozelita Bezerra Cascudo, 1928, Alto
 da Conceição.

Prof. Maria Silvia de Vasconcelos, 1928, Al-
 to da Conceição.

Prof. Izabel Dina de Souza, 1930, Bairro 12
 anos.

Prof. Raimunda Wanderlei dos Santos, 1928,
 Alto da Conceição.

Nota final: Já estavam impressas as notas sobre
 Martins e Mossoró, quando foi publicado o decreto-lei es-
 tadual n. 115 de 24 setembro 1941, que elevou a comarca
 Martins á 2a. entrancia e a de Mossoró, á 3a., satisfazendo
 assim as aspirações do seu povo.
